

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS**

**FOME, REFORMA AGRÁRIA, SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E
AGROECOLOGIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA - PNLD 2018**

IARA MILREU LAVRATTI

Marília – SP

2021

IARA MILREU LAVRATTI

**FOME, REFORMA AGRÁRIA, SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E
AGROECOLOGIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA - PNLD 2018**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Sociologia pela Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Marília.

Área de concentração: Ensino de Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Tahan Novaes.

Marília – SP

2021

L414f Lavratti, Iara Milreu
FOME, REFORMA AGRÁRIA, SOBERANIA E SEGURANÇA
ALIMENTAR E AGROECOLOGIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE
SOCIOLOGIA - PNLD 2018 / Iara Milreu Lavratti. -- Marília, 2021
206 p. : tabs., fotos, mapas

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual
Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Henrique Tahan Novaes

1. Fome. 2. Reforma Agrária. 3. Soberania e Segurança Alimentar.
4. Agroecologia. 5. Ensino de Sociologia. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

IARA MILREU LAVRATTI

**FOME, REFORMA AGRÁRIA, SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E
AGROECOLOGIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA - PNLD 2018**

Dissertação apresentada ao do Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de concentração: Ensino de Sociologia

Linha de Pesquisa: Práticas de ensino e conteúdos curriculares

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Henrique Tahan Novaes
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília

Profa. Dra. Sílvia de Sousa Aparecida Fernandes
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília

Prof. Dr. Rogério Macedo
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM),
Campus Mucuri

Marília, 30 de março de 2021

“De pé, ó vítimas da fome! De pé, famélicos da terra!”

Dedico esta pesquisa à toda companheirada que luta para Re (existir) no planeta Fome, produzindo Comida de Verdade e lutando pela Soberania Alimentar, pela Reforma Agrária e pela justiça social e ambiental: “Mulheres pela vida, semeando a resistência, contra a fome e as violências”

AGRADECIMENTOS

Enfim se passaram 2 longos anos, no qual enfrentamos juntas uma Pandemia global, de um vírus extremamente letal, quando aliado a governos genocidas. Dessa forma, me sinto grata em estar viva e poder concluir esta dissertação, esperando que ela auxilie no Ensino de Sociologia e nas Questões aqui identificadas. Para superar alguns dos efeitos nocivos deste triste momento histórico, os temas trazidos - frutos de discussões coletivas - serão úteis à nossa Sociedade.

Assim, expresso minha eterna Gratidão:

À minha mãe Dra. Isis Milreu e minha avó Luci Milreu, que transmitiram o amor pela Educação, a vontade de transformar o mundo e a força para lutar por Justiça social e ambiental. Ao meu afilhado Theo e minha tia Elis que me ensinam cada dia um pouco sobre a arte da sobrevivência. Ao meu pai Edivar Cleiton Lavratti que também me apresentou a Agroecologia e a luta pela terra.

Às minhas irmãs Ana Carolina Mafort Lavratti, Bruna Mafort Lavratti, Giovana Mafort Lavratti e Giulia Mafort Lavratti pelas trocas incríveis de carinho, delicadeza e energia, com quem compartilho sonhos e ideais por um mundo melhor. Estendo esse agradecimento à companheira Kelli Mafort, e à todas as companheiras e companheiros que ensinam a resistência ativa todos os dias.

Aos meus eternos Gabriel Batista Fernandes e Julia Matos Carvalho, que me acompanham desde a educação básica. Às minhas amigas Gabriela Carvalho, Dominyque Domingos, Rayane Santos e Aline Barrozo. À minha gata Olga Benário que tem sido minha companhia diária em tempos de Isolamento Social e ansiedade generalizada. Às trabalhadoras e trabalhadores da Assistência Social, com quem tenho estado nos últimos 3 anos, que têm desenvolvido um desafiador trabalho na linha de frente na cidade de Marília. Sou grata a todes pelos ensinamentos e pelas amizades.

Às professoras Dra. Silvia Fernandes e Dra. Valéria Veríssimo e ao Dr. Rogério Macedo, por aceitarem o nosso convite para a qualificação e defesa desta pesquisa e contribuir com sua melhoria. Também sou muito grata às professoras pelas orientações durante a graduação em Ciências Sociais e pelo carinho e apoio durante minha formação acadêmica, com contribuições, pesquisas e projetos (extensão e docência) que marcaram minha trajetória.

Ao Dr. Henrique Novaes pelas desorientações que ajudaram esta dissertação a trilhar seus melhores caminhos. Também agradeço por proporcionar os cursos de “Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia” que conseguiram despertar novamente o encantamento pela Agroecologia e pelo trabalho cooperado em mim e em muitos educandos que participaram em pelo menos uma das sete edições. Estendo também este agradecimento ao meu professor de Sociologia do Ensino Médio (também ao restante), que em apenas 3 meses conseguiu demonstrar as potencialidades das Ciências Sociais e despertar a Socióloga presente em mim.

À Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Marília e ao programa ProfSocio, que me acolheram e permitiram ótimas experiências e trocas de conhecimento. Também aos integrantes do Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais (CPEA) que me receberam quando ainda era filha/neta de estudante. Que falta fizeram a Biblioteca, a sala do CPEA, os almoços no Restaurante Universitário, o LAB, os cafés no Diretório Acadêmico, as conversas inspiradoras com as funcionárias, as trocas de afeto nos corredores e abraços de consolo, para a escrita desta pesquisa.

Também agradeço ao Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) e ao Núcleo de Pesquisa e Extensão Rural (NUPER), ambos da UFSCar, pela monitoria no Curso de Formação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) – Agentes Populares de Agroecologia que iniciou em abril de 2021. E aos colegas do curso Técnico em Meio Ambiente do Senac pelos projetos elaborados durante a pandemia que serão aplicados futuramente.

Agradeço ainda ao coletivo de Comunicação do MST/SP, às Cestas Agroecológicas Luiz Beltrame e à Rede de Combate à Violência Doméstica do MST-SP, onde tenho participado da Batalha das Ideias e da resistência ativa, com companheiros incríveis. Dessa forma, agradeço também à todes que semeiam resistência, nossos povos tradicionais, ribeirinhos, periféricos, que lutam pela terra, e sabem que não existe vida sem terra protegida, sem Agricultura Ecológica.

Uma pesquisadora quando escreve, se encontra sozinha. Contudo, sem estas pessoas aqui citadas, esta pesquisa e esta Cientista Social, não seriam o que são hoje. Frutos da luta coletiva pelo Ensino de Sociologia, pela Soberania Alimentar, pela Reforma Agrária e pela Agroecologia. Aos nossos mortos, Vítimas da pandemia de Covid-19 e do desgoverno Bolsonaro, nenhum minuto de silêncio, mas toda uma vida de luta!

FOME, REFORMA AGRÁRIA, SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA - PNLD 2018

RESUMO

Esta dissertação analisa quantitativa e qualitativamente o desenvolvimento dos conceitos de Fome, Reforma Agrária, Soberania Alimentar, Segurança Alimentar e Nutricional, e Agroecologia nos livros didáticos de Sociologia, aprovados na última edição do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) realizada em 2018, direcionados às escolas públicas brasileiras. Nos aportamos nos referenciais teóricos de Josué de Castro (1965; 1980), Herbert de Souza (1993), Ziegler (2013), João Pedro Stédile (2020), FAO (1996), Ana Maria Primavesi (1983), Florestan Fernandes (1989) além de documentos oficiais, como as *Orientações Curriculares Nacionais* (OCNs), os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCNs), a *Lei Diretrizes e Bases (LDB)* e as *Diretrizes Curriculares Nacionais* (DCN) de 1998, para refletirmos sobre como os conceitos podem contribuir com o ensino de Sociologia e para o exercício da desnaturalização e do estranhamento das relações sociais destrutivas que o Sistema Capitalista Neoliberal atualmente impõe sobre os seres humanos e o Meio Ambiente. Esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, há um resgate histórico sobre o Ensino de Sociologia no Brasil e também apresenta-se o PNLD e os livros didáticos de Sociologia. No segundo, foi feita uma pesquisa quantitativa e qualitativa sobre a Questão Alimentar e os conceitos de Fome, Segurança Alimentar e Soberania Alimentar em cinco materiais didáticos, além da análise crítica e da sugestão de possíveis autores e documentos que podem contribuir para a fundamentação teórica no desenvolvimento desta Questão em sala de aula. O terceiro discorre sobre a pesquisa quantitativa e qualitativa acerca da Questão Agrária, com os conceitos de Reforma Agrária e Agroecologia, seguindo os caminhos do capítulo anterior. Conclui-se que a presença de temas relacionados às Questões Alimentar e Agrária é bastante diversa nos livros didáticos, ampliando ou reduzindo-se os materiais de apoio, os enfoques e as perspectivas. Também nota-se que há numerosas referências à Fome, sendo trabalhada inclusive como conteúdo curricular em um material, mas identifica-se poucas menções à Reforma Agrária, especialmente à Soberania e Segurança Alimentar e à Agroecologia.

Palavras-chave: Fome; Reforma Agrária; Soberania e Segurança Alimentar; Agroecologia; Ensino de Sociologia.

HUNGER, AGRARIAN REFORM, FOOD SOVEREIGNTY AND SECURITY AND AGROECOLOGY IN SOCIOLOGY'S BOOK OF PNLD 2018

ABSTRACT

This dissertation analyzes quantitatively and qualitatively the development of the concepts of Hunger, Agrarian Reform, Food Sovereignty, Food and Nutritional Security, and Agroecology in sociology textbooks, approved in the latest edition of the National Textbook Program (PNLD) held in 2018, targeted to Brazilian public schools. We draw on the theoretical references of Josué de Castro (1965; 1980), Herbert de Souza (), Ziegler (2013), João Pedro Stédile (2020), FAO (1996), Ana Maria Primavesi (), Florestan Fernandes (1989) in addition to official documents, such as the National Curriculum Guidelines (NCOs), the National Curriculum Parameters (PCNs), the Law Guidelines and Bases (LDB) and the National Curriculum Guidelines (DCN) of 1998, to reflect on how concepts can contribute to teaching of Sociology and for the exercise of denaturalization and the estrangement of destructive social relations that the Neoliberal Capitalist System currently imposes on human beings and the Environment. This dissertation is divided into three chapters. In the first, there is a historical review of the Teaching of Sociology in Brazil, and the PNLD and the Sociology textbooks are presented. In the second, there is quantitative and qualitative research on the Food Question and the concepts of Hunger, Food Security and Food Sovereignty, in addition to the critical analysis of the five textbooks and the suggestion of possible authors and documents that can contribute to the theoretical foundation in the development of the Food Question. The third is about quantitative and qualitative research on the Agrarian Question, with the concepts of Agrarian Reform and Agroecology, following the paths of the previous chapter. It is concluded that the presence of themes related to the Food and Agrarian Question is quite diverse in textbooks, expanding or reducing support materials, approaches and perspectives. It is also noted that there are numerous references to Hunger, being worked even as curricular content in a material, but few mentions of Agrarian Reform, especially Food Sovereignty and Security and Agroecology.

Keywords: sociology teaching; hunger; food sovereignty. Agroecology.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados sobre desnutrição	28
Tabela 2 - Livros aprovados no PNLD de Sociologia 2012; 2015; 2018.....	49
Tabela 3 - Pesquisa quantitativa dos livros aprovados no PNLD 2018.....	61
Tabela 4 - Fome, Soberania Alimentar; Segurança Alimentar nos livros didáticos.....	67
Tabela 5 - Questão Alimentar no livro Sociologia (2016).....	68
Tabela 6 - Questão Alimentar no livro Sociologia Hoje (2016).....	73
Tabela 7 - Questão Alimentar no livro Tempos Modernos, tempos de Sociologia (2016).....	79
Tabela 8 - Questão Alimentar no livro Sociologia em Movimento (2016).....	88
Tabela 9 - Questão Alimentar no livro Sociologia para Jovens do Século XXI (2016).....	107
Tabela 10 - Reforma Agrária e Agroecologia nos livros didáticos.....	126
Tabela 11 - Questão Agrária no livro Sociologia (2016).....	127
Tabela 12 - Questão Agrária no livro Sociologia Hoje (2016).....	130
Tabela 13 - Questão Agrária no livro Tempos Modernos, tempos de Sociologia (2016).....	136
Tabela 14 - Questão Agrária no livro Sociologia em Movimento (2016).....	138
Tabela 15 - Questão Agrária no livro Sociologia para Jovens do Século XXI (2016).....	143

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Texto acompanhado de fotografia de Herbert de Souza com legenda	70
Figura 2 - Fotografia de Acampamento do MST e legenda.....	71
Figura 3 - Texto acompanhado de fotografia de manifestação WWF.....	76
Figura 4 - Printscreen com Texto sobre Geografia da Fome.....	83
Figura 5 - Fotografia de Betinho mostrando doações recebidas.....	85
Figura 6 - Boxe com biografia de Herbert de Souza.....	86
Figura 7 - Printscreen com duas fotografias com tema de Segurança Alimentar.....	90
Figura 8 - Texto acompanhado de Charge sobre Fórum Mundial de Economia.....	92
Figura 9 - Imagem de um latifúndio seguido de legenda.....	94
Figura 10 - Printscreen sobre a concentração de terras e produção da fome.....	95
Figura 11 - Boxe com biografia de Josué de Castro.....	96
Figura 12 - Fotografia de uma colheita mecanizada de milho com legendas.....	96
Figura 13 - Mapa da fome “A fome no mundo – 2014”.....	97
Figura 14 - Texto Soberania Alimentar.....	98
Figura 15 - Cartaz do Projecto 270, Movimento ambientalista de Portugal.....	99
Figura 16 - Fotografia de lixão acompanhada de texto e legenda.....	100
Figura 17 - Quadro explicativo sobre a especulação com alimentos.....	102
Figura 18 - Charge “Alimentos contaminados com agrotóxicos”.....	104
Figura 19 - Texto acompanhado de charge de Latuff 2015.....	109
Figura 20 - Texto acompanhado de fotografia de manifestação sobre o clima.....	110
Figura 21 - Cordel em homenagem à Margarida Maria Alves e fotografia de Dorothy Stang....	111
Figura 22 - Texto acompanhado de mapa do Continente Africano.....	113
Figura 23 - Boxe com panorama sobre os Movimentos Sociais Contemporâneos no Brasil.....	127
Figura 24 - Capas de livros de Agroecologia.....	128
Figura 25 - Fotografia da 1ª Feira da Reforma Agrária.....	131
Figura 26 - Reportagem sobre o Fórum Social Temático 2012.....	132
Figura 27 - Reportagem “Quando as bandeiras se unem” com fotografia.....	133
Figura 28 - Fotografia de uma marcha do MST durante o Abril Vermelho, ou Jornada de Lutas	135
Figura 29 - Printscreen recorte de texto sobre a defesa da Reforma Agrária por Josué de Castro	137
Figura 30 - Texto sobre Movimentos Sociais acompanhado de fotografia da bandeira do MST.	139

Figura 31 - Printscreen de texto Concentração de terras e a produção da fome.....	140
Figura 32 - Texto sobre Concentração de terras e lógica do mercado.....	141
Figura 33 - Boxe biografia de Chico Mendes e a Luta dos seringueiros.....	141
Figura 34 - Quadro sobre Ideologia e suas características.....	143
Figura 35 - Texto Ideologias políticas: Esquerda, direita, centro.....	144
Figura 36 - Fotografia de manifestação do MST em 2011.....	145
Figura 37 - Recortes de reportagens do site MST e fotografia da Marcha dos Sem Terrinha de 2007	148
Figura 38 - Reportagem da Revista Veja de 2009.....	149
Figura 39 - Reportagem da Veja, texto e fotografia de colheita de laranja da Cutrale 2010.....	150
Figura 40 - Texto acompanhado de fotografia de estudantes na ENFF.....	152
Figura 41 - Printscreen com sugestões de filmes e sites sobre Reforma Agrária.....	154

LISTA DE ABREVIATURAS

SSAN - Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

E.M. - Ensino Médio

PNLD - Plano Nacional do Livro Didático

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

OCN - Orientações curriculares nacionais

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

LDB - Lei Diretrizes e Bases

MEC - Ministério da Educação

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PLIDEF - Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental do Instituto Nacional do Livro

PDF - Portable Document Format

FAE - Fundação de Assistência ao Estudante

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada

USP - Universidade de São Paulo

UNESP - Universidade Estadual Paulista

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

Rede PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e SAN

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CRSANS - Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional e Sustentabilidade

CAISAN - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PLANAPO - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

CPEA - Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais

NEA - Núcleo de Estudo em Agroecologia

NUPER - Núcleo de Pesquisa e Extensão Rural

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. CAPÍTULO 1. ENSINO DE SOCIOLOGIA E O PLANO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO - PNLD 2018.....	36
2.1 Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)	44
2.2 PNLD de Sociologia.....	47
2.3 Reflexões sobre os Livros didáticos do PNLD 2018.....	52
2.3.1 <i>Sociologia</i> (2016)	53
2.3.2 <i>Sociologia Hoje</i> (2016).....	54
2.3.3 <i>Tempos modernos, tempos de Sociologia</i> (2016)	55
2.3.4 <i>Sociologia em Movimento</i> (2016).....	57
2.3.5 <i>Sociologia para jovens do século XXI</i> (2016)	59
2.4 A questão alimentar e Agrária nos Livros didáticos de Sociologia	60
3. CAPÍTULO 2. FOME, SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA	65
3.1 <i>Sociologia</i> (2016)	67
3.2 <i>Sociologia Hoje</i> (2016).....	73
3.3 <i>Tempos Modernos, Tempos de Sociologia</i> (2016)	79
3.4 <i>Sociologia em Movimento</i> (2016).....	88
3.5 <i>Sociologia para Jovens do Século XXI</i> (2016)	106
3.6 Considerações sobre a Fome	115
3.7 Considerações sobre a Segurança Alimentar e Nutricional.....	117
3.8 Considerações sobre a Soberania Alimentar e Nutricional	120
3.9 Materiais de apoio da Questão Alimentar	121
4. CAPÍTULO 3 - REFORMA AGRÁRIA E AGROECOLOGIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA.....	125
4.1 <i>Sociologia</i> (2016)	127
4.2 <i>Sociologia Hoje</i> (2016).....	130
4.3 <i>Tempos Modernos, tempos de Sociologia</i> (2016).....	136
4.2.4 <i>Sociologia em Movimento</i> (2016).....	138
4.2.4 <i>Sociologia para Jovens do Século XXI</i> (2016)	142
4.6 Considerações sobre a Reforma Agrária	156
4.7 Considerações sobre a Agroecologia.....	166
4.8 Materiais de apoio da Questão Agrária	176
CONCLUSÃO.....	179
REFERÊNCIAS:	188
APÊNDICE I - Sugestão de artigos, livros, trabalhos acadêmicos e documentos oficiais sobre as Questões Alimentar, Agrária e Ambiental	197

1. INTRODUÇÃO

Essa dissertação analisa como os conceitos de Fome, Soberania e Segurança Alimentar, Reforma Agrária e Agroecologia, são abordados nos livros didáticos de Sociologia aprovados no PNLD de 2018. Estes conteúdos, que fazem parte da Questão Alimentar, Agrária e também Ambiental, são de extrema importância para a sobrevivência humana na Terra.

Parte-se do pressuposto de que o ensino de Sociologia contribui para o exercício da desnaturalização e do estranhamento das relações sociais e para a compreensão dos processos sociais, políticos, econômicos e ambientais, e, que os conceitos aqui elencados são essenciais para o trato sociológico das temáticas apresentadas. Além disso, a disciplina possui conteúdos e ferramentas que nos permitem compreender a relação destrutiva que o Sistema Capitalista impõe sobre o Meio Ambiente e os seres humanos. Entendemos que a alimentação é pouco abordada pelas Ciências Sociais e por outras áreas, mas ainda assim, gera diversos discursos, temas, conteúdos e ferramentas. Assim, a escolha deste objeto de pesquisa se justifica pela importância e abrangência que a temática alimentar possui na desnaturalização de conceitos e relações sociais, afinal, uma educação crítica e dialética aposta na conscientização das novas gerações e resgata a necessidade de se repensar o desenvolvimento Capitalista, bem como as formas de produção e de consumo que fazem parte da realidade concreta de estudantes da Classe Trabalhadora.

A escolha do tema também passa pela subjetividade de quem escreve, e, por isso, devo me apresentar. Sou Cientista Social (bacharel e licenciatura) formada pela Universidade Estadual Paulista, Unesp/Marília e integro o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, contribuindo no Setor de Comunicação pela regional de Promissão (MST/SP). Faço parte do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), da Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional e Sustentável (CRSANS) e do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) de Marília. Também sou membra do Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais (CPEA) e da Associação Ambientalista de Marília – Origem e atuo como Cuidadora Social na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de Marília.

Cresci entre a cidade e o campo e essa experiência tem sido extremamente rica, demonstrando cada vez mais a necessidade de romper a distância dos meios urbanos e rurais e a linha imaginária que separariam esses dois mundos. A minha família foi responsável pela minha

formação humana e militante: mãe Professora Universitária, avó Cientista Social, pai e irmãs assentadas pela Reforma Agrária.

Durante a graduação em Ciências Sociais na Unesp de Marília (2013-2018), na qual me formei em licenciatura e bacharelado, participei de diversos projetos, como bolsista e voluntária. Entre eles, o “Observatório do Meio Ambiente”, financiado pela Pró-Reitoria de Extensão Universitária, PROEX, com o intuito de, a partir de um monitoramento dos meios de comunicação online de Marília e Bauru, averiguar o aparecimento de temas ambientais na mídia. O site está hospedado na página oficial da Unesp de Marília e tem servido de suporte para refletir sobre as questões ambientais da região, principalmente ao “Projeto Nós Propomos” em parceria com o Instituto de Geografia e Ordenação Territorial (IGOT) da Universidade de Coimbra, desenvolvido em 2017 e 2018 com os estudantes marilienses. Também fui voluntária do Centro de Tecnologia e Informação em Segurança Alimentar e Nutricional (INTERSSAN) em um projeto de Tecnologias Sociais em Segurança Alimentar e Nutricional: video e fotografia como possibilidade de valorização de saberes em Agroecologia e Educação do Campo no ano de 2018 e 2019. Todas estas atividades foram desenvolvidas com os integrantes do Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais (CPEA) da Unesp de Marília.

Além disso, participei em anos anteriores do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), com a pesquisa desenvolvida sem financiamento, “Experiências de Educação do campo nos Assentamentos Paulistas da Reforma Agrária”, do Núcleo de Direitos Humanos (NUDHUC) e do Núcleo de Ensino, com o projeto “Utilização de Jogos Lúdicos no Ensino de Sociologia”.

Defendi o TCC “Práticas ambientais como possibilidades de Educação Emancipatória: interfaces entre o ‘Projeto Nós Propomos!’ e o ‘Observatório do Meio Ambiente’” em 2018. Em seguida, iniciei o Mestrado no Profsocio, analisando a Questão Alimentar e Agrária nos livros didáticos, buscando desenvolver uma pesquisa sobre o ensino de Sociologia e a prática enquanto educadora Sócio Ambiental.

Uma outra experiência que também me possibilitou novos olhares para o meio ambiente e à produção de alimentos foi trabalhar como recenseadora do IBGE nas pesquisas do Censo Agropecuário de 2017. Além disso, comecei a auxiliar na venda direta de alimentos agroecológicos, participando da organização das ‘Feiras Populares Contra os Agrotóxicos’,

realizadas em Marília mensalmente nos anos de 2017 e 2018, e desde 2019, contribuindo na venda das Cestas Agroecológicas do Assentamento de Reforma Agrária Luiz Beltrame de Castro¹ à trabalhadores da cidade. Em 2020, já no cenário de Pandemia de Covid-19, passei a compor o setor de Comunicação do MST-SP pela Direção Regional de Promissão e a colaborar com a Rede de Combate à Violência Doméstica² do MST-SP - que acolhe e direciona vítimas de violência de gênero e dialoga com homens, mulheres, LGBTQI+, crianças e jovens sobre questões de Gênero, Violência e Juventude.

Neste estudo, observa-se que os temas da Fome e da Reforma Agrária são relativamente recorrentes nos materiais didáticos e suas abordagens são amplas, utilizando diversos materiais de apoio, bem como os enfoques. Já os conceitos de Soberania Alimentar, Segurança Alimentar e Agroecologia são pouco trabalhados, sendo encontrados em apenas dois livros didáticos.

Tendo em vista essas considerações iniciais, compreende-se a necessidade do aprofundamento da Questão Alimentar e Agrária, principalmente em momentos de crises de produção e superprodução e para o enfrentamento de situações que atingem a todos diretamente, como o envenenamento das produções agrícolas e a fome. Desta forma, esta pesquisa tem como objetivo principal analisar como estes temas são abordados nos livros de Sociologia do Ensino Médio, selecionados no PNLD de 2018, examinando os conteúdos referentes às questões mencionadas nos materiais didáticos e apresentando os materiais de apoio propostos pelos autores e autoras.

Pretende-se então, gerar novas discussões para o avanço do Ensino de Sociologia, visto que existe uma relação entre o sujeito e o mundo que não pode ser traduzida em números, devendo assim tratar os dados aqui resgatados de forma qualitativa. Para tanto, serão realizadas leituras bibliográficas sobre os temas elencados e as metodologias de Ensino de Sociologia, além de breves apresentações das *Orientações Curriculares Nacionais* (OCNs), dos *Parâmetros*

¹As Cestas Agroecológicas Luiz Beltrame promovem a entrega quinzenal de cestas de alimentos Sem Veneno aos moradores da cidade de Marília e Bauru, principalmente à professores e estudantes da Universidade Estadual Paulista - UNESP e Faculdade de Medicina de Marília – FAMEMA e professores do ensino básico associados à APEOESP ou não. Acontece a venda e a doação com princípios na solidariedade de classes. Outros processos de venda direta de alimentos da Reforma Agrária como esse, tem se fortalecido na região e no país.

²A Rede de Combate à Violência Doméstica conta com profissionais da saúde, do direito e com Setores de Gênero e da Comunicação.

Curriculares Nacionais (PCNs), da *Lei de Diretrizes e Bases* (LDB) e da *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC).

Nesta pesquisa é feita uma análise qualitativa e quantitativa³ dos seguintes livros didáticos aprovados do PNLD 2018: *Sociologia* (ARAUJO et al., 2016); *Sociologia Hoje* (MACHADO et al., 2016); *Tempos modernos, tempos de Sociologia* (BOMENY et al., 2016); *Sociologia em Movimento* (SILVA et al., 2016) e *Sociologia para jovens do século XXI* (OLIVEIRA; COSTA, 2016). Dessa forma, aporta-se nos materiais mais recentes utilizados em sala de aula, livros aprovados na última edição do Programa do Livro Didático (PNLD) em 2018, que tem vigência de três anos e é de uso optativo⁴ em todas as escolas públicas. Como material de apoio, foi usado o Guia PNLD de 2018, no qual encontramos breves comentários sobre os materiais aprovados que servem para nortear a decisão dos professores. Porém, este Guia é insuficiente para pensarmos sobre os conteúdos apresentados, e por isso, é preciso recorrermos a cada um dos livros didáticos aprovados.

Entende-se que a partir dos conceitos de Fome, Reforma Agrária, Soberania Alimentar, Segurança Alimentar e Agroecologia pode-se compreender melhor questões que tanto influenciam na conjuntura social, política e ambiental brasileira. Para aprofundar a temática, ao longo desta pesquisa são resgatados e sugeridos autores e autoras brasileiras, adeptos do pensamento crítico ou do materialismo dialético, que se propuseram a compreender a realidade social nacional a partir da ótica da singular da Questão Agrária ou Alimentar.

Karl Marx (2013), no livro *O Capital*, aponta desde 1867, que a separação entre campo e cidade conduziu a uma ruptura metabólica, evidenciando o processo de alienação dos seres humanos em relação aos meios de produção e também das condições naturais necessárias à sua própria existência. Marx (2013, p. 799) entendia que a grande propriedade de terra “[...] reduz a população agrícola a um mínimo em diminuição constante e opõe-lhe uma população industrial cada vez maior, aglomerada em grandes cidades, gerando assim as condições para uma ruptura irremediável no metabolismo social, prescrito pelas leis naturais da vida.” Dessa forma, acontece cada vez mais um “[...] desperdício da força da terra, o qual, em virtude do comércio, é levado muito além das fronteiras do próprio país.” (MARX, 2013, p. 799).

³Sobre os métodos de pesquisa nas Ciências Sociais ler Becker (1994) e Kaufmann (1977).

⁴O programa garante que pelo menos uma das edições aprovadas em cada escola esteja à disposição dos educadores.

Desde o século XIX, Marx e outros intelectuais já percebiam o perigo da alienação humana, frente aos meios de produção, mas principalmente ao meio físico, biológico e químico em que viviam. Ailton Krenak⁵, no livro *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019)⁶, critica a concepção de humanidade como algo separado da natureza, afirmando que essa premissa antropocêntrica determina o desastre socioambiental de nossa era. Para o ativista indígena, nós

[...] fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza (KRENAK, 2019, p. 17).

A partir de Krenak o discurso ancestral⁷ chega às academias e, dessa forma, o pensamento ameríndio se mescla ao ocidental, afrontando este último. O autor ainda se questiona, se realmente somos uma humanidade, já que mais de 70% da população está totalmente alienada “[...] do mínimo exercício de ser.” (KRENAK, 2019, p. 9). Explica que

A modernização jogou essa gente do campo e da Floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade. Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos. (KRENAK, 2019, p. 9)

Dialogando com o exposto acima e voltando às ideias de Karl Marx (2013) é possível perceber que a indústria e a agricultura, quando exploradas de modo industrial, atuam de forma conjunta. Assim,

⁵Krenak integrou a Assembleia Nacional Constituinte, responsável pela Constituição Brasileira de 1988; foi um dos fundadores da União dos Povos Indígenas; é Doutor Honoris Causa e professor da Universidade Federal de Juiz de Fora; ganhou o prêmio Juca Pato de Intelectual do Ano, oferecido pela União Brasileira de Escritores em 2020, e é considerado uma das maiores lideranças do movimento indígena brasileiro.

⁶KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2019.

⁷Importante lembrar que, segundo a FUNAI há pelo menos 300 povos originários no Brasil, com uma infinidade de grupos com características culturais e identidades coletivas próprias. Apesar da grande contribuição cultural que dão ao nosso país, são aparentemente invisíveis para a sociedade brasileira, mas seguem sendo assassinados e lutando contra os grandes ruralistas que tentam usurpar seus modos de vida e o chão onde pisam.

Se num primeiro momento elas se distinguem pelo fato de que a primeira devasta e destrói mais a força de trabalho e, com isso, a força natural do homem, ao passo que a segunda depreda mais diretamente a força natural da terra, posteriormente, no curso do desenvolvimento, ambas se dão as mãos, uma vez que o sistema industrial na zona rural também exaure os trabalhadores, enquanto a indústria e o comércio, por sua vez, fornecem à agricultura os meios para o esgotamento do solo (MARX, 2013, p. 799).

Os impactos dessas transformações, que dizem respeito à relação do ser humano com a terra e com o conjunto de bens naturais, agora regida pelas leis do lucro e da acumulação, estão sendo estudados por muitos marxistas e autores críticos, uma vez que todo progresso da agricultura capitalista “[...] é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade.” (MARX, 2013, p. 462-463). Marx (2013, p. 462-463) ainda acrescenta que “[...] a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador.” Atualmente, os grandes empresários capitalistas estão envolvidos com os discursos de Desenvolvimento Sustentável, conceito que reflete a contradição no sistema capitalista, que sem buscar romper as bases da exploração humana e não-humana, busca condições de se perpetuar, dando um caráter sustentável às relações de desenvolvimento econômico capitalistas.

Assim, esta pesquisa se referencia em autores materialistas e outros pensadores críticos que analisaram a questão da fome como um fenômeno produzido pelas relações de exploração e que tem se intensificado com o sistema capitalista neoliberal em suas fases cada vez mais predatórias. Entende-se que sem o aprofundamento de algumas questões sociais, políticas e ambientais que abarcam a questão alimentar não há possibilidade de reflexão e nem de crítica. Considera-se que uma educação crítica que aborde temas complexos sob diferentes óticas, proporciona aos estudantes uma maior responsabilidade social, com reflexos nos ambientes familiares, escolares, nas comunidades, nas cidades, principalmente, no que se refere às suas ações e relações com o mundo.

É necessário agora delimitar a que nos referimos quando pensamos e falamos sobre a Questão Alimentar, Agrária e Ambiental no Brasil. Parte-se do entendimento de que a Questão Alimentar se trata de um conjunto de fenômenos, processos sociais e relações econômicas, de exploração do meio ambiente - inclusive dos próprios seres humanos - que envolvem a garantia

da alimentação e da sobrevivência da humanidade. Esta temática engloba tanto a produção de alimentos e o seu acesso quanto as políticas de garantia de acesso à ‘comida de verdade’⁸ e à terra.

Já a Questão Agrária é um conceito utilizado para “[...] explicar a forma como as sociedades e as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território.” (STÉDILE, 2011, p. 15) Parte-se do entendimento de que a apropriação do território brasileiro sempre esteve permeada por sérios conflitos pela terra⁹. Segundo o Global Witness, o Brasil é número 1 em mortes de ativistas em conflitos ambientais ou pela terra.

Quando falamos da Questão Ambiental, nos remetemos principalmente aos impactos ambientais negativos causados pela ação humana¹⁰. Estes podem se manifestar na alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente e afetar a saúde, a segurança e o bem-estar da população e dos seres vivos. Além disso, muitos crimes¹¹ e desastres ambientais degradam áreas de biodiversidade, biomas, ecossistemas e agroecossistemas¹² inteiros. Contudo, ações respaldadas em legislações também prejudicam nossa existência na Terra, como é o caso da produção convencional de alimentos através da monocultura e da utilização de agrotóxicos e transgênicos, por exemplo. Aliás, algumas destas áreas degradadas, que sofreram deterioração, e estão além da regeneração natural dos solos, exigem interferência humana¹³. Daí vem as teorias ambientalistas com focos diferentes: preservação (isolamento de áreas) e conservação (manejo ecológico com intervenção humana).

⁸Comida de Verdade é entendida pelos Movimentos Sociais como alimentos sem processamento e sem agrotóxicos, que combatem os grandes vilões da alimentação saudável, os ultraprocessados.

⁹A Global Witness registrou 78 casos de pessoas assassinadas por conflitos fundiários.

¹⁰Os impactos podem ter causas naturais, ou também, serem positivos ou negativos.

¹¹Acidente com o Césio-137 em setembro de 1987, em Goiânia; Vazamento de óleo na Baía de Guanabara no dia 18 de janeiro de 2000; Vazamento de óleo na Baía de Campos no dia 08 de novembro de 2011; Rompimento da barragem de Mariana em 05 de novembro de 2015; Rompimento da barragem de Brumadinho/MG: 27 de janeiro de 2019. Importante lembrar que muitos dos crimes ambientais que ocorreram no Brasil e no mundo são consequência, principalmente, da estrutura precária de algumas instalações e falta de manutenção constante, decorrente também de terceirizações inconsequentes.

¹²O local da produção agropecuária, que se encontra dentro de um ecossistema.

¹³Vale destacar que esta recuperação visa sempre o retorno das condições naturais o mais próxima possível das que eram encontradas antes da degradação, segundo a Resolução CONAMA nº 001/86, órgão criado em 1982 pela lei nº 6.938/81, consultivo e deliberativo do (SISNAMA) que dispõe sobre a política nacional do meio ambiente.

Um importante instrumento que pode nos auxiliar na compreensão dos conflitos ambientais, agrários e alimentares é o Mapa de Conflitos Ambientais e de Saúde no Brasil,¹⁴ elaborado através de pesquisa contínua feita pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação (FASE) e pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), publicado em 2010 e 2016. Nesses documentos foram relatados pelo menos 297 conflitos ambientais em 2010 e 571 em 2016 e uma piora na qualidade de vida¹⁵ (85,93%) das pessoas.

A maioria destes conflitos (53,20%) acontecem em área rural enquanto a minoria (17,51%) ocorre em área urbana. Contudo, nos aportando nos dados do IBGE, percebemos que 83% da população brasileira vive na área urbana, e 17,% na área rural. Estes são resultados das tentativas de expansão capitalista na busca de novos territórios e recursos naturais, que atingem e massacram os povos que vivem no campo, nas florestas e às margens dos rios¹⁶. Por sua vez, na área urbana, aparecem moradores de rua, sem teto ou habitantes próximos a lixões ou em locais atingidos por acidentes ambientais, poluição, enchentes, nas encostas e favelas verticais¹⁷. Esta violência se apresenta em pelo menos cinco modalidades: ameaça, física, assassinato¹⁸ e a insegurança alimentar, traduzida pela fome.

No referido mapa, aparecem como responsáveis, em ordem decrescente: a monocultura, as barragens e hidrelétricas; a mineração, o garimpo e a siderurgia; pecuária; madeiras;

¹⁴Este mapa de conflitos ambientais e saúde, foi publicado inicialmente em 2010, após 2 anos de pesquisas num trabalho conjunto entre a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação (FASE) e a Fiocruz, com o apoio financeiro do departamento de saúde ambiental e saúde do trabalhador do Ministério da Saúde. Em 2016 o mapa foi atualizado, mas a partir de 2017 a verba foi retirada pelo Governo de Michel Temer. A metodologia usada foi a seleção de reportagens, artigos e relatórios acadêmicos, relatórios técnicos e materiais que apresentaram seriedade e consistência e, complementadas com as ações desenvolvidas pelo Ministério público, demandadas pelas populações atingidas.

¹⁵A pesquisa utilizou uma concepção de saúde ampliada que ultrapassa as questões biomédicas. Considerou aspectos relacionados à qualidade de vida, cultura, tradições, o que para os povos tradicionais significa o "bem viver". É uma visão de mundo que rejeita a ideia de desenvolvimento (progresso, riqueza, consumismo) que traz como ônus a perda dos valores comuns, tradições e práticas onde a natureza desempenha papel central.

¹⁶No campo quem sofre majoritariamente são os agricultores familiares, os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, trabalhadores rurais sem terra, extrativistas, seringueiros, comunidades de fundo e fecho de pasto, geraizeiros, quebradeira de coco e vazanteiros.

¹⁷Na área urbana sofrem os moradores de aterros ou áreas contaminadas, trabalhadores em atividades insalubres, moradores de periferias, ocupações e favelas, moradores no entorno de lixões e/ou áreas afetadas por acidentes ambientais, catadores de materiais recicláveis, segundo o Mapa de Conflitos.

¹⁸Além dos números assustadores no Brasil, também aparece o suicídio, com um percentual aparentemente baixo (2,51%) mas é de grande importância na medida em que ele atinge boa parte dos povos indígenas com idade inferior a 20 anos.

especulação imobiliária; indústria química e de petróleo; agrotóxicos; atividades pesqueiras e carnicultura¹⁹; rodovias, ferrovias, terminais portuários. Os principais conflitos identificados são: a alteração no regime tradicional de uso e ocupação de territórios (70%), a poluição dos recursos hídricos, falta/irregularidade na demarcação de território nacional, desmatamento e/ou queimada; poluição do solo; falta/irregularidade na autorização ou licenciamento ambiental; alteração do ciclo reprodutivo da fauna; invasão/dano área protegida, poluição atmosférica; assoreamento de rios, erosão do solo; contaminação ou intoxicação por substâncias nocivas; poluição sonora; falta de saneamento básico; pesca/caça predatória; inundações e enchentes; precarização/riscos no ambiente de trabalho; incêndios; favelização e desertificação e a destruição de biomas (cerrado).

O mapa citado também registra com quem podemos contar para denúncias: o Ministério público aparece em primeiro lugar, representado pela 6ª Câmara de coordenação e revisão²⁰, seguido das Organizações Não-Governamentais (ONGs), movimentos sociais, organizações ligadas às igrejas, redes (rede brasileira de justiça ambiental) e organizações sindicais.

Atualmente, existem dezenas de Movimentos Sociais do Campo como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), entre outros. Cada organização se distingue por suas demandas específicas, mas se unificam na luta pela terra e pela justiça.

Entende-se aqui que os impactos gerados pelo fenômeno da fome, como a desnutrição e a subnutrição de milhões de pessoas, pela degradação dos solos e destruição de agroecossistemas são reflexos de um modelo de desenvolvimento social que privilegia o Capital ao invés do bem-estar social. Parte-se, portanto, da interpretação de que a fome no país é produzida inclusive pela submissão da sociedade brasileira aos ditames do capital que produz inúmeros reflexos nos modos de comer, viver, adoecer e morrer das populações. Dessa forma, a fome é um fenômeno mundial, que se intensifica com o capitalismo devido à má distribuição de terras, de renda e de oportunidades e da apropriação de grandes e megas empresários de grandes espaços de terra, produzindo latifúndios improdutivos, que exaurem o solo e degradam os biomas.

¹⁹Criação de camarões.

²⁰Tem o dever de proteger indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, comunidades tradicionais como beiradeiros, fundo e fecho de pasto, geraizeiros, vazanteiros e faxinalenses.

As causas mais conhecidas para o crescimento do problema mundial da fome são muitas. Entre elas podemos elencar algumas: propriedade privada da terra, produção de *commodities*, a precária Reforma agrária, a má administração dos recursos naturais, e principalmente, os múltiplos conflitos políticos e civis, guerras e políticas econômicas mal planejadas, bem como a superpopulação, as desigualdades sociais, dentre outras.

As consequências também são inúmeras e se relacionam com o péssimo desenvolvimento biológico. Efeitos como a desnutrição, a subnutrição, o raquitismo, a anemia, a obesidade, entre outros distúrbios, são comumente observados em populações mais carentes e vulneráveis. Além disso, a fome pode levar ainda à morte. Estes são efeitos individuais, porém, podemos elencar alguns coletivos, tais como comunidades sociais pauperizadas, famintas e abandonadas pelos governos, desorganizadas politicamente e incapazes de se rebelar contra a ordem capitalista, não apenas pela fome produzida no interior desses grupos, mas também pelo processo de exploração que, por vezes, não permite que enxerguem sua questão como um problema social.

A precária distribuição de renda, das oportunidades de trabalho e dos alimentos e terras de cultivo é um dos fatores que ocasiona a fome no mundo. Contudo, é a falta de acesso (muitas vezes proposital) que faz com que milhões de pessoas, em pleno século XXI, ainda morram de fome, em um mundo no qual se produz 3 vezes mais do que o necessário para alimentar a população mundial, já que por ano se desperdiça cerca de 30% de toda a alimentação produzida, ou seja, por volta de 1 bilhão de toneladas são descartadas. (FAO, 2019).

Inicialmente, precisamos entender como a fome é compreendida em diferentes tempos históricos e quais são os referenciais teóricos. A partir da leitura do autor suíço Jean Ziegler (2012) podemos identificar três momentos em que as atenções se voltam ao problema da fome. Em 1978, Thomas Robert Malthus desenvolve um teorema afirmando que a população mundial tenderia a crescer tão descontroladamente que a produção de alimentos não seria capaz de acompanhar essa expansão.

A partir disso, ele propõe um controle de natalidade voltado às populações mais pobres, a fim de evitar a reprodução biológica de seres humanos em condições sociais de vulnerabilidade. Esta teoria alegava que sem uma eliminação periódica das populações, uma espécie de seleção ‘natural’, a humanidade sofreria ainda mais com a fome, já que a limitação da natureza e a falta de recursos naturais impossibilitaria um futuro promissor. Assim, a população crescendo em

ritmo acelerado, superaria a oferta de alimentos e resultaria em problemas como a escassez de alimentos. Este teorema, criado no século XVIII é aclamado até o período da Segunda Guerra Mundial, justamente porque era útil às classes dirigentes dos impérios coloniais, que produziam grandes massacres nas colônias com a exploração do trabalho e produção da fome. (ZIEGLER, 2012)

Outro momento resgatado por Ziegler, é a ascensão do Nazismo e do Fascismo, e os resultados nefastos da Segunda Guerra que repercutiu em todo o globo. Adolf Hitler (1889-1945), líder nazista alemão usou a fome como arma letal para seus projetos criminosos de reduzir parte da população mundial, a qual ele acreditava que deveria ser exterminada. Finalmente, segundo Ziegler (2012), foi possível enxergar uma ruptura epistemológica com as teorias malthusianas, pois os europeus ao sofrer com a fome, passaram a compreendê-la enquanto projeto criminoso do próprio homem e não mais como uma simples limitação da natureza.

Em certa medida, podemos observar a fome enquanto arma de guerra em outros tempos históricos e países, e inclusive, atualmente, em países como Síria e Palestina e tantos outros, através de ataques constantes às produções, carregamentos e locais de abastecimento, fechamento de fronteiras, entre outras táticas. Sobre estes e outros conflitos, pode ser conferido o site “Monitor do Oriente”²¹.

Ainda sobre a utilização da fome enquanto arma, Soraya Misleh, na reportagem “Do Brasil a Palestina: fome e falta de vacinas”, faz uma comparação quantitativa sobre o impacto da fome entre os dois países. Na Palestina sob ocupação - termo utilizado para se referir à invasão israelita às terras palestinas -, metade da população tem dieta nutricional comprometida e 32,7% enfrentam o agravamento da insegurança alimentar em meio à pandemia de Covid-19. Em Gaza, a situação dos 2 milhões de habitantes é ainda mais complicada, devido ao cerco e bombardeios israelenses que já duram mais de 14 anos, são 68,5%. Nesse contexto, metade das crianças vive quadro de desnutrição crônica e mais de um milhão depende de ajuda humanitária para se alimentar.

Já sobre o Brasil, é apresentado que mais da metade da população brasileira vive em algum nível de Insegurança Alimentar. Dessa forma, segundo os dados do Inquérito Nacional

²¹Reportagem disponível em: <https://www.monitordooriente.com/20210408-do-brasil-a-palestina-fome-e-falta-de-vacinas/> 8/04/2021

sobre Segurança Alimentar no contexto da pandemia de Covid-19²², em 2020, 116,8 milhões de pessoas estão sem acesso pleno e permanente a alimentos. Deste total, a situação de 19,1 milhões (9% dos brasileiros), é gravíssima, ou seja, estão literalmente passando fome. Este número é altíssimo quando pensamos que este é um país sem guerra declarada, além da Guerra institucional às drogas, aos pobres e moradores das favelas e periferias.

Além das áreas de ‘conflito agudo’, há países afetados por múltiplas crises políticas e de longo prazo, como Somália, Sudão, Sudão do Sul, República Democrática do Congo e Iêmen.²³ As constantes crises do sistema Capitalista e Neoliberal não são por acaso. E mais ainda, não são suficientes para “[...] fazer o neoliberalismo desaparecer. Muito pelo contrário, a crise apareceu para as classes dominantes como uma oportunidade inesperada. Melhor, como um modo de governo. (DARDOT; LAVAL, 2009, p. 08)

O terceiro momento é quando Josué de Castro escreve *Geografia da fome* (1946), obra de grande relevância mundial. Este livro foi uma revelação por indicar, através de dados e densas pesquisas, que o fenômeno da fome tem origem política e não natural. Castro é considerado por Ziegler (2013), e tantos outros pesquisadores, um dos maiores pensadores do século XX. Seus estudos refletiram na criação da Organização das Nações Unidas pela Alimentação e Agricultura (FAO), nos restaurantes dentro das Empresas, Merenda escolar, Definição do Salário Mínimo, dentre outras melhorias no que se refere à alimentação da classe trabalhadora.

Pontuamos também que o desenvolvimento dos conceitos de Soberania Alimentar e de Segurança Alimentar e Nutricional são importantes marcos, e têm sido defendidos nas últimas duas décadas como medidas necessárias para combater a fome, a desnutrição e a má alimentação, que segundo Stédile (2012) são os problemas mais trágicos da humanidade. Apesar de os termos serem parecidos, se diferem na essência e inclusive são alvo de disputas, como veremos no decorrer desta dissertação.

²²Realizado em dezembro de 2020 pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

²³Como tentativa de denúncia, o Prêmio Nobel da Paz de 2020 foi entregue ao Programa Mundial de Alimentos da Organização das Nações Unidas, que tem difundido que a fome tem sido utilizada como arma de guerra. Disponível em: <https://www.pressenza.com/pt-pt/2020/10/premio-nobel-da-paz-a-fome-e-uma-arma-de-guerra/> (16/10/2020).

Por sua vez, o conceito de Agroecologia é considerado uma construção recente e sua definição ainda não está de certa forma consolidada. Dominique Guhur, apoiada em Leff, (2002, p. 42) define a Agroecologia como um conjunto de “[...] conhecimentos sistematizados, baseados em técnicas e saberes tradicionais (dos povos originários e camponeses) que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura.” (GUHUR apud CALDART, 2013, p. 59)

Importante também já comentar a atuação da Via Campesina, uma articulação autônoma composta por Movimentos Sociais do Campo dos 5 Continentes²⁴, que tem unificado as lutas camponesas em pelo menos 73 países desde 1993 e desenvolvido internacionalmente um importante debate sobre o combate à fome através da Soberania Alimentar aliada à Agroecologia e à Reforma Agrária, em uma perspectiva de rompimento com a ordem do Capital. Enquanto isso, a Organização das Nações Unidas tem elaborado políticas de Segurança Alimentar e Nutricional globalmente, em uma perspectiva de atuação dentro da Ordem do Capital, mantendo as estruturas que oprimem trabalhadores e perpetuam o estado de fome de comunidades, regiões e até países inteiros.

Dados mais recentes da FAO apontam que dentre os 7.633 bilhões da população mundial, 2.014 bilhões de pessoas estão em situação moderada de insegurança alimentar e 704 milhões em severa insegurança alimentar. Quando nos referimos à América Latina, do total de 608 milhões de pessoas, 188 milhões estão em situação de moderada insegurança alimentar e 55 milhões em severa insegurança alimentar (FAO, 2018). O termo Insegurança alimentar refere-se à situação de fome e a falta de acesso aos macros e aos micronutrientes. No gráfico abaixo é possível conferir como a desnutrição foi registrada dos anos 2005 a 2018, sendo o último apenas uma estimativa:

²⁴ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Articulação dos Povos Indígenas (APIB), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Associação dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ), Associação de Assalariados Rurais (ADERE), Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM), o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) (Via Campesina, 2016).

Tabela 1- Dados sobre desnutrição

Prevalência de desnutrição (%)						
	2005	2010	2015	2016	2017	2018*
World	14.5	11.8	10.6	10.7	10.8	10.8
Latin America	8.1	5.9	5.3	5.5	5.7	5.7
Central America	8.4	7.2	6.3	6.1	6.1	6.1
South America	7.9	5.3	4.9	5.3	5.5	5.5

Fonte: relatório da FAO (2018)

É essencial compreendermos que estas temáticas tão delicadas e, ao mesmo tempo, atuais e universais²⁵, devem ser exploradas, pois são parte essencial da vida de cada ser humano que habita o planeta Terra. A Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU²⁶ de 1948, apresenta no artigo 25 o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), determinando que “[...] todas as pessoas têm direito a uma boa nutrição como condição *sine qua non* para um desenvolvimento pleno, físico e mental.” (ONU, 1948, n.p.) Muitas décadas depois, passa-se a desenvolver mais os debates sobre alimentação, elaborando-se o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional e em contraponto a ele, o de Soberania Alimentar.

A Segurança Alimentar trata sobre o direito de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e as práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam sustentáveis (LOSAN, 2006). Tem se tornado um conjunto de políticas públicas voltadas para a garantia da alimentação. O termo passou a ser utilizado na Europa durante a 1ª Guerra Mundial (1914-1918), ligado à segurança nacional e à capacidade de cada país produzir sua própria alimentação²⁷. Ganhou força, contudo, a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) a partir da criação da Organização das Nações Unidas – ONU, em 1945.

Este conceito tem sido permeado por tensão política entre os organismos que entendem o acesso ao alimento de qualidade como um direito humano e outros que defendem que a alimentação seja garantida por mecanismos de mercado, tornando-se escassa para parte da

²⁵Milhões de pessoas vivem e continuarão vivendo em condições de miséria e fome em nosso país, pois os esforços para mitigar a fome ainda são insuficientes e não tocam no cerne da questão.

²⁶A mesma ONU que não se posiciona em relação à invasão israelita e o genocídio em massa do povo palestino e de tantos outros povos.

²⁷Para não ficar vulnerável a possíveis embargos, cercos ou boicotes devido a razões políticas ou militares.

população mundial. Essa tensão, segundo Lehman (1996), era – e ainda é - um reflexo da disputa política entre os principais blocos em busca da hegemonia.

Já a concepção de Soberania Alimentar se apresenta de forma mais ampla e crítica, ao tratar do direito primordial dos povos à produção e ao consumo de alimentos saudáveis e culturalmente apropriados²⁸ e não mais controlados pelos mercados internacionais e definidos pela especulação de preços. Com isso, produtores e consumidores passam a estar no centro das decisões políticas do sistema alimentar, ao invés das exigências de grandes corporações que dominam hoje as relações de produção. (VIA CAMPESINA, 2000)

Desenvolvida e incentivada por Movimentos Sociais do Campo de vários países, organizados pela Via Campesina, a Soberania Alimentar preza por uma remuneração justa aos produtores e o controle de sua alimentação e nutrição a quem consome. Desse modo, defende a autonomia de alimentação dos povos em relação ao mercado, já que a especulação de preços impossibilita a justa distribuição de alimentos, priorizando a economia local e nacional, concedendo autonomia aos camponeses e à agricultura familiar em geral, gerando melhores condições de vida e de trabalho, inserindo um conteúdo político, ecológico e cultural nas relações sociais (MCMICHAEL, 2016; BELLO, 2010; BRAVO, 2007). Além disso, discute-se que o direito de uso e manejo da biodiversidade e das terras cultiváveis esteja nas mãos de produtores de alimentos que se preocupam com os impactos socioambientais de suas lavouras, com produção, distribuição e consumo baseados em uma economia social e ecológica que gere novas relações sociais livres de todos os tipos de opressão e desigualdade.

Com esta breve explicação sobre o mundo da SSAN, pode-se perceber que a simples escolha entre os termos, revela decisões políticas muito sérias. Todo o acúmulo que desembocou em leis, decretos e organizações contra a fome, não tem sido capaz de furar a bolha da estrutura Capitalista e, dentro da Ordem do Capital, há uma escolha pelo conceito e pela Lei orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional.

A Agroecologia remete ao mesmo tempo às técnicas agrícolas ecológicas, à uma ciência agronômica que respeita as interações com a biodiversidade local e busca tornar as relações sociais e ambientais mais justas. Alguns autores, pesquisadores e agricultores apostam na

²⁸De acordo com seu próprio regime alimentar e sistema agrícola.

Agroecologia aliada à Reforma Agrária para resgatar conhecimentos, técnicas, sementes e alimentos pouco conhecidos, além da melhoria na qualidade dos solos.

É essencial discutir essa temática, pois, o modelo de produção agrícola convencional no Brasil tem se baseado na utilização de Agrotóxicos e Transgênicos. Segundo o Dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), um terço dos alimentos comumente consumidos pelo povo brasileiro se encontra contaminado por agrotóxicos²⁹. Eles ainda contaminam o ser humano, o leite materno, os rios e as nascentes, o solo e os animais (ABRASCO, 2020). O professor suíço Jean Ziegler (2008, p. 01) alerta que:

Uma das principais causas da fome e da desnutrição de milhões de seres humanos é a especulação, que sobrevêm, sobretudo, da Chicago Commodity Stock Exchange [bolsa das matérias-primas agrícolas de Chicago], onde são estabelecidos os preços de quase todos os produtos alimentícios do mundo.

Em consonância com o que foi apresentado acima, o *Atlas do Agronegócio*³⁰ (2018) aponta que Bayer/Monsanto, ChemChina/Syngenta, Dow/DuPont e BASF, praticamente dominam a produção de agrotóxicos e sementes no mundo³¹. Dessa forma, a agricultura global³² se torna dependente destas sementes e venenos, que atacam a biodiversidade, enfraquecem o solo, envenenam seres humanos e todos os outros seres vivos, resultados da chamada Revolução Verde³³.

Ainda segundo o referido Atlas (2018), outras quatro multinacionais dominam a importação e a exportação de *commodities* agrícolas: Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Cargill e Louis Dreyfus Company. Já no que se refere aos alimentos processados, são cerca de dez grandes empresas, entre elas Unilever, Nestlé, Procter & Gamble, Kraft, Coca-Cola e 3G Capital.

²⁹Através de Medidas Provisórias, o desgoverno de Jair Bolsonaro (2019) liberou mais 474 novos produtos agroquímicos no mercado brasileiro só nos primeiros meses de 2019.

³⁰<https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Atlas-Agro-final-web-06-09.pdf>.

³¹Empresas originárias da indústria química.

³²Com isso, novas tecnologias são necessárias a todo momento: transgenia tradicional, a biofortificação de plantas (manipulação genética para aumentar a concentração de um ou mais micronutrientes específicos), a genética animal (patenteada), sofisticadas máquinas computadorizadas (A agricultura de precisão), entre outras.

³³O cientista americano Norman Borlaug, conhecido como pai da “revolução verde” ganhou o prêmio Nobel da Paz pelo “combate à fome” em 1970, ocasionado supostamente pelo pacote de produção agrícola inovador: grandes maquinários, defensivos agrícolas, transgênicos e agrotóxicos. Na época existiam 60 milhões de pessoas com fome, hoje esse número é 10x maior.

Sobre isso, Ricardo Abramovay comenta que é grande a quantidade de cores, formatos, marcas e alternativas nos supermercados, contudo “[...] a palavra mais marcante do padrão alimentar contemporâneo é a monotonia. E isso representa uma tripla ameaça: à saúde, à Segurança Alimentar e aos serviços ecossistêmicos dos quais todos dependemos.” (ABRAMOVAY, 2020, n.p.), Em um artigo ele cita o “Estado Mundial das Plantas e dos Fungos”, relatório do Kew Royal Botanic Gardens, instituição britânica, dirigida pelo pesquisador brasileiro Alexandre Antonelli, informando que:

O estudo mostra que as plantas comestíveis catalogadas globalmente pela ciência chegam ao impressionante número de 7.039. Destas, 417 são consideradas cultiváveis. As descobertas de novas plantas não cessam. Só em 2019, os botânicos registraram 1.942 novas plantas e 1.866 fungos que ainda não conheciam. No Brasil, duas novas espécies de mandioca selvagem foram catalogadas. (ABRAMOVAY, 2020, n.p.)

Sobre essa diversidade de alimentos, que hoje são esquecidos, ele apresenta também Tim Spector, epidemiologista genético britânico que em seu novo livro

[...] recomenda não tal ou qual regime alimentar, não quantas vezes por dia cada um deve comer, ou quanto exercício fazer, mas, antes de tudo, uma dieta com ao menos trinta plantas diferentes por semana. Para Spector, os alimentos ultra processados deveriam ser taxados e o produto desta imposição deveria subsidiar e baratear a diversificação do consumo comida de verdade — sobretudo, frutas e vegetais. Para ele, estimular a arte da cozinha doméstica é parte importante da necessária transição. Aprendemos a ler e escrever, mas precisamos também aprender mais sobre comida e cozinha. (ABRAMOVAY, 2020, n.p.)

Outros dados assustadores trazidos por Abramovay (2020) é que cerca de 90% do que ingerimos deriva de apenas 15 plantas, das quais dependem a alimentação humana e a alimentação animal contemporâneas. Além disso, pelo menos quatro bilhões de pessoas têm sua alimentação baseada exclusivamente em arroz, milho e trigo. A Educação Alimentar, como podemos já perceber, deveria estar presente em todas as esferas da vida.

Os alimentos ultraprocessados têm gerado ainda mais impactos na saúde e no meio ambiente. Carlos Monteiro, médico e professor da Universidade de São Paulo (USP) estuda e critica a Indústria alimentícia pela composição de comidas prontas³⁴, pobres em nutrientes e ricas

³⁴Também conhecida como *junk food* (comida rica em calorias, mas com baixa qualidade nutritiva): bebidas açucaradas (como refrigerantes e energéticos), chocolates, bolos, biscoitos, *fast food*, caldos e temperos à base de sal e carnes processadas, *snacks* industrializados, refeições congeladas, entre outros.

em aditivos³⁵ sendo responsável pela mudança na classificação dos alimentos. Ele liderou o estudo *Living Costs and Food Survey* 2008, que revela que a “comida real” foi substituída por lanches salgados e cereais açucarados, pão e sobremesas produzidos industrialmente, pratos preparados e carnes reconstituídas ao lado de refrigerantes adoçados. Também possui um artigo em que resgata a Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2002/2003 e analisa que o consumo dos alimentos que integram o grupo dos processados aumentava com a renda familiar, correspondendo a um terço do total calórico nos domicílios mais abastados.

A partir das pesquisas de Monteiro, a classificação dos alimentos por Macronutrientes (proteína, lipídios, carboidratos) e por Micro (vitaminas e minerais), está sendo substituída por seu grau de processamento. A classificação NOVA³⁶, organiza os alimentos em quatro grupos: alimentos não ou minimamente processados, ingredientes culinários processados, alimentos processados e os ultraprocessados (ingredientes isolados como o açúcar, o óleo, os carboidratos, as fibras, as proteínas e os aditivos). Esta classificação pode ser encontrada no Guia Alimentar para a População Brasileira, o qual alerta para os riscos das alimentações baseadas em alimentos pobres em nutrientes, problematiza a ingestão de carnes e leites e o risco dos processados e ultraprocessados³⁷ e a publicidade excessiva em torno destes alimentos, em detrimento dos frescos, *in natura*. Isso demonstra o poder que a Indústria alimentícia possui e o “poder de escolha” do consumidor, que se encerra na medida em que é bombardeado por propagandas comerciais em diferentes linguagens e mídias, além dos baixos preços extremamente atrativos.

O *The New York Times*, meio de comunicação americana, publicou a seguinte matéria: “Como a Grande Indústria Viciou o Brasil em Junk Food” (2017)³⁸, em que denunciava que a venda de ultraprocessados tem diminuído nos países ricos, enquanto as empresas de alimentos se expandem nos países em desenvolvimento, principalmente em nosso país, contribuindo para o aumento da obesidade e de problemas de saúde referente à péssima alimentação. Enquanto as

³⁵Pode causar predisposição à obesidade, diabetes e hipertensão, que podem levar à outras doenças mais perigosas ainda.

³⁶A classificação NOVA foi proposta em 2019 pelo Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (Nupens), tendo Monteiro como responsável.

³⁷O Guia também foi atacado pelo desgoverno de Jair Bolsonaro, bancada Ruralista e grandes empresários do ramo leiteiro e da carne.

³⁸Escrita por Andrew Jacobs e Matt Richtel Sept. 16, 2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/09/16/health/brasil-junk-food.html>.

multinacionais do gênero alimentício³⁹ aumentam sua presença nos países em desenvolvimento, começam a ser negadas nos países mais desenvolvidos e, dessa forma, transtornam os hábitos alimentares tradicionais do Brasil, Gana e Índia.

Muitos governantes querem resolver a situação da fome em seus territórios, assim como tantos outros problemas, de maneira simplória e oferecendo mais lucro à grande indústria. Na cidade de São Paulo, por exemplo, o ex-prefeito e agora governador do Estado de S.P., João Doria Jr., tentou transformar a alimentação escolar que era baseada em alimentos orgânicos e agroecológicos vindos majoritariamente da Agricultura Familiar, garantidos pelo Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE). Desejando reduzir custos e cuidados, pretendia dar mais restos aos pobres, com o que ele chamou de farinata, produto extremamente processado e sem nutrientes vivos que seria transformado em pão.⁴⁰ Para ele, pobre não tem hábito alimentar, e sim, fome.

Dessa forma, valeria tudo para solucionar esta questão, inclusive oferecer uma espécie de farinha feita com alimentos próximos da validade ou descartados, às crianças de escolas e creches públicas e às pessoas em situação de rua. Enquanto isso, durante a pandemia de Covid, em 2021, os ministros Paulo Guedes e Tereza Cristina sugeriram que a solução para a fome no Brasil seria mudar os critérios de vencimento dos alimentos nas prateleiras.⁴¹ Em suma, na contramão da sociedade, os governos recentes e atuais demonstram preferir continuar subservientes às empresas multinacionais, do que ouvir os Movimentos Sociais e a população brasileira, apoiando a construção da Agroecologia como um projeto de Soberania Alimentar e Nutricional, valorizando a agrobiodiversidade, as trabalhadoras e trabalhadores, e garantindo a produção saudável e a distribuição justa de alimentos saudáveis.

Como resposta à falta de investimento à produção agroecológica, de infraestrutura no campo, bem como do acesso dos educandos às escolas urbanas e aos conteúdos que contemplem suas vivências, os Movimentos Sociais desenvolvem diversas experiências de Educação Popular. Partindo da necessidade de instrumentalizar a luta dos trabalhadores, o MST por exemplo,

³⁹Como Nestlé, PepsiCo e General Mills.

⁴⁰A medida, que segundo ele, evitaria o desperdício de alimentos que ainda são próprios para o consumo e complementar os alimentos in natura, foi recusada pela sociedade paulista por diversas vezes. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/18/politica/1508347385_718583.html.

⁴¹<https://racismoambiental.net.br/2021/06/18/solucao-para-a-fome-nao-e-dar-lixo-aos-pobres/>

elabora uma pedagogia e concepção de educação própria, que vai além da escola pública inserida nos territórios e dos currículos oficiais, direcionando o Ensino para as realidades locais.

A Educação Popular e seus princípios podem estar próximos não só dos movimentos sociais, mas também das instituições escolares e das universidades. Esse resgate é essencial, no campo, na cidade, em todos os espaços, realizando a troca de saberes, sendo capaz de recuperar saberes, produzir conhecimentos e alcançar pessoas até então esquecidas e invisibilizadas por tantos processos sociais de embrutecimento. Provocando, assim, mudanças estruturais importantes que interferem de forma positiva na garantia de direitos sociais.

Após esse breve preâmbulo, faz-se ainda necessário explicar como este trabalho se divide. O primeiro capítulo, “Ensino de Sociologia: PNLD 2018”, reflete sobre o Ensino de Sociologia e o processo de produção, avaliação e escolha dos livros didáticos pelo Programa Nacional do Livro Didático. É explicada a relevância deste programa para as escolas públicas de todo o Brasil, além de apresentados os livros didáticos, seus autores, editoras e divisões. No segundo, “Fome e Soberania e Segurança Alimentar nos livros didáticos de Sociologia”, adentra-se na pesquisa quantitativa nos livros de Sociologia, a partir das palavras-chave Fome; Soberania Alimentar e Segurança Alimentar. Em seu final é feita uma pesquisa bibliográfica, bem como um apontamento sobre esses conceitos, buscando aumentar o aporte teórico e, consequentemente, os conteúdos sobre os temas abordados neste estudo. Já durante o terceiro e último capítulo, “Reforma Agrária e Agroecologia nos livros didáticos de Sociologia”, realiza-se uma pesquisa sobre os conceitos de Reforma Agrária e Agroecologia nos manuais didáticos. Também no final deste capítulo, são resgatados autores e livros importantes para a temática.

Feita a Revolução nas escolas, o povo a fará nas ruas.
Florestan Fernandes

2. CAPÍTULO 1. ENSINO DE SOCIOLOGIA E O PLANO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO - PNLD 2018

No primeiro capítulo desta dissertação, aborda-se o Ensino de Sociologia, a luta de sociólogos e educadores pela inserção da disciplina no Ensino Médio (E.M), bem como suas potencialidades. Em seguida, apresenta-se o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), responsável pela idealização, fabricação, edição e distribuição de livros de caráter didático de todas as disciplinas às escolas públicas brasileiras, bem como o PNLD de Sociologia, resgatando as edições anteriores, desde a inclusão da disciplina no E.M. em 2008, totalizando três edições. Por fim, são abordadas as autoras e autores dos livros didáticos, as editoras e suas concepções de Sociologia. Além disso, são expostos os livros didáticos, com o auxílio de tabelas e a pesquisa quantitativa desenvolvida aqui através da transformação dos conceitos que remetem à Questão Alimentar em palavras-chave nos cinco livros didáticos.

É importante iniciar esta dissertação com um resgate sobre a história do ensino da Sociologia no Brasil, marcada por idas e vindas e pela importância na ampliação das visões de mundo e na construção de ferramentas que permitam a todos uma efetiva participação social no mundo em que vivemos. Os impactos na formação dos jovens que ingressam no Ensino Médio e entram em contato com ferramentas sociológicas e as diversas teorias sociais, políticas e econômicas, estão sendo notados por alguns educadores e pesquisadores, que buscam refletir sobre as possibilidades do estudo da Sociologia e das relações sociais. Boa parte dos pesquisadores que estudam o Ensino de Sociologia, o fazem a partir de divisões de acordo com marcos históricos das políticas educacionais implementadas no país em cada período.

Neste estudo resgata-se de forma breve algumas legislações mais relevantes, que ora colocaram a disciplina em evidência, ora a retiraram da grade curricular, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996; as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN / 1998), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN / 1999) e as Orientações Curriculares Nacionais (2006).

No que se refere às batalhas pelo ensino de Sociologia e a sua recente (re) incorporação no currículo do Ensino Médio brasileiro em junho de 2008, é de extrema importância observar justamente a sua inconstância, para que se compreendam as ameaças frequentes às Ciências

Sociais, ao ensino de Sociologia e aos seus educadores. A sociologia passou a ser entendida enquanto ciência no Brasil apenas a partir de 2000. Ainda hoje o seu ensino é, geralmente, discutido fora do âmbito escolar, sendo debatidos assuntos como a neutralidade da ciência, a posição política e como deve ser ensinado e com que propósito.

A discussão sobre a obrigatoriedade do ensino das ciências sociais e da filosofia gerou diversos embates ideológicos, mas poucos debates acadêmicos. As disciplinas foram introduzidas no Ensino Médio (E.M) pelo Conselho Nacional da Educação, em 2006 (CNE/CEB Parecer 38/2006), porém, os estados eram livres para decidirem por sua aplicação. Muitos estados, inclusive o Conselho Estadual de Educação de São Paulo, não aceitou essa alteração. Finalmente em 2008, o Congresso Nacional alterou a Lei de Diretrizes e Bases da educação estabelecendo as disciplinas de Sociologia e a de Filosofia como obrigatórias ao E.M.

Amaury Cesar de Moraes (2014) discute em seu artigo intitulado "Ciência e Ideologia na Prática dos Professores de Sociologia no Ensino Médio: da neutralidade impossível ao engajamento indesejável, ou seria o inverso?" a presença da Sociologia no Ensino Médio. O autor relembra que nos primeiros anos da Faculdade de Filosofia da USP, o curso de Sociologia foi muito confundido com um curso de formação para o Socialismo⁴².

Como não havia uma ideia muito clara sobre o que era a disciplina, a Sociologia foi subjugada e vista com grande desconfiança. Ele questiona as formas existentes de ensinar os conteúdos Sociológicos e afirma que as metodologias da disciplina variavam entre: ensinar os clássicos, apresentar produções atuais de formandos de sociologia ou até mesmo, trazer acontecimentos recentes para discutir o papel da Imprensa e suas relações com a sociedade. Ele propõe que a melhor forma de garantir a transmissão de conhecimentos sociológicos aos estudantes, é estudando os autores clássicos, principalmente, os que criaram as Ciências Sociais.

Moraes (2014) também faz um resgate de artigos publicados na imprensa sobre as alterações realizadas na LDB, em torno da obrigatoriedade do ensino da Filosofia e da Sociologia no Ensino Médio (Lei 11.684/2008). As reportagens⁴³ foram veiculadas na *Folha de São Paulo*,

⁴²Uma confusão muito frequente, pelo caráter crítico da Sociologia e das Teorias socialistas.

⁴³Nelson Ascher, Doutrinação Barata, *Folha de S. Paulo*, 9 jun. 2008; Reinaldo Azevedo, *Cuidem de suas Crianças! Os Molestadores Ideológicos Vêm Aí*, Blog da Veja.com, 3 jun. 2008; Gustavo Ioschpe, *Errar é Humanas*, seção Educação da Veja.com, 30 jun. 2008; Hélio Schwartsman, A Volta da Filosofia, *Folha Online*, 12 jun. 2008; Roberto Macedo, Sociologia & Cia. no CNE & Cia, *O Estado de S. Paulo*, 20 jul. 2006.

Veja, Globo e o Estado de São Paulo. Segundo o estudioso, estes artigos são uma mera crítica ao caráter ideológico do ensino de Sociologia e de Filosofia, como se um espírito esquerdista colocasse em perigo o país. Em sua opinião, os jornalistas, representantes da elite direitista, expressam uma concepção de escola em consonância com o sistema educacional estabelecido nos anos 1930, por Getúlio Vargas e seu ministro Capanema⁴⁴. Essas matérias estão sintetizadas a seguir.

De acordo com Nelson Ascher (2008, n.p.), a educação é subjetiva e sem sentido coletivo e social, pois “Cada qual de nós preserva em si aquilo que o atrai, emociona, interessa.” O mais correto para ele seria extinguir as matérias de sociologia e filosofia do currículo, ao invés de criar condições adequadas para a sua aplicação. Assim, questiona: “Para que, num país que mal ensina (e ensina mal) coisas fundamentais como matemática, escrita e leitura, acrescentar essa sobrecarga que, além de inútil e irrelevante, nem as escolas privadas e muito menos as públicas terão condições de ensinar decentemente?” (ASCHER, 2008, n.p.)

Para Gustavo Ioschpe (2008), o ensino escolar brasileiro é muito fraco, devendo se exaltar a importância da matemática e estatística em detrimento das humanidades. Em seu artigo "Errar é Humanas", o colunista da Revista *Veja* afirma que os professores de Sociologia e Filosofia não seriam capazes de ensinar algo para esses alunos (crianças do Ensino Básico II a partir de 10 anos do ensino público), visto que estariam fadados ao fracasso por não compreenderem alguns temas matemáticos. Já para Roberto Macedo (2008), as disciplinas seriam abstratas demais para o ensino escolar e difícil de ensinar e aprender, principalmente para os educandos com dificuldades em linguagem e leitura, e em exames orais ou escritos, devido à grande carga de leitura e conceitos.

Reinaldo Azevedo (2008, n.p.) em “Cuidem de suas Crianças! Os Molestadores Ideológicos Vêm Aí”, Blog da *Veja*, afirma que “Exames internacionais de matemática e entendimento de texto demonstram que o ensino brasileiro é uma tragédia. Filosofia e sociologia vão ajudar em quê? Em nada. [...]” Ele continua: “Se o ensino de matemática – e das ciências – é uma lástima, o das disciplinas abrigadas na rubrica “Humanidades” costuma ser uma insanidade.” (AZEVEDO, 2008, n.p.)

⁴⁴Responsáveis pela exclusão das disciplinas no currículo escolar, e por introduzir o nacionalismo e o moralismo dentro das escolas.

Enquanto isso, no artigo intitulado “A volta da Filosofia”, Schwartzman (2008) analisa a educação historicamente e afirma que entre os anos de 1930 e 1990 o número de estudantes no ensino público aumentou 20 vezes, trazendo grande fluxo de demanda, mas pouquíssimos investimentos para a educação. Ele avalia que os resultados foram duplamente perversos, pois:

De um lado, a incorporação de grandes contingentes de alunos do estrato social mais baixo significou uma queda na qualidade. Esse, entretanto, era um efeito esperado e que deveria ser transitório. De outro, a rápida ampliação da rede sem um aumento correspondente dos recursos investidos levou a uma espécie de proletarização do professorado (SCHWARTSMAN, 2008, n.p.)

Por sua vez, Hélio Schwartzman (2008, n.p.) discute sobre o embate acadêmico entre a política ‘de esquerda’ e ‘de direita’ e registra que “A turma da direita já saiu gritando que o novo diploma vai institucionalizar a doutrinação esquerdista. É um risco, admito.” Para ele, a volta da filosofia e da sociologia ao ensino básico brasileiro não seria uma solução para a crise da educação.

Analisando os mencionados argumentos, Moraes (2014) rebate que as justificativas para o abandono dessas disciplinas não são fundamentadas e que as razões dos vetos de sua presença nas escolas, são muito frágeis, pois elas já fizeram parte do currículo brasileiro. Ele recorda que a Filosofia esteve presente desde a chegada dos jesuítas no Brasil e a Sociologia desde fins do século XIX até 1942 com a reforma Capanema, que marca sua retirada do ensino secundário da época.

Assim, a educação deveria servir ao desenvolvimento de habilidades dos jovens, mas de acordo com os diversos papéis atribuídos às classes ou categorias sociais. Desse modo, a Sociologia e a Filosofia já não tinham mais espaço na Educação institucional. Com esta proposta, foram estabelecidas a educação superior, a educação secundária, a educação primária, a educação profissional e a educação feminina. Além disso, foram se estabelecendo em diferentes formatos: uma educação destinada às grandes elites, outra educação para a elite urbana, uma outra para os jovens que comporiam o grande ‘exército de trabalhadores necessários à utilização da riqueza potencial da nação’ e outra ainda para as mulheres de distintas classes sociais.

Algumas décadas depois, no contexto de endurecimento da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985), a Lei nº 869/1969 estabeleceu, em caráter obrigatório, a “Educação Moral

e Cívica” enquanto disciplina e prática educativa, devendo ter uma parte teórica, que trataria dos fins, da vontade, dos atos do homem, das leis naturais e civis, das regras supremas e próximas da moralidade, das paixões e das virtudes; e uma parte prática, que incluiria desde o estudo da vida de "grandes homens de virtudes heroicas" até o trabalho de assistência social, que ensinasse aos alunos "a prática efetiva do bem". (SCHWARTZMAN). O espaço destinado aos debates sociológicos passou a ser ocupado por outras disciplinas consideradas mais importantes para os vestibulares. Assim, a quantidade de aulas de Português e Matemática aumentaram e disciplinas novas como a Educação Moral e Cívica foram criadas.

Com apenas este preâmbulo podemos perceber que, concordando com Saviani (1999), o ensino no Brasil esteve fadado a ser regulado por regimes autoritários. No período de redemocratização do país, professores de Sociologia e Filosofia continuaram lutando pela reinserção destas disciplinas nos currículos e as Secretarias Estaduais passam então, a colocar em pauta a retomada dos referidos componentes curriculares, bem como os novos rumos da Educação.

Através da Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 - os conteúdos críticos foram sendo resgatados e seu ensino voltou a ser discutido. Em seu Artigo 36, § 1º, Inciso III, registra-se que o educando deve apresentar domínio de conhecimentos de Filosofia e Sociologia até o fim do ensino médio, que são chave ao exercício da cidadania (BRASIL, 1996).

Porém, em 1998 aconteceu outro golpe. A LDB foi editada através das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM), do Parecer CNE/CEB 15/98 e da Resolução CNE/CEB 03/98, definindo-as enquanto conhecimentos interdisciplinares. O artigo 10 estabelecia que a base nacional comum dos currículos do ensino médio será organizada em áreas de conhecimento, a saber: “[...] § 2º As propostas pedagógicas das escolas deverão assegurar tratamento interdisciplinar e contextualizado” [...] (BRASIL, 1998, n.p.). Desse modo, fica a critério dos estados e Distrito Federal decidirem se incluíam em seus currículos estaduais ou não.

Em relação com a mudança anterior, em 1999 os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) passam a definir o estudo das Ciências Sociais no Ensino Médio como sendo capaz de:

[...] introduzir o aluno nas principais questões conceituais e metodológicas das disciplinas de Sociologia, Antropologia e Política. O ponto de partida dessas ciências foi a reflexão sobre as mudanças nas condições sociais, econômicas e políticas advindas desde os séculos XVIII e XIX. Esse contexto de transformação repercutiu, significativamente, no processo de construção das grandes questões que foram tratadas pela Sociologia, pela Antropologia e pela Política, que se desenvolveram no século XIX, tentando impor seu discurso científico. (BRASIL, 1999, n.p.)

Mesmo com este inegável caráter científico comentado acima, foram muitas décadas de mobilizações, até a Filosofia e a Sociologia retornarem às escolas de Ensino Básico como disciplinas obrigatórias ao Ensino Médio, sendo instituídas pela Lei nº 11.864/08 em 2008, alterando a LDB. Atualmente, a institucionalização das Ciências Sociais tem provocado debates, avanços e mudanças nas estruturas de ensino, dos vestibulares e concursos. São realizados concursos para professores em São Paulo e em outros estados; elaboradas propostas programáticas; publicados novos livros didáticos e até a realização de algumas pesquisas sobre o Ensino. Em pouco mais de uma década, vários estados tornaram a Sociologia obrigatória ao Ensino Médio (OCN, 2006).

Infelizmente, a Sociologia começou a ser ameaçada novamente pela Reforma do Ensino Médio⁴⁵ através da Medida Provisória 746/2016 e da Lei nº 13.415/17, editada no governo de Michel Temer (2016-2018). Com a Base Nacional Comum Curricular⁴⁶, vigente desde 2018⁴⁷, o cenário é ainda mais conturbado, com mudanças e ataques constantes às disciplinas e à educação em geral.

Pode-se perceber que essa descontinuidade da Sociologia no currículo ocorre a partir das expectativas e avaliações que se fazem de seus conteúdos em relação à formação dos jovens. Desse modo, sempre existiram argumentos criados pelos governantes, jornalistas, críticos para impedir que seu ensino fosse consolidado. Moraes (2014) refuta-os, considerando que a falta de professores, por exemplo, é discutível, pois muitos graduados em Filosofia e Sociologia ficaram sem empregos ou precisaram seguir outras profissões, constituindo assim, um verdadeiro exército

⁴⁵Reforma do Ensino Médio aprovada em 2017.

⁴⁶BNCC do ensino fundamental e básico foram aprovadas em 2017 e do Ensino Médio em 2018 e novos livros já foram encomendados baseado nas grandes áreas (MEC, 2018).

⁴⁷Eleição de Bolsonaro. Em 2020 e nos anos seguintes, o ensino remoto esteve presente em todas as modalidades de ensino, por conta da Pandemia de Covid-19. Os seus impactos ainda serão estudados por muitos pesquisadores.

de reserva. Quanto à qualidade do ensino da Sociologia, ele avalia que não seria inferior às outras disciplinas, pois são as mesmas instituições superiores que formam os educadores de diversas áreas. Sustenta que "Os bons professores de Filosofia e Sociologia poderiam ser recrutados do mesmo modo que os bons professores das outras disciplinas." (MORAES, 2014, p. 22)

O autor ainda infere que essas tentativas de criticar o ensino destas disciplinas e de proibi-lo, apenas reflete o medo que os governantes e jornalistas representantes de uma classe econômica dominante sentem do ensino-aprendizagem de conceitos filosóficos, sociais, antropológicos, econômicos e, acima de tudo, políticos. Armando-se de argumentos ideológicos, estes críticos se propõem a denunciar o ensino de Sociologia e de Filosofia e seu suposto caráter ideológico ou de doutrinação, temendo que o discurso Marxista seja ensinado nas escolas.

Mario Bispo Santos (2002) em uma pesquisa sobre professores da rede pública do Distrito Federal analisou as diferenças de concepções entre os professores formados em Ciências Sociais e os graduados em outras áreas como Pedagogia, História, Geografia e Filosofia. Ele constatou que os sociólogos tendem a perceber o ensino de Sociologia com uma visão científica trazendo conceitos e teorias que possibilitem a compreensão das relações sociais e seus fundamentos, tratando a disciplina como teórica. Já os professores formados nas outras áreas, tendem a instrumentalizá-la, visando à ação, entendendo-a como uma disciplina prática. Santos (2002) explica que quando se pensa em pesquisa como um recurso para o ensino de Sociologia, os professores graduados em Ciências Sociais resistem por entender que é impossível trabalhar a pesquisa no nível médio – pois poderia fugir dos rigores científicos de uma pesquisa sociológica, enquanto os outros professores concebem a possibilidade de uso de instrumentais científicos com seus alunos.

Em geral, o ensino da Sociologia se depara com problemáticas acerca dos limites e das conveniências de se ensinar as Ciências Sociais. Para uns é necessário preservar o rigor e a legitimidade das Ciências Sociais. Outros acreditam que a disciplina venha a doutrinar jovens com uma ideologia esquerdizante, começando a "luta de classes" dentro de sala de aula. Santos (2002) questiona então, se devemos ficar imobilizados por uma falsa neutralidade das Ciências Sociais ou enfrentar e superar esse falso dilema. Como alternativa a estas questões, Chassot

(2003) propõe para o ensino da Sociologia um método usado nas Ciências Naturais: a alfabetização científica⁴⁸.

Nessa perspectiva, o ensino de Sociologia deveria estar associado ao aprendizado dos métodos científicos, da linguagem e das controvérsias de um campo científico. As *Orientações Curriculares para o Ensino Médio de Sociologia*, definem que “[...] é possível com as diversas teorias sociológicas, compreender os elementos da argumentação – lógicos e empíricos – que justificam um modo de ser de uma sociedade, classe, grupo social e mesmo comunidade.” (BRASIL, 2006, p. 105). Segundo Max Weber (2011, p. 52), a ciência coloca “[...] a nossa disposição certo número de conhecimentos que nos permitem dominar tecnicamente a vida por meio da previsão.” Ela nos fornece também, métodos de pensamento, como instrumentos e disciplina, além de contribuir com a clareza mental.

Florestan Fernandes (1989), no livro *Desafio Educacional*, afirma que os Cientistas Sociais devem encarar sua participação e responsabilidade na reconstrução do sistema educacional⁴⁹ do Brasil e conseqüentemente do ensino de Sociologia, que segundo ele, não é ajustado à realidade que atende, não oferece qualidade de ensino e nem acesso real da população, muito menos atende as especificidades de cada território/sujeito. A educação do campo, por exemplo, sofre ainda mais com as condições impostas⁵⁰. Dessa forma, é necessário tornar universal o espírito crítico na educação, possibilitando a formação política dos cidadãos e uma mudança nas bases que alicerçam a exploração neoliberal principalmente nos países de terceiro mundo.

Florestan ainda entendia a educação como um dilema social, igualando-se a problemas como a fome, a miséria, a violência, o desemprego, a conflituosa ocupação da terra nos campos e nas cidades. Também afirmava que a falta de acesso à educação “[...] prejudica da mesma forma que a fome e a miséria, ou até mais, pois priva os famintos e miseráveis dos meios que lhes possibilitem tomar consciência de sua condição, dos meios de aprender a resistir a essa situação.”

⁴⁸Um ensino voltado ao domínio das técnicas científicas de análises sociais.

⁴⁹Se constituiu em uma sociedade baseada na herança escravocrata e em valores patrimonialistas. Esta é a herança que se reflete inclusive na educação dos nossos jovens do século XXI. Por isso, a educação precisa ser um instrumento de libertação do oprimido, a partir de uma formação sociopolítica crítica, que culmina na emancipação humana. Florestan entendia essa necessidade e lutou para que os trabalhadores tivessem não apenas o acesso à escola, mas uma educação libertadora.

⁵⁰Além de suas particularidades não serem atendidas, mais de 80 mil escolas rurais (no campo e do campo) tem sido forçadas a fecharem nas últimas duas décadas.

(FLORESTAN, 1989, p. 126). Por isso, defendia que os trabalhadores e excluídos tivessem acesso à instituição escolar, ou construíssem seus próprios espaços, para que desenvolvessem o seu potencial crítico e se consolidassem enquanto produtores de conhecimento e autores de sua história.

A Sociologia possui alguns métodos, ferramentas e conceitos que possibilitam, em contato direto e indireto com outras ciências e disciplinas, uma compreensão maior da realidade social e das relações sociais que a permeia. Ferramentas como a desnaturalização⁵¹ e o estranhamento⁵² podem ser sintetizadas e utilizadas de forma a possibilitar um maior engajamento dos estudantes com os processos e instituições sociais que conduzem nossas vidas. Em sala de aula, em algumas perspectivas educacionais, procura-se legitimar conceitos e trabalhar temas através de contextos locais e próximos aos estudantes, usando a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade. No próximo tópico, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) será analisado, dado que é um importante elemento para a consolidação do ensino de Sociologia nas escolas públicas brasileiras.

2.1 Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)

Este tópico inicia-se com uma breve explicação sobre o Programa de Aquisição de Livros Didáticos. Em seguida, é feita uma análise das edições do PNLD de Sociologia, apresentando os livros selecionados na edição de 2018 e utilizados pelos professores em sala de aula.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foi criado pelo Ministério da Educação (MEC) para realizar a compra e a distribuição de livros e materiais didáticos para escolas públicas de todo o país. Em 1985 ele passou a substituir o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental do Instituto Nacional do Livro (Plidef) e desde então contempla todos os níveis da educação básica brasileira: a educação infantil; os anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano); os anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano), o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Segundo o MEC, o intuito é garantir que os estudantes e professores

⁵¹Desnaturalizar os fenômenos sociais significa perceber que certas mudanças ou descontinuidades históricas são resultantes de decisões, que revelam interesses e, portanto, são fruto de razões objetivas e humanas, mas sem perder de vista a sua historicidade.

⁵²Ato de “Estranhar” o Outro. Reconhecer em outro indivíduo/sociedade suas peculiaridades e diferenças e suas equivalências.

recebam livros com “conteúdos adequados” para cada um dos níveis escolares, bem como controlá-los, definindo e registrando o que será trabalhado em cada uma das escolas públicas de ensino básico.

O PNLD vem acompanhado de algumas ações muito importantes como permitir que a escolha do livro didático seja feita pelos professores. Também prevê a reutilização do livro no período de três anos; as especificações técnicas para sua produção; a extensão da oferta para todos os estudantes das escolas públicas e comunitárias; bem como o fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) e, posteriormente, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O programa, de acordo com informações contidas no edital 2018, tem funcionado seguindo alguns trâmites. Primeiro as editoras se inscrevem para participar do PNLD nos prazos definidos pelos editais. A seguir as obras passam por triagem técnica e pedagógica realizada por especialistas que a partir dos critérios estabelecidos, definem se estes apresentam conteúdos e metodologias adequados aos estudantes de cada nível educacional.

Na sequência, o método de avaliação dos livros é feito em duas etapas. A primeira consiste em um processo de avaliação ao qual as editoras são submetidas, em que são cumpridas as obrigações legais e as expectativas do conhecimento científico específico de cada área do saber. A segunda é dedicada a examinar as potencialidades de cada obra aprovada, refletindo se os conteúdos apresentam um bom nível de compreensão e os caminhos e estratégias propostos.

Posteriormente, estes mesmos especialistas escrevem resenhas sobre os materiais para auxiliar os professores na escolha, já que cada unidade escolar, representada pela figura dos educadores, define os livros didáticos a serem utilizados pelos próximos anos. Essas resenhas vão compor o Guia PNLD, que apresenta os livros e seus conteúdos, bem como textos introdutórios sobre as dinâmicas e critérios do processo avaliativo. Ainda analisam a capacidade de mediação didática e o manual do professor, trazendo a ficha de avaliação utilizada no processo.

Os autores do guia do PNLD 2018 afirmam que a escolha deve ser uma oportunidade de compartilhar as experiências didáticas entre os professores. Afinal, ela passa pelo conhecimento que cada professor tem das escolas em que atuam e dos estudantes com quem trabalham e só eles saberão reconhecer qual obra mais se adéqua a sua realidade (GUIA, 2018). Desse modo, propõe-

se também no Guia 2018 uma reflexão sobre os desafios impostos ao ensino da Sociologia, que não são poucos.

Com o pressuposto de que o livro didático é apenas um dos recursos disponíveis para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, é importante refletir sobre o uso desse recurso em sala de aula. Segundo Meucci (2013, p. 78), o livro didático “[...] cumpre função fundamental no trabalho docente [...]”, já que graduados de outras áreas podem lecionar a disciplina de Sociologia e outras. A estudiosa lembra que:

[...] no Estado de São Paulo, graduados em Geografia, História e Filosofia podem lecionar o componente curricular de Sociologia desde que apresentem, em seu histórico escolar, carga horária igual ou superior a 160 horas em disciplinas cursadas, dentro de sua respectiva graduação, que se relacionem com a Ciência Social. O inverso também se aplica, graduados em Ciências Sociais podem ministrar aulas de Filosofia, Geografia e História, sob as mesmas exigências supracitadas. (MEUCCI, 2013, p. 78).

A autora prossegue afirmando que “Não é preciso grandes estudos e/ou reflexões para detectarmos que um profissional não especialista na área de atuação terá maior dificuldade de lecionar o componente afim.” (MEUCCI, 2013, p. 78). Por isso, o livro didático acaba assumindo outras funções como a de “plano de aula”, ou até de “instrumento de formação docente”. Nesta mesma linha, Maçaira (2017, p. 50) ressalta que “[...] o livro didático é também currículo, pois seleciona, indica um ordenamento dos conteúdos e apresenta uma versão escolar do conhecimento específico.”

Handfas (2013) reitera que o processo de escolha dos livros, realizado pelos professores e professoras apenas através do guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) - selecionando entre dezenas de exemplares - acaba sendo mais que um instrumento didático. Torna-se um mecanismo de normatização e controle a partir do Estado e de determinados valores teórico-metodológicos que vão refletir na formação do estudante.

Os educadores e educadoras são os últimos a ter contato com os manuais didáticos, uma vez que a pré-seleção dos livros é feita a partir de uma equipe escolhida pelo Ministério da Educação (MEC). Desse modo, a eles só resta a triagem a partir dos guias, garantindo que a prática de ensino seja delimitada pelos livros didáticos.⁵³

⁵³Quando ministrada apenas utilizando este recurso pedagógico, por exemplo.

A participação de professores e pesquisadores nas avaliações dos materiais realmente só diminuiu ao longo dos anos. Com a alteração no Programa, feita em 2017, se extinguiu a comissão de avaliação das obras, que costumava ser constituída por eles. O Guia Nacional do Livro Didático era fruto dos debates desta comissão, mas agora a avaliação ocorre de forma centralizada. O Ministro da Educação faz a indicação dos profissionais de segmentos ligados à educação básica, como União de Secretários de Educação, associações e sindicatos. A outra parcela dos participantes é selecionada através do banco de dados do MEC, entre os habilitados e interessados em participar desse processo.

Matos (2012, p. 176) complementa que “Esse sistema ao mesmo tempo em que propõe auxiliar o professor no processo de escolha dos livros didáticos [...] também serve para controlar a circulação de conteúdos em salas de aula.” Essa alteração do processo avaliativo não contribui para a avaliação, retirando as instituições públicas do processo, responsáveis inclusive pela formação de professores e pesquisadores da Educação, passando a indicar apenas funcionários do Ministério da Educação para a comissão.

Segundo Silva, Artuso e Suero (2020, p. 10) o PNLD é uma tecnologia⁵⁴ por “[...] ter uma organização social, uma atividade com um propósito e um processo de intervenção sobre a sociedade, em forma de um programa criado pelo Estado com o objetivo declarado de melhoria da educação básica, como relevantes impactos no processo de ensino e aprendizagem.” Com isso, é importante pensar sobre a influência do Estado Capitalista, na política pública do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que desperta o interesse acadêmico de pesquisadores da Educação, o econômico de grandes empresas editoriais da área editorial e o político na possibilidade de guiar um projeto de país, através da Educação e dos conteúdos a serem ensinados. A seguir, iremos refletir sobre o PNLD de Sociologia.

2.2 PNLD de Sociologia

Devido ao histórico recente da Sociologia enquanto disciplina obrigatória ao Ensino Médio, observa sua inclusão em apenas 3 edições do Plano Nacional do Livro Didáticos. Os

⁵⁴De acordo com autores, a partir do campo da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), as políticas públicas podem ser entendidas como uma tecnologia.

editais foram divulgados em 2008, 2012 e 2016. Este último edital é responsável pela seleção dos livros didáticos válidos para o período de 2018 a 2021. A aprovação dos livros depende do cumprimento de alguns critérios, com a justificativa de que se desenvolva um amplo ensino de Sociologia tendo como suporte os livros didáticos. As exigências para a qualificação dos materiais são as seguintes: garantir conteúdos das três grandes áreas que compõem as Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia e Ciência Política); seguir o chamado rigor científico das Ciências; realizar a mediação didática, além de promover a autonomia do trabalho pedagógico e contribuir para a apreensão dos conhecimentos sociológicos (Ed. PNLD 04/2015).

No primeiro edital, de 2012, quatorze livros foram submetidos à avaliação do programa e apenas 2 foram aprovados: *Sociologia para o ensino médio*, da Editora Atual, e *Tempos modernos, Tempos de Sociologia*, da Editora do Brasil. Na segunda edição do PNLD de Sociologia, realizada em 2015, treze obras foram submetidas à avaliação do programa e seis livros foram selecionados: *Sociologia* (2013); *Sociologia Hoje* (2013); *Sociologia em Movimento* (2013); *Sociologia para Jovens do Século XXI* (2013), além dos outros dois escolhidos anteriormente. Já no último PLND (2018), foram submetidas doze obras e aprovadas apenas cinco. Todas as publicações selecionadas do PNLD anterior atenderam novamente aos requisitos, exceto o livro de Nelson Dacio Tomazi, *Sociologia para o ensino médio* (2016). O exemplar da Editora Atual que foi aprovado em 2012 e 2015, ficou de fora da última distribuição e, portanto, não está inserido nesta pesquisa analítica.

É de fácil percepção que o Programa tem ajudado a colocar em evidência estas editoras no mercado editorial do Brasil, dado que os acordos de criação e venda dos livros didáticos são bilionários. Segundo dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o PNLD de 2018 foi responsável pela fabricação e compra de 89.381.588 livros didáticos apenas para o Ensino Médio. Isso representou um total de R\$ 879.770.303,13⁵⁵. Contudo, também é verdade que “Em razão de um contexto social e de recursos tecnológicos cada vez mais diversos que multiplicam as arenas de debate, verifica-se um acentuado aumento de interesse e participação por parte dos jovens a respeito de temas decisivos de nossa vida em sociedade.” (GUIA, 2018, p. 6)

⁵⁵Dados estatísticos originários do FNDE, Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>

Antes de realizar a análise das obras, torna-se necessário refletir sobre as editoras e apresentar os (as) autores (as) e os livros didáticos, para um melhor entendimento das produções finais e das análises aqui realizadas. É possível observar que durante as 3 edições do Plano Nacional do Livro Didático de Sociologia, dezenas de Editoras se inscreveram. Porém, apenas seis se destacaram com livros aprovados e distribuídos nas escolas públicas de todo o Brasil. São elas: Editora Scipione; Editora Ática; Editora do Brasil; Editora Moderna; Editora Imperial Novo Milênio Sociologia; e por fim, a Editora atual.

Os livros disponibilizados às escolas nestas 3 edições foram: *Sociologia* (ARAUJO et al., 2016); *Sociologia Hoje* (MACHADO et al., 2016); *Tempos modernos, tempos de Sociologia* (BOMENY et al., 2016); *Sociologia em Movimento* (SILVA et al., 2016); *Sociologia para jovens do século XXI* (OLIVEIRA; COSTA, 2016) e *Sociologia para o Ensino Médio* (TOMAZI, 2016). No total as obras citadas envolveram 30 autores e autoras ao longo destes anos.

Na tabela seguinte podemos ver sistematizados os livros selecionados, as editoras, os autores e os anos de aprovação dos referidos materiais:

Tabela 2 – Livros aprovados no PNLD de Sociologia (2012; 2015; 2018).

Livros	Autores e autoras	Editora	PNLD
<i>Sociologia</i>	Silvia Maria de Araújo; Maria Aparecida Bridi; Benilde Lenzi Motim	Editora Scipione	2015 / 2018
<i>Sociologia Hoje</i>	Igor José de Renó Machado, Henrique Amorim, Celso Rocha de Barros	Editora Ática	2015 / 2018
<i>Tempos modernos, tempos de Sociologia</i>	Bomeny; Freire-Medeiros; Emerique; Julia O'Donnel;	Editora do Brasil	2012 / 2015 / 2018
<i>Sociologia em Movimento</i>	Afrânio de Oliveira Silva, Bruno Ribeiro Bastos Loureiro Rodrigues, Cassia Cardoso de Miranda, Fátima Ivone de Oliveira Ferreira, João Henrique Catraio Monteiro Aguiar, Lier Pires Ferreira, Marcela Marques Serrano, Marcelo da Silva Araújo, Marcelo Costa da Silva, Martha Carvalho Nogueira, Otair Fernandes de Oliveira, Paula Cristina Santos Menezes, Raphael Millet Camarda Correa, Ricardo Muniz de Ruiz, Rodrigo de Souza Pain, Rogério Mendes de Lima, Tatiana Bukowitz, Thiago de Jesus Esteves, Vinicius Mayo Pires	Editora Moderna	2015 / 2018
<i>Sociologia para jovens do século XXI</i>	Luiz Fernandes de Oliveira; Ricardo César Rocha da Costa	Editora Imperial Novo Milênio	2015 / 2018
<i>Sociologia para o Ensino Médio</i>	Nelson Dacio Tomazi	Editora Atual	2012 / 2015

Fonte: Tabela elaborada por Iara Milreu Lavratti para esta pesquisa.

É importante registrar que a editora Scipione⁵⁶ foi fundada pelo professor Scipione Di Piero Netto no início dos anos de 1980. O seu livro *Sociologia*, foi aprovado nas duas últimas edições do Programa (2015 e 2018). Por sua vez, a Editora do Brasil⁵⁷ possui a única obra a receber um parecer positivo nas três edições do Plano (2012, 2015 e 2018) com o livro *Tempos modernos, tempos de Sociologia*. Ela foi fundada em 1943 pelo Dr. Carlos Costa em São Paulo e obteve um alcance nacional, se colocando na posição de líder de mercado desde 1970. Além disso, Editora Moderna⁵⁸, fundada por Ricardo Feltre nos anos 1970 teve seu livro *Sociologia em Movimento*, selecionado em 2015 e 2018.

Já o livro *Sociologia Hoje*, também selecionado em 2015 e 2018, é da Editora Ática⁵⁹ que surgiu em 1965 por 3 irmãos e hoje possui a Saraiva Educação Ltda como subsidiária (fundada por Joaquim Ignácio da Fonseca Saraiva em 1917). A Editora Imperial Novo Milênio⁶⁰, que surge em 2005, - subsidiada pela Saraiva - e seu livro *Sociologia para jovens do século XXI*. Por fim, a Editora Atual⁶¹, também subsidiada pela Saraiva, foi criada em 1973, pelos professores Gelson Iezzi e Osvaldo Dolce, ambos autores de livros didáticos. O seu livro *Sociologia para o Ensino Médio*, escrito por Nelson Tomazi, tendo sido aprovado em 2012 e 2015, mas sendo rejeitado na última edição, permanece fora da análise.⁶²

Os temas que trabalhamos nesta pesquisa são, em sua maioria, abordados de forma pouco abrangente nos livros didáticos citados. Boa parte das editoras pertencem a conglomerados de empresas de comunicação e segundo Matos (2012, p. 174) “[...] não é de interesse dessas empresas problematizar essas questões, já que não fazem parte de suas linhas de editorial.” A autora conclui que os livros didáticos apresentam “[...] uma face de produto, mercadoria, dentro de um jogo editorial de consumo, por um lado os autores com suas próprias direções teórico pedagógicas, por outra, as editoras que buscam autores capazes de suprir as expectativas dos professores dentro das tendências pedagógicas em voga.” (MATOS, 2012, p. 174).

⁵⁶<https://www.aticascipione.com.br/quem-somos/>

⁵⁷Fonte: <https://www.editoradobrasil.com.br/>

⁵⁸Fonte: <https://www.moderna.com.br/institucional/>

⁵⁹Fonte: <https://www.aticascipione.com.br/quem-somos/>

⁶⁰Fonte: <https://imperiallivros.com.br/sobre/>

⁶¹Fonte: <https://educacaobasica.editorasaraiva.com.br/quem-somos/>

⁶²Este foi um livro utilizado por boa parte das escolas públicas, já que apenas 2 livros foram aprovados em 2012. É necessário compreender melhor quais os critérios que o retiraram da disputa no último PNLD.

Do outro lado está “[...] o governo que almeja selecionar um número expressivo de livros que não firam suas políticas educacionais e por fim os próprios professores.” (MATOS, 2012, p. 174). Assim, com sua visão de ensino, de Sociologia e de Educação os diferentes atores fazem escolhas e definições para o Ensino das escolas públicas.

A Saraiva Educação Ltda, por exemplo, vem subsidiando a maioria das editoras, como a Ática, a Scipione e a Imperial Novo Milênio. A Ática e a Scipione compunham um segmento do grupo chamado ‘Abril Educação’, que agora se tornou o Somos Educação⁶³, que detém outras dezenas de empresas editoriais do ramo da Educação, incluindo a Editora Atual. Além disso, a Editora Moderna pertence ao Grupo Santillana que, por sua vez é parte do Grupo Prisa, maior conglomerado espanhol de empresas de comunicação que possui jornais (como *El Pais*), TVs e editoras em 22 países do globo. Cabe frisar que o Grupo Santillana atua na América Latina desde 1964 e no Brasil desde 2001⁶⁴.

Como já foi explicado, no PNLD de Sociologia de 2018, cinco obras foram aprovadas e distribuídas às escolas públicas e conveniadas. Estes livros didáticos de uso exclusivo de professores e estudantes do Ensino Médio foram feitos a partir do trabalho intelectual de 29 profissionais. Destes autores e autoras contratados para a escrita dos livros didáticos, 13 são mulheres, totalizando 45%, enquanto 16 são homens, representando os outros 55%. Enquanto os livros *Sociologia Hoje* (2016) e *Sociologia para Jovens do Século XXI* (2016) não tiveram colaboração de mulheres, os livros *Sociologia* (2016) e *Tempos Modernos* (2016) foram escritos exclusivamente por autoras. Já o *Sociologia em Movimento* (2016) envolveu mais homens na escrita do que mulheres.

É importante destacar que os autores não são próximos das áreas de Reforma Agrária, Fome, Soberania e Segurança Alimentar, muito menos da Agroecologia. Os currículos e as áreas de trabalho dos autores são sintetizados a seguir, retirados dos respectivos currículos lattes⁶⁵. Com o auxílio da análise já realizada por Costa (2020) pode-se constatar que 19 deles possuem título de doutor (66%), nove são mestres (33%) e apenas um, é somente graduado na área (1%).

⁶³Era conhecida como ‘Abril educação’.

⁶⁴Adquiriu as editoras Moderna e Salamandra e em 2005 comprou 75% das ações da editora Objetiva. Para mais informações há o artigo de Mateus Gomes da Silva Rodrigues “Análise da indústria editorial brasileira e o papel do Programa Nacional do Livro Didático”.

⁶⁵Plataforma do CNPQ <http://lattes.cnpq.br/>

Mais da metade (55%) cursou licenciatura e 45% bacharelado. Quatro deles fizeram sua graduação em uma instituição privada, todos na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Um importante dado resgatado pela pesquisadora Costa (2020, p. 43) é que apenas 1/3 (um terço) tem o ensino de Sociologia como tema de interesse em suas pesquisas.

Além disso, 72% dos autores atuam/atuaram no Ensino Médio, sendo que 80% acumulam carga horária com o Ensino Superior. A grande maioria, leciona/lecionou no Colégio Pedro II ou outros Institutos Federais (IF). Apesar de ser possível identificar uma atuação destes autores no Ensino Médio, também se torna visível o afastamento das realidades das escolas públicas e do Ensino Básico público. Os mesmos atuam na escrita de livros didáticos e manuais de professores, destinado aos estudantes de Escolas Públicas, sem talvez viver a realidade destes espaços.

A seguir faz-se uma breve apresentação dos materiais, no que tange aos seus objetivos.

2.3 Reflexões sobre os Livros didáticos do PNLD 2018

Sobre os livros didáticos de Sociologia, eles são em sua maioria, divididos de forma direta por temas das grandes áreas: Cultura (Antropologia), destinado ao primeiro ano do Ensino Médio; Trabalho (Sociologia), voltado ao segundo ano; Poder (Ciência Política), componente reservado ao terceiro ano. O livro *Sociologia* (2016) não tem essa repartição tão clara, mas no manual para professores sugere-se essa divisão, além de outras possibilidades.

Boa parte dos livros segue a mesma relação de conteúdos e utilizam textos, fotografias e charges, acompanhados de atividades variadas. Alguns apresentam trechos de textos de autores clássicos e contemporâneos das Ciências Sociais ligados ao tema de cada capítulo, além de boxes com biografias e diálogos interdisciplinares e questões objetivas de exames como Enem e vestibulares. Outros contam com Glossário e Sugestões de livros, filmes e sites. É possível perceber também, que eles possuem uma média de 12 capítulos distribuídos nas 3 grandes áreas das Ciências Sociais.

Cada livro tem a sua explicação sobre quais seriam os objetivos do ensino da Sociologia. As percepções acerca das possibilidades do ensino das Ciências Sociais variam entre “formar indivíduos autônomos”, “pensadores independentes”; “discutir criticamente” a realidade social brasileira; desenvolver o “pensamento crítico” ou o “senso crítico, a capacidade de análise e o

aprendizado específico para refletir sobre o que se passa ao redor” ou ainda o “espírito crítico”, além de revelar “os mecanismos de poder” e “desnaturalizar e estranhar” a realidade social.

No tópico a seguir, fizemos um resumo sobre importantes informações sobre os livros didáticos aqui analisados.

2.3.1 Sociologia (2016)

O livro *Sociologia* (2016) procura resgatar em seus doze capítulos o nascimento e o desenvolvimento das Ciências Sociais. Para isso, apresenta conteúdos curriculares como: a vida em sociedade, a instituição familiar, o sentido do trabalho, a mediação das relações sociais pela tecnologia e as consequentes transformações sociais, as diferentes culturas e suas raízes, as religiões, a relação entre cidadania, Política e Estado, a educação, a instituição escolar, os Movimentos Sociais, a juventude enquanto construção das sociedades e a exploração do meio ambiente.

Este livro não tem divisões em Unidades, trazendo, portanto, os capítulos sem uma organização tão clara. Ele não foge, porém, do que foi desenvolvido por grande parte dos materiais didáticos de Sociologia, mantendo uma divisão entre os conteúdos ligados à Sociedade, Cultura e Política ao longo de suas 392 páginas. No manual para os professores, apresentam-se algumas opções de trabalho ao longo dos 3 anos do Ensino Médio. Em nossa análise, a obra foi dividida em 3 partes, com 4 capítulos cada.

O livro aprovado nos PNLD 2015 e 2018 é da editora Scipione e foi escrito por 3 mulheres. São elas: Benilde Lenzi Motim, Socióloga, doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), professora aposentada do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR; Maria Aparecida Bridi, Socióloga, doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), professora do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR (Mestrado e Doutorado), e Silvia Maria de Araújo, Socióloga, doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), pós-doutora em Sociologia do Trabalho pela Universidade de Milão e professora aposentada da Universidade Federal do Paraná (UFPR/Programa de Pós-Graduação em Sociologia).

Quanto a composição dos capítulos, organiza-se como já explicado na seção anterior, mas contém também tópicos como: “Encontro com cientistas sociais”, “Intelectuais leem o mundo social”, “Diálogos interdisciplinares”, com atividades que envolvem conceitos de outras disciplinas. Seções como “Revisar e sistematizar”, um Glossário, trazendo além de definições, algumas informações adicionais sobre os contextos sociais. Há também a seção “Descubra mais” com sugestões de livros, filmes e sites.

2.3.2 *Sociologia Hoje* (2016)

O livro *Sociologia Hoje* (2016) é desenvolvido a partir das grandes áreas das Ciências Sociais. Assim, suas unidades são construídas de acordo com os conteúdos usualmente abordados por cada área do conhecimento, como, por exemplo, a Antropologia, a qual é evidenciada na unidade 1 a partir de conteúdos voltados à cultura. Na segunda unidade o debate é sobre sociedades, apresentado pela ótica da Sociologia. A partir da Ciência Política trata-se dos temas poder e cidadania na terceira e última unidade.

A obra foi escrita por 3 autores contratados pela Editora Ática, sendo aprovada em 2015 e 2018. Assinam este livro: Celso Rocha de Barros, Doutor em Sociologia pela Universidade de Oxford (Reino Unido) e Mestre em Sociologia e Bacharel em Ciências Sociais (Ciência Política) pela Universidade Estadual de Campinas; Henrique Amorim, Professor Associado de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UNIFESP - Campus Guarulhos) e Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp em 2006; Igor José de Renó Machado, graduado em Ciências Sociais (1994), Mestre em Antropologia Social (1997) e Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2003). Atualmente é professor titular da Universidade Federal de São Carlos e coordenador do Laboratório de Estudos Migratórios (LEM/UFSCar).

O livro contém 384 páginas, é composto por três unidades com cinco capítulos cada. Os conteúdos são divididos nas Unidades “Cultura”, “Sociedade” e “Poder e Cidadania” distribuídos nos 15 capítulos.

Inicialmente há uma introdução, trazendo elementos e conteúdos sobre a vida em sociedade, as Ciências Sociais e a importância da formação de um pensamento crítico. Na primeira unidade, os primeiros cinco capítulos abordam o evolucionismo, o conceito de cultura, os padrões e normas sociais, a construção das identidades, a Antropologia Brasileira e, a cultura

popular e as relações étnico-raciais. Trata também, no último capítulo, de temas chamados contemporâneos na Antropologia, como: gênero e parentesco e as grandes rupturas da Antropologia com teorias mais reacionárias.

Na unidade seguinte retrata-se o capitalismo e a formação do pensamento clássico a partir de conceitos de autores entendidos como essenciais para o surgimento das Ciências Sociais como coesão e fato social (Émile Durkheim); ação social e tipos ideais (Max Weber); e trabalho e classes sociais (Karl Marx), bem como outros conteúdos referentes ao mundo do trabalho, classe e estratificação social. Também apresenta-se a Sociologia Brasileira através de conteúdos como escravidão, questão racial, subdesenvolvimento e dependência, formação social do Brasil e a precarização do trabalho, além de temas mais contemporâneos da Sociologia no último capítulo, como: indústria cultural, financeirização do capital, pós-modernidade, campo simbólico e esfera pública.

Na terceira e última unidade os autores discutem conteúdos relativos à política, poder, Estado, globalização, movimentos sociais globais, a Sociedade diante do Estado, a luta pela cidadania, entre outros. Sobre o Brasil, apresentam-se os movimentos sociais, capital social e participação cívica, política e a origem da democracia no país, partidos políticos, corrupção, e na parte final, temas contemporâneos como: a nova visão do poder, classe social e voto, valores pós-materialistas, instituições políticas e desenvolvimento econômico.

Este livro traz no final, uma biografia de todos os sociólogos abordados nas unidades, inovando no quesito de apresentação da vida e da obra dos autores das Ciências Sociais.

2.3.3 *Tempos modernos, tempos de Sociologia* (2016)

Tempos modernos, tempos de Sociologia (2016) se divide em três grandes unidades e, de forma inovadora apresenta e desenvolve conceitos encontrados no longa-metragem *Tempos Modernos* escrito e dirigido por Charles Chaplin em 1936, dialogando com as questões sócio-históricas com as mais contemporâneas.

O livro foi escrito por 4 mulheres, contratadas pela conhecida Editora do Brasil e foi aprovado três vezes no PNLD de Sociologia. Assinam esta obra: Bianca Freire-Medeiros que realizou doutorado em História e Teoria da Arte e da Arquitetura pela Binghamton University (SUNY) e atua como professora da Escola Superior de Ciências Sociais da FGV; Helena

Bomeny, doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisa de Estado do Rio de Janeiro e professora titular de Sociologia da UERJ; Julia O'Donnell, a qual possui mestrado e doutorado em Antropologia Social pelo Museu Nacional da UFRJ, e Raquel Balmant Emerique, doutora em Ciências Sociais pela UERJ e professora da Escola Superior de Ciências Sociais.

O material está organizado em três partes, distribuídas em 22 capítulos ao longo de suas 384 páginas. Todos eles possuem caixas de textos e boxes diversos, bem como duas seções: uma de complementos, com os subitens “Leitura complementar”, “Fique atento!”, “Sessão de cinema”, e outra com atividades, como “Construindo seus conhecimentos”, “Monitorando a aprendizagem”, “De olho no ENEM”, “Assimilando conceitos”, “Olhares sobre a sociedade” e “Exercitando a imaginação sociológica”. Após cada uma das 3 partes há um pequeno dicionário sociológico com explicações dos conceitos considerados mais importantes.

A unidade 1 é intitulada “Saberes Cruzados” e concentra os quatro primeiros capítulos em que se resgata o surgimento das Ciências Sociais, bem como e os campos de conhecimento de cada uma das três áreas: a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política. Na área da Sociologia aborda-se a criação das cidades, a migração da população das áreas rurais para as urbanas, as novas relações sociais e a ampliação dos horizontes, a criação das indústrias, o Século das Luzes e as ‘grandes revoluções modernas’, além da chegada da Sociologia no Brasil, apresentando alguns autores do país. No campo da Antropologia os temas principais são: alteridade, etnocentrismo científico, importância do trabalho de campo e da pesquisa. No campo da Ciência Política trata-se de temas como poder, novas ordens políticas, a democracia, bem como o papel da política na vida contemporânea e das políticas públicas.

A unidade 2 intitula-se “A sociologia vai ao cinema” e concentra os próximos nove capítulos. Ela se inicia com uma apresentação do filme *Tempos Modernos* (1936), de Charles Chaplin, que dá nome ao livro e serve de pano de fundo para trabalhar questões sociológicas. Em seus capítulos abordam conteúdos essenciais da Sociologia, buscando relacionar com algumas cenas marcantes do filme mencionado, trazendo diferentes sociólogos para o debate. Trabalha também temas como fábrica, divisão do trabalho, ética e mercado, transformações e resistência, vida urbana, mobilidade urbana, cultura, classes sociais, ideologia, democracia, igualdade, direitos, controle social, poder, socialização, processo civilizador, abordando o pensamento de um autor das Ciências Sociais em cada conteúdo sociológico.

Já a Unidade 3 intitulada “A sociologia vem ao Brasil” contém os nove capítulos restantes. É responsável por apresentar como a Sociologia pode pensar a sociedade brasileira, refletindo assim sobre temas como trabalho, religião, tribos urbanas, desigualdades, direitos, democracia, violência, consumo, identidades. Além disso, essa edição possui um minidicionário sociológico com explicações de conceitos importantes abordados em todo o livro.

É importante ressaltar que no capítulo 18 “Desigualdades de várias ordens” resgata-se a obra *Geografia da Fome*, de Josué de Castro, e alguns debates sobre a desigualdade no Brasil, com foco na violência de gênero, no racismo e na fome.

2.3.4 Sociologia em Movimento (2016)

O livro é dividido em seis unidades, contendo, ao todo, quinze capítulos. Na primeira, discute-se como se dá a produção de conhecimento nas sociedades humanas e como a Sociologia surge das análises da relação entre indivíduos e sociedades. Enquanto isso, a segunda parte da Cultura, abordando conceitos de ideologia, socialização, controle social, além de conceitos como raça, etnia e multiculturalismo. Já na unidade seguinte, os temas são as relações de poder, os movimentos sociais, e a luta pelos direitos humanos, políticos e sociais. A quarta aborda o mundo do trabalho e as desigualdades sociais, e a quinta, a Globalização e das sociedades do Século XXI.

A última unidade tem como pano de fundo a vida nas cidades, e por isso apresenta a sociologia urbana e a sociologia ambiental com suas principais contribuições, além de outros debates sociológicos como gênero, sexualidades e construção de identidades. Das questões urbanas registra-se, principalmente, os conflitos nas cidades, como: a violência, a privatização no espaço público, o isolamento do espaço social, a democracia urbana, entre outros.

Os autores abordam a questão da fome, de uma perspectiva também ambiental, mobilizando pesquisadores, conceitos e teorias relacionadas ao meio ambiente, à sociedade e ao consumo, ao debate sobre desenvolvimento sustentável, à questão das emissões de carbono nos países industrializados e ao Protocolo de Kyoto, bem como aos conflitos que permeiam a relação com a terra e sua ocupação, e à luta dos Movimentos Sociais pela Soberania alimentar e a busca pela Segurança Alimentar.

Ainda nesta Unidade, se apresentam discussões relacionadas a gênero, orientação sexual e identidade, com o objetivo de apontar o processo de construção e desconstrução de gênero, os efeitos do patriarcado, a divisão sexual do trabalho e a inter-relação entre raças, classes e gêneros, além da importante luta dos movimentos feministas e LGBTQI++⁶⁶, inclusive dentro de outros Movimentos Sociais.

A editora Moderna contratou 11 escritores e 6 escritoras para o desenvolvimento deste livro. Afrânio Silva é Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor do Colégio Pedro II e da SEEDUC; Bruno Loureiro é Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professor de Sociologia da rede pública, bem como de escolas particulares do Rio de Janeiro; Cassia Miranda, Mestre em Filosofia pela PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) e Professora de Sociologia da rede pública do Rio de Janeiro. Fátima Ferreira é doutora em Educação pela Universidade Estácio de Sá e professora e chefe do Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II; Lier Pires Ferreira é Doutor em Direito (Direito Internacional e Integração Econômica) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e professor de Sociologia do Colégio Pedro II; Marcela M. Serrano, Mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Professora do Ensino Básico Técnico e Tecnológico; Marcelo Araújo é mestre em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professor do Colégio Pedro II; Marcelo Costa é Mestre em Sociologia (Antropologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professor do Colégio Pedro II; Martha Nogueira, Mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Professora do Colégio Pedro II; Otair Fernandes de Oliveira é Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Paula Menezes é Mestre em Sociologia (Antropologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professora de Sociologia do Colégio Pedro II; Raphael M. C. Corrêa é Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor de Sociologia do Colégio Pedro II; Rodrigo Pain é Doutor em Ciências pelo Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (Estudos Internacionais Comparados) da

⁶⁶O livro traz a sigla desta forma, representando: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Queer, Interssexual

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Professor da rede pública do Rio de Janeiro; Rogério Lima é Doutor em Ciências Humanas (Sociologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor de Sociologia do Colégio Pedro II; Tatiana Bukowitz é Mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro da Universidade Cândido Mendes e Professora de Sociologia do Colégio Pedro II; Thiago Esteves é Mestre em Ciências pelo Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ); Vinicius Mayo Pires é Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professor de Sociologia da rede pública e de escolas particulares do Rio de Janeiro.

Sociologia em Movimento (2016) contém 15 capítulos e 399 páginas destinadas aos estudantes e, ao todo tem 6 Unidades curriculares. Também conta com linhas do tempo, elaboradas de acordo com a temática desenvolvida que situa os conteúdos.

2.3.5 *Sociologia para jovens do século XXI* (2016)

O livro *Sociologia para jovens do século XXI* (2016) contém três grandes unidades que abordam diferentes temáticas das Ciências Sociais. É dividido pelas grandes áreas e por temas mais amplos como ‘Sociedade e Conhecimento Sociológico’; ‘Trabalho, política e sociedade’; e ‘Relações Sociais Contemporâneas’.

A obra foi escrita por dois autores. Luiz Fernandes de Oliveira é graduado em Sociologia na Università degli studi di Roma Tre (1998), possui especialização em História da África e dos Negros no Brasil pela UCAM (2004) e doutorado em Educação Brasileira pela PUC - Rio (2010). É Professor Associado I do Departamento de Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade, do Curso de Licenciatura em Educação do Campo do Instituto de Educação da UFRJ; Ricardo César Rocha da Costa cursou a Pós-Graduação Lato Sensu Especialização em História da África e dos Negros do Brasil da UCAM - Universidade Cândido Mendes. É professor de Sociologia do IFRJ - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - Campus Arraial do Cabo desde fevereiro de 2020.

Em um primeiro momento da unidade 1, ‘Sociedade e Conhecimento Sociológico’, os autores buscam definir as Ciências Sociais e diferenciá-la das Ciências da Natureza,

conceitualizando-as e apresentando diferentes teorias. A seguir, é realizado um paralelo entre a socialização dos indivíduos e as instituições sociais como Igreja, Família, governo e abordam conteúdos como a cultura e a representação da realidade; as identidades sociais e culturais; ideologia e visão de mundo; trabalho e desigualdades sociais.

Na unidade seguinte ‘Trabalho, política e sociedades’ aborda-se o Capitalismo e a barbárie; a globalização e o neoliberalismo; o mundo do trabalho e a educação; o Capital, desenvolvimento econômico e a questão ambiental; a cidadania e os direitos sociais; o Estado e a Democracia; os Movimentos sociais; a mídia e seu papel no capitalismo globalizado.

Já na unidade 3 ‘Relações Sociais Contemporâneas’ apresenta-se as questões urbana e rural no Brasil; violência e desigualdades no Brasil; as religiões e a juventude; desigualdade racial; relações de gênero e dominação patriarcal; diversidade sexual e de gênero. Os autores também fazem uma abordagem sociológica sobre os primeiros habitantes do Brasil e como os indígenas e outros povos tradicionais protegem e perpetuam seus conhecimentos medicinais, de cultivos e suas linguagens.

Este livro contém em todos os capítulos uma seção interdisciplinar, conectando os temas estudados com conteúdos de outras áreas do conhecimento. Além disso, conta com algumas indicações de jogos virtuais de fácil acesso que auxiliam na compreensão das temáticas abordadas em sala de aula. Estes jogos são em sua maioria brasileiros e muito regionais, fator que pode despertar curiosidade nos estudantes e propiciar o aprofundamento de questões importantes de forma lúdica.

2.4 A questão alimentar e Agrária nos Livros didáticos de Sociologia

Neste último tópico deste capítulo, busca-se verificar se os conceitos referentes à Questão Alimentar fazem parte do ensino de Sociologia do Ensino Médio, quando mediado pelos livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD - 2018). Para isso, estes materiais, de uso optativo às escolas públicas de todo o Brasil, são aqui analisados quantitativamente, resgatando entre os conteúdos propostos, os conceitos de Fome, Reforma Agrária, Agroecologia, Soberania Alimentar, Segurança Alimentar e Nutricional, que se tornaram as palavras-chave norteadoras desta pesquisa.

Também é realizada a comparação entre os dados coletados nas obras selecionadas, nos possibilitando apontar quais os livros didáticos que apresentam as discussões referentes ao tema. Em seguida, é feita uma análise mais descritiva e detalhada de cada livro, resgatando os conteúdos sociológicos em que as palavras-chaves foram encontradas.

Aportando-se na pesquisa quantitativa, foi realizada uma investigação por palavras-chave sobre a Questão Alimentar em todos os livros didáticos de Sociologia com os conceitos apresentados no primeiro capítulo e outros que complementam a extensão do trato da temática em cada livro didático. As análises dos livros seguem a ordem das Unidades preexistentes e em cada conjunto de capítulos há uma tabela que irá nos guiar e nos localizar quanto ao tema em que cada palavra-chave aparece. Na pesquisa quantitativa e qualitativa de cada livro em específico, está incluso o número de Capítulos e seus títulos, a fim de aferir em quais eixos e temas as obras destinam suas discussões.

Uma parte das edições desenvolve conteúdos referentes às palavras-chaves selecionadas nesta pesquisa, outras vem em forma de citações diretas ou indiretas às palavras sem aprofundar seus conceitos⁶⁷. A maioria dos livros traz materiais de apoio (filmes, livros, poemas, canções e sites) ampliando o repertório sobre os conceitos e conteúdos aqui trabalhados, como poderá ser visto nos próximos capítulos.

Quando pensamos na temática da alimentação, muitos são os termos que podem acompanhar este conteúdo em um processo de ensino e aprendizagem concreto. Selecionamos, porém, alguns conceitos relevantes à essa pesquisa, pois, estão intimamente ligados à Questão Alimentar: a Fome, não enquanto biológica e individual, mas social e coletiva, ou seja, fome produzida; a Soberania Alimentar ligada aos Movimentos Sociais e praticada por eles; a Segurança Alimentar como política pública negada à população brasileira; a luta pela Reforma Agrária e a não criação de novos Assentamentos Rurais e a Agroecologia, como agricultura regenerativa desenvolvida também pelos Movimentos Sociais do Campo.

É importante não perder de vista que os conteúdos dos livros didáticos costumam ser mais amplos e genéricos. Desta forma, os temas e conteúdos aqui analisados tendem a aparecer de

⁶⁷É importante ter sempre em mente que Palavra é diferente de Conceito (construção de sentido sobre alguma coisa ou tema determinado).

forma passageira, sem o devido aprofundamento. Poucos materiais se destacam na quantidade ou aprofundamento, como veremos a partir de agora.

Para melhor visualização dos dados, foi criada uma tabela que evidencia quantitativamente os conceitos que aparecem nas obras destinadas ao ensino dos jovens estudantes do Ensino Médio. A quantificação pode ser acompanhada logo abaixo:

Tabela 3 – Pesquisa quantitativa dos livros aprovados no PNLD 2018.

PALAVRA-CHAVE	<i>Sociologia</i>	<i>Sociologia Hoje</i>	<i>Tempos Modernos, tempos de Sociologia</i>	<i>Sociologia em movimento</i>	<i>Sociologia para Jovens do Século XXI</i>	TOTAL
FOME	16	20	34	42	18	130
REFORMA AGRÁRIA	7	9	3	8	23	50
SOBERANIA ALIMENTAR	---	---	---	7	---	7
SEGURANÇA ALIMENTAR	---	---	---	4	---	4
AGROECOLOGIA	2	---	---	---	---	2
AGRICULTURA	29	13	3	41	22	108
ALIMENT/O/AR/AÇÃO	44	29	69	126	63	331

Fonte: Tabela elaborada por Iara Milreu Lavratti para esta pesquisa.

No total, registramos 129 referências à fome, 50 à Reforma agrária, 4 à Segurança Alimentar, 7 à Soberania Alimentar e 5 à Agroecologia. Além desses registros, encontramos também 108 sobre agricultura e 331 sobre alimentação.

Apenas com o uso desta tabela, podemos perceber o quão diversos são os livros didáticos que estão sendo analisados. Por exemplo, *Sociologia em Movimento* (2016) possui o maior número de referências à fome (42) e à Agricultura (41), sendo o único a apresentar os conceitos de Soberania Alimentar (7) e Segurança Alimentar (4), diferenciando-os. Também relaciona a exploração do meio ambiente à questão da fome, bem como à agricultura predatória com os conflitos ambientais cada vez mais recorrentes, mas não cita a Agroecologia e pouco aborda a Reforma Agrária (8).

Enquanto isso, o livro *Sociologia* (2016), aprovado em dois PNLDs (2015 e 2018), tem menos menções à palavra fome (16), sendo o penúltimo em citações à Reforma Agrária. Não faz

nenhum comentário sobre as políticas públicas e demandas referentes à Soberania Alimentar e Segurança Alimentar. Por seu turno, *Sociologia hoje* (2016) é o quarto em citações à Fome (20) e o segundo em referências à Reforma Agrária. Cita a Agroecologia duas vezes, mas não faz menção à Soberania Alimentar nem à Segurança Alimentar

Já *Tempos modernos, Tempos de Sociologia* (2016) é um dos livros que mais fala sobre a fome (34), mas não cita nenhuma das outras palavras-chave elencadas aqui. A publicação não aborda a Soberania Alimentar, a Segurança Alimentar nem a Agroecologia e traz uma referência à Reforma Agrária. Por sua vez, *Sociologia para Jovens do Século XXI* (2016) é o número um em menções à Reforma Agrária (33) e o terceiro à fome (25). Contudo, não apresenta conceitos referentes à SSAN.

É preciso pontuar que a maioria dos materiais não tratam das teorias ambientalistas ao se referir à Questão Alimentar, nem dos efeitos nocivos da agricultura exploratória à biodiversidade e à vida humana. Percebe-se o tratamento da Fome, de forma tímida, a partir das Campanhas pontuais por Alimentos. Além disso, não abordam a necessidade de resgatar a Soberania Alimentar que garanta uma alimentação conforme suas necessidades, suas culturas e suas disponibilidades, indo na contramão do mercado internacional. Poucos materiais relacionam criticamente a falta de alimentos com os avanços do Agronegócio e discute as políticas públicas de SSAN a partir destas questões.

É possível perceber que somente dois livros falam sobre Josué de Castro e usam a fome como conteúdo curricular. Um deles tem até um capítulo todo dedicado aos Movimentos Sociais, mas não mostra a Reforma Agrária como instrumento e política pública capaz de acabar com a fome. Sobre a SSAN apenas um livro aborda Soberania e Segurança Alimentar enquanto conteúdo curricular e os diferencia.

Já acerca da reforma agrária todos citam, porém, não de forma crítica. Somente em *Sociologia para Jovens do século XXI* a Questão Agrária tem um espaço, com um capítulo todo dedicado à questão “Ocupar, Resistir e Produzir, A questão da terra no Brasil”. No livro *Sociologia em Movimento*, em seu 15º capítulo, “Sociologia e Meio Ambiente”, há um avanço na discussão sobre a questão agrária a partir das questões ambientais e ecológicas, mas não desenvolve a Reforma Agrária.

Nos próximos capítulos será possível conhecer os livros didáticos mais a fundo e os conteúdos que estão fazendo parte do Ensino de Sociologia por meio destes. Além disso, teremos contato com diversos outros autores, obras e informações que vão além dos inseridos nos livros analisados.

Vê-los agir, falar, lutar, sofrer, viver e morrer era ver a própria fome modelando, com suas despóticas mãos de ferro, os heróis do maior drama da humanidade – o drama da fome.

Josué de Castro

3. CAPÍTULO 2. FOME, SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA

Ao propor trabalhar criticamente a temática da alimentação em sala de aula, muitos são os conceitos que podem acompanhar este conteúdo, em um processo de ensino e aprendizagem concreto. Para fins da presente pesquisa, foram selecionados alguns que consideramos essenciais para o trato das questões alimentares no Ensino de Sociologia. Estes conceitos são relevantes à essa análise, pois estão intimamente ligados à Questão Alimentar, Agrária e Ambiental: a Fome enquanto fenômeno social, coletivo e produzido; a Soberania Alimentar desenvolvida pelos Movimentos Sociais (MST, Via Campesina) e a Segurança Alimentar como política pública negada à população brasileira (ONU, FAO).

A fome é recorrente na vida de grande parte dos brasileiros, e vem acompanhada de muitos fenômenos e fatores como o desemprego, a pobreza, as violências, entre outros. Na década de 1980, o Brasil vivia situações precárias de subnutrição em que quase 40% da população estava em situação de extrema pobreza e sem garantia de alimentação diária. Programas governamentais, políticas públicas e ações de Movimentos Sociais conseguiram reduzir estes números para 5% até o ano de 2014, momento em que o país deixou de aparecer no Mapa da Fome⁶⁸.

Contudo, nos anos seguintes, como resultado do aumento do desemprego, da pobreza extrema, dos ataques aos programas sociais e, principalmente, de contínuos golpes à democracia brasileira e aos governos progressistas de esquerda, o país voltou a ser inserido no Mapa da Fome das Organizações das Nações Unidas. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018) apontam que, após um recuo de mais da metade em uma década⁶⁹, a fome voltou a se alastrar pelo Brasil. Um levantamento realizado entre junho de 2017 e julho de 2018 identificou uma piora na alimentação das famílias brasileiras⁷⁰: em apenas cinco anos, aumentou

⁶⁸Elaborado pela Organização das Nações Unidas para acompanhar a situação de insegurança alimentar (fome) pelo mundo.

⁶⁹Em 2004 eram 14.998 milhões de famílias passando fome em suas casas. Em 2013 este número caiu para 7.225 milhões e em 2018 subiu para 10 milhões, segundo o IBGE 2018.

⁷⁰Este levantamento exclui pessoas em situação de rua, pois se concentra apenas em moradores de domicílios permanentes. Dessa forma, tende a não mostrar a real situação da fome no país, nos dando apenas uma pista.

em cerca de 3 milhões o número de pessoas sem acesso regular à alimentação básica, chegando a cerca de 10,3 milhões até 2018.

Nesta mesma época, metade das crianças com até 4 anos estavam vivendo sob algum nível de Insegurança Alimentar⁷¹. Segundo o IBGE, 34,2% habitam lares com grau leve, 10,6% com moderada, e outros 5,1% com grave, o que caracteriza a fome. Outros dados relevantes desta pesquisa mostram que a fome é mais recorrente nas áreas rurais; metade das pessoas que passam fome vive na Região Nordeste do país; mais da metade dos domicílios onde há fome são chefiados por mulheres⁷² e quanto maior o número de moradores no domicílio, menor é o acesso à alimentação plena.

Ao refletir sobre o cenário mais atual, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan) realizou o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil e os dados são ainda mais alarmantes. Foi identificado que nos últimos meses de 2020, cerca de 19 milhões de brasileiros passaram fome e mais da metade dos domicílios sofriam de insegurança alimentar. Com o cenário da pandemia se estendendo e o acesso irrisório ao Auxílio Emergencial, é possível prever, infelizmente, o aumento ainda maior destes números.

Enquanto muitos brasileiros não têm do que se alimentar, são descartadas toneladas de alimentos nas lixeiras diariamente. Este fato nos mostra como é ruim a gestão da alimentação no país, e, aliada à ausência de políticas públicas inclusivas aos agricultores e ao consumo desenfreado, resultam na falta de acesso a alimentos saudáveis à classe trabalhadora e na especulação de preços dos produtos alimentícios, tendo resultado direto na intensificação da desigualdade social.

É possível perceber que a falta de Políticas Públicas eficientes que enfrentem as condições Capitalistas impostas, ajuda a ocasionar a desnutrição em massa de milhares de pessoas, bem como o próprio Sistema Capitalista e sua sede de expansão contínua. Este fato revela a importância de defendê-las, mas também de perceber os fatores estruturais, que limitam seu alcance, duração e efetividade. Além das mercadorias alimentícias ultraprocessadas que saturam

⁷¹O IBGE define a escala de Insegurança Alimentar como leve, moderada, grave.

⁷²Este é um dado importante dado, contudo tem sido pouco desenvolvido em pesquisas, trabalhos e Políticas Públicas.

o espaço vazio na rotina alimentar, o qual deveria estar preenchido com alimentos *in natura* ou pouco processados e mais saudáveis.⁷³

Conforme prevê o artigo 6º da Constituição Federal de 1988, alterado em 2010, a alimentação é um dos direitos fundamentais dos brasileiros. Está escrito que “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL, 1988, n.p.)

No próximo tópico são apresentados os livros didáticos, selecionados no PNLD 2018 e suas análises quantitativas e qualitativas. Logo abaixo, podemos observar novamente os números e refletir sobre a presença e a ausência dos conceitos abordados neste capítulo:

Tabela 4 – Fome, Soberania Alimentar; Segurança Alimentar nos livros didáticos

PALAVRA-CHAVE	<i>Sociologia</i>	<i>Sociologia Hoje</i>	<i>Tempos Modernos, tempos de Sociologia</i>	<i>Sociologia em movimento</i>	<i>Sociologia para Jovens do Século XXI</i>	TOTAL
FOME	16	20	34	42	18	130
SOBERANIA ALIMENTAR	---	---	---	7	---	7
SEGURANÇA ALIMENTAR	---	---	---	4	---	4

Fonte: Tabela elaborada pela autora Iara Milreu Lavratti para esta pesquisa

Com o auxílio da tabela podemos perceber que no total temos 130 menções à fome, enquanto há apenas 7 à Soberania alimentar e 4 à Segurança Alimentar.

3.1 *Sociologia* (2016)

Em uma pesquisa por palavras-chave na versão PDF do livro *Sociologia* (2016)⁷⁴, foram encontradas apenas 16 referências à fome, sendo um dos materiais com menos alusões ao termo. Não foi identificada nenhuma menção sobre as políticas públicas e demandas referentes à

⁷³A fome oculta, como chamava Josué de Castro, está presente mesmo em famílias que se alimentam constantemente, por conta da falta de nutrientes que há nessas mercadorias.

⁷⁴Editora Scipione. Autoras Silvia Maria de Araújo; Maria Aparecida Bridi; Benilde Lenzi Motim. Aprovado nas edições do PNLD de 2015 e 2018.

Soberania Alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional⁷⁵, como pode ser visto na tabela a seguir:

Tabela 5 – Questão Alimentar no livro *Sociologia* (2016)

PALAVRA-CHAVE	<i>Sociologia</i>	Manual dos professores
FOME	16	2
SOBERANIA ALIMENTAR	---	--
SEGURANÇA ALIMENTAR	---	--

Fonte: Tabela elaborada por Iara Milreu Lavratti para esta pesquisa.

A primeira parte do livro é composta pelos capítulos 1, 2, 3 e 4. As duas primeiras menções encontradas à Questão Alimentar estão no segundo capítulo “Viver em sociedade: desafios e perspectivas das Ciências Sociais”.

A palavra fome já aparece no tópico ‘As primeiras inquietações dos cientistas sociais’. Aqui, as autoras afirmam que a Sociologia nasce em um contexto de transformações sociais, políticas e econômicas e constata que o processo de urbanização e, conseqüentemente, o aumento populacional desenfreado, trazem diversos problemas sociais como as crises de **fome**, as jornadas de trabalho - cada vez mais extensas e em condições inadequadas-, além da intensificação das desigualdades e de epidemias. Assim como aborda-se no livro, foram essas questões que “[...] desencadearam revoltas e mobilizações populares por melhores condições de moradia, saúde, alimentação, trabalho, entre outras necessidades a serem satisfeitas socialmente.” (ARAUJO et al., 2016, p. 49)

Já em ‘A distribuição das riquezas produzidas’, dentro do box intitulado ‘O Brasil pensado pelos cientistas sociais’ afirma-se que a distribuição desigual das riquezas no Brasil é resultante da herança do sistema escravista e da falta de reformas sociais, econômicas e políticas. Complementa-se que a desigualdade é histórico-estrutural e afeta grandes parcelas da população mais pobre, “[...] compostas de famílias numerosas que vivem o drama da **fome** e do analfabetismo.” (ARAUJO et al., 2016, p. 65). As autoras ainda utilizam um mapa do Brasil que ressalta a renda per capita dos estados brasileiros em 2015.

⁷⁵Traz uma referência à um artigo da Revista *Carta Capital* que usa a expressão “Insegurança alimentar”.

Na segunda parte, composta pelos capítulos 5, 6, 7 e 8 nos deparamos com uma menção à fome no Capítulo 6 e mais oito referências ao longo do oitavo capítulo. No capítulo 6, no tópico ‘Desigualdade Social Dominação’, aborda-se o tema da transculturação sendo exposto que “As desigualdades sociais, a fome, a miséria, que persistem no mundo, são exemplos expostos pelas contradições sociais presentes nas divergências e contraposições existentes nas relações dentro da sociedade capitalista.” (ARAUJO et al., 2016, p. 194). As autoras acrescentam que isso faz parte das contradições capitalistas, já que, com o desenvolvimento material que a humanidade possui, seria possível a superação desses graves problemas que afetam todos os países, em diferentes níveis.⁷⁶

Após algumas páginas e temas importantes, encontramos novamente a palavra fome, no Capítulo 8, “Cidadania, Política e Estado”. No tópico ‘cidadania é uma conquista’, há 4 citações à palavra fome na página 231, ao apresentar a ‘Ação da Cidadania contra a **Fome**, a Miséria e pela Vida’, campanha encabeçada pelo sociólogo Herbert de Souza (1935-1997), conhecido como Betinho. A campanha, segundo as autoras, mobilizou empresas públicas e privadas, os meios de comunicação, além de pessoas de diferentes classes sociais, idades, categorias profissionais, tendências políticas e religiosas e, principalmente, jovens dispostos a recolher e distribuir alimentos. Desse modo, “Betinho apostou na juventude como instrumento para abrir espaço para a solidariedade no país, acreditando que a mudança social passa pelo combate à **fome**.” (ARAUJO et al., 2016, p. 231). A seguir, resgatam a conhecida afirmação de Betinho que se baseia na Constituição de 1988:

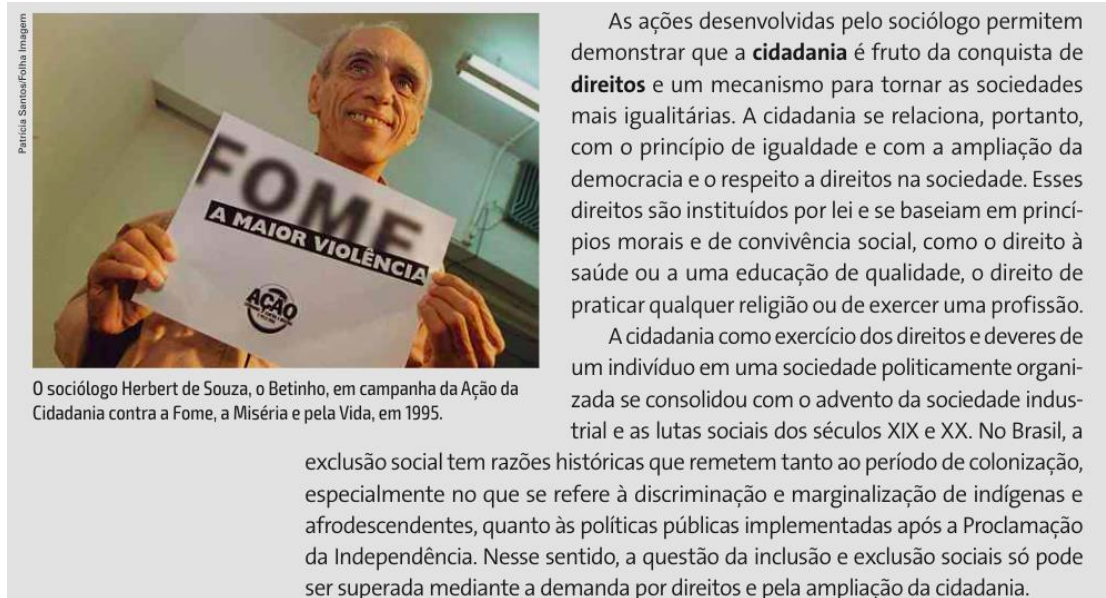
Todos podem e devem comer, trabalhar e obter uma renda digna, ter escola, saúde, saneamento básico, educação, acesso à cultura. Ninguém deve viver na miséria. Todos têm direito a vida digna, à cidadania. A sociedade existe para isso. Ou, então, ela simplesmente não presta para nada. O Estado só tem sentido se é um instrumento dessas garantias. A política, os partidos, as instituições, as leis só servem para isso. Fora disso, só existe a presença do passado no presente, projetando no futuro o fracasso de mais uma geração. [...] Tenho **fome** de humanidade. (SOUZA, 1993, p. 20)⁷⁷

⁷⁶ Apesar do questionamento, o material didático não desenvolve como a questão da fome se aprofunda por conta do próprio Capital. Importante refletir o que esta ausência nos comunica.

⁷⁷ SOUZA, Herbert de. O pão nosso. **Veja 25 anos**: reflexões para o futuro. São Paulo: Abril, 1993, p. 20-21.

As autoras trazem uma imagem de Betinho durante a referida campanha, com uma legenda contendo a quarta referência à fome. Acompanha também uma explicação do conceito de Cidadania, como podemos ver a seguir:

Figura 1 - Texto acompanhado de fotografia de Herbert de Souza com legenda



(ARAÚJO et al., 2016, p. 231)

No final do capítulo, na seção ‘Descubra Mais’ (p.260) encontram-se as próximas quatro referências à palavra fome, ao apresentarem o *website* da organização fundada pelo sociólogo Herbert de Souza, a *Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida*⁷⁸ e o *website* do Programa Fome Zero⁷⁹, de combate à **fome** criado no Governo Lula (Partido dos Trabalhadores 2002 – 2010), com ações assistenciais de distribuição de alimentos e investimentos na produção agrícola de famílias de baixa renda.

Na terceira parte, há 5 referências à fome nos capítulos 9 e 12. O capítulo 9 é totalmente dedicado aos Movimentos Sociais, apresentando a luta dos Movimentos operários, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB),

⁷⁸Disponível em: www.acaodacidadania.com.br.

⁷⁹Fome Zero. www.fomezero.gov.br. Acesso em: 8 jul. 2020.

Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MST) e as Campanhas sociais contra a fome. Nele encontramos 4 referências à fome e 5 à Reforma Agrária.

As duas primeiras citações retomam o Capítulo 8 e a Campanha que o sociólogo Betinho liderou, um movimento que desembocou em uma grande campanha nacional denominada Ação da Cidadania contra a **Fome**, a Miséria e pela Vida, com o intuito de combater a **fome** no Brasil nos anos de 1990. As autoras afirmam que esta campanha resultou em um movimento em prol da cidadania e pelo direito ao alimento e que os Movimentos Sociais também se voltam às novas questões como: a precarização do trabalho e a perda de direitos conquistados, a redução de amparo social do Estado, a falta de moradia digna, entre outros fatores que conduzem a diversas formas de exclusão social, provocada pelas disparidades presentes na sociedade capitalista.

A partir da página 277, iniciam os conteúdos sobre movimentos sociais do campo no Brasil. Aqui há mais uma referência à fome: “MST utiliza diversas formas de luta: ocupações e acampamentos coletivos, marchas pelas rodovias, greves de **fome**, ocupação de prédios públicos, vigílias, entre outras ações.” (ARAUJO et al., 2016, p. 277). O texto aborda uma estratégia muito comum dos Movimentos Sociais: a greve de fome. Segundo as autoras, ela costuma ser uma forma de luta dos agricultores Sem Terra, que lutam pela divisão das terras para produzir alimentos saudáveis. A seguir o livro mostra uma fotografia de um acampamento do MST:

Figura 2 - Fotografia de Acampamento do MST e legenda



(ARAUJO et al., 2016, p. 277)

Por fim, no capítulo 12, ‘Ambiente como questão global’ em tópico denominado ‘Pausa para refletir’, as autoras trazem um tema de extrema relevância para o que estamos pesquisando,

mas que não faz referência à fome, mas utiliza o termo demanda de alimentos ao apresentar sobre os biocombustíveis, como pode ser visto abaixo:

Em 2015, o Brasil era o segundo maior produtor mundial de biocombustíveis em geral e também de biodiesel, obtido de óleos e derivados vegetais e animais. Naquele ano, o programa nacional de produção de biodiesel completou onze anos. Embora tenha havido o incentivo inicial à utilização de plantas nativas das regiões mais pobres, com foco na agricultura familiar, nem todas mostraram-se viáveis, como o biodiesel da mamona e do dendê. [...] A adição obrigatória, desde 2005, de uma porcentagem de biocombustível ao diesel fez crescer a demanda desses produtos e os investimentos no setor. (ARAUJO et al., 2016, p. 368)

As autoras citam a Agricultura Familiar, que segundo dados do IBGE (2019) é responsável por 70% da alimentação dos brasileiros. Elas prosseguem: “[...] Por outro lado, desde 2006, há no mundo um forte aumento na **demandade alimentos**, em especial em países pobres, como Indonésia, Mongólia, Uzbequistão, Egito, Maurîtânia, Moçambique, Marrocos, Camarões, México e Argentina.” (ARAUJO et al., 2016, p. 368). Sem usar as palavras e os conceitos de fome e insegurança alimentar, afirma-se que o problema não é apenas humanitário e social, mas político, entre as nações produtoras e exportadoras.

A seguir trazem um trecho da reportagem⁸⁰ publicada pela *Carta Capital* em 2008, no qual encontramos finalmente o conceito de **fome**, seguido de duas questões direcionadas aos estudantes:

[...] o Banco Mundial propôs um tipo de New Deal para a Política Global de Alimentos, que incluiria a doação de 500 milhões de dólares dos países ricos para transferências, em dinheiro vivo, às populações com fome, além da elaboração de programas para uma maior produção mundial. Porém, tal iniciativa seria emergencial e não toca no problema central. Falta comida e sobra especulação dos mercados financeiros. (CARTA CAPITAL apud ARAUJO et al., 2016, p. 369)

As questões elaboradas pelas autoras incluem o acesso aos alimentos no mundo relacionado ao agronegócio, incluindo os incentivos recentes à produção do biodiesel e o Banco Mundial. Pede-se também que escreva sobre medidas que poderiam ser adotadas pelo Estado brasileiro para promover desenvolvimento econômico que assegure renda e emprego para a população, preserve o ambiente (com redução da poluição e preservação da flora e fauna, da água, do ar) e priorize a produção de alimentos. Apesar destas perguntas serem de extrema

⁸⁰PINHEIRO, Márcia; ATHAYDE, Phydía. A revolta dos pobres. *CartaCapital*, 30 abr. 2008. p. 29.

importância, para que os estudantes conseguissem desenvolver estas temáticas, seria importante que a Questão Alimentar fosse melhor trabalhada durante o percurso educativo.

Contudo, observamos que boa parte das referências ao conceito de fome no livro, são indiretas. Em sua maioria, elas apenas citam as campanhas encabeçadas por Betinho, mas não abordam nenhuma das pesquisas e contribuições de Josué de Castro). Comentam sobre ‘táticas de greve de fome’, adotada principalmente pelas mulheres e pelo MST. Infelizmente peca-se também ao não referenciar a Soberania nem a Segurança Alimentar.

Este livro pode ser bem utilizado para outros conteúdos, porém não tem como proposta desnaturalizar, nem estranhar a Questão Alimentar em suas páginas.

3.2 *Sociologia Hoje* (2016)

Em uma pesquisa por palavras-chave no PDF do livro *Sociologia Hoje* (2016)⁸¹ existem 13 referências à fome. Não foi identificada nenhuma menção à Soberania Alimentar, Segurança Alimentar nem à Agroecologia. Sobre agricultura registra-se 13 referências e sobre alimentação 29. No manual dos professores há uma menção à Segurança Alimentar e à Agroecologia. Na tabela a seguir, é possível acompanhar os números:

Tabela 6 – Questão Alimentar no livro *Sociologia Hoje* (2016).

PALAVRA-CHAVE	<i>Sociologia Hoje</i>	Manual dos professores
FOME	13	7
SOBERANIA ALIMENTAR	---	---
SEGURANÇA ALIMENTAR	---	1

Fonte: Tabela elaborada por Iara Milreu Lavratti para esta pesquisa.

É o quarto em citações à Fome (20), mas é o segundo em referências à Reforma Agrária. Já à Soberania Alimentar não existe nenhuma menção. Na primeira unidade deste livro em que se

⁸¹Editora Ática. Autores: Igor José de Renó Machado, Henrique Amorim, Celso Rocha de Barros. Recebeu parecer positivo em 2015 e 2018.

trata da Cultura pela perspectiva da Antropologia, encontramos apenas três referências à questão da fome, distribuídas nos três primeiros capítulos, como veremos a seguir.

No primeiro capítulo “Evolucionismo e diferença”, se abordam as teorias evolucionistas da Antropologia e as diferenças. No box ‘Você já pensou nisso?’ está a primeira menção à questão da fome, no contexto da invasão do território latino-americano, em que se afirma que: “A avidez dos colonizadores espanhóis na América levou ao extermínio de milhares de indígenas, que, forçados a trabalhar em minas de prata, não tinham mais como se dedicar a lavouras, o que gerou **fome** e a morte de milhares de pessoas.” (MACHADO et al., 2016, p. 29)

No segundo capítulo, discutem-se os ‘padrões, normas e culturas’, procurando refletir sobre o conceito de cultura no Século XXI. Encontramos uma referência à fome em um excerto do romance brasileiro *Iracema*, publicado em 1865 por José de Alencar: “Iracema acendeu o fogo da hospitalidade; e trouxe o que havia de provisões para satisfazer a **fome** e a sede: trouxe o resto da caça, a farinha-d’água, os frutos silvestres, os favos de mel, o vinho de caju e ananás.” (ALENCAR apud MACHADO et al., 2016, p. 58)

Já no terceiro capítulo, “Outras formas de pensar a diferença”, os autores apresentam o antropólogo Bronislaw Malinowski (1884 - 1942). Para ele, tudo o que é produzido por uma sociedade tem uma função específica, uma utilidade, ou seja, qualquer costume, prática, hábito ou ritual, possui uma finalidade em cada grupo social. Essa função estava atrelada à própria sobrevivência daquela população e se referia às necessidades básicas: alimentar-se e sobreviver às dificuldades impostas pelo ambiente. Segundo ele, tudo o que uma sociedade produz teria a função principal de saciar a **fome**.

Na unidade 2, intitulada “Sociedade”, vista a partir da Sociologia, há quatro referências sobre a fome nos capítulos 7, 9 e 10. No capítulo 7, “Mundos do trabalho”, encontramos uma referência à fome na seção “Contrapontos”, nos versos retirados do livro *Dentro da noite veloz* de Ferreira Gullar⁸²: “[...] Este açúcar era cana/ e veio dos canaviais extensos/ que não nascem por acaso/ no regaço do vale./ Em lugares distantes, onde não há hospital/ nem escola,/ homens que não sabem ler e morrem de **fome**/ aos 27 anos/ plantaram e colheram a cana/ que viraria açúcar.” (GULLAR, 1979 apud MACHADO et al., 2016, p. 167)

⁸²GULLAR, Ferreira. *Dentro da noite veloz*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

No capítulo 9, “Sociologia brasileira” existem duas menções à fome. A primeira está nos versos de Chico Buarque, na composição “O meu guri”, como pode ser visto a seguir: “Quando, seu moço, nasceu meu rebento/ Não era o momento dele rebentar/ Já foi nascendo com cara de **fome**/ E eu não tinha nem nome pra lhe dar.” (BUARQUE apud MACHADO et al., 2016, p. 2002). Observa-se que este trecho demonstra como a fome é uma preocupação desde o nascimento, principalmente, em famílias mais pobres.

Como material de apoio deste capítulo, os autores trazem o documentário *Garapa*⁸³, cujo tema é a **fome**. O curta, filmado por uma pequena equipe, acompanhou o cotidiano de três famílias no Ceará durante quatro semanas e exibe cenas fortes do dia a dia de pessoas que vivem na extrema pobreza, com acesso limitado à alimentos.

No capítulo seguinte, “Temas contemporâneos da Sociologia”, apresenta-se de forma sucinta alguns temas contemporâneos da Sociologia, e inclusive, o fenômeno da fome. Afirma-se que existem no capitalismo forças produtivas (ciência e tecnologias) capazes de produzir o necessário para toda a população do planeta, porém, o seu desenvolvimento permanece limitado aos interesses do capital, o que restringe o acesso e a socialização dos alimentos. Segundo dados da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) desde a década de 1970, já se aponta que “[...] o problema da **fome** no mundo não está relacionado com a baixa produção de alimentos, mas sim com a má distribuição dela.” (MACHADO et al., 2016, p. 209). Os autores afirmam que:

Por um lado, existem problemas relativos à área da produção, como o crescimento do uso de agrotóxicos e transgênicos de forma indiscriminada e sem controle das consequências ambientais e para a saúde humana. Por outro, as relações de produção capitalistas impedem que os benefícios trazidos pelo avanço das forças produtivas, a exemplo da grande capacidade de produção alimentar, estejam disponíveis para todos. (MACHADO et al., 2016, p. 209)

Na terceira unidade ‘Poder e cidadania’ há mais 4 menções à fome. As duas primeiras são apresentadas no início do capítulo 15 “Temas contemporâneos da Ciência Política”, na seção ‘Uma nova visão do poder’ ao explicar o conceito de “valores pós-materialistas”, desenvolvido pelo cientista político estadunidense Ronald Inglehart, que por volta de 1970, notou nos países mais desenvolvidos uma perceptível diferença entre o que os mais velhos e os mais novos

⁸³Trailer disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZB79j6ltSU8>.

consideravam importante na vida. Além disso, como pode ser visto abaixo, trazem também a fotografia de uma manifestação organizada por ambientalistas da World Wide Fund for Nature (WWF):

Figura 3 - Texto acompanhado de fotografia de manifestação WWF

Quais eram esses valores? Eram, sobretudo, valores ligados à liberdade e à autonomia individual (igualdade entre mulheres e homens, direitos dos homossexuais, antirracismo, entre outros) e a causas como a defesa do meio ambiente e os direitos dos animais. Em outras palavras, enquanto os mais velhos se preocupavam principalmente com a necessidade de **sobrevivência**, os mais jovens priorizavam a **qualidade de vida**: o direito de ter controle sobre as próprias decisões, de viver em um ambiente limpo e sem poluição, de desfrutar o lazer.

Segundo Inglehart, quanto mais os países vão se desenvolvendo, mais seus cidadãos priorizam valores pós-materialistas. Em países pobres há o risco real de cair na miséria, de passar **fome**, de depender de um governo ineficiente e sem dinheiro durante uma dificuldade. Nessas situações, pelas quais todos os países já passaram, prevaleceriam os valores ligados ao bem-estar econômico.



(MACHADO et al., 2016, p. 333)

A partir desse trecho, percebe-se que segundo Inglehart (2008)⁸⁴, os mais jovens defendiam os chamados “valores pós-materialistas”, que não estavam ligados diretamente ao interesse material, mas sim à liberdade e à autonomia individual (igualdade entre mulheres e homens, direitos dos homossexuais, antirracismo, defesa do meio ambiente e os direitos dos animais). Enquanto isso, os mais velhos se preocupavam, principalmente, com a necessidade de sobrevivência. Ele compreende então que as novas gerações passavam a priorizar a sua qualidade de vida e o direito de ter controle sobre as próprias decisões e que quanto mais os países se desenvolvem, mais seus cidadãos priorizam os valores pós-materialistas. Já nos países mais pobres há o risco real e cotidiano de cair na miséria e de passar **fome**, dependendo assim, dos governos durante uma dificuldade. Nessas situações, prevaleceriam os valores materiais ligados ao bem-estar econômico.

Como consequência da grande desigualdade social brasileira, segundo os autores “[...] pessoas de diferentes classes sociais têm riscos muito diferentes de cair na miséria ou de passar

⁸⁴Os autores não citam as obras do autor, mas nas referências do livro didático, encontramos esta: INGLEHART, Ronald F. Changing Values among Western Publics from 1970 to 2006. *West European Politics*, v. 31, n. 1-2, jan.-mar., 2008.

fome. Assim, é possível que haja um descompasso entre a adesão rápida a valores pós-materialistas nas classes média e alta e uma adesão mais lenta entre os mais pobres.” (MACHADO et al., 2016, p. 333). Para Inglehart (2008) por volta dos anos 1970, os países considerados desenvolvidos já enfrentavam mudanças nesse sentido, e hoje em dia

[...] até os mais pobres têm alguns direitos básicos garantidos: mesmo se não tiverem nenhum dinheiro podem contar com escolas e hospitais públicos de qualidade razoável ou até muito boa. Quando perdem o emprego, recebem seguro-desemprego e não se tornam miseráveis. Nessa situação, não seria tão urgente pensar na sobrevivência, e o indivíduo pode pensar mais em como quer viver. (MACHADO et al., 2016, p. 333)

Ainda no capítulo 15, na seção ‘Interagindo’, os autores trazem algumas atividades e resgatam a música “Comida” de Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Britto, de 1987. Na letra afirma-se: “A gente não quer só comida/ A gente quer comida/ Diversão e arte” E logo depois pergunta-se “Você tem sede de quê?/ Você tem **fome** de quê?” A seguir, é pedido que os estudantes expliquem como esta música ilustra a discussão sobre os valores pós-materialistas debatidos por Inglehart anteriormente.

Os autores citam mais uma vez a fome a partir da fala do jornalista e político Fernando Gabeira (1941-) que participou de um movimento de resistência armada comunista contra a Ditadura Civil-Militar, preso, torturado e exilado na Europa. Ao se deparar com a realidade brasileira pós Golpe Militar, Gabeira (apud MACHADO et al., 2016, p. 355) afirmou: “Convivemos com duas realidades entrelaçadas e tratamos simultaneamente de problemas comuns ao terceiro mundo e aos países avançados. Há gente morrendo de **fome** e gente morrendo porque comeu demais [...]”⁸⁵

Na seção ‘Concluindo’, na qual concentra questões de vestibulares e do ENEM, estão as duas últimas referências à fome, referentes ao Programa brasileiro “Fome Zero”. Em uma questão do ENEM (2014) cita-se o programa Fome Zero em um excerto do jornal *O Estado de São Paulo*:

[...] Não raro são cúmplices do que questionam, como os desmandos que culminam na inflação alta, na corrosão dos salários, nas carências que não são as do catálogo do **Fome Zero**. Em 2013, o povo supostamente manso, diluído no sistema de cooptações que enquadrou a sociedade inteira nas conveniências do poder e do partido que governa, deu

⁸⁵GABEIRA, F. *Vida alternativa: uma revolução do dia a dia*. Porto Alegre: L&PM, 1985. p.13

o primeiro aviso que mansidão tem limite. A surpresa é que, em 2014, a forma é outra, mas o recado é o mesmo: a cumplicidade tem seu dia de basta.⁸⁶ (MACHADO et al., 2016, p. 360)

Em seguida, em uma das alternativas está a próxima referência, com o seguinte pensamento do senso comum: O Programa **Fome Zero** solucionou os problemas sociais do Brasil e, por isso, não há necessidade de manifestação dos movimentos sociais e populares.

A partir dos recortes feitos nesta pesquisa, foi possível identificar que a fome, na maior parte das menções, aparece neste livro enquanto fenômeno biológico, ou como complemento da tríade “Desigualdade, Miséria e Fome”. Dessa forma, não há um aprofundamento ou problematização do tema e, não se questiona a produção, o acesso, as decisões políticas, nem o Sistema Capitalista como acirrador destas condições.

Apesar de o livro conter 29 referências à palavra alimento/alimentação, foram observadas apenas 13 menções à fome e nenhuma à SSAN. Foi encontrado apenas no Manual do professor, uma referência à Segurança Alimentar e uma à Agroecologia, no texto “Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social”, que aborda a atuação e contribuições das mulheres do campo e da floresta⁸⁷ disponibilizado pelo Observatório da Igualdade de Gênero⁸⁸, como pode ser visto abaixo:

A segurança alimentar é uma importante dimensão do desenvolvimento sustentável. As organizações produtivas de mulheres do campo e da floresta são protagonistas da produção de alimentos de qualidade e devem ter espaços adequados de interlocução com as instâncias governamentais responsáveis pela temática. As mulheres do campo e das florestas precisam ser pensadas não apenas em suas especificidades no que diz respeito ao ofício que desenvolvem e ao espaço que ocupam, mas também na pluralidade de suas identidades. É necessário garantir os direitos das comunidades tradicionais, como as populações ribeirinhas, indígenas e quilombolas, além de valorizar suas práticas e sua cultura. (OBSERVATÓRIO DA IGUALDADE DE GÊNERO, apud MACHADO et al., 2016, p. 434)

O texto ainda afirma ser preciso incentivar práticas como a Agroecologia, que visam o empoderamento feminino e a preservação do meio ambiente. A presença de conceitos como

⁸⁶MARTINS, J. S. O variável humor das ruas. *O Estado de S. Paulo*, Caderno Geral, 2014.

⁸⁷Tema importante de ser desenvolvido, e não identificado em outros materiais.

⁸⁸O Link para o texto do Observatório de Igualdade de Gênero do governo não está mais habilitado.

Agroecologia no Manual, demonstra que os autores do livro *Sociologia Hoje* (2016) tiveram acesso à temática, mas fizeram uma escolha – profissional, política, ideológica – de não abordá-la enquanto conteúdo ou até mesmo citá-la aos estudantes.

Contudo, não foi observado neste livro o potencial, ou mesmo, a intenção de desnaturalizar nem de estranhar a Questão Alimentar. Portanto, no que se refere apenas ao desenvolvimento desta temática, o livro demonstra não possuir conteúdos suficientes.

3.3 *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* (2016)

Em uma pesquisa por palavras-chave na versão PDF do livro *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* (2016)⁸⁹ nos deparamos com 34 referências à fome. Ao mesmo tempo, não foi encontrada nenhuma referência à Segurança ou à Soberania Alimentar e registramos apenas 3 menções à Agricultura, como podemos ver na tabela a seguir:

Tabela 7 – Questão Alimentar no livro *Tempos Modernos, tempos de Sociologia* (2016)

PALAVRA-CHAVE	<i>Tempos Modernos, tempos de Sociologia</i>	<i>Manual dos professores</i>
FOME	34	--
SOBERANIA ALIMENTAR	---	--
SEGURANÇA ALIMENTAR	---	--

Fonte: Tabela elaborada por Iara Milreu Lavratti para esta pesquisa

Na primeira parte do livro “Saberes Cruzados”, durante os primeiros quatro capítulos apresentam-se alguns temas das Ciências Sociais e delimitam-se as áreas da Sociologia, Antropologia e Ciência Política.

No Capítulo 1 “A chegada dos tempos modernos” discute-se a chegada dos tempos modernos, o Iluminismo, o êxodo rural e a industrialização. Ao abordar a crescente mobilidade de coisas e pessoas, os autores afirmam que os viajantes enfrentavam as surpresas provocadas por cataclismos da natureza, assaltos, doenças, cansaço, **fome** e sede.

⁸⁹Editora do Brasil. Bomeny; Freire-Medeiros; Emerique; Julia O’Donnel; Aprovados nas seguintes edições do PNLD: 2012, 2015 e 2018.

Na parte 2, “A Sociologia vai ao Cinema”, o pano de fundo é o longa metragem *Tempos modernos* (1936), escrito, dirigido e interpretado por Charles Chaplin ao lado de Paulette Goddardê, retomando importantes elementos sobre as crises do capitalismo, como a Grande Depressão de 1929 nos Estados Unidos. Assim, fica claro que os autores trazem o filme para a partir de seus trechos mais marcantes, “pensar sociologicamente” sobre temáticas, conteúdos e autores diversos com os estudantes do Ensino Médio. Há citação à fome na Introdução e em quatro capítulos.

Segundo os autores, na Introdução, a Grande Depressão de 1929, crise do sistema capitalista que assolou os países neoliberais, foram momentos de desemprego em massa, miséria, **fome** e desencantamento, tais como as décadas que se seguiram. O sonho do capitalismo “[...] parecia ter chegado ao fim justamente naquele que se acreditava ser o país da prosperidade ao alcance de todos, o berço da democracia moderna.” (BOMENY et al., 2016 p. 75)

Ainda na Introdução, na seção ‘Construindo seus conhecimentos’, encontramos uma referência à fome em um excerto do jornal *Gazeta Mercantil* de 1999, em uma questão do ENEM (1999). A pergunta aborda também a Grande Depressão de 1929, desencadeada nos Estados Unidos e que atingiu muitos outros países com o desenvolvimento capitalista, sendo também tema de fundo do filme utilizado no material didático. O texto base afirma que “Houve saques e norte-americanos que passaram **fome**.” (BOMENY et al., 2016, p. 77)

O capítulo 8, “Trabalhadores, uni-vos!” contém 3 referências à fome. As duas primeiras citações estão na seção ‘Apresentando Karl Marx’, trazendo importantes intelectuais socialistas, como Friedrich Engels e Thomas More, no excerto “Utopia”: que palavra é essa⁹⁰. Neste texto, apresenta-se Thomas More e o livro *Utopia*, o qual descreve uma sociedade bem diferente das repúblicas do século XX, pois “Era uma terra de prosperidade, com abundância de alimentos em que ninguém passava **fome**. A igualdade era a base de tudo.” (BOMENY et al., 2016, p. 118). Aqui já vemos uma denúncia relacionando a falta de alimentos e a distribuição desigual. Thomas More conclui que, com igualdade de acesso, todos teriam alimentos em abundância e isso geraria a prosperidade.

Logo após nos deparamos com uma questão que apresenta a Música “Comida”, da banda Titãs, relacionando-a com conceitos de Utopia e Sociedade, apresentados no capítulo: “Bebida é

⁹⁰MORE, Thomas. *Utopia*. 3 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. p. 197-198.

água/ Comida é pasto./ Você tem sede de quê?/ Você tem **fome** de quê?” (BOMENY et al., 2016, p. 129).

A atividade suscita alguns questionamentos, como: Não é somente com comidas ou bebidas (ou bens materiais) que as necessidades das pessoas são satisfeitas. Afirma-se que as perguntas "Você tem sede de quê? / Você tem **fome** de quê?" ajudam a provocar a imaginação do ouvinte a respeito daquilo que ele julga ser a sociedade ideal, e pede-se então que os (as) estudantes escrevam sobre suas utopias. É importante refletir que aqui a palavra fome assume diferentes contornos, mas continua nos passando a ideia de precisão, carência.

No nono capítulo, “Liberdade e segurança”, resgata-se uma cena do filme *Tempos Modernos* em que Carlito, o personagem principal, ao receber a notícia de que poderia deixar a prisão, refuta: “O que me espera do lado de fora? **Fome** e desemprego? Não posso ficar mais um pouco? Sou tão feliz aqui.” (BOMENY et al., 2016, p. 133). Sua declaração evidencia o medo de ‘passar fome’, devido à falta de empregos e acesso à alimentação adequada, que muitos enfrentam.

No décimo capítulo, “As muitas faces dos poderosos”, introduz-se uma personagem do filme *Tempos modernos* que ainda não foi apresentada: uma adolescente com aspecto de pobreza, a qual aparece pela primeira vez se apropriando de bananas no cais e distribuindo-as para seus irmãos. A frase explicativa informa: A Garota — a menina do cais que se recusa a passar **fome**. Também introduz Michel Foucault e seus estudos sobre relações de poder, controle social, análise de discurso, biopoder, expressões da loucura, entre outros assuntos.

No próximo capítulo, “Sonhos de civilização”, encontramos uma referência à fome em uma cena do filme *Tempos Modernos* (1936), que é composta por um devaneio de Carlitos e da Garota sobre como seria o seu lar perfeito. Ambos sonham com uma casa na qual misturam-se a natureza e a civilização, com fartura de alimentos, visto que possuiria: Um pé de laranja, cachos de uvas, uma vaca que fornece leite fresco e eletrodomésticos. Enquanto isso, na vida real, sentada na calçada, “[...] ela lambe os lábios, com **fome**. Carlitos promete: “Nós teremos uma casa, nem que eu tenha de trabalhar para isso!” (BOMENY et al., 2016, p. 133).

Este capítulo traz ainda as reflexões do Sociólogo Norbert Elias e apresenta razões para a Sociologia estudar as emoções humanas, dedicando-se ao estudo das manifestações coletivas. As autoras explicam que é comum associar o comportamento dos indivíduos aos instintos, por

exemplo: quando sente **fome**, procura alimento; com dor, chora; estando ameaçado, agride. Para alguns especialistas, temperamento, emoção e comportamento são aspectos ligados às dimensões biológicas dos seres humanos. Aqui é possível perceber como estas dimensões vem a determinar os comportamentos e ações dos indivíduos e de grupos sociais, uma vez que a fome é sentida individualmente, mas é socialmente construída.

Já na terceira parte, “A sociologia vem ao Brasil”, apresentam-se algumas questões sobre a formação da nação brasileira tal qual conhecemos atualmente. Na introdução “Que país é esse?” propõe-se realizar uma aproximação sociológica do Brasil.

Na Introdução da terceira parte, há uma questão que apresenta a música “Chegança” de Antônio Nóbrega, 1997⁹¹, que aborda o mito da Descoberta do Brasil e do encontro tranquilo entre ‘exploradores’ portugueses e os povos originários e identifica a colonização portuguesa como pacífica em função de trocas estabelecidas nos primeiros contatos entre portugueses e nativos. Há uma citação à fome no trecho final: “[...] pressentiu a **fome**, o Brasil vai começar.” (BOMENY et al., 2016, p. 213) e as autoras fazem algumas perguntas sobre este ‘Encontro’.

No capítulo 18, “Desigualdade de várias ordens”, encontramos 18 menções à fome. As autoras introduzem esta discussão a partir das obras e das vidas de Josué de Castro e Herbert José de Souza, o Betinho. Também discutem gênero, etnia, a escassez de alimentos e outros elementos que representam as desigualdades sociais, econômicas e culturais no Brasil. Além de trazerem os conceitos de desigualdade, igualdade, mobilidade social, meritocracia, racismo, direitos sociais, igualdade de gênero, discriminação racial, estratificação social, também expõem as obras de Simone de Beauvoir, Margaret Mead, Gilberto Freyre e Oracy Nogueira para debater as desigualdades referentes à gênero e etnia.

Logo no início, ao apresentar *Geografia da Fome*, de Josué de Castro, há doze menções à palavra fome. As autoras assinalam que este é um dos grandes problemas sociais do Brasil e uma questão que está atualmente em debate. Porém, elas lembram que esta temática só começa a aparecer no cenário nacional a partir de 1946, quando o médico e filósofo⁹², lançou este livro,

⁹¹Esta composição também está presente em outros livros didáticos analisados nesta pesquisa.

⁹²Considerado por muitos, inclusive por Manuel Correa de Andrade como geógrafo por sua contribuição à Geografia Humanista no Brasil. Em 1937 foi reconhecido enquanto Catedrático de Geografia Humana pela Universidade do Brasil.

transformando a perspectiva sobre a fome enfrentada em todo o território nacional. A seguir descreve-se a obra de maior importância sobre o assunto:

Figura 4 - Printscreen com Texto sobre Geografia da Fome

A geografia da fome

Você já deve ter ouvido falar que a fome é um dos grandes problemas sociais do Brasil. Essa questão está sempre em debate – em campanhas políticas, em programas sociais e até mesmo em iniciativas localizadas mobilizadas por escolas, empresas, organizações não governamentais etc. Mas isso nem sempre foi assim, e para entendermos como essa questão apareceu no cenário nacional precisamos voltar ao ano de 1946, quando o médico, geógrafo e sociólogo Josué de Castro lançou o livro *Geografia da fome*. Naquela época, a fome era considerada um fenômeno natural e, portanto, impossível de ser solucionado. Se havia fome no Nordeste, dizia-se, era em função do clima e da incapacidade biológica de seus habitantes para o trabalho.

Para desconstruir esse discurso, Josué de Castro viajou por todo o Brasil, dividindo-o em cinco regiões, conforme características alimentares de cada uma: Amazônia, Nordeste açucareiro, Sertão nordestino, Centro-Oeste e Sul. Analisou o processo de colonização de cada área, a produção de alimentos e o aparecimento de doenças nos moradores. Após essa minuciosa pesquisa, o autor propôs a ideia de que não existia apenas uma forma de fome no Brasil, e sim “as fomes individuais e coletivas. As fomes totais e parciais. As fomes específicas e as fomes ocultas”. Segundo Josué de Castro, o que deveria ser estudado à luz da Sociologia eram as fomes coletivas, ou seja, aquelas que afetam grupos inteiros de pessoas, podendo ser endêmicas

Ao avaliar as causas e as consequências de cada um desses tipos de fome sobre a população das diferentes áreas do país, Josué de Castro chegou à conclusão de que a fome “é a expressão biológica dos males sociológicos” ou, ainda, “o flagelo fabricado pelos homens, contra outros homens”. Em outras palavras, ele passou a denunciar o fenômeno da má alimentação como um problema social e político, resultado de um longo processo de exploração econômica que existiria desde o Período Colonial. A fome era revelada, assim, como expressão do subdesenvolvimento e da desigualdade regional, que poderia (e deveria) ser sanada por meio de iniciativas sociais.

É importante lembrar que Josué de Castro defendia a Reforma Agrária como a principal medida para solucionar o problema da fome no Brasil, pois, para ele, a concentração de terra nas mãos de poucos limitava o acesso aos meios de produção, levando à miséria de muitos. O fim da fome viria, segundo ele, como resultado de uma reestruturação no sistema produtivo brasileiro, que deveria deixar de lado o modelo de unidade latifundiária para amenizar os efeitos da desigualdade.

Antes encarada como tabu, a fome, após o grande impacto da obra de Josué de Castro (que dedicou toda sua vida ao tema), tornou-se objeto de estudos, sendo abordada em escolas e universidades e encarada pelos governos como um problema de primeira ordem. A Constituição de 1988, por exemplo, define o acesso à alimentação como um direito humano.

(BOMENY et al., 2016, p. 289)

Como pode ser observado nos trechos destacados, na obra mencionada, Castro analisa os processos de colonização de cada região do Brasil, bem como a produção de alimentos e o aparecimento das mesmas doenças em habitantes de diferentes territórios. Naquela época, a **fome** era considerada um fenômeno natural e, portanto, não se pensava ser solucionável. Para desconstruir esse discurso, ele viajou por todo o Brasil, e após essa minuciosa pesquisa, compreendeu que não existia apenas um tipo de fome, e sim diferentes expressões deste fenômeno. Josué passou então a denunciar a má alimentação como sendo um problema social e político, resultado de um longo processo de exploração econômica que existe desde o Período Colonial.

A fim de melhor compreender as manifestações desse fenômeno, dividiu as regiões do Brasil conforme características alimentares de cada uma: Amazônia, Nordeste açucareiro, Sertão nordestino, Centro Oeste e Sul e retratou diferentes contornos do fenômeno da fome, chegando à conceitos como: fomes individuais, coletivas, totais, parciais, específicas e ocultas. Para Josué de Castro, a Sociologia deveria estudar as fomes coletivas, que afetam grupos inteiros de pessoas, podendo ser endêmicas (permanentes), epidêmicas (temporárias), totais (inanição), parciais e ocultas (ausência de nutrientes). Segundo ele, a **fome** é a expressão biológica dos males sociológicos, além de ser um flagelo fabricado pelos homens contra outros homens.

É pontuado que o autor defendia a Reforma Agrária como a principal medida para solucionar o problema da **fome** no Brasil, pois identificava que justamente a concentração de terras nas mãos de poucos era o que limitava o acesso aos meios de produção, levando à miséria de muitos. Dessa forma, o fim da **fome** viria a partir de uma reestruturação no processo produtivo brasileiro, que abandonaria o modelo de produção latifundiária para amenizar os efeitos da desigualdade. Elas ainda inferem que a **Fome** era então revelada como expressão do subdesenvolvimento e da desigualdade regional, que poderia (e deveria) ser sanada por meio de Políticas Públicas e Programas Sociais.

Segue-se afirmando que como fruto importante dos estudos de Josué, temos a Constituição de 1988, que passa a definir o acesso à alimentação como um direito humano. Além disso, “Antes tratada como tabu, a **fome**, após o grande impacto da obra de Josué de Castro (que dedicou toda sua vida ao tema), tornou-se objeto de estudos, em escolas e universidade, pelos governos como um problema de primeira ordem.” (BOMENY et al., 2016, p. 290)

O livro didático também apresenta as obras e projetos de Betinho, o sociólogo Herbert José de Souza, responsável por programas sociais e campanhas contra a fome. Além disso, expõe uma fotografia do sociólogo e militante com alimentos arrecadados no final de 1994:

Figura 5 - Fotografia de Betinho mostrando doações recebidas



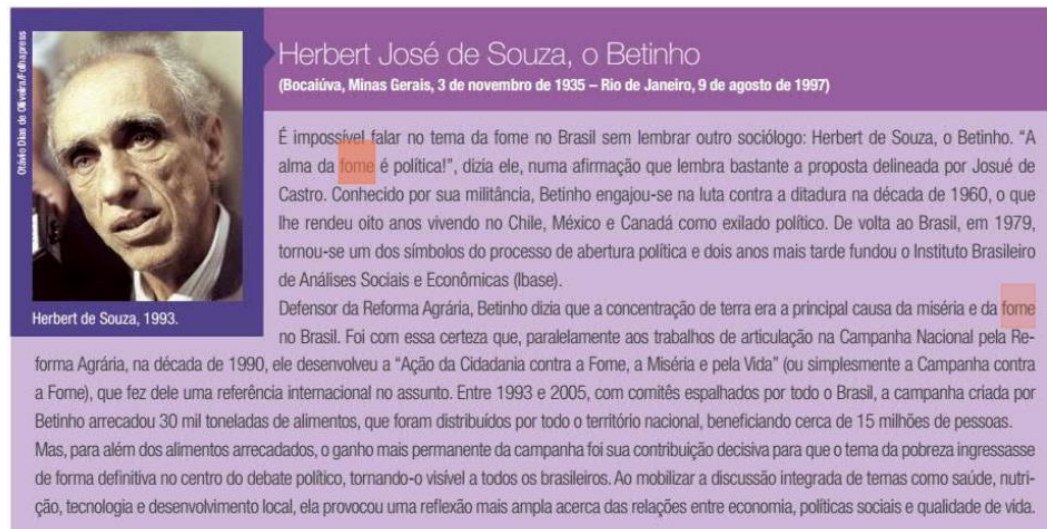
Sociólogo Betinho mostra as doações recebidas na campanha Natal sem Fome, dez. 1994. A campanha obteve sucesso, evidenciando com as doações o engajamento da população.

(Fonte: BOMENY et al., 2016, p. 290)

Na página seguinte, há 5 menções à fome, aprofundando ainda mais nesse tema e na vida e obra do sociólogo. Apresenta assim, a biografia de Betinho, que entrou na luta contra a Ditadura Civil Militar e foi expulso do país, vivendo no Chile, México e Canadá. Ao retornar para o Brasil, militou na Campanha Nacional pela Reforma Agrária, e na ‘Ação da Cidadania contra a **fome**, a miséria e pela vida’, que beneficiou mais de 15 milhões de pessoas com arrecadação de alimentos e estabelecimento de políticas públicas de renda e Assistência, entre outras ações.

Os autores afirmam que ele costumava dizer que a “A alma da **fome** é política!” (BOMENY et al., 2016, p. 291). Essa frase contém a essência do fenômeno da fome, resgatando que ele ocorre por conta de decisões políticas que resultam na falta de acesso de alguns. Betinho ainda fundou o instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), responsável por colher e tabular dados, hoje utilizados em grande escala. Pode-se conhecer melhor o Sociólogo no box abaixo:

Figura 6 - Boxe com biografia de Herbert de Souza.



(BOMENY et al., 2016, p. 291)

Entre os resultados dessas ações, infere-se que “Para além dos alimentos arrecadados, o ganho mais permanente da campanha foi sua contribuição decisiva para que o tema da pobreza ingressasse de forma definitiva no centro do debate político, tornando-o visível a todos os brasileiros.” (BOMENY et al., 2016, p. 291). As autoras afirmam que: “Ao mobilizar a discussão integrada de temas como saúde, nutrição, tecnologia e desenvolvimento local, ela provocou uma reflexão mais ampla acerca das relações entre economia, políticas sociais e qualidade de vida.” (BOMENY et al., 2016, p. 291). Os três assuntos tratados neste capítulo (gênero, etnia e **fome**), segundo as autoras, não esgotam a questão da desigualdade, mas nos dão pistas sobre formas de discriminações que afetam de maneira diferenciada a população brasileira.

Como sugestão de filme, trazem uma importante produção: *Morte e Vida Severina* (1955), de João Cabral de Melo Neto, adaptado para um longa-metragem em animação, no qual se acompanha um retirante afetado pela miséria e pela fome nos sertões e manguezais do Brasil. A morte e a vida são o pano de fundo, como podemos ver nesse excerto: “E se somos Severinos iguais a tudo na vida, morremos de morte igual, mesma morte severina: que é a morte que se morre de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte, de fome um pouco por dia (de fraqueza e de doença é que a morte severina ataca em qualquer idade, e até gente não nascida).”

(MELO, 1955, n.p.) Ainda assim, o poeta conclui que apesar de tudo, a vida insiste em florescer em meio à tanta miséria e morte.

No capítulo 19, “Participação política, direitos e democracia” é feito um preâmbulo sobre a formação da democracia brasileira. Na seção ‘Olhares sobre a Sociedade’ encontramos uma questão que aborda a música de Geraldo Vandré⁹³, “Pra não dizer que não falei das flores”, de 1979. Os versos: “Caminhando e cantando e seguindo a canção/ Vem vamos embora que esperar não é saber/ Quem sabe faz a hora não espera acontecer” (VANDRÉ, 1979) são marcantes para as gerações pós Ditadura Civil-Militar, pois, retratam a crueldade do regime, a insatisfação e a resistência de grupos sociais. Já a frase “Pelos campos há **fome** em grandes plantações” representa a carência de alimentos, principalmente nos campos. Isso ocorre porque muitos eram e ainda são subordinados à patrões, bancos e multinacionais que passam a controlar as produções e o mercado, expandindo a produção de *commodities* e reduzindo a de alimentos nutritivos e diversos. A última citação sobre fome está nas Referências Bibliográficas, com a obra *Geografia da fome*⁹⁴.

Pudemos perceber que este livro faz bastante menções à fome (34) e apesar de trazê-la aparentemente despretensiosamente em alguns momentos, consegue avançar na problemática. Os autores abordam as contribuições de Herbert de Souza e Josué de Castro para a reflexão sobre a fome no país e no mundo. Além disso, afirma-se que Josué defendia uma ampla reestruturação no processo produtivo brasileiro, abandonando-se assim o modelo de produção latifundiária, e, de forma incisiva acreditava que a saída para a fome era a Reforma Agrária, já que a concentração de terras limita o acesso aos meios de produção, levando à miséria de muitos. Além disso, o material didático é inovador ao utilizar a linguagem audiovisual como pano de fundo para os conteúdos sociológicos, tanto com o filme *Tempos Modernos* que critica o modelo capitalista de produção quanto com os materiais de apoio, sugestões de livros, filmes e documentários, que servem de aporte para educadores e educandos.

⁹³Geraldo Vandré. 1968. *Fermata do Brasil*/ Editora Música Brasileira Moderna Ltda.

⁹⁴CASTRO, Josué de Castro. *Geografia da fome*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001.

Com uma boa mediação, este livro pode ser muito útil à desnaturalização e ao estranhamento da Questão Alimentar. Contudo, a educadora ou educador precisaria aprofundar por sua conta as questões, pois, apesar de o material trazer poucas, mas importantes constatações sobre o tema, permanece na superfície da problemática e não oferece subsídios aos estudantes ou aos professores.

3.4 Sociologia em Movimento (2016)

O livro *Sociologia em Movimento*⁹⁵ é o que mais contém menções às palavras-chave elencadas nesta pesquisa. Apresenta a maior quantidade de referências à Fome, totalizando 42. É também, o único livro a fazer menção tanto à Soberania Alimentar (7), quanto à Segurança Alimentar (4), além de ser inovador ao diferenciá-los e tratá-los como conteúdo sociológico. A seguir podemos conferir os números e já ter uma pista sobre o livro:

Tabela 8 – Questão Alimentar no livro *Sociologia em Movimento* (2016)

PALAVRA-CHAVE	<i>Sociologia em movimento</i>	<i>Manual dos professores</i>
FOME	42	7
SOBERANIA ALIMENTAR	13	3
SEGURANÇA ALIMENTAR	3	2

Fonte: Tabela elaborada por Iara Milreu Lavratti para esta pesquisa.

A primeira menção à fome está na apresentação do material. Afirma-se que somos parte da natureza e que seríamos então influenciados, ao mesmo tempo em que nos apropriamos dela: “[...] nossa vida cotidiana não é orientada apenas por necessidades biológicas (ingestão de proteínas, por exemplo), mas por necessidades socialmente construídas (comer um prato com

⁹⁵ Editora Moderna. Autores Afrânio de Oliveira Silva, Bruno Ribeiro Bastos Loureiro Rodrigues, Cassia Cardoso de Miranda, Fátima Ivone de Oliveira Ferreira, João Henrique Catraio Monteiro Aguiar, Lier Pires Ferreira, Marcela Marques Serrano, Marcelo da Silva Araújo, Marcelo Costa da Silva, Martha Carvalho Nogueira, Otair Fernandes de Oliveira, Paula Cristina Santos Menezes, Raphael Millet Camarda Correa, Ricardo Muniz de Ruiz, Rodrigo de Souza Pain, Rogério Mendes de Lima, Tatiana Bukowitz, Thiago de Jesus Esteves, Vinicius Mayo Pires. Aprovado em 2015 e 2018.

arroz, feijão, bife e batata frita)” (SILVA et al., 2016, n.p.) Os autores explicam que as sociedades criam diferentes modos de saciá-las “[...] ou abrir mão de satisfazê-las, como quando alguém entra em greve de **fome** por uma causa na qual acredita.” (SILVA et al., 2016, n.p.)

Na Unidade 1 ‘Sociedade e conhecimento: a realidade social como objeto de estudo’, as primeiras referências encontradas são sobre a fome. As duas referências à palavra fome estão no primeiro capítulo “Produção de conhecimento: uma característica fundamental das sociedades humanas”, nas ‘Primeiras Palavras’. Expõe-se que 805 milhões de pessoas de todo o mundo passavam **fome** em 2014. A partir de dados da Organização das Nações Unidas (ONU), demonstra-se que grande parte destas pessoas vivem em um país em desenvolvimento. Os autores afirmam também que “Para cada problema vivenciado [...] como a falta de comida [...] diferentes sociedades encontraram diferentes soluções.” (SILVA et al., 2016, p. 18).

As próximas referências à fome só são encontradas na Unidade 4 ‘Mundo do trabalho e desigualdade social’. No capítulo 10 “Estratificação e desigualdades sociais”, há duas referências diretas ao fenômeno da **fome**, ambas na linha do tempo.

A primeira retrata o ano de 1985, quando foi realizado o concerto de rock Live Aid, em Londres, com o único objetivo de “[...] arrecadar fundos em prol das pessoas que passavam **fome** da Etiópia. A seca, combinada aos ajustes estruturais da dívida externa do país, teria provocado a morte de quase 1 milhão de pessoas.” (SILVA et al., 2016, p. 235). Por sua vez, a próxima referência, está situada no ano 2000: “Assinada por 189 países, a Declaração do Milênio das Nações Unidas estabelece como metas erradicar a pobreza extrema e a **fome**, promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade infantil e garantir a sustentabilidade ambiental, entre outras medidas.” (SILVA et al., 2016, p. 235)

Já na unidade 5 ‘Globalização e sociedade do século XXI: dilemas e perspectivas’, há 3 referências à fome no Capítulo 11 “Sociologia do Desenvolvimento”, 1 à Soberania Alimentar e 1 à Segurança alimentar, no capítulo 12 “Globalização e integração regional”.

No tópico ‘O debate sobre o desenvolvimento a partir dos anos 1990’ menciona-se a fome durante a explicação sobre desenvolvimento e globalização, utilizando Noam Chomsky⁹⁶ (2002) e seu livro *O lucro ou as pessoas: Neoliberalismo e ordem global a fome*. Segundo os autores, a

⁹⁶Norte-americano linguista, filósofo, sociólogo, cientista cognitivo e ativista político.

alta industrialização nos países em desenvolvimento é responsável pelos “[...] altos índices de renda concentrada, analfabetismo, **fome** e mortalidade infantil.” (SILVA et al., 2016, p.273).

A seguir, existem mais duas citações sobre a fome. Os autores apresentam o autor Ha-Joon Chang e seu livro *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica* (2002)⁹⁷, que mostra como os países desenvolvidos estão “chutando a escada” pela qual subiram ao topo, impedindo que países em desenvolvimento adotem as mesmas políticas e práticas predatórias. Apresenta-se a Declaração do Milênio, documento produzido pela ONU em 2000, assinado por mais de 180 países, que criou uma parceria internacional para o desenvolvimento mundial e “[...] fixou vários objetivos relativos ao desenvolvimento, entre os quais eliminar a **fome**, reduzir a mortalidade infantil, promover a educação universal e a preservação do meio ambiente.” (SILVA et al., 2016, p. 275).

A outra referência à fome está na legenda de um registro fotográfico da reunião do Fórum Econômico Mundial em Davos (Suíça, 2015), evento anual que divulga os supostos efeitos benéficos da globalização:

Figura 7 - Printscreen com duas fotografias com tema de Segurança Alimentar



(SILVA et al., 2016, p. 286).

⁹⁷CHANG, Ho-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*, 2002.

Ao lado, outro registro da marcha de abertura da Cúpula dos Povos, na cidade do Panamá (2015), evento que defende princípios como a preservação dos recursos naturais, a **segurança alimentar** e, a universalização do emprego. (SILVA et al., 2016, p. 286),

Nas páginas seguintes afirma-se que a partir da "guerra ao terror", lançada pelos Estados Unidos após os atentados de 11 de setembro de 2001, a reafirmação da soberania e a busca por ordem e segurança fizeram com que os direitos de muitos cidadãos em vários países fossem suspensos com base em uma posição arbitrária dos Estados Unidos. Nesse sentido,

Esse poder unilateral fica evidente quando organizações internacionais, como a Cruz Vermelha, denunciam a existência de centenas de presos na prisão de Guantánamo (instalada em território cubano), a maioria de cidadania afegã ou iraquiana, ali mantidos sem acusação formal, sem processo constituído e sem direito a julgamento. Esse momento de exceção foi demonstrado por José Maria Gómez, que analisou os atos dos Estados Unidos durante os dois mandatos de George Bush (1946-), de 2001 a 2009. (SILVA, 2016, p. 293)

Infere-se que situações como essa revelam aspectos perversos da globalização, diferente do mito da cidadania global e do mundo sem fronteiras. Somada aos conflitos políticos, a competição econômica também exhibe uma faceta negativa. O consumo, e não a cidadania, torna-se medida de inclusão social. A competição mediada pelo mercado e pela indústria cultural elimina mecanismos de proteção social, o que pode ter consequências como **fome**, pobreza, doenças e educação de baixa qualidade. (SILVA et al., 2016).

A primeira citação à Soberania alimentar está no Capítulo 12, no texto sobre o Fórum Social Mundial (FSM), que surgiu em 2001, na cidade de Porto Alegre, quando representantes de organizações e movimentos sociais de diversos países se reuniram para defender um modelo alternativo de globalização. Uma das medidas presentes no manifesto é a garantia da **Soberania Alimentar** a todos os países, com estímulo ao campesinato e à agricultura familiar. Ao lado, há uma charge criticando o Sistema Capitalista:

Figura 8 - Texto acompanhado de Charge sobre Fórum Mundial de Economia.



(SILVA et al., 2016, p. 297).

As próximas referências à fome só são encontradas na sexta e última Unidade ‘A vida nas cidades do século XXI – questões centrais de uma sociedade em construção’, nos capítulos 14 e 15, do livro didático analisado.

No capítulo 14, “Gêneros, sexualidades e identidades”, o livro aborda a luta das mulheres e situa cronologicamente as ‘sufragettes’ em 1913, apesar de a luta pelo direito universal ao voto acontecer desde o século XIX, por ser um ano em que ela se intensifica na Inglaterra. Os autores afirmam que muitas ativistas presas entraram em greve de **fome**, uma tática política muito antiga, e que boa parte era alimentada à força.

No capítulo 15, “Sociologia e Meio Ambiente”, há 30 menções à fome. Os conteúdos estão pautados nas questões ambientais, com um recorte para a exploração dos recursos naturais, a produção de alimentos e a Segurança Alimentar sob a perspectiva da Sociologia. O capítulo apresenta um contexto histórico sobre os estudos socioambientais, nos trazendo de maneira inovadora, novos olhares para esta temática, relacionando-a com a questão agrária e a produção de alimentos, inclusive os conceitos de “Segurança Alimentar” e “Soberania Alimentar”, apontando a Agricultura Familiar como essencial para superar o pacote da Revolução Verde e o Agronegócio. Trata também sobre a modernização de um país de origens agrárias e suas transformações sociais, resgatando conceitos poucos trabalhados como o de justiça ambiental.

Alguns objetivos elencados no início deste capítulo são: perceber que os conflitos ambientais surgem com o reconhecimento do uso e da apropriação desigual dos recursos naturais e avaliar as iniciativas globais e nacionais voltadas para agir sobre problemas socioambientais e/ou para promover a justiça ambiental. Em consonância com estes propósitos, a questão motivadora que pretende auxiliar os estudantes a atingirem essas metas é: Como conciliar os princípios dos movimentos de proteção ao meio ambiente com as lutas contra as desigualdades sociais e a favor do desenvolvimento econômico e da superação da pobreza?

Os autores apresentam os conflitos que envolveram a construção da usina Hidrelétrica de Belo Monte e afirmam que, para a Sociologia, o desenvolvimento da cultura humana e as formas como se interagem com o ambiente físico é o que caracteriza o Meio Ambiente. Aborda-se como a sociologia tem lidado com questões ambientais, apresentando novas vertentes de estudo como a Sociologia Ambiental, intensificando um questionamento sobre os limites do desenvolvimento e suas consequências para a vida das gerações futuras. Enfatiza-se que o maior estudo dos impactos ambientais está relacionado aos movimentos sociais de protesto e à compreensão acadêmica e científica de que o desenvolvimento econômico Capitalista está intrinsecamente ligado às tecnologias predatórias.

No livro também é feita uma distinção entre preservacionismo e conservacionismo, duas grandes vertentes dos movimentos socioambientais. Discute também o conceito de Desenvolvimento Sustentável e como empresas aproveitam-se deste discurso para lucrar ainda mais, atraindo consumidores preocupados com os impactos ambientais que acabam acreditando na postura sustentável de marcas que continuam explorando o meio ambiente e os trabalhadores, enquanto assumem condutas um tanto duvidosas de conservação ambiental.

A primeira menção à fome está no subtítulo ‘Sustentabilidade e produção de alimentos’, no qual os autores direcionam a Questão Ambiental para a percepção da utilização exacerbada dos recursos naturais em prol do desenvolvimento industrial e agrícola. Eles trazem uma fotografia de grandes latifúndios e na legenda afirmam que “Mais do que um problema ligado à insuficiência de recursos naturais, a fome, na maior parte das vezes, tem sua origem em questões políticas, sociais e econômicas.” (SILVA et al., 2016, p. 364). Apresentam também a Organização das Nações Unidas (ONU), que promove a cooperação internacional, tratando as questões ambientais e alimentares como prioritárias para a existência humana.

Afirma-se que a Sociologia, em consonância com diversas outras áreas do conhecimento passa a refletir sobre o desenvolvimento econômico e o usufruto dos recursos naturais, que são a essência das desigualdades sociais e acesso ou não à alimentação. Neste momento, os autores direcionam a questão ambiental para a percepção da utilização exacerbada dos recursos naturais em prol do desenvolvimento industrial e agrícola. Eles explicam que estas questões não podem mais ser trabalhadas no interior de cada país porque afetam a todos como humanidade. Vejamos:

Figura 9 - Imagem de um latifúndio seguido de legenda.



de desenvolvimento de um país afeta a comunidade internacional mediante os efeitos planetários do uso dos recursos naturais e da emissão de gases poluentes (assim como seus efeitos nos processos migratórios e no comércio internacional) levou a Sociologia a explorar o significado do desenvolvimento e a responsabilidade de cada país quanto aos meios de sobrevivência das gerações futuras.

Mais do que um problema ligado à insuficiência de recursos naturais, a fome, na maior parte das vezes, tem sua origem em questões políticas, sociais e econômicas. Grandes latifúndios, como este, na cidade de Bandeirantes (PR, 2015), priorizam questões econômicas em detrimento dos direitos humanos.

SILVA (et al., 2016, p. 364)

Segundo os criadores do livro, o fato de países tornarem suas leis ambientais mais rígidas não significa que eles poluem menos, pois acabam transferindo suas atividades para lugares menos desenvolvidos e com mais permissividade, perpetuando os conflitos ambientais e intensificando os problemas sociais. A partir da transferência das atividades poluentes dos países desenvolvidos para países menos desenvolvidos, transportam os problemas e conflitos ambientais para países periféricos e mantêm os lucros dos países centrais⁹⁸. Com a produção agrícola de *commodities* e a aplicação descontrolada de agrotóxicos, acontece o mesmo.

⁹⁸O mercado de créditos de carbono é um importante exemplo, de como as pautas ambientais também se tornam mercantilizadas e como os países mantêm o nível de produção, exploração e lucro através de mecanismos legais.

No tópico ‘Concentração de terras e a produção da fome’, há 12 menções à fome. Aqui, os autores discutem a superação da **fome** e da pobreza, temas que se intensificaram com o debate sobre sustentabilidade e meio ambiente. Eles apontam que a **fome** no mundo não ocorre devido à baixa produção de alimentos e a superpopulação, mas sim, pela escolha por um modelo de produção econômica e social que explora o meio ambiente, cria latifúndios improdutivos por mera especulação financeira e lucros exorbitantes, dificultando a distribuição igualitária de alimentos. Confira:

Figura 10 - Printscreen sobre a concentração de terras e produção da fome.

◆ Concentração de terras e a produção da **fome**

Uma das discussões sociológicas relacionadas aos problemas socioambientais se desenvolveu no debate sobre meio ambiente e sustentabilidade: a questão da superação da **fome** e da pobreza. A ideia difundida no século XIX de que a **fome** e a pobreza seriam resultado de uma produção de alimentos insuficiente em relação ao crescimento populacional foi criticada e superada ao longo do século XX, trazendo à tona também a discussão sobre o modelo de desenvolvimento associado ao capitalismo.

A persistência da **fome** é simultânea à existência de grandes propriedades de terra concentradas nas mãos de poucas pessoas e grupos, à produção voltada para o lucro e, contraditoriamente, aos grandes avanços técnicos que permitem maior produção em tempo cada vez menor. Essa simultaneidade demonstra que a **fome** e a pobreza não resultam da insuficiência técnica para a produção e distribuição de alimentos ou da falta de solos férteis, sendo, na verdade, consequência de problemas políticos, sociais e econômicos.

Apesar do aumento da produção de riquezas e de alimentos na sociedade industrial capitalista, os mecanismos de mercado conhecidos não são capazes de distribuir esses recursos para eliminar a **fome** e a pobreza. A superação desse cenário envolve políticas de garantia de direitos básicos aos mais pobres e a discussão sobre a construção de outro modelo de desenvolvimento, o qual, para muitos países, deve partir da implantação de uma **reforma agrária**.

Josué de Castro, em seu estudo clássico *Geografia da fome*, analisou de maneira sistemática o fenômeno da **fome** no Brasil, afirmando que esta não era um problema natural nem um produto da superpopulação, mas das opções políticas e econômicas realizadas pelos países. Ressaltou que nenhum fator era mais negativo para a situação de abastecimento alimentar do país do que uma estrutura agrária atrasada, sendo, dessa forma, a reforma agrária uma necessidade histórica.

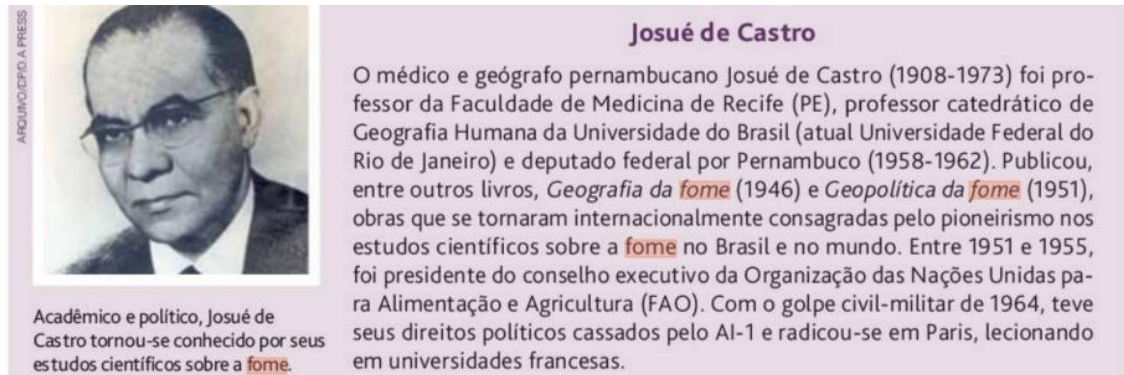
Reforma agrária

A reforma agrária é uma política de reorganização da estrutura fundiária que tem como objetivo democratizar a propriedade da terra e permitir o acesso de todos que quiserem nela produzir. Como as terras produtivas estão centralizadas nas mãos de poucos proprietários, para realizar essa reestruturação é necessário que o Estado desapropriar terras de grandes fazendas, muitas delas improdutivas, e as redistribua entre pequenos agricultores, camponeses sem-terra e trabalhadores rurais.

(SILVA et al., 2016, p. 365)

Seguindo nesta linha, os autores discutem o tema da fome e da pobreza em relação a concentração de grandes áreas de produção com fins lucrativos. Após essa explicação, trazem uma biografia de Josué de Castro e suas produções como *Geografia da fome* e *Geopolítica da fome*, na seção ‘Quem escreveu sobre isso’, com 3 citações, conforme verificamos no box seguinte:

Figura 11 - Boxe com biografia de Josué de Castro.



(SILVA et al., 2016, p. 365)

Na página seguinte há mais 4 referências ao termo e a afirmação de que a **fome** “[...] passou a ser compreendida como uma das evidências mais claras de que o mercado capitalista não seria capaz de reduzir as desigualdades, mesmo com os meios técnicos disponíveis.” (SILVA et al., 2016, p. 366). Além disso, inferem que muitos estudos das diversas áreas das Ciências Sociais relacionam o sistema capitalista com a existência de milhões de pessoas com fome.

A discussão é acompanhada pela fotografia de uma colheita mecanizada e a afirmação de que “Os avanços técnicos e a implementação de métodos de gestão capitalista aumentaram a produção de alimentos, mas a mantiveram atrelada a uma estrutura que busca o lucro, e não o acesso de todos à alimentação.” (SILVA et al., 2016, p. 366). Como pode ser visto a seguir:

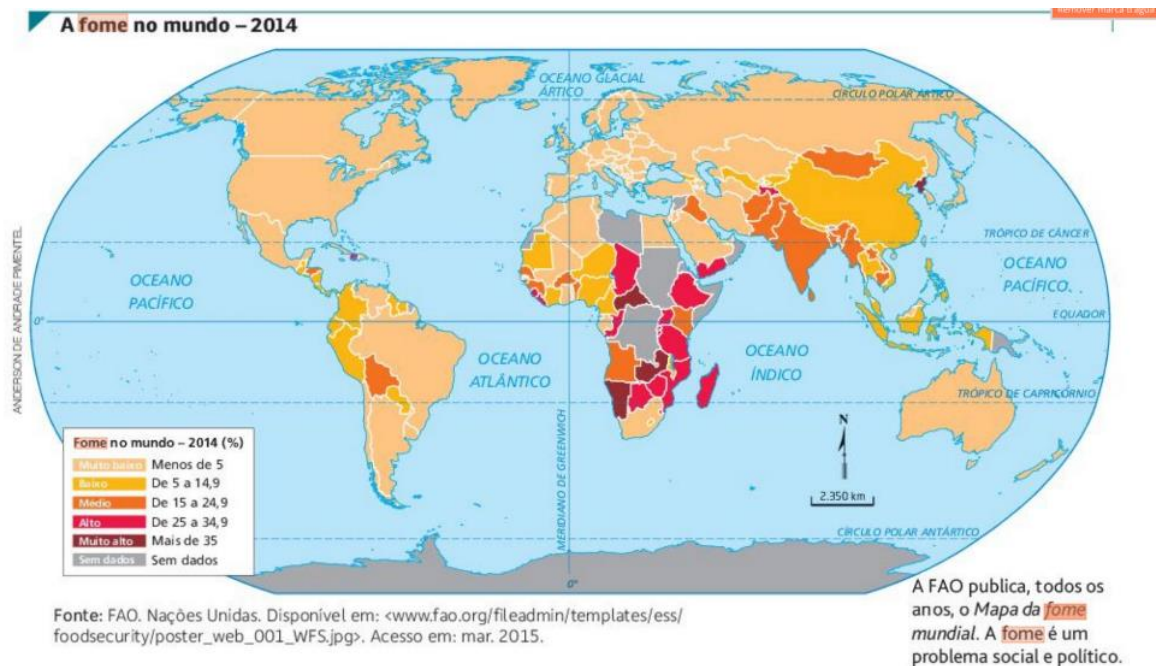
Figura 12 - Fotografia de uma colheita mecanizada de milho com legendas.



(SILVA et al., 2016, p. 366)

A seguir há 5 referências à fome e 1 à Segurança Alimentar ao apresentar uma imagem do Mapa da fome, produzido pela FAO⁹⁹ em 2014¹⁰⁰. Neste mapa é registrado, em nível mundial, a incidência da fome nos países a cada ano. Confira:

Figura 13 - Mapa da fome “A fome no mundo – 2014”.



(SILVA et al., 2016, p. 367)

Ainda na legenda da figura, afirma-se que “A fome é um problema social e político.” (SILVA et al., 2016, p.367) e que “Os avanços tecnológicos atuais só serão capazes de garantir a **segurança alimentar** no mundo atual se combinados a políticas públicas de combate à fome.” (SILVA et al., 2016, p.367)

O próximo tópico é ‘Segurança e soberania Alimentar’. Aqui existem 11 referências à Soberania e 3 à Segurança. Inicia-se explicando que o conceito de **segurança alimentar** foi

⁹⁹Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

¹⁰⁰Neste ano de 2014, o Brasil estava “deixando o Mapa da Fome”, registrando números mais baixos, graças às diversas políticas públicas. Em 2018 pós golpe de Michel Temer o país “retornou ao Mapa” e em 2021, com o Governo Bolsonaro e um cenário pandêmico, a fome volta a ter centralidade na vida de milhares de brasileiros.

desenvolvido no período seguinte à Segunda Guerra Mundial, com o estabelecimento de políticas agrícolas voltadas para garantir o abastecimento de alimentos nos países em conflito.

É exposto que os avanços tecnológicos atuais só serão capazes de garantir a **segurança alimentar** no mundo atual se combinados às políticas públicas de combate à fome. Esta ideia consolidou-se na década de 1990 e levou ao princípio de que todas as pessoas têm direito à alimentação sadia e nutritiva, e que é dever do Estado desenvolver políticas públicas para garantir esse direito. Essas políticas valem-se de diversos mecanismos, como distribuição de alimentos, cestas básicas, tíquetes-refeição, construção de refeitórios populares e desenvolvimento de programas de renda mínima e de cartões para receber ajuda mensal em dinheiro (caso do Programa Bolsa Família, no Brasil).

Já em 1996, as organizações camponesas apresentam o conceito de Soberania Alimentar na Cúpula Mundial Sobre a Alimentação. Os autores defendem que para que um país desenvolva a **Soberania alimentar** deve-se garantir os recursos e o apoio necessários para produzir seus próprios alimentos, respeitando seus hábitos alimentares e escolhas de produção, como exposto logo abaixo:

Figura 14 - Texto Soberania Alimentar.

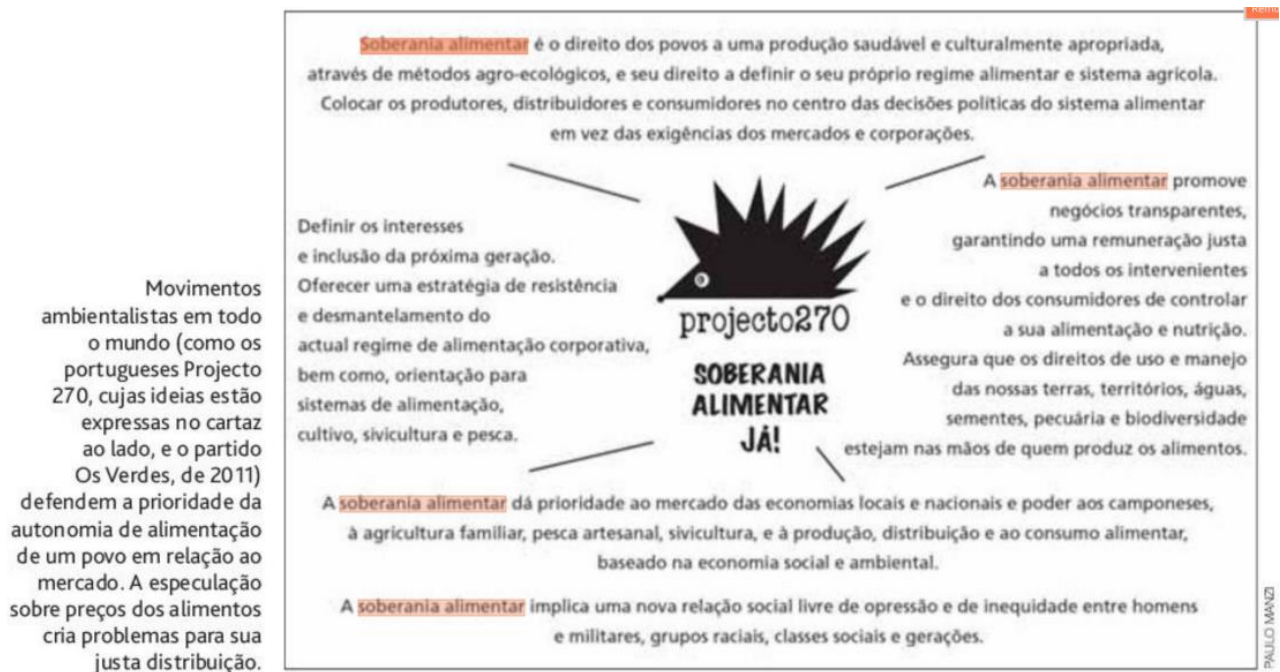
Em 1996, durante a Cúpula Mundial sobre a Alimentação, coordenada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), algumas organizações camponesas apresentaram o conceito de **soberania alimentar**, em contraponto ao de **segurança alimentar**. De acordo com a **soberania alimentar**, o alimento é um direito humano, não apenas uma mercadoria comum. O conceito surge porque, na atual fase do capitalismo, o direito à alimentação saudável, que deveria ser garantido a todos os seres humanos, vem sendo violado por grandes empresas que controlam o mercado de alimentos e condicionam o acesso a eles à renda dos indivíduos. Ou seja, a população pobre fica sem condições de obter alimentos de qualidade.

Dessa forma, **soberania alimentar** refere-se ao conjunto de medidas que devem ser adotadas por todas as nações, tendo como princípio a ideia de que, para ser protagonista e soberano de sua existência, um povo deve possuir os recursos e o apoio necessários para produzir seus próprios alimentos, com acesso a eles em qualquer época do ano e de modo adequado a seu ambiente e a seus hábitos alimentares. Portanto, políticas públicas e sociais devem ser promovidas para garantir a uma nação os recursos e as condições técnicas necessários para que possa produzir em seu próprio território todos os alimentos básicos de que seu povo necessita.

(SILVA et al., 2016, p. 367).

Acrescentam: “Portanto, políticas públicas e sociais devem ser promovidas para garantir a uma nação os recursos e as condições técnicas necessários para que possa produzir em seu próprio território todos os alimentos básicos de que seu povo necessita.” (SILVA et al., 2016, p. 367). Na página seguinte há 7 menções à Soberania Alimentar e 4 à fome. Nela é feito um aprofundamento na questão, expondo produções dos próprios movimentos Ambientalistas sobre a Soberania Alimentar, como pode ser visto a seguir:

Figura 15 - Cartaz do Projecto 270, Movimento ambientalista de Portugal.



(SILVA et al., 2016, p. 368)

Os autores explicam que existem pelo menos três eixos básicos para se pensar a Soberania a partir da intervenção do poder público na produção e na distribuição de alimentos: acesso, qualidade e educação. Além disso, afirmam que a produção de mais alimentos não é a resposta para a superação da fome, pois “[...] as características populacionais de cada país, os níveis de subnutrição ou **fome** endêmica, a baixa escolaridade, a concentração fundiária, as condições de vida e de trabalho precárias e a frágil integração territorial são elementos indissociáveis e

interdependentes.” (SILVA et al., 2016, p. 368). Na figura 16, podem ser observadas mais duas referências à fome e 2 à Soberania Alimentar:

Figura 16 - Fotografia de lixão acompanhada de texto e legenda.

Como demonstraram estudos sobre a relação entre a **fome** e as características populacionais de cada país, os níveis de subnutrição ou **fome** endêmica, a baixa escolaridade, a concentração fundiária, as condições de vida e de trabalho precárias e a frágil integração territorial são elementos indissociáveis e interdependentes. Por isso, a superação do problema da **fome** e a garantia de **soberania alimentar** não estão restritas à produção de mais alimentos. Pode-se afirmar que a ideia de soberania alimentar apresenta, ao menos, três eixos básicos relacionados à intervenção do poder público na produção e na distribuição de alimentos: acesso, qualidade e educação.



Catadores em lixão, em Serra Talhada (PE, 2014). **Fome** e desperdício coexistem no sistema capitalista.

(SILVA et al., 2016, p. 368)

Afirma-se então, que para assegurar preços à população e acesso adequado a uma dieta mínima de nutrientes necessários à vida, é preciso que o Estado crie garantias que vão além da economia de mercado, pois, se deixados por conta das leis de mercado, a terra e seus produtos serão tratados apenas como mercadorias. Também é abordado que a partir do estabelecimento do conceito de **soberania alimentar** - assegurar o acesso aos alimentos para todos, em quantidade e qualidade suficientes para garantir uma vida saudável e ativa - ficou mais evidente a importância de uma agricultura que produza alimentos básicos (e não apenas *commodities*, ou seja, matérias-primas para exportação) com qualidade adequada para o consumo humano.

Os criadores do material didático afirmam a seguir que um dos problemas socioecológicos é a **fome**, ou, a insegurança alimentar. Contextualizam então, o surgimento deste conceito e suas implicações nas políticas alimentares, que passam a ser obrigatórias em diversos países, a partir da década de 1990, abordando desde a distribuição de alimentos, os programas de renda, a construção de refeitórios coletivos, para maior garantia de acesso à alimentos da população.

Também resgatam que a partir de 1996, é apresentado por organizações populares na Cúpula Mundial sobre Alimentação da ONU o conceito de Soberania Alimentar, em contraponto com o de Segurança Alimentar. Essa concepção compreende a alimentação não enquanto uma mercadoria, mas como um direito humano¹⁰¹.

O termo Soberania Alimentar é definido como um conjunto de ações que devem ser adotadas por todas as nações, inferindo que os povos podem ser protagonistas e soberanos, possuindo assim os recursos e o conhecimento para que definam sua alimentação e produzam seus próprios alimentos, seguindo seus hábitos alimentares, sem depender da lógica mercantilista que coloca o lucro acima de todos. Nessa perspectiva, os autores afirmam que várias são as políticas públicas necessárias para atingir este patamar de soberania, que envolvem o acesso, a qualidade e a educação. Também argumentam que a produção de *commodities* no Brasil deve ser superada, em prol de uma produção de alimentos que garanta o acesso, a qualidade e a diversidade na alimentação dos brasileiros, além de esclarecer que a especulação de preços é uma grande vilã neste processo.

Outro elemento apontado é que a lógica do mercado e da concentração de terra não garante a diversificação de gêneros alimentícios nem a sustentação de preços adequados para que se acabe com a fome. Segundo os autores, como contraposição a essa lógica, somente a implantação de políticas públicas¹⁰² poderia garantir que a alimentação seja defendida como uma condição básica para a sobrevivência não apenas física, mas também cultural. Dessa forma, “O surgimento de propostas alternativas de desenvolvimento e a defesa da **reforma agrária**, no caso

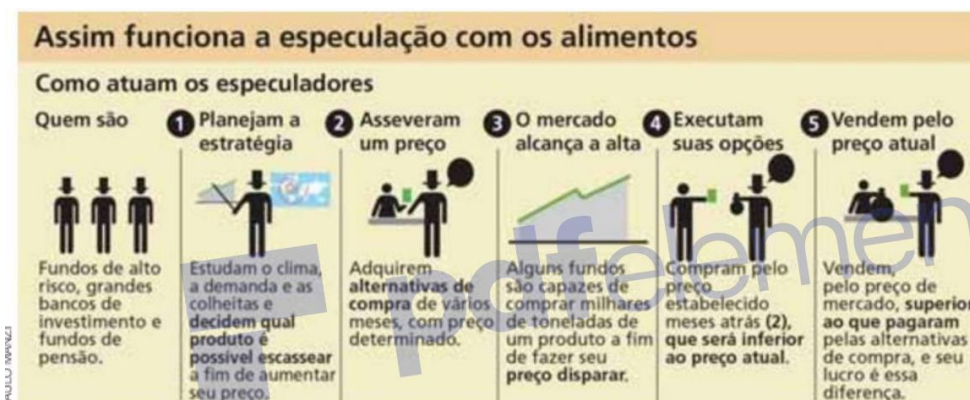
¹⁰¹Ainda assim, essa garantia não reflete em uma mudança significativa e ganhos concretos na vida de milhões de pessoas pelo mundo.

¹⁰²Demandas essas que não parecem possíveis de serem sanadas apenas com políticas públicas rasas. A Soberania Alimentar tem sido colocada pelas Cúpulas como um rearranjo de práticas jurídicas e de políticas públicas, estritamente dentro da ordem do Capital, das relações de trabalho /capitalista e de sua crise estrutural.

brasileiro, são indissociáveis da discussão sobre a superação da **fome** e da miséria no país.” (SILVA et al., 2016, p. 370).

Esta seção é concluída com uma explicação sobre a especulação em relação ao preço dos alimentos, como pode ser visto na próxima imagem:

Figura 17 - Quadro explicativo sobre a especulação com alimentos.



(SILVA et al., 2016, p. 369)

No tópico ‘Crise alimentar e a globalização’ há três referências à fome. A primeira afirma-se que: “Os anos 2007 e 2008 foram testemunhas de uma grave crise de alimentos no mundo todo. A crise pode ser definida como o aumento expressivo no preço de produtos alimentícios (arroz, feijão, leite, carne etc.).”¹⁰³ (SILVA et al., 2016, p. 371). Segundo os autores, este momento foi responsável por colocar novamente em pauta o debate sobre a pobreza e a **fome**, dando visibilidade à situação de vulnerabilidade dos mais pobres. (SILVA et al., 2016)

Os autores apresentam informações de que as famílias que ganham até um salário mínimo por mês costumam comprometer mais de 40% do orçamento doméstico com alimentação. Também afirmam que “Essa situação torna-se ainda mais emergencial por causa da impossibilidade de a maior parte dessas famílias plantar e colher seus próprios alimentos.” (SILVA et al., 2016, p. 371)

¹⁰³De acordo com o Banco Mundial, nesse período os preços dos alimentos subiram em média 83%. O índice de preços de seis *commodities*, elaborado pela FAO, subiu 38% entre 2004 e 2007. Afirma-se também que “Como resultado da crise,” o preço dos alimentos subiu 40% nos últimos nove meses de 2008.

Trazem também o boxe “Revolução Verde”, debatendo o Agronegócio e a produção de *commodities*. Afirma-se que para uns, esse modelo de produção representa um futuro promissor, que prevê a manipulação dos genes, a modernização das lavouras, a expansão da fronteira agrícola e biotecnologia a serviço do combate à **fome**. Para os ecologistas e os movimentos sociais ligados a pequenos agricultores, a revolução verde “[...] amplia desigualdades sociais, causa danos ambientais irreparáveis e oferece sérios riscos à saúde, tanto da população que trabalha diretamente na produção agrícola com uso de agrotóxicos quanto da que simplesmente consome seus produtos.” (SILVA et al., 2016, p. 372).

No boxe afirma que há muitas causas para a alta de preços dos alimentos, e que as principais são: aumento da demanda por alimentos e por combustíveis; especulação do câmbio financeiro; mudanças climáticas e perdas de safras, além da diminuição de terras para cultivo de alimentos. Assim, o desenvolvimento capitalista, em especial no que se refere ao campo, deu evidentes provas de esgotamento pela sua insustentabilidade, seja no que se refere ao uso de recursos, seja quanto aos preços dos alimentos. A globalização, portanto, trouxe também a oportunidade de se discutir modelos alternativos para uma economia sustentável como caminho de superação da pobreza e da **fome**.

Por fim, a seção ‘Justiça Ambiental, Modernização Ecológica e Conflito Ambiental no Brasil’ liga as dificuldades e os antecedentes da luta ecológica do Brasil e explica que isso é essencial para manter a população tradicional e suas atividades como pescadores e seringueiros. Também enfatiza o comportamento dos movimentos ambientais e a ecologia crítica e de combate que tem se desenvolvido com a atuação do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e as questões agrícolas de produção a todo custo e explicitam as principais reivindicações de Chico Mendes na proteção dos povos tradicionais da Floresta Amazônica.

Os autores do livro relacionam então, as várias abordagens socioambientais e citando o professor Henri Acselrad¹⁰⁴, explicando o confronto de posições culturais e utilitárias envolvendo as questões do meio ambiente. Dessa forma, retomam o que foi introduzido no início do capítulo tendo como essência os conflitos ambientais, afirmando que a distribuição dos riscos entre as

¹⁰⁴Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador do CNPq.

diferentes sociedades e culturas é desigual, e essa desigualdade na exposição ao risco é a natureza de todos os conflitos, inclusive da **fome**.

Nas atividades, localizadas no final do capítulo, há apenas duas referências à questão alimentar. Uma propõe que se faça uma reflexão, pedindo para o estudante explicitar quais foram os principais debates sociológicos sobre os temas apresentados no último capítulo relacionados à alimentação, agronegócio, **segurança alimentar** e produção de alimentos. A outra foi retirada do Enem-2015 e utiliza uma charge que ironiza o uso de agrotóxicos e faz uma crítica ao processo produtivo agrícola que envenena a população, como pode ser vista na imagem seguinte:

Figura 18 - Charge “Alimentos contaminados com agrotóxicos”.

(Enem, 2015)



(SILVA et al., 2016, p. 385).

Já a última menção aos conceitos analisados está nas Referências bibliográficas, com o livro de Roseli Caldart *Dicionário da Educação do Campo*, (2012) no qual se apresenta a definição de Soberania Alimentar desenvolvida por Stédile (2012, p.716)¹⁰⁵, resgatada no trecho abaixo:

¹⁰⁵STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. Soberania alimentar. In: CALDART, R. S. (Org.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012.

Soberania alimentar é o conjunto de políticas públicas e sociais que deve ser adotado por todas as nações, em seus povoados, municípios, regiões e países, a fim de se garantir que sejam produzidos os alimentos necessários para a sobrevivência da população de cada local. Esse conceito revela uma política mais ampla do que a segurança alimentar, pois parte do princípio de que, para ser soberano e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessários para produzir seus próprios alimentos. Acredita-se que, em todas as regiões do planeta, por mais diferentes e inóspitas que sejam, há condições de produzir os alimentos adequados para a população local. Portanto, as políticas públicas dos governos, Estados e instituições, e as políticas dos movimentos de agricultores e da população em geral devem ser direcionadas para garantir os recursos e as condições técnicas necessárias para alcançar a condição de produzir todos os alimentos básicos que um povo necessite em seu próprio território. (STEDILE; CARVALHO, apud CALDART, 2012)

Também se encontra nas referências a obra *Geografia da fome*, de Josué de Castro¹⁰⁶, trabalhada nos capítulos anteriores.

Este é o único material didático que trabalha os conceitos de Soberania e Segurança Alimentar, os marcos e suas implicações nas políticas brasileiras. Os autores também têm o cuidado de diferenciá-los e situar as discussões de ambos, genericamente. Além disso, o livro tem êxito em abordar a fome enquanto conteúdo sociológico, totalizando 42 menções. Como saída para a fome, os autores resgatam os debates e políticas públicas voltadas à SSAN e isso deve ser entendido como um ótimo avanço, em relação aos outros aprovados no mesmo PNLD.

Em uma perspectiva mais aprofundada, o livro poderia propor além dos marcos temporais e campanhas relativas à alimentação, conteúdos mais críticos, além de comentar sobre os limites das Políticas Públicas em uma sociedade dominada pelo Capital e suas relações estabelecidas, bem como elementos sobre produção de alimentos mais saudáveis aliada à proteção ambiental, já que conteúdos da Sociologia Ambiental foram desenvolvidos concomitantemente.

O discurso das Políticas Públicas para alimentação, principalmente para filhos da Classe Trabalhadora, tem sua importância, pois desenvolve a ideia de Cidadania e de luta por direitos sociais e políticos, mas também existem outras dimensões, como a de controle social, ao demonstrar que apenas essas ações dentro da Ordem do Capital seriam possíveis. É essencial também trazer o pensamento de que outra sociedade é possível, ou melhor, necessária e única saída.

¹⁰⁶CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: a fome no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

3.5 Sociologia para Jovens do Século XXI (2016)

Em uma pesquisa por palavras-chave no livro *Sociologia para Jovens do Século XXI* (2016)¹⁰⁷ observamos 18 referências à fome e nenhuma à Segurança Alimentar e à Soberania Alimentar. Sobre agricultura encontramos 22 menções e à alimentação 63. Na tabela abaixo registram-se as palavras-chave mais relevantes para esta pesquisa:

Tabela 9 – Questão Alimentar no livro *Sociologia para Jovens do Século XXI* (2016)

PALAVRA-CHAVE	<i>Sociologia para Jovens do Século XXI</i>	Manual dos Professores
FOME	18	6
SOBERANIA ALIMENTAR	---	--
SEGURANÇA ALIMENTAR	---	--

Fonte: Tabela elaborada por Iara Milreu Lavratti para esta pesquisa.

Em uma análise simplificada destes dados, percebe-se que este livro é o número 1 em citações à Reforma Agrária (23), mas é o terceiro à fome (18) e não aborda os outros conceitos (Soberania alimentar, Segurança alimentar e Agroecologia). Pode-se entender que a sua inexistência já demonstra um não aprofundamento na questão alimentar, muito menos em relação à fome, apesar de ter um número considerável dos termos elencados.

Na primeira Unidade ‘Sociedade e Conhecimento Sociológico’ existem três referências à palavra fome. A primeira menção está no Capítulo 2 - “Quem sabe faz a hora e não espera acontecer?”, em que se trabalha a socialização dos indivíduos, o papel da Sociologia e os alcances do Conhecimento Sociológico. Afirma-se que a Sociologia surge a partir das grandes mudanças que ocorrem a partir do Iluminismo e questiona-se “[...] por que nas Américas, entre os nativos, apesar das hierarquias existentes entre eles, não existiam pessoas passando **fome** antes da chegada dos europeus?” (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 23). Os autores já trazem elementos que demonstram que a falta de acesso à alimentos no Brasil, é fruto de uma violenta colonização e dominação dos territórios.

¹⁰⁷ Editora Imperial Novo Milênio. Autores Luiz Fernandes de Oliveira e Ricardo César Rocha da Costa. Aprovado nas edições do PNLD de 2015 e 2018.

A segunda menção aparece no capítulo 6, “Ser diferente é normal”, o qual discute as diferenças sociais e culturais abordadas pela Sociologia. Na seção ‘Interatividade’, composta por questões de diferentes fontes, há uma que foi retirada do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM, 2010) com a letra da música de Antônio Nóbrega, “Chegança”, que em consonância com o conteúdo trazido anteriormente, nomeia alguns dos grupos tradicionais presentes no território e que resistem à violenta colonização que deu origem ao que conhecemos hoje por Brasil. Vejamos:

[...] Um branco de barba escura,/ Vestindo uma armadura me apontou para me pegar./ E assustado dei um pulo da rede/ Pressenti a **fome**, a sede./ Eu pensei: “vão me acabar”./ Levantei-me de Borduna já na mão./ Aí, senti no coração./ O Brasil vai começar. (NÓBREGA; FREIRE, 1998 apud OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 85)

A frase “O Brasil vai começar”, pensada pelo eu lírico reflete o que foi o “Descobrimento do Brasil”, no contexto que o indígena sentiu que a fome e a sede seria uma possibilidade muito concreta a partir do “Encontro”. A questão, a partir da canção, expõe as relações de poder entre os portugueses e os povos nativos, representando uma crítica à ideia presente no mito da colonização pacífica e de trocas justas entre os povos.

Já no capítulo 8, “Ganhava a vida com muito suor e mesmo assim não podia ser pior”, discute-se o trabalho e as desigualdades sociais. Na seção ‘Interatividade’ há mais uma questão proveniente do ENEM (2009), com citação à fome, no texto “Yanomami, o espírito da floresta” (2007). Ele aborda a sociedade indígena do norte da Amazônia que forma um amplo conjunto linguístico e cultural. Conclui-se que o povo Yanomami entende que se os brancos continuarem a desmatar as florestas e sugar suas energias, “[...] ficarão pobres e acabarão tendo **fome** e sede.” (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p.115).

Já na segunda Unidade “Trabalho, Política e Sociedade” as referências à fome aumentaram, trazendo inclusive, indicações de jogos digitais para os estudantes aprofundarem esta e outras temáticas.

Ao longo do capítulo 9 - “Tudo que é sólido se desmancha no ar”, há 3 menções à fome. O debate é acerca do capitalismo e da barbárie provocada por esse sistema econômico que sobrevive da exploração do homem e da natureza pelo próprio homem. Ao discutir as origens do sistema capitalista afirma-se que a burguesia necessitava de operários para instalar suas indústrias

e fazê-las operar. Para encontrá-los, era necessário ir ao campo, onde estava a mão de obra. Segundo os autores,

O aparecimento do capitalismo estimulou os fazendeiros a investir capital na produção agrária. Para desenvolver as áreas de cultivo, ocuparam terras onde habitavam os camponeses e forçaram as famílias a ficar em pequenos territórios cercados. Como eram milhares, imagine o que aconteceu. Os terrenos eram tão pequenos que os camponeses quase não tinham como continuar a viver ali. A saída foi buscar trabalho e moradia em outro lugar. Assim, as cercas expulsaram as pessoas do campo. Conclusão, depois de perder as terras, não podendo trabalhar mais nelas, restou ir pra onde? Adivinhou quem respondeu “para as cidades”. Para não morrer de **fome**, eles aceitavam trabalhar por horas e horas nas fábricas, recebendo salários miseráveis. (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 122)

A expulsão de milhares de trabalhadores do campo para as cidades impossibilita o acesso aos alimentos, tornando-se um fator central da expansão industrial, que recrutava trabalhadores para suas fábricas recém criadas.

Algumas páginas depois, os autores continuam explicando que com o surgimento do capitalismo, os meios de produção passam a estar apenas nas mãos da burguesia e, “[...] para não morrerem de **fome**, os trabalhadores precisam se submeter a ela.” (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 128). Complementam que eles:

Recebem um salário e, em troca, sua capacidade de trabalhar fica à disposição de um patrão, que procura explorá-la ao máximo. Desse modo, o valor do trabalho realizado pelo operário acaba sendo maior do que o salário que recebe. Mas tudo que o proletariado produz além do valor do seu salário fica com o patrão. Essa é a origem de seu lucro. Marx chama essa diferença de mais-valia. [...] (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 128)

Assim, os autores trazem uma charge que explica o conceito de Mais-valia e apresentam o *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848. Ressaltam que: “Este antagonismo entre as classes sociais encontra a sua maior radicalidade exatamente no capitalismo – sistema em que o proletariado já não teria nada a perder, como afirma o Manifesto, a não ser as suas correntes.” (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 130).

Também buscam diferenciar Socialismo de Comunismo e resgatam alguns elementos da Revolução Russa, trazendo mais uma referência à fome¹⁰⁸:

¹⁰⁸Sempre é importante delimitar que diversas questões atribuídas ao Capitalismo também se expressam em outros sistemas econômicos e políticos, em magnitudes diferentes claro. Importante notar que o livro traz essa informação

[...] logo que tomaram o poder, os bolcheviques passaram por várias dificuldades: estavam isolados no mundo e enfrentavam, simultaneamente, uma guerra civil promovida pela burguesia para retomar o poder, e a apatia dos trabalhadores já cansados de tantas guerras e **fome**. Convém lembrar, ainda, que, nessa época, a Rússia estava envolvida com a Primeira Guerra Mundial. (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 130)

Já no capítulo 10 - “Todo mundo come no Mc Donald’s e compartilha no Facebook?”, discorre-se sobre o fenômeno da Globalização e o neoliberalismo. Ao discutir sobre a grande quantidade de imigrantes refugiados da África e do Oriente Médio que foram para a Europa a partir de 2015, os responsáveis pela escrita deste livro afirmam que essa intensificação das migrações é “[...] causada pela **fome** e pelas guerras¹⁰⁹, como é o caso da ação do Estado Islâmico na Síria, é um exemplo de acirramento desse quadro de precarização global da vida e de disseminação do estado geral de barbárie.” (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p.145). Como pode ser visto abaixo, também há uma charge de Latuff sobre a temática, de 2015:

Figura 19 - Texto acompanhado de charge de Latuff 2015.

Balcãs, em 2008, assim como na Síria, em 2015; no aumento exponencial do número de famílias vivendo “abaixo da linha de pobreza” em todo o planeta, desde os latinos e negros, vítimas do furacão Katrina, em Nova Orleans – como exemplo dos 37 milhões de miseráveis existentes hoje nos EUA (*O Globo*, 30/08/06, p. 31) –, aos moradores dos subúrbios franceses e descendentes de imigrantes, na Europa, até grandes contingentes populacionais de países do antigo Terceiro Mundo, na África, na Ásia e na América Latina. A grande leva de imigrantes que se dirigiram para a Europa a partir de 2015, provenientes da África e do Oriente Médio, causada pela **fome** e pelas guerras, como é o caso da ação do *Estado Islâmico* na Síria, é um exemplo de acirramento desse quadro de precarização global da vida e de disseminação do estado geral de barbárie.



Assim como nos EUA, a crise foi amenizada pelo mundo globalizado através de uma série de intervenções dos Estados nas suas economias, evitando a quebra geral que se anunciava – fato ocorrido inclusive no

(OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 145)

como elemento crítico ao Socialismo, mas não desenvolve a mesma questão de forma clara e explícita em relação ao Capitalismo (ou faz, mas de forma pouco elaborada).

¹⁰⁹Nota-se também neste livro uma entificação da guerra e da fome como determinantes da migração e da miséria. Como se a própria guerra não fosse uma decisão política e essa decisão não ocasionasse miséria, fome e mortes.

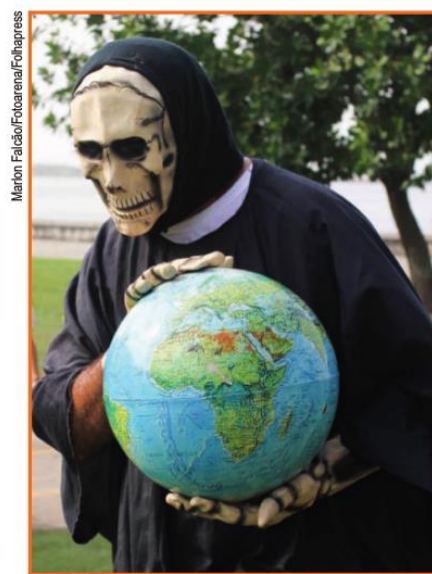
Esta charge denuncia o estado de barbárie que o capitalismo atingiu, em que muitos países se beneficiam de guerras, que provocam miséria e fome ao redor do globo.

Já o capítulo 12, “O mercado exclui como o gás carbônico polui”, apresenta temas como capital, desenvolvimento econômico e meio ambiente e 4 menções à fome. Afirma-se que cientistas admitem que o fim da civilização mesopotâmica pode ter sido provocado por uma mudança na temperatura do planeta, causando esfriamento do Oceano Atlântico e o colapso do sistema de irrigação baseado nos rios Tigre e Eufrates, localizados na Ásia. Segundo eles, “Uma forte queda no volume dos rios e a consequente perda das colheitas ocasionaram a **fome** da sua população, levando-a à migração em massa e à derrocada do império mesopotâmico.” (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 169). Observemos:

Figura 20 - Texto acompanhado de fotografia de manifestação sobre o clima.

localiza o México. Esse impacto foi tão grande que levantou uma espessa nuvem de poeira que impediu a passagem da luz solar durante meses, trazendo a morte e a extinção para milhares de plantas e animais – entre eles, os imensos dinossauros, que não resistiram à escassez de alimentos provocada por essa brutal *mudança climática*... Já imaginaram o que seria dos seres humanos se existissem nessa época?

Por outro lado, cientistas já admitem que o fim da civilização mesopotâmica pode ter sido provocado por uma mudança brusca na temperatura do planeta, por volta do ano 1.100 a.C., em que um processo de esfriamento do Oceano Atlântico teve relação direta com o colapso do sistema de irrigação baseado nos rios Tigre e Eufrates, localizados na Ásia, na região onde hoje é o Iraque. Uma forte queda no volume dos rios e a consequente perda das colheitas ocasionaram a **fome** da sua população, levando-a à migração em massa e à derrocada do império mesopotâmico.



O que está em jogo no debate sobre o aquecimento global?

(OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 169)

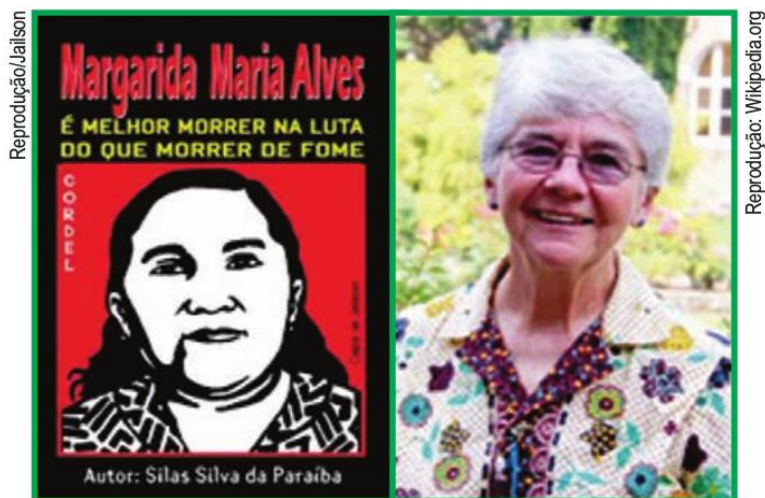
Pode-se encontrar mais três referências à fome, na seção ‘Aprendendo com jogos’. O material didático propõe um jogo educativo e gratuito em que os estudantes precisam ajudar uma ilha fictícia a sair de uma grave crise alimentar. O jogo se intitula “**Fome**: uma questão política!”

e é bastante inovador em sua proposta. O livro disponibiliza o acesso e sugere que os estudantes façam o *download* do jogo desenvolvido pelo Programa Alimentar Mundial (WFP), das Nações Unidas e se organizem em grupos para jogar. Para isso, eles precisam realizar pesquisas sobre a **fome** no mundo e investigar motivações políticas, econômicas e históricas para este fenômeno. Após a experiência, sugere-se que sejam feitos relatos do que é possível compreender com o jogo sobre as temáticas apresentadas anteriormente.

Já na Unidade 3 - ‘Relações Sociais Contemporâneas’, as referências à fome são menos frequentes que na anterior. No capítulo 18, “Ocupar, resistir, produzir. A questão da terra no Brasil”, há uma referência em que os autores pedem que os estudantes façam um levantamento sobre os conflitos pela terra, resgatando as lideranças assassinadas ao longo da história da luta pela terra, como Margarida Maria Alves, em Alagoa Grande, na Paraíba, em 1983, do padre Josimo Tavares, em Imperatriz, no Maranhão, em 1986, e da missionária norte-americana Dorothy Stang, em Anapu, no Pará, em 2005.

Os autores trazem a Capa de Cordel em Homenagem à Margarida Maria Alves e uma fotografia de Dorothy Stang, ambas referências na luta pela terra no Brasil, contendo a palavra fome, como podemos ver abaixo:

Figura 21 - Cordel em homenagem à Margarida Maria Alves e fotografia de Dorothy Stang.



Capa de Cordel em homenagem à Margarida Maria Alves, lançado por ocasião da luta pela punição dos culpados pelo seu assassinato, que em 2013 completou 30 anos. À direita, Dorothy Stang, morta em 2005.

(OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 273)

Eles apresentam o Cordel criado por Silas Silva da Paraíba com os dizerem “é melhor morrer na luta do que morrer de **fome**”, homenageando Margarida Maria Alves¹¹⁰, assassinada em 1983, ao lado da fotografia de Dorothy Stang, freira, militante e ativista ambiental, também assassinada durante disputas com grandes latifundiários.

No capítulo 19, “Chegou o caveirão! E agora? Violência e desigualdades sociais”, apresentam-se as estatísticas sociais dos Estados Unidos que mostram que, a cada cinco crianças menores de seis anos, uma cresce na miséria. Afirma-se que durante o auge da chamada era neoliberal, “[...] a população considerada muito pobre dobrou entre 1975 e 1995, atingindo 14 milhões de pessoas. Quarenta e cinco milhões de americanos (dos quais 12 milhões são crianças) não têm cobertura médica. Trinta milhões sofrem de **fome** e de desnutrição crônica.” (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 295)

A seção ‘Aprendendo com jogos’, expõe o jogo “Cangaço” (Sertão Games, 2014) com o título “O direito a se rebelar contra a violência do Estado”. O jogo tem como pano de fundo o grupo de Lampião e as lutas da década de 1940 e o objetivo é sobreviver aos inimigos na Caatinga. Como pode ser visto a seguir, os autores reiteram que “O cangaço tem relação direta com o contexto de miséria, **fome**, seca, estrutura fundiária e coronelismo do Brasil, buscando romper com a dominação dos mais ricos sob os mais pobres.” (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 303).

O material disponibiliza o *link* para *download* e explica que neste RPG (Role-Playing Game)¹¹¹ o foco está no “Banditismo Social”, fenômeno ocorrido no Nordeste brasileiro do século XIX, mais conhecido como Cangaço. Sugere-se que cada estudante crie o seu herói e a partir da experiência do jogo, relacionando a biografia do seu personagem com o contexto social do Nordeste do século XX. Além disso, propõe que se debata este e outros Movimentos de revoltas sociais.

No capítulo 21, “Onde você esconde seu racismo?”, busca-se desnaturalizar as desigualdades raciais sob as quais as relações sociais no Brasil são estabelecidas. Os autores relatam um caso de racismo acontecido em Aracaju em que uma mulher ofendeu um funcionário

¹¹⁰Sua luta inspira a Marcha das Margaridas que acontece desde 2000.

¹¹¹RPG – Role Playing Game - um tipo de jogo em que os jogadores assumem papéis de personagens e criam narrativas colaborativamente. O progresso de um jogo se dá de acordo com um sistema de regras predeterminado, dentro das quais os jogadores podem improvisar livremente.

negro de uma empresa de aviação com o uso de termos como “negro”, “morto de **fome**” e “analfabeto”, após perder o prazo para *check-in* de seu voo. A frase “morto de fome” é bastante recorrente às pessoas pobres e negras. E não é mera coincidência, pois é sabido que grande parte dos povos não brancos estão em um estado de insegurança alimentar, vítimas da barbárie econômica do mercado global e podem ser exterminadas por políticas internacionais dos Estados imperialistas e neoliberais e pela violência do Estado.

Nesta seção os autores resgatam vocábulos e frases racistas usados no dia a dia que reforçam ainda mais o preconceito, como: “lista negra”, “preto de alma branca”, “só podia ser preto”, “samba do crioulo doido”, “ovelha negra da família”, “nariz de crioulo”, “cabelo ruim”, e também o “**fome** negra”. Além disso, ilustram o assunto com um mapa do continente africano:

Figura 22 - Texto acompanhado de mapa do Continente Africano.

Quando crescemos com essas ideias, muitas delas aprendidas na escola, reforçamos mais ainda o preconceito através de outros termos e frases: “moça escurinha, mas educada”, “moço pretinho, mas nem parece”, “preta feia”, “preto horroroso”, “**fome** negra”, “lista negra”, “moreninho, mas honesto”, “preto de alma branca”, “só podia ser preto”, “samba do crioulo doido”, “ovelha negra da família”, “olha o beijo do negão”, “nariz de crioulo”, “cabelo ruim”, e muito mais...

Tudo isso é construído pela maioria daqueles que



(OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 324)

No capítulo 22, “Lugar de mulher é onde ela quiser?”, discute-se as relações de gênero e a dominação masculina nas sociedades patriarcais. Encontra-se uma referência à fome no texto “É menina”: “É menina, que coisa mais fofa, parece com o pai, parece com a mãe, parece um joelho, upa, upa, não chora, isso é choro de **fome**, isso é choro de sono [...]” (DUVIVIER, 2013 apud

OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 338).¹¹² Neste excerto, de maneira simples, apresenta-se a fome como uma ausência a ser preenchida e uma necessidade primária do ser humano.

A última menção à fome, encontra-se neste mesmo capítulo, durante o resgate das lutas feministas ao redor do mundo e o movimento pioneiro da Inglaterra pelo sufrágio universal, em que as mulheres “sufragetes”, realizaram grandes manifestações. Foram intensamente reprimidas, e quando presas, reagiam com greves de **fome**. O movimento foi vitorioso e em 1918 as mulheres conquistaram o direito ao voto no Reino Unido, inspirando outras lutas ao redor do mundo.¹¹³

Neste livro há 18 referências à fome. Em sua maioria elas são indiretas e estão dentro do bojo das desigualdades sociais. Apesar de propor 2 jogos tendo a fome como pano de fundo, ela não é tratada como conteúdo sociológico, nem há esforço para conceituar ou definir, biológica ou sociologicamente.

Infelizmente não foi identificado nenhuma menção à Segurança Alimentar ou à Soberania Alimentar. Por isso, este livro pode ser bem utilizado para desenvolver outros conteúdos, porém, como observado, não tem como proposta desnaturalizar nem estranhar a Questão Alimentar.

3.6 Considerações sobre a Fome

Os livros que abordam a temática da fome utilizam as obras *Geografia da fome* (1946) e *Geopolítica da fome* (1951), de Josué de Castro, as quais se tornaram uma revelação para os europeus acostumados com teorias malthusianas sobre seleção natural e superpopulação. O autor indica em suas obras que a fome é de origem política, e não condicionada apenas à natureza. Castro foi o primeiro presidente da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura), sendo valorizado em muitos países, mas esquecido em terras brasileiras.

A partir de uma análise sistêmica do fenômeno da fome no Brasil, concluiu que este não é um problema de origens naturais nem um produto da superpopulação, mas sim das opções políticas e econômicas realizadas por cada país e seus governantes, bem como oriundas de políticas imperialistas das nações europeias e estadunidense. Castro ressalta também que a

¹¹²DUVIVIER, Gregorio. *É menina!* Folha de S.Paulo, 16 set. 2013.

¹¹³A relação das mulheres com a fome, resistência, subsistência é muito maior do que o livro faz parecer, apenas citando a tática de Greve de Fome das mulheres em determinada época histórica.

Reforma Agrária é uma necessidade histórica dos trabalhadores e que por ser um país eminentemente agrário, com uma estrutura rural atrasada e que nega a Reforma Agrária permanecia em uma situação precária de abastecimento alimentar e desigualdade em suas férteis terras.

Dessa forma, Josué de Castro (1980, p. 305) denunciava que “A fome não é mais do que uma expressão – a mais negra e a mais trágica expressão do subdesenvolvimento econômico. Expressão que só desaparecerá quando for varrido do país o subdesenvolvimento econômico, com o pauperismo generalizado que este condiciona.” Assim, para a superação da fome, ele propõe uma melhor distribuição de renda e acesso à economia do nosso país com “[...] uma política que acelerando o processo de desenvolvimento, quebrando as mais reacionárias forças de contenção que impedem o acesso à economia do país a grupos e setores enormes da nacionalidade, venha a criar os meios indispensáveis à elevação dos nossos padrões alimentares.” (CASTRO, 1980, p.305)

O sociólogo elencou a fome como objeto central de suas preocupações, mas direcionava suas pesquisas também aos seus aspectos étnicos, linguísticos, religiosos, alimentares, em consonância com as questões sociais, políticas, ambientais e econômicas. Deste modo, tinha divergências com o grupo de Geógrafos brasileiros que entendia a Geografia através das perspectivas da escola geográfica francesa: politicamente neutra, delegando os aspectos políticos e sociais apenas aos sociólogos e economistas¹¹⁴.

As dimensões que o conceito de fome assume para Josué de Castro, juntamente com a criação de novos métodos geográficos, possibilitaram uma análise muito mais ampla do fenômeno. Em sua opinião:

[...] nenhum fenômeno se presta mais para ponto de referência no estudo Ecológico dessas correlações entre os grupos humanos e os quadros regionais que eles ocupam do que o fenômeno da Alimentação o estudo dos recursos naturais que o meio fornece para a subsistência das populações locais e o estudo dos processos através dos quais essas populações se organizam para satisfazer as suas necessidades fundamentais de alimentos (CASTRO, 1984, p. 34 - 35)

¹¹⁴Josué de Castro, Manuel Correia de Andrade e Milton Santos se destacam pela negação da Geografia tradicional e pela criação de técnicas que vão originar na Geografia Humana e crítica no Brasil.

Além das obras citadas nos livros didáticos, também poderiam ser utilizadas as produções de Maria do Carmo Soares de Freitas, como *Agonia da Fome* (2003), livro extremamente relevante e atual. Nele a autora afirma que “Falar deste tema é discorrer sobre uma modalidade de genocídio, uma realidade em que a cena da morte está predita pela falta material e destinada ao cotidiano extremado de pobreza e violência.” (FREITAS, 2003, p. 13). Ela também declara que a fome é difícil de ser compreendida pelos que não a vivenciam, além de ser uma linha tênue entre a vida e a morte.

Os livros didáticos também poderiam se basear nas produções de Rogério Fernandes Macedo: sua dissertação *Josué de Castro: realidade, teoria e institucionalização da fome* (2008), sua monografia *O fenômeno da fome no Brasil* (2004) e o artigo “A destruição em massa: a tragédia da fome e da degradação dos hábitos alimentares” (2015). É possível identificar um diálogo com Jean Ziegler e sua obra *Destruição em massa - geopolítica da fome* (2013), que também é essencial para trabalhar a temática, pois relata-se a extensão da destruição causada pela fome, que resulta na subalimentação de homens, mulheres e crianças ao redor do mundo.¹¹⁵ Além disso, há o artigo “Aqueles que violam o direito à nutrição” (2009), no qual o ex consultor das Nações Unidas, Ziegler (2009, n.p.) adverte que:

Uma das principais causas da fome e da desnutrição de milhões de seres humanos é a especulação, que sobrevêm, sobretudo, da Chicago Commodity Stock Exchange (Bolsa das matérias-primas agrícolas de Chicago), onde são estabelecidos os preços de quase todos os produtos alimentícios do mundo [...]. Para resolver a crise alguns sugerem as seguintes soluções: regulação da especulação [...] em vetar de modo absoluto a transformação dos produtos agrícolas em biocarburantes [...] uma outra poderia ser que as instituições como Bretton Woods e a OMC poderiam mudar os parâmetros de sua política na agricultura e dar prioridade absoluta aos investimentos nos produtos de primeira necessidade e na produção local, incluindo sistemas de irrigação, infraestrutura, sementes, pesticidas etc. Trata-se, pois, de um problema de coerência. Muitos países que fazem parte da Internacional Covenant on Economic, Social and Cultural Rights (Convenção Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais) são também membros das instituições Bretton Woods e OMC [...].

Além disso, Caio Prado Júnior escreveu *A formação do Brasil Contemporâneo* (1942) e *A questão agrária no Brasil* (1978), nos quais aborda a construção do Brasil enquanto nação e como a questão agrária é ponto de partida para as transformações sociais essenciais ao país,

¹¹⁵Ziegler, em entrevista, compara a morte de uma criança por falta de alimentos a um assassinato, por não haver escassez de alimentos e sim a privação destes.

sendo válidas para compor os materiais didáticos. No anexo desta pesquisa há mais referências de autores sobre a Questão alimentar e sobre a fome.

3.7 Considerações sobre a Segurança Alimentar e Nutricional

Como visto na introdução desta dissertação, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é um conjunto de ações e políticas públicas que trata do acesso à alimentação segura e saudável. Ela passou a ser definida no país, pela II Conferência Nacional de SAN em 2004 e pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (2006), como “[...] a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade [...]” (LOSAN, 2006, n.p.) e deve se apoiar em práticas alimentares “[...] promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.” (LOSAN, 2006, n.p.) Nesse sentido, desde 2003, o governo brasileiro havia iniciado a construção da agenda da Segurança Alimentar e Nutricional como uma política de Estado intersetorial e com participação da sociedade civil, definindo os seguintes marcos legais e institucionais: a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)¹¹⁶; a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)¹¹⁷ promovendo os Conselhos Estaduais e as comissões regionais e municipais¹¹⁸; a instalação da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN); e a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN 2012/2015).

Segundo o artigo 3 da Losan (2006, n.p.): o conceito de segurança alimentar reconhece não só o Direito alimentar, mas também uma alimentação baseada na ‘sustentabilidade’, como pode ser visto a seguir:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (LOSAN, 2006, n.p.)

¹¹⁶O SISAN foi instituído em 2006 pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, Lei nº 11.346/2006, com o objetivo de assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no Brasil.

¹¹⁷O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) objetiva promover o debate e apresentar diretrizes para garantir a segurança alimentar no Brasil. Foi criado no governo Itamar Franco e reaberto no início do primeiro governo Lula.

¹¹⁸As Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional e Sustentável (CRSANS).

Já segundo Stédile (2012, p.717), Segurança Alimentar é “[...] uma política pública aplicada por governos de diversos países que parte do princípio de que todas as pessoas têm o direito à alimentação e que cabe ao Estado o dever de prover os recursos para que as pessoas se alimentem.” Para que essa política seja executada, há diversos mecanismos utilizados pelos governos:

[...] distribuição de alimentos, cestas básicas, tíquetes de refeições, instalação de refeitórios populares subsidiados, além de programas de renda mínima e de cartões para receber ajuda mensal em dinheiro, como é o caso, no Brasil, do programa Bolsa Família. (STÉDILE, 2012, p. 717)

Contudo, atualmente o cenário da Segurança Alimentar encontra desafios expressados pela volta do Brasil ao Mapa da Fome e pelo cenário de Insegurança Alimentar extrema que continua crescendo. Após a eleição de Jair Bolsonaro (sem partido) em 2018 para a presidência do Brasil, ocorre a consolidação de um golpe à democracia, iniciado nos anos anteriores. Em um de seus primeiros atos como presidente do país ele instaurou a medida provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, revogando o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), afetando políticas alimentares nos níveis nacionais, estaduais e municipais devido as desmobilizações consequentes. Também atacou e desmobilizou programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) - políticas públicas responsáveis pela alimentação da Classe Trabalhadora e de seus filhos -, deixando a população mais carente sem emprego sem assistência e sem acesso à alimentos de qualidade e os agricultores em maior vulnerabilidade sem condições de produzir e se alimentar. Este cenário, aliado à uma pandemia de Covid-19 e a um governo que não protege sua população, é caótico e inseguro para toda a classe trabalhadora.

A extinção do CONSEA desorganizou em nível nacional as políticas voltadas para o combate à fome justamente no momento que a taxa da população em extrema pobreza chegou ao maior patamar, registrando desde 2015, mais 4,5 milhões de pessoas que ingressaram na faixa de

extrema pobreza.¹¹⁹ Para contribuir com a temática, foi elaborado uma lista em anexo com mais referências de homens e mulheres que tratam do tema da Segurança Alimentar e Nutricional.

3.8 Considerações sobre a Soberania Alimentar e Nutricional

A Soberania Alimentar, como resgatado anteriormente, refere-se à autonomia dos povos em decidir as bases de sua alimentação, sendo dessa forma “[...] a via para se erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos.” (HAVANA, 2001, n.p.). É definida no Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, em Havana, como o direito de os povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos de comercialização e gestão dos espaços rurais.

Com a proposição da Soberania Alimentar pela coalizão internacional La Via Campesina em 1996, já apresentada, as políticas alimentares se consolidaram como um dos mais importantes componentes da Questão Agrária atual. A soberania alimentar, diferente do conceito de Segurança Alimentar, evidenciou a necessidade de o alimento não ser tratado como uma mercadoria, mas como um bem social, e é defendida pelos Movimentos Sociais do Campo mundo a fora. Dentro desta temática é preciso destacar as produções científicas de João Pedro Stedile e Horacio Martins de Carvalho com o artigo “Soberania Alimentar: Uma Necessidade dos Povos” que expõe o domínio das Empresas Transnacionais sobre os Alimentos. De acordo com eles, a fome e a desnutrição, estiveram ligadas a diversos fenômenos, entre os quais:

[...] a) pouco conhecimento acumulado de técnicas de produção de alimentos mais produtivas; b) disputa e perda dos territórios mais férteis para produção de alimentos; c) ocorrência de fenômenos naturais que destruíam colheitas e fontes de alimentos; d) epidemias que atingiam grande parte da população e também impediam a produção de alimentos; e) ocorrência de guerras generalizadas que mobilizavam os trabalhadores e imobilizavam as áreas agricultáveis para produção de alimentos. (STÉDILE; CARVALHO, 2011, p. 144)

¹¹⁹<https://www.brasildefato.com.br/2020/02/04/bolsonaro-promove-desmonte-das-politicas-de-seguranca-alimentar>

Segundo Stedile e Carvalho (2011), é importante lembrar que o comportamento do Fundo Monetário Internacional (FMI), da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Banco Mundial, sempre foi defender em primeiro lugar os interesses das empresas, encobertos sob o manto da liberdade de circulação do capital e das mercadorias e o organismo das Nações Unidas, criado para cuidar especificamente das questões alimentares Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)¹²⁰ está completamente ausente e incapaz de propor políticas de mudanças estruturais aos governos.

A Soberania Alimentar, foi definida a partir das discussões do World Forum for Food Sovereignty (Fórum Mundial pela Soberania Alimentar) no ano de 2007. Realizado em Mali e com a participação de 500 representantes de organizações camponesas de 80 países¹²¹, definiu-se que:

[...] um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, por cima das exigências dos mercados e das empresas. (FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY, 2007, n.p.).

Defendendo os interesses, inclusive, das futuras gerações, o Fórum possibilitou um debate maior acerca da Soberania Alimentar e sua efetiva contribuição para a questão da fome. Ao mesmo tempo, escolhas foram feitas e a utilização do conceito Segurança Alimentar nas políticas públicas, reflete o medo de um povo soberano, frente ao sistema Capitalista.

Ao final desta dissertação há um anexo com artigos, livros e trabalhos acadêmicos sobre a temática da Soberania Alimentar. Além disso, no próximo tópico pode-se observar os materiais de apoio utilizados nos livros didáticos.

¹²⁰Conforme Stédile e Carvalho (2011), a FAO se transformou nas últimas décadas em apenas um organismo burocrático de pesquisa e registro dos volumes da fome e da desnutrição que atinge a humanidade. Ela atua nas denúncias, porém não tem forças para combater suas causas.

¹²¹Houve a assinatura da Declaração de Nyéléni (2007).

3.9 Materiais de apoio da Questão Alimentar

O medo da fome está incorporado no imaginário dos brasileiros e está presente nos trabalhos de grandes escritores, compositores e artistas. Através de importantes obras que têm a temática da fome como pano de fundo, os autores dos livros didáticos buscam sensibilizar os (as) estudantes para estas questões, possibilitando a percepção destas experiências enquanto problemas sociais coletivos e não individuais.

Observemos quais linguagens e quais são os materiais de apoio utilizados nos livros didáticos, ou seja, quais autores clássicos e contemporâneos, documentários, entrevistas, músicas, poemas, fotografias, charges, cordéis, biografias, que se referem à temática alimentar. Alguns estão presente em mais de um material e se encontram geralmente nas questões do ENEM ou vestibulares, como veremos a seguir.

No livro *Sociologia Hoje* (2016) há citações do romance *Iracema* (José de Alencar-1865); do poema “Dentro da noite veloz”, de Ferreira Gullar (1975); a composição “Comida” (1987), de Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Britto; bem como da canção de Chico Buarque “O meu guri” e do documentário *Garapa*, cujo tema é a fome no Brasil.

Já em *Tempos modernos, tempos de Sociologia* (2016) há a composição “Comida” e os autores relacionam com conceitos de Utopia e Sociedade. Encontram-se as canções “Chegança”, de Antônio Nóbrega (1997) e “Pra não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré (1979). Além disso, utiliza-se o filme *Tempos modernos*, como pano de fundo na obra, que aborda a fome e a miséria enquanto resultados das crises do Sistema Capitalista.

O livro *Sociologia em Movimento* (2016) cita Noam Chomsky (2002) e seu livro *O lucro ou as pessoas: Neoliberalismo e ordem global a fome*; Ha-Joon Chang, *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica* (2002); o professor Henri Acselrad e o livro de Roseli Caldart, *Dicionário da Educação do Campo* (2012) a partir da definição de Soberania Alimentar desenvolvida por Stédile (2012, p.716). Apresenta a Declaração do Milênio, documento produzido pela ONU em 2000 e assinado por mais de 180 países e as biografias de Josué de Castro e Herbert de Souza.

Os autores abordam e trazem o Mapa da fome, produzido pela FAO em 2011, bem como o cartaz do projecto270, elaborado pelo partido os verdes, 2011 em Portugal na defesa da Soberania

Alimentar. Trazem um registro fotográfico da reunião do Fórum Econômico Mundial em Davos (Suíça, 2015); da marcha de abertura da Cúpula dos Povos; do Fórum Social Mundial (FSM), em 2001, na cidade de Porto Alegre; de grandes latifúndios na cidade de bandeirantes, no Paraná em 2015; de uma colheita mecanizada e, de recicladores em lixão a céu aberto, em Pernambuco, 2014. Também utilizam uma charge que ironiza o uso de agrotóxicos sem autoria determinada e outra assinada pelo Angeli acerca da situação dos imigrantes em todo o mundo.

Os materiais de *Sociologia para jovens do século XXI* (2016) trazem também a canção “Chegança” de Antônio Nóbrega e inovam no texto “Yanomami, o espírito da floresta” (2007), elaborado pela Comissão Pró-Yanomami, nos jogos “**Fome**: uma questão política!” e “Cangaço” (Sertão Games, 2014), e no Cordel em homenagem a Maria Alves Margarida aparece a frase “é melhor morrer na luta do que morrer de fome”. Além disso, utilizam a crônica de Duvivier (2013) “É menina”.

O livro *Sociologia* não utilizou nenhum material de apoio com as palavras chaves destacadas sobre a Questão Alimentar. No capítulo seguinte serão abordados os conteúdos relativos à Reforma Agrária e à Agroecologia.

"Sem a natureza não existimos mais, ela é a base da nossa vida. Lutar pela terra, lutar pelas plantas, lutar pela agricultura, porque se não vivermos dentro da agricultora, vamos acabar. Não tem vida que continue sem terra, sem agricultura."

Ana Maria Primaves

4. CAPÍTULO 3 - REFORMA AGRÁRIA E AGROECOLOGIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA

Neste capítulo analisaremos como a Questão Agrária, a Reforma Agrária e a Agroecologia estão presentes nos livros didáticos de Sociologia. Entende-se aqui, a partir da leitura de diversos pesquisadores e militantes que serão referidos no decorrer da pesquisa, que a Reforma Agrária, além de ser um programa que prevê a divisão igualitária de terras, tem o papel essencial de reconectar trabalhadores com o campo e de possibilitar a partir da Agroecologia, a produção de alimentos saudáveis, mitigando a fome de grandes populações.

Como pôde ser visto no capítulo anterior, Josué de Castro e Betinho apostam na Reforma Agrária para o enfrentamento à fome. Segundo Schappo (2014), na primeira edição de *Geografia da fome* (1946), Josué ainda não esboçava um nítido projeto de reforma agrária, mas já entendia que a ‘agricultura de sustentação’ servia para a ampliação das possibilidades alimentares de cada região e que resultam diretamente no atendimento das necessidades da população brasileira. Ele se baseou nos cultivos tradicionais, especialmente dos quilombolas e sertanejos, revelando a importância da agricultura de sustentação no combate à fome.

Dessa forma, ele constrói, a partir delas, um projeto político de incentivo a esses cultivos e a partir de 1950, um projeto de reforma agrária, visando à ampliação das possibilidades alimentares (SCHAPPO, 2014). Para Josué, a fome seria consequência de uma economia cujo fim não era o homem e suas necessidades, mas a busca do lucro em ciclos sucessivos de economia destrutiva. Assim,

Diversos foram os ciclos históricos que marcaram a economia do país: O do pau-brasil, o da cana-de-açúcar, o da caça ao índio, o da mineração, o da ‘lavoura nômade’ do café, o da extração da borracha e, finalmente, o da industrialização artificial baseada no ficcionismo das barreiras alfandegárias e no regime de inflação (CASTRO, 1946, p. 292)

A partir do reconhecimento e valorização dessa agricultura na formação sócio-histórica do país, ele constrói projetos políticos de incentivo a esses cultivos de sustento que visam a ampliação das possibilidades alimentares dando suporte à agricultura de sustentação.

A partir dos dados do Censo Agropecuário, criado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), depreende-se que em 2017, a Agricultura Familiar foi responsável pela alimentação de 70% da população no país. Isso demonstra a necessidade de falar sobre quem são

os produtores de alimentos que chegam a nossas mesas e quem são os produtores que exportam *commodities* para outros países, explorando nossas terras, águas e trabalhadores.

A Agroecologia em sua complexidade, tem se constituído enquanto prática, técnica e Ciência. Dessa forma, a ideia de uma Transição Agroecológica está ligada à utilização de técnicas agrícolas mais ecológicas, ao desenvolvimento de uma ciência agrônômica que respeita e estuda as interações com a biodiversidade local e às experiências de povos tradicionais e pequenos agricultores.

Uma Reforma Agrária aliada à Agroecologia, possui um grande potencial já identificado por pesquisadores, Movimentos Sociais e governantes, de resgatar conhecimentos, alimentos, os solos, a biodiversidade, a autonomia humana, promovendo ainda, relações sociais e ambientais mais justas.

Com a tabela a seguir é possível visualizar a presença e a ausência dos conceitos em todos os livros aqui analisados:

Tabela 10 – Reforma Agrária e Agroecologia nos livros didáticos.

PALAVRA-CHAVE	<i>Sociologia</i>	<i>Sociologia Hoje</i>	<i>Tempos Modernos, tempos de Sociologia</i>	<i>Sociologia em movimento</i>	<i>Sociologia para Jovens do Século XXI</i>	TOTAL
REFORMA AGRÁRIA	7	9	3	8	23	50
AGROECOLOGIA	2	---	---	---	---	2

Tabela elaborada pela autora Iara Milreu Lavratti

Apenas com estes números já é possível perceber como os livros se diferem entre si, em relação à quantificação da aparição do conceito de Reforma Agrária. Contudo, eles se assemelham na ausência da Agroecologia, sendo encontrada apenas em um material. Vejamos melhor nos próximos tópicos.

4.1 Sociologia (2016)

No livro Sociologia¹²² o conceito de Reforma Agrária foi encontrado 7 vezes, apenas no Capítulo 9, “Movimentos Sociais”. Enquanto isso, é o único a conter 2 menções à Agroecologia, que estão no capítulo 12 “O ambiente como questão global”.

Podemos ver na tabela a seguir estes dados e os referentes ao Manual dos professores:

Tabela 11 – Questão Agrária no livro *Sociologia* (2016).

PALAVRA-CHAVE	<i>Sociologia</i>	Manual dos Professores
REFORMA AGRÁRIA	7	1
AGROECOLOGIA	2	--

Fonte: Tabela elaborada pela autora Iara Milreu Lavratti para esta pesquisa.

A partir da página 277, são abordados os conteúdos sobre movimentos sociais do campo no Brasil, onde estão as duas primeiras menções à Reforma Agrária, como podem ser vistas no fragmento a seguir:

A partir dos anos 1980, houve ações organizadas como a luta pela **reforma agrária** e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em defesa das populações que tiveram suas terras inundadas após a construção de hidrelétricas e represas. A terra, aliás, foi e continua sendo a bandeira de vários movimentos sociais. O mais conhecido deles é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que pressiona o Estado a realizar a **reforma agrária** e chama a atenção da sociedade para a dificuldade de acesso à terra e meios para tirar dela seu sustento. (ARAUJO et al., 2016, p.277)

A próxima referência à Reforma Agrária se encontra na página seguinte, no box intitulado ‘Movimentos sociais contemporâneos no Brasil’, em que é exposto um panorama geral dos Movimentos Sociais a partir da perspectiva da Socióloga conservadora e anti-marxista, Maria da Glória Gohn (1947-), e ao seu livro *Movimentos sociais no início do século XXI* (2011),

¹²² Editora Scipione. Autoras: Silvia Maria de Araújo; Maria Aparecida Bridi; Benilde Lenzi Motim. O livro foi aprovado nas edições do PND de 2015 e 2018.

apresentando dez eixos temáticos de lutas, identificados pela autora como contemporâneos. Vejamos:

Figura 23 - Boxe com panorama sobre os Movimentos Sociais Contemporâneos no Brasil.

Movimentos sociais contemporâneos no Brasil

Um panorama geral dos movimentos sociais no Brasil de hoje é tecido pela socióloga brasileira Maria da Glória Gohn (1947-) em seu livro *Movimentos sociais no início do século XXI* (2011), centrado em dez eixos temáticos de lutas:

1. Movimentos nucleados na questão da moradia em defesa das condições de habitabilidade na cidade, em três frentes: articulação de redes sociopolíticas, movimentos populares dos sem-teto e contra a violência urbana (no trânsito, nas escolas, patrimônio público, entre outros lugares).
2. Estruturas institucionais de participação na administração pública (orçamento participativo e conselhos gestores, por exemplo).
3. Recuperação de estruturas ambientais e de equipamentos e serviços coletivos degradados.
4. Movimentos contra o desemprego, a favor do trabalho.
5. Solidariedade e apoio a programas com crianças e adolescentes nas ruas, usuários de drogas, pessoas com doenças crônicas e com deficiências.
6. Movimentos dos sem-terra na área rural, articulados com as cidades.
7. Movimentos étnico-raciais (indígenas e negros).
8. Movimentos envolvendo questões de gênero e de orientação sexual (mulheres, homossexuais e transgêneros).
9. Movimentos rurais pela terra, **reforma agrária** e acesso ao crédito para assentamentos rurais.
10. Lutas contra as políticas neoliberais e os efeitos da globalização.

(ARAUJO et al., 2016, p.277)

A próxima referência à Reforma Agrária está na seção ‘As Ciências Sociais na rede’. Nela cita-se o website do MST¹²³ e explica ser este um dos principais movimentos sociais atuantes no Brasil, que luta há mais de 30 anos pela **Reforma Agrária**, tornando-se o maior movimento social da América Latina. Neste mesmo espaço, encontramos também uma menção à **Segurança Alimentar**, ou quase, já que existe apenas uma referência a um artigo sobre Insegurança alimentar¹²⁴ do site *Carta Capital*.

Na página 286, na seção ‘Diálogos interdisciplinares’ temos a última citação à fome e à Reforma Agrária, no capítulo 9. Neste momento, sugere-se que as turmas realizem a construção de um Mapa dos Movimentos Sociais no Brasil. Para isso, pede-se que as/os estudantes façam uma pesquisa, na biblioteca ou na internet, e registrem os diferentes grupos que atuam nas diversas causas trabalhadas no livro didático: como o combate à **fome** e à pobreza extrema, a luta pela **Reforma Agrária**, bem como o movimento feminista e movimentos de mulheres;

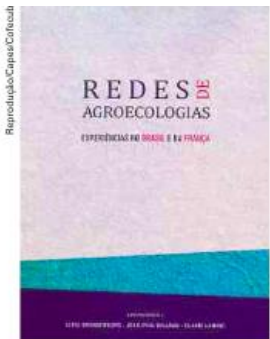
¹²³Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: www.mst.org.br. Acesso em: 27 jul. 2020.

¹²⁴Carta Capital. *Insegurança alimentar*, 2008, p. 15.

movimento negro; movimento LGBTI; movimento de moradia; direitos da infância e da juventude; combate ao trabalho infantil e ao trabalho análogo à escravidão.

Na página seguinte, há uma referência pouco significativa à Reforma Agrária, em uma questão sobre Movimentos Urbanos, em que se pede para caracterizar os Movimentos Sociais que acontecem no país. A seguir há duas menções à Agroecologia, e, apesar de o livro se destacar, ele apenas apresenta uma referência bibliográfica: o livro *Redes de agroecologias: experiências no Brasil e na França* (BRANDENBURG; BILAUD; LAMINE, 2015)¹²⁵. Os autores explicam que há estudos sobre as “redes de produção ecológicas”, ao invés de nomear - de produção Agroecológica - ou melhor conceituar, conforme pode ser visto no printscreen a seguir:

Figura 24 - Capas de livros de Agroecologia.



Reprodução: Capas/Cultura

Capa do livro *Redes de agroecologias*, de Brandenburg, Bilaud e Lamine (ed. Kairós), 2015.

Descubra mais



Reprodução: Editora Global

Capa do livro *Contos indígenas brasileiros*, de Daniel Munduruku (ed. Global).

As Ciências Sociais na biblioteca

BRANDENBURG, Alfio; BILAUD, Jean-Paul; LAMINE, Claire. *Redes de agroecologias: experiências no Brasil e na França*. Curitiba: Kairós, 2015.

Apresenta estudos sobre as redes de produção ecológicas com base nas experiências do Brasil e da França.

HARE, Tony. *Reciclagem*. São Paulo: Melhoramentos, 1991.

Reflexão sobre o desperdício e o consumismo desenfreado.

JAMES, Bárbara. *Lixo e reciclagem*. São Paulo: Scipione, 1992.

O acúmulo de lixo é um problema para a sociedade. O livro trata de medidas que podem ser adotadas.

MUNDURUKU, Daniel. *Contos indígenas brasileiros*. São Paulo: Global, 2004.

Contos míticos que apresentam a trajetória de diversos povos indígenas.

As Ciências Sociais no cinema

Dersu Uzala, 1975, União Soviética/Japão, direção de Akira Kurosawa.

História de um caçador que vive nas florestas da Sibéria em comunhão com a natureza.

O sal da terra, 2014, França/Itália/Brasil, direção de Wim Wenders e Juliano Salgado.

Documentário de parte da trajetória do fotógrafo Sebastião Salgado registra a devastação da natureza e danos a populações em diversas regiões do planeta.

Erin Brockovich – uma mulher de talento, 2000, Estados Unidos, direção de Steven Soderbergh.

A luta para que uma indústria indenize a população de uma cidade intoxicada por detritos industriais.

Estamira, 2004, Brasil, direção de Marcos Prado.

O documentário acompanha uma mulher diagnosticada como esquizofrênica, que vive em um lixão do Rio de Janeiro. Com um vocabulário próprio, Estamira luta pelos princípios em que acredita.

Ilha das flores, 1989, Brasil, direção de Jorge Furtado.

A realidade das pessoas em um lixão denunciada didaticamente pela trajetória de um tomate.

O futuro da comida, 2004, Estados Unidos, direção de Deborah Koons Garcia.

Filmando nos Estados Unidos, no Canadá e no México, o filme mostra como a política e as multinacionais ocidentais controlam o sistema de comida no mundo.

O veneno está na mesa, 2012, Brasil, direção de Sílvia Tandler.

O filme mostra que muitos agrotóxicos utilizados no Brasil estão proibidos em quase todo o mundo pelo risco que representam à saúde pública, tanto dos trabalhadores quanto dos consumidores.

Uma verdade inconveniente, 2006, Estados Unidos, direção de Davis Guggenheim.

Documentário que discute o aquecimento global e os impactos sobre a vida no planeta.

(ARAÚJO et al., 2016, p. 287)

¹²⁵ BRANDENBURG, Alfio; BILAUD, Jean-Paul; LAMINE, Claire. Curitiba: Kairós, 2015

A última referência à **Reforma Agrária** está no índice remissivo, no qual há a indicação das páginas que remetem aos principais conceitos e autores citados.

Como assinalado no capítulo anterior, este livro não desnaturaliza nem estranha a Questão Alimentar. Também é possível compreender que nem a Questão Agrária está bem desenvolvida, já que não há sequer uma definição do termo, nem tentativa de desenvolver a problemática da Reforma Agrária ou da produção de alimentos saudáveis.

Observa-se que o material didático, apesar de trazer algumas menções aos conceitos analisados neste capítulo, estabelece poucas relações entre eles. As referências, em sua maioria são indiretas e peca-se ao não trabalhar a questão da Agroecologia, que aparece apenas como referência bibliográfica na Seção destinada ao tema. Importante lembrar que ainda assim, esta é a única menção à Agroecologia encontrada nos 5 livros pesquisados, destinados aos estudantes.

4.2 Sociologia Hoje (2016)

Em uma pesquisa por palavras-chave no livro *Sociologia Hoje* (2016)¹²⁶, foram encontradas 9 menções à Reforma Agrária. Enquanto isso, a Agroecologia aparece com 1 menção no manual dos professores¹²⁷, conforme registra a tabela abaixo:

Tabela 12 – Questão Agrária no livro *Sociologia Hoje* (2016).

PALAVRA-CHAVE	<i>Sociologia Hoje</i>	<i>Manual dos professores</i>
REFORMA AGRÁRIA	9	1
AGROECOLOGIA	---	1

Fonte: Tabela elaborada por Iara Milreu Lavratti para esta pesquisa.

¹²⁶Editora Ática. Igor José de Renó Machado, Henrique Amorim, Celso Rocha de Barros. Aprovado nas edições do PNLD de 2015 e 2018.

¹²⁷Não está contabilizada, pois os materiais voltados apenas aos professores não estão sendo aqui analisados. Mas faz-se importante dizer que os autores disponibilizam um texto de apoio ao Capítulo 1 com citação à Segurança Alimentar e à Agroecologia.

Na unidade 2 “Sociedade”, no capítulo 8, “Classe e estratificação social”, encontramos a primeira referência à Reforma Agrária. Na seção ‘As classes sociais em Marx: contradição e dialética’, os autores fazem uma menção à Reforma Agrária. Eles lembram que Karl Marx partiu da luta de classes para falar da formação das classes sociais e da sociedade capitalista que está centrada na propriedade privada e que “Para ele, essa divisão social é a primeira forma de divisão do trabalho: a divisão entre aqueles que produzem (os trabalhadores) e aqueles que se apropriam privadamente da produção (os proprietários).” (MACHADO et al., 2016, p. 176). Os autores apontam que

De um lado, na luta entre capitalistas e trabalhadores que se trava todos os dias, os trabalhadores reivindicam melhores salários, melhores condições de trabalho e de vida, expansão de políticas sociais que os protegem, implementação da **reforma agrária**, construção de vias de acesso, redes de esgoto e escolas em bairros populares, melhor distribuição de renda, investimento em transporte público e ampliação dos direitos sociais, sobretudo, dos direitos de grupos econômica, política e socialmente pouco assistidos pelo Estado. (MACHADO et al., 2016, p. 176)

Por outro lado, eles afirmam que os capitalistas desejam aprovação de leis que estimulam condomínios fechados, segregação social, política de juros altos, incentivos fiscais às empresas multinacionais, investimentos que favorecem os transportes individuais, diminuição de investimentos públicos em saúde e educação. (MACHADO et al., 2016)

No capítulo 10, “Temas contemporâneos da Sociologia”, encontramos as duas próximas referências à Reforma Agrária na legenda de uma imagem, no tópico ‘Campo simbólico e esfera pública’, ao se discutir as relações simbólicas e o habitus em Pierre Bourdieu e o sistema-mundo de Jürgen Habermas. Dentro desta discussão¹²⁸, apresenta-se a 1ª Feira Nacional da Reforma Agrária e uma fotografia dos alimentos¹²⁹ produzidos pelas famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como pode ser visto a seguir:

¹²⁸Os autores aprofundam: “Na prática, Habermas admite um confronto constante entre a lógica instrumental (o “sistema”) e o agir comunicativo (o “mundo da vida”) e denuncia o processo de racionalização sobre os agentes sociais. Apesar do predomínio da lógica estratégica do mercado e do Estado, a ação comunicativa tem papel decisivo na constituição das formas de solidariedade e de identidade sociais, visando à organização e à reprodução da cultura.” (MACHADO et al., 2016, p. 219)

¹²⁹Grande parte desses alimentos já são produzidos através da Agroecologia, bandeira assumida pelo MST em 2001. Os autores ignoram este fato em suas explicações.

Figura 25 - Fotografia da 1ª Feira da Reforma Agrária.



Bancas da 1ª Feira Nacional da Reforma Agrária, que aconteceu em São Paulo (SP), em outubro de 2015. Durante o evento, a população pôde comprar alimentos produzidos nas áreas de assentamentos de reforma agrária, a preços populares, e participar da programação com *shows*, intervenções culturais, seminários e uma praça de alimentação com comidas típicas de cada região. Essa feira também promove uma oportunidade de estreitar o diálogo entre a população do campo e da cidade. As redes de solidariedade, identidade e reivindicação coletiva dos movimentos sociais são fundamentais na análise de Habermas sobre as sociedades capitalistas.

(MACHADO et al., 2016, p. 219)

As próximas referências à Reforma Agrária estão nos textos de apoio de três questões. Na primeira, os autores utilizam a reportagem do *Jornal do Brasil* de 2012 ‘Movimentos Sociais fazem balanço do FST e preparam mobilizações para Rio 20’¹³⁰. Observemos:

Figura 26 - Reportagem sobre o Fórum Social Temático 2012.

1. Considere esta notícia, publicada no *Jornal do Brasil* em 28 de janeiro de 2012.

Cerca de 1,5 mil pessoas participaram hoje (28) de uma assembleia que reuniu mais de 100 movimentos sociais participantes do Fórum Social Temático (FST) 2012. Em carta, os ativistas citaram a construção de uma agenda e de ações comuns contra o capitalismo, o patriarcado, o racismo e todo tipo de discriminação e exploração.

A coordenadora dos movimentos sociais, Rosane Bertotti, explicou que o documento lista elementos em comum em meio à diversidade registrada na assembleia. Entre os destaques, temas como a democratização da comunicação, a violência contra as mulheres, o desenvolvimento sustentável e solidário, a reforma agrária, a agricultura familiar, o trabalho decente, a luta pela educação e pela saúde.

“Rejeitamos toda e qualquer forma de exploração e discriminação, seja ela no mundo do trabalho, sexista ou racial. Rejeitamos também toda forma de criminalização dos movimentos sociais e a forma como o capitalismo se reinventa na proposta de uma economia verde, achando que apenas pintar de verde um espaço vai mudar a realidade. Entendemos que, para mudar a realidade, não é só pintar de verde, é garantir direitos, liberdade de organização, democracia, proteção social”, disse.

Para o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Daniel Iliescu, o FST constituiu um espaço importante para reunir ativistas de várias partes do mundo que, em 2011, deram lições de cidadania e consciência na luta pelo acesso à educação e pelo direito a uma educação de qualidade.

“O FST funciona como uma orquestra que consegue juntar diferentes opiniões de inúmeros países numa perspectiva de superar as desigualdades sociais e os desequilíbrios que hoje a gente enfrenta no mundo”, ressaltou. Entre as reivindicações do movimento estudantil brasileiro estão a destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação, a vinculação de, pelo menos, 50% da arrecadação com a exploração do pré-sal para investimentos em educação e a valorização do professor.

O secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Quintino Severo, avaliou que os debates do FST ficaram dentro do esperado. “Nós, do movimento sindical, viemos para o fórum para fazer o debate junto com as outras



Participantes do Fórum Social Temático de 2012, realizado em Porto Alegre (RS), seguram balão representativo do globo terrestre.

(MACHADO et al., 2016, p. 236)

¹³⁰LABOISSIÉRE, Paula. *Jornal do Brasil*. disponível em: <www.jb.com.br/pais/noticias/2012/01/28/movimentos-sociais-fazem-balanco-do-fst-e-preparam-mobilizacoes-para-rio20/>. Acesso em: 5 dez. 2020.

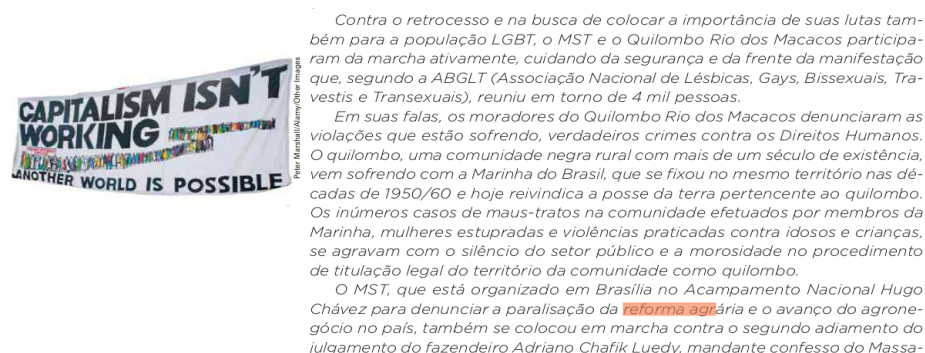
Os autores sugerem então, que se discuta a relação entre política e Movimentos Sociais, baseando-se no texto e inferem sobre a importância dos Movimentos Sociais nas sociedades contemporâneas.

Na questão número 3, utiliza-se a matéria jornalística “Quando as bandeiras se unem”¹³¹ para apresentar um dos temas mais relevantes na atualidade brasileira: as lutas contra preconceitos e o combate à homofobia e à transfobia. O texto discorre sobre a IV Marcha contra a Homofobia e a articulação entre os diferentes Movimentos Sociais brasileiros, como podemos ver a seguir:

E foi isso que a IV Marcha contra a Homofobia fez: colocou na rua do lado do Movimento LGBT o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Quilombo Rio dos Macacos, o Levante Popular da Juventude, alguns segmentos do Movimento Feminista, do Movimento Sindical e da Marcha da Maconha. Todos denunciando as investidas dos setores mais conservadores [...]. Mas não apenas eles, pois esse processo também se expressa no fortalecimento da bancada ruralista, na popularidade midiática de líderes religiosos homofóbicos, machistas e racistas, no crescimento dos crimes contra as LGBT e a juventude negra, na criminalização dos movimentos, etc (MACHADO et al., 2016, p. 238)

A reportagem continua abordando as formas de comunicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra com a sociedade: a manifestação, ocupação, acampamento e a Mística. Relatam que o MST, que estava organizado em Brasília no Acampamento Nacional Hugo Chávez para “[...] denunciar a paralisação da **reforma agrária** e o avanço do agronegócio no país [...]” (MACHADO et al., 2016, p. 238), como podemos ver na figura 27:

Figura 27 - Reportagem “Quando as bandeiras se unem” com fotografia.



(MACHADO et al., 2016, p. 238)

¹³¹Rafael Dias ToiTio. *Brasil de Fato*, 17/05/2013. Disponível em: <www.brasildefato.com.br/node/12951>

Continuam explicando então, que:

[...] também se colocou em marcha contra o segundo adiamento do julgamento do fazendeiro Adriano Chafik Luedy, mandante confesso do Massacre de Felisburgo, ocorrido em 2004, quando cinco agricultores foram exterminados por 17 pistoleiros. A marcha seguiu até o Supremo Tribunal Federal (STF), onde o MST realizou uma mística para tornar pública a morosidade da Justiça no julgamento de crimes contra trabalhadores rurais e, com isso, a impunidade de seus autores e mandantes. (MACHADO et al., 2016, p. 238 - 239)

A reportagem é seguida das questões: O que unificaria as lutas dos movimentos sociais contemporâneos? Por que a luta contra os preconceitos sociais ganhou mais visibilidade nas últimas décadas? Em que medida a ampliação da democracia dependeria da incorporação das demandas dos movimentos sociais indicados no texto acima? Estas são reflexões, segundo os autores, de grande importância para a atualidade e as violências sofridas no campo e na cidade diariamente, mostram que estão certos.

Já a questão 4 utiliza a reportagem: “Educação e desigualdade: A luta por uma educação pública e igualitária deve estar na pauta das lutas políticas nos mesmos níveis das demais lutas sociais e econômicas”¹³² para colocar outras Organizações Sociais em evidência. No referido texto, afirma-se que: “A luta por uma educação pública e igualitária deve estar na pauta das lutas políticas nos mesmos níveis das demais lutas sociais e econômicas, como a **reforma agrária**, a luta por moradia, a defesa do setor público e a luta por salários dignos.” (MACHADO et al., 2016, p. 239). As perguntas que seguem são as seguintes: Em que medida a educação reproduz as desigualdades sociais? Para o autor do texto, há relação entre a distribuição de renda e os problemas relacionados à educação? Como Pierre Bourdieu nos ajuda a compreender essa relação? O livro faz ótimos diálogos entre os conteúdos curriculares e autores das Ciências Sociais.

Na unidade 3, os conteúdos são apresentados pela ótica da Ciência Política. Nos deparamos com uma referência à Reforma Agrária no Capítulo 13, “A sociedade diante do Estado”, no qual são abordados temas contemporâneos desta Ciência.

¹³²Helene, Otaviano. **Brasil de Fato**. 4 ago. 2011. disponível em: <www.brasildefato.com.br/node/7045>. Acesso em: 18 nov. 2020.

Neste capítulo há apenas uma referência à Reforma Agrária na seção ‘Os Movimentos Sociais’. Neste apartado, apresenta-se o que os autores chamam de “luta por redistribuição” e “luta por reconhecimento”, diferenciando os tipos de organizações sociais. Ao tratar da tentativa de eliminar injustiças sociais e econômicas, citam a luta dos sindicatos e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A seguir, apresentam uma fotografia da Jornada de lutas do MST de 2010 e afirmam que “O papel central da agricultura em nossa história explica a importância dos movimentos pela **Reforma Agrária**” (MACHADO et al., 2016, p. 294), com podemos ver na figura 28:

Figura 28 - Fotografia de uma marcha do MST durante o Abril Vermelho, ou Jornada de Lutas.



(MACHADO et al., 2016, p. 294)

Os autores também afirmam na legenda que o MST ocupa terras que considera improdutivas. Importante lembrar que é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que atesta a improdutividade observada pelos militantes. Só é possível assentar as famílias, se for identificada e comprovada o não cumprimento da função social. A última menção à Reforma Agrária está no Índice Remissivo.

Cabe registrar que foi encontrada uma referência à Agroecologia no manual do professor, no texto ‘Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social’, criado pelo Observatório da Igualdade de Gênero¹³³. Nele afirma-se que:

¹³³Este mesmo texto foi citado no capítulo anterior, por conter a palavra Segurança Alimentar.

As deficiências da infraestrutura social são sentidas de forma ainda mais intensa pelas mulheres do campo e da floresta, pois muitas vezes os espaços que habitam não possuem iluminação e meios de locomoção para realizar o trânsito entre estes locais. O acesso a direitos como água e habitação também podem ser dificuldades encontradas por essas mulheres, [...] É necessário que exista o reconhecimento da contribuição das mulheres nas unidades produtivas do meio rural, no que tange a agricultura familiar e a valorização dos saberes tradicionais que as mesmas possuem, assim como realizar o incentivo de práticas como a **agroecologia**, que visam o empoderamento feminino e também a preservação do meio ambiente. As políticas públicas precisam considerar as especificidades das mulheres do campo e da floresta, visando a garantia de seus direitos. O Estado precisa agir visando o incentivo para a autonomia feminina nas questões relacionadas ao campo, como políticas de acesso à terra, políticas de crédito e demais políticas voltadas para a produção, tendo como alvo privilegiado as mulheres do campo e das florestas, para que as desigualdades de gênero possam ser reduzidas. (OBSERVATÓRIO DA IGUALDADE DE GÊNERO, apud MACHADO et al., 2016, p. 434)

/ Ainda no Manual, os autores também sugerem importantes leituras como o documento produzido pela Secretaria de Políticas para Mulheres¹³⁴; o site Mulheres do Campo¹³⁵; o livro *A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio*, de Christiane Senhorinha Soares Campos e o artigo “Trabalho e meio ambiente: o avesso da moda do agronegócio”, de Maria Aparecida de Moraes Silva e Rodrigo Constante Martins.¹³⁶

Neste livro, a Reforma Agrária é citada 10 vezes, sendo ao menos definida e trabalhada. O conceito é resgatado no decorrer do material e é apresentado o MST, com fotografias e legendas explicativas. Infelizmente, não há um aprofundamento na relação entre justa divisão de terras e acesso à alimentos, a atuação de dezenas de Movimentos Sociais, mas em poucas linhas, como visto acima, fala-se do papel central da Agricultura ao nosso país.

4.3 *Tempos Modernos, tempos de Sociologia* (2016)

Em uma pesquisa por palavras-chave no PDF do livro *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* (2016)¹³⁷ encontramos apenas 3 menções à Reforma Agrária e nenhuma à Agroecologia. Apesar de o livro conter 34 referências à fome, sendo o segundo em quantidade, não há proposta de aprofundamento, como veremos a seguir:

¹³⁴Disponível em: <www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/campo-e-floresta>

¹³⁵Disponível em: <http://mulheresdocampo.blogspot.com.br/>

¹³⁶Disponível em: <www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/revista/aedicao/lr91-106.pdf>

¹³⁷Editora do Brasil. Autores: Bomeny; Freire-Medeiros; Emerique; Julia O'Donnell. Foi aprovado nas edições do PNLD de 2012, 2015 e 2018.

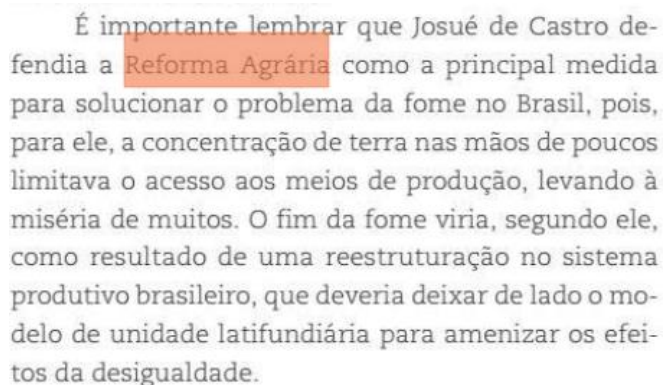
Tabela 13 – Questão Agrária no livro *Tempos Modernos, tempos de Sociologia* (2016).

PALAVRA-CHAVE	<i>Tempos Modernos, tempos de Sociologia</i>	<i>Manual dos professores</i>
REFORMA AGRÁRIA	3	--
AGROECOLOGIA	---	--

Fonte: Tabela elaborada por Iara Milreu Lavratti para esta pesquisa.

As três primeiras e únicas menções à Reforma Agrária estão no Capítulo 18: “Desigualdades de várias ordens”. Os autores, ao abordar Josué de Castro, pontuam que ele defendia a **Reforma Agrária** como a principal medida para solucionar o problema da **fome** no Brasil, pois identificava que era justamente a concentração de terras nas mãos de poucos o que limitava o acesso aos meios de produção, levando à miséria de muitos. Vejamos na figura 29:

Figura 29 - Printscreen recorte de texto sobre a defesa da Reforma Agrária por Josué de Castro.



É importante lembrar que Josué de Castro defendia a **Reforma Agrária** como a principal medida para solucionar o problema da fome no Brasil, pois, para ele, a concentração de terra nas mãos de poucos limitava o acesso aos meios de produção, levando à miséria de muitos. O fim da fome viria, segundo ele, como resultado de uma reestruturação no sistema produtivo brasileiro, que deveria deixar de lado o modelo de unidade latifundiária para amenizar os efeitos da desigualdade.

(BOMENY et al., 2016, p. 291)

Assim como Castro, Herbert de Souza, o Betinho, também entendia a importância e abrangência de uma reforma nas estruturas agrárias do país e a violência que os grandes latifúndios expressam. Na página seguinte estão localizadas as duas próximas menções à Reforma Agrária durante a apresentação do autor: “Defensor da **Reforma Agrária**, Betinho dizia que a concentração de terra era a principal causa da miséria e da fome no Brasil [...]” (BOMENY et al., 2016, p. 291). Acrescentam que “[...] paralelamente aos trabalhos de articulação na

Campanha Nacional pela **Reforma Agrária**, na década de 1990, ele desenvolveu a “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida.” (BOMENY et al., 2016, p. 291)

Conclui-se que o material, apesar de fazer 34 referências à fome, sendo o segundo com mais menções, registra apenas 3 vezes a palavra Reforma Agrária. Também não traz nenhum outro conceito referente à Questão Alimentar ou Agrária.

Ao mesmo tempo, o livro registra a vida e a obra de Herbert de Souza e de Josué de Castro, ambos militantes contra a fome e apresenta que a saída, proposta por Josué de Castro, seria a Reforma Agrária, já que a concentração de terras limita o acesso aos meios de produção, levando à miséria de muitos. Afirma-se também, sem aprofundamento, que eles defendiam uma ampla reestruturação no processo produtivo brasileiro, abandonando-se assim o modelo de produção latifundiária. Infelizmente, um parágrafo é insuficiente para trabalhar essa temática. Portanto, o livro não é eficiente para desnaturalizar ou estranhar a Questão Agrária.

4.2.4 Sociologia em Movimento (2016)

O livro *Sociologia em Movimento*¹³⁸ contém 42 menções à Fome e é o único que discorre sobre a Soberania Alimentar (7) e a Segurança Alimentar (4). Porém, ele pouco aborda a Reforma Agrária (8) e não faz nenhuma referência à Agroecologia. Confira:

Tabela 14 – Questão Agrária no livro *Sociologia em Movimento* (2016).

PALAVRA-CHAVE	<i>Sociologia em movimento</i>	Manual dos Professores
REFORMA AGRÁRIA	8	2
AGROECOLOGIA	---	--

Fonte: Tabela elaborada por Iara Milreu Lavratti para esta pesquisa.

¹³⁸ Autores: Afrânio de Oliveira Silva, Bruno Ribeiro Bastos Loureiro Rodrigues, Cassia Cardoso de Miranda, Fátima Ivone de Oliveira Ferreira, João Henrique Catraio Monteiro Aguiar, Lier Pires Ferreira, Marcela Marques Serrano, Marcelo da Silva Araújo, Marcelo Costa da Silva, Martha Carvalho Nogueira, Otair Fernandes de Oliveira, Paula Cristina Santos Menezes, Raphael Millet Camarda Correa, Ricardo Muniz de Ruiz, Rodrigo de Souza Pain, Rogério Mendes de Lima, Tatiana Bukowitz, Thiago de Jesus Esteves, Vinicius Mayo Pires Editora Moderna. O livro foi aprovado em 2015 e 2018.

Na Unidade 3 “Relações de poder e movimentos sociais: a luta pelos direitos na sociedade contemporânea”, existem 2 menções à Reforma Agrária, no Capítulo 8 “Movimentos Sociais”. Este momento é destinado aos Movimentos Sociais, mas pouco aborda a luta pela terra.

As duas únicas referências encontram-se ao diferenciar as organizações sociais, separando-as em movimentos de transformação e de conservação. Ao exemplificar um Movimento Social que luta para superar uma ordem social estabelecida cita-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)¹³⁹. É afirmado que o seu “[...] objetivo é mudar uma estrutura de uso e distribuição da terra, Brasil, historicamente excludente, por meio da reivindicação da **reforma agrária** e usando as ocupações como instrumento do repertório de suas ações políticas.” (SILVA et al., 2016, p. 200). A seguir, o livro apresenta uma imagem da Jornada de Lutas de 2015:

Figura 30 - Texto sobre Movimentos Sociais acompanhado de fotografia da bandeira do MST.

que vive um drama pessoal sem, no entanto, perder a esperança.

Filme

♦ O sonho de Rose



Brasil, 2010.
Direção: Tetê Moraes.
Duração: 92 min.

Dez anos depois de seu primeiro filme (*Terra para Rose*), a diretora Tetê Moraes reencontra os personagens daquele primeiro assentamento e traça um panorama de suas trajetórias pessoais e coletivas.

◆ **Objetivos: transformação e conservação**

Outra maneira que a Sociologia encontrou para compreender os movimentos sociais foi identificar as consequências que suas demandas teriam para toda a sociedade se fossem atendidas.

Os movimentos lutam por causas que vão além dos interesses particulares, e seus objetivos, quando alcançados, transformam a vida de muitas pessoas, além daquelas envolvidas diretamente nas ações. Isso ocorre pela universalização das conquistas, que afeta pessoas em um mesmo espaço político (como um país, por exemplo), e pela sua sedimentação em forma de leis, que estende essas conquistas para futuros cidadãos.

Essa característica comum aos movimentos sociais permite verificar se as demandas dos grupos organizados buscam superar uma ordem social estabelecida, propor maior rigidez do sistema político ou servir de apoio à busca por ampliação e manutenção dos direitos de grupos específicos. Um exemplo do primeiro caso é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cujo objetivo é mudar uma estrutura de uso e distribuição da terra, historicamente excludente, por meio da reivindicação da **reforma agrária** e usando as ocupações como instrumento do repertório de suas ações políticas.

No que se refere a movimentos sociais que estabelecem relação de parceria com o Estado, pode ser citada a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em São Paulo e no Rio de Janeiro em 19 de março e em 2 de abril de 1964, respectivamente, organizada por grupos conservadores contra a “ameaça vermelha”, ou seja, o comunismo, e o então presidente João Goulart.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610/10



Integrantes do MST ocupam fazenda em Tapes durante a Jornada Nacional de Lutas do MST pela **Reforma Agrária** (RS, 2015).

(SILVA et al., 2016, p. 200)

¹³⁹ Apesar da possibilidade de aprofundar a temática da Reforma Agrária e sua relação com a superação da Fome, os autores não o fazem neste capítulo destinado aos Movimentos Sociais.

Nesta imagem retirada do livro, há também a sugestão do longa metragem *O sonho de Rose* (2000), e cita também a produção da década de 90, *Terra para Rose* (1990) de Tetê Moraes.

No Capítulo 15, “Sociedade e meio ambiente”, os conteúdos estão pautados nas questões ambientais, com foco na exploração dos recursos naturais, na produção de alimentos e na Segurança Alimentar sob a perspectiva da sociologia. Nele há 6 menções à Reforma Agrária.

No tópico ‘Concentração de terras e a produção da fome’ há 4 menções à Reforma Agrária. Nele, os autores discutem a superação da **fome** e da pobreza, temas que se intensificaram, segundo eles, com o debate sobre sustentabilidade e meio ambiente. Salientam que a **fome** no mundo não se deve à baixa produção de alimentos e a superpopulação, mas a um modelo de produção econômica e social que explora o meio ambiente, cria latifúndios improdutivos apenas para especulação financeira e lucros exorbitantes, dificultando a distribuição igualitária de alimentos. A questão pode ser melhor entendida nos trechos seguintes:

Figura 31 - Printscreen de texto Concentração de terras e a produção da fome.

◆ Concentração de terras e a produção da fome

Uma das discussões sociológicas relacionadas aos problemas socioambientais se desenvolveu no debate sobre meio ambiente e sustentabilidade: a questão da superação da fome e da pobreza. A ideia difundida no século XIX de que a fome e a pobreza seriam resultado de uma produção de alimentos insuficiente em relação ao crescimento populacional foi criticada e superada ao longo do século XX, trazendo à tona também a discussão sobre o modelo de desenvolvimento associado ao capitalismo.

A persistência da fome é simultânea à existência de grandes propriedades de terra concentradas nas mãos de poucas pessoas e grupos, à produção voltada para o lucro e, contraditoriamente, aos grandes avanços técnicos que permitem maior produção em tempo cada vez menor. Essa simultaneidade demonstra que a fome e a pobreza não resultam da insuficiência técnica para a produção e distribuição de alimentos ou da falta de solos férteis, sendo, na verdade, consequência de problemas políticos, sociais e econômicos.

Apesar do aumento da produção de riquezas e de alimentos na sociedade industrial capitalista, os mecanismos de mercado conhecidos não são capazes de distribuir esses recursos para eliminar a fome e a pobreza. A superação desse cenário envolve políticas de garantia de direitos básicos aos mais pobres e a discussão sobre a construção de outro modelo de desenvolvimento, o qual, para muitos países, deve partir da implantação de uma **reforma agrária**.

Josué de Castro, em seu estudo clássico *Geografia da fome*, analisou de maneira sistemática o fenômeno da fome no Brasil, afirmando que esta não era um problema natural nem um produto da superpopulação, mas das opções políticas e econômicas realizadas pelos países. Ressaltou que nenhum fator era mais negativo para a situação de abastecimento alimentar do país do que uma estrutura agrária atrasada, sendo, dessa forma, a **reforma agrária** uma necessidade histórica.

Reforma agrária

A **reforma agrária** é uma política de reorganização da estrutura fundiária que tem como objetivo democratizar a propriedade da terra e permitir o acesso de todos que quiserem nela produzir. Como as terras produtivas estão centralizadas nas mãos de poucos proprietários, para realizar essa reestruturação é necessário que o Estado desaproprie terras de grandes fazendas, muitas delas improdutivas, e as redistribua entre pequenos agricultores, camponeses sem-terra e trabalhadores rurais.

Desta forma, apresenta-se a **Reforma Agrária** como um meio eficiente para resolver os problemas mencionados, destinando terras e meios de sobrevivência no campo para todos que queiram trabalhar nela. Os autores também definem o conceito em um box lateral e comentam sobre como vencer a **fome** e a pobreza, superando a maneira como os alimentos são usados para produzir bens e abordam a especulação de preços devido à compra de estoques e ao acesso desigual a comida.

Logo após afirmam que “O surgimento de propostas alternativas de desenvolvimento e a defesa da **reforma agrária**, no caso brasileiro, são indissociáveis da discussão sobre a superação da **fome** e da miséria no país.” (SILVA et al., 2016, p. 365). Além disso, discutem sobre a lógica do mercado que não garante a diversificação de alimentos, como pode ser visto nos trechos seguintes:

Figura 32 - Texto sobre Concentração de terras e lógica do mercado.

A lógica do mercado e da concentração de terra não garante a diversificação de gêneros alimentícios nem a sustentação de preços adequados para que se acabe com a fome. Em contraposição a essa lógica, somente a implantação de políticas públicas pode garantir que a alimentação seja defendida como uma condição básica para a sobrevivência não apenas física, mas também cultural.

A relação da sociedade com o ambiente em que se vive está intimamente ligada a todos esses questionamentos promovidos nas últimas décadas, em especial ao da produção de alimentos. O surgimento de propostas alternativas de desenvolvimento e a defesa da **reforma agrária**, no caso brasileiro, são indissociáveis da discussão sobre a superação da fome e da miséria no país.

(SILVA et al., 2016, p. 365)

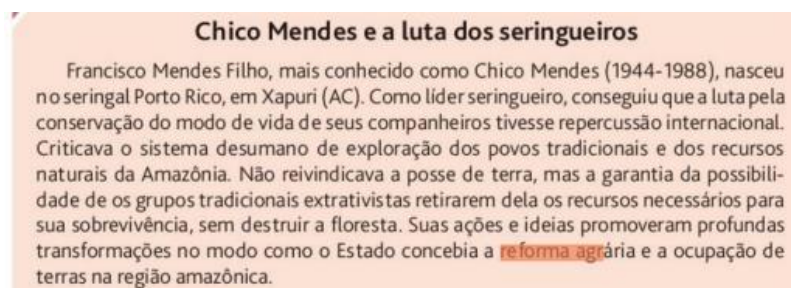
O conteúdo apresentado nesta última parte fornece elementos que nos permitem entender os aspectos humanos e culturais da relação com a natureza, bem como os econômicos que interferem em nossas relações, criando assim, sistemas baseados em lucros, gerando desigualdade na alocação de riscos e injustiça ambiental, além da conversão da natureza em mercadoria, juntamente com a alimentação.

A seguir há um box apresentando o Chico Mendes e as lutas dos seringueiros da Amazônia, que reivindicavam a garantia dos grupos tradicionais extrativistas retirarem das florestas os recursos necessários para sua sobrevivência, sem destruí-la. Assim, “Suas ações e

ideias promoveram profundas transformações no modo como o Estado concebia a **reforma agrária** e a ocupação de terras na região amazônica.” (SILVA et al., 2016, p. 378)

A seguir podemos ver no box abaixo, o trecho:

Figura 33 - Boxe biografia de Chico Mendes e a Luta dos seringueiros.



(SILVA et al., 2016, p. 378)

Importante frisar que Chico Mendes é símbolo de resistência e seu legado de luta inspira a muitos ainda hoje. Enquanto isso, os programas de Colonização na Amazônia¹⁴⁰, realizados sem preparo demonstram a ineficiência de políticas públicas desconectadas da realidade social, territorial, ambiental, cultural e econômica, e a importância de elaborar políticas eficientes.

A partir desse resgate, percebe-se que apesar de haver algumas citações sobre a Reforma Agrária e o MST, não se explica nem desenvolve o seu significado ou sua proposta. Dessa forma, nota-se falta profundidade nos conteúdos relativos à produção de alimentos e à ocupação da terra.

Este livro, mesmo inovando na Questão Alimentar, possuindo o maior número de referências à fome e sendo o único livro a tratar da Soberania Alimentar e da Segurança Alimentar e Nutricional, não aborda de forma crítica a Questão Agrária. A partir dos trechos resgatados neste capítulo, observa-se que ele não chega a problematizar o tema da distribuição de terras.

Desse modo, podemos depreender que por esta não ser uma falha despercebida e sim intencional, o material também não é eficiente para desnaturalizar completamente a questão da alimentação humana, já que deixa de lado temas essenciais às políticas voltadas para SSAN, tais como as transformações sociais da Reforma Agrária Popular e da transição agroecológica.

¹⁴⁰Distribuição das terras públicas da Amazônia Legal, que não abalam as estruturas fundiárias.

4.2.4 Sociologia para Jovens do Século XXI (2016)

No livro *Sociologia para Jovens do Século XXI* (2016)¹⁴¹ há 23 menções à Reforma Agrária e nenhuma à Agroecologia. Vejamos:

Tabela 15 – Questão Agrária no livro *Sociologia para Jovens do Século XXI* (2016)

PALAVRA-CHAVE	<i>Sociologia para Jovens do Século XXI</i>	Manual dos Professores
REFORMA AGRÁRIA	26	7
AGROECOLOGIA	---	1 ¹⁴²

Fonte: Tabela elaborada por Iara Milreu Lavratti para esta pesquisa.

No capítulo 7, “A matrix está em toda parte: ideologia e visões de mundo”, encontramos a primeira menção à Reforma Agrária. Os autores trazem um quadro baseado em Marilena Chauí para explicar o conceito de Ideologia, contribuindo para identificá-lo enquanto instrumento de imaginação sociológica. Assim, explica-se que a frase “O MST não luta pela Reforma Agrária, mas sim invade terras produtivas”, é uma inversão da realidade, pois esconde as reais causas de um fenômeno. Na figura 34, pode-se conferir o quadro referido:

Figura 34 - Quadro sobre Ideologia e suas características.

IDEOLOGIA		
Característica	O que faz	Exemplo
Prescrição de normas	Orienta as ações humanas. Modela os interesses humanos. Diz o que se deve fazer, pensar ou expressar.	A ideia de monogamia, nas sociedades ocidentais, faz com que homens e mulheres a considerem como a única forma possível de relação existente no mundo.
Representação da realidade	Dá sentido à realidade humana. Utiliza-se de símbolos e da criação mental.	O conceito pátria ou o sentimento patriótico.
Generalização do particular	Trata o específico como exemplo de um fenômeno geral.	Todos os alunos de uma turma são iguais.
Inversão da realidade	Esconde as reais causas de um fenômeno.	O MST não luta pela reforma agrária, mas sim invade terras produtivas.
Naturalização das ações humanas	Torna normal e natural aquilo que é histórico e contingente.	A desigualdade entre os homens e mulheres é normal. Por isso estas podem ser tratadas de forma inferiorizada.
Reificação da realidade	As coisas aparecem com vida própria, ou seja, coisas inertes ganham aspectos naturais, não construídas pelos homens.	Os salários não expressam relações desiguais de trabalho.

(OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 91)

¹⁴¹ Editora Imperial Novo Milênio. Luiz Fernandes de Oliveira; Ricardo César Rocha da Costa. Aprovado nas edições do PNLD de 2015 e 2018.

¹⁴² Agroecológico.

No capítulo 14, “O Estado sou eu. Estado e Democracia”, pode-se encontrar 3 referências à Reforma Agrária. As duas primeiras menções estão em um box explicativo com a diferenciação das ideologias políticas. Segundo os autores, a esquerda luta pela **reforma agrária** pensando na inclusão social, enquanto a direita é contra, por defender a propriedade privada, conforme expressam a seguir:

Figura 35 - Texto Ideologias políticas: Esquerda, direita, centro.

A **esquerda**, portanto, é aquela que luta pela **reforma agrária**, pela distribuição de renda, por políticas de inclusão e de assistência aos pobres e desvalidos, por mais verbas e maior qualidade para a saúde e a educação públicas etc. É identificada com os partidos que propõem a mudança do status quo.

Já a **direita** pode ser nomeada como a defensora intransigente da propriedade privada (daí ser contra a **reforma agrária**), da privatização das empresas públicas (ou seja, a venda de estatais lucrativas para os empresários nacionais e estrangeiros), da “liberdade” econômica (com o consequente livre fluxo do capital externo no país), dos interesses das escolas particulares (megaempresários da educação, que abrem uma faculdade em cada esquina) e da saúde privada (os empresários dos planos de saúde, cuja razão de ser é dada pelo “fracasso” provocado da saúde pública) etc. É, pois, identificada com os partidos conservadores, preocupados em preservar a estabilidade do sistema político.

Paralelamente, o **centro** procuraria conciliar esses dois interesses antagônicos, propondo pequenas e pontuais reformas (ou, seguindo a sabedoria popular, preferindo “entregar os anéis para não perder os dedos”).

(OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 209)

Na seção Interatividade, (ENEM, 2011) apresenta-se a Mensagem programática da União Democrática Nacional (UDN) – 1957 sobre a consolidação do regime democrático no Brasil e as seguintes questões “Os trabalhadores deverão exigir a constituição de um governo nacionalista e democrático, com participação dos trabalhadores para a realização das seguintes medidas: a) Reforma bancária progressista; b) **Reforma agrária** que extinga o latifúndio; c) Regulamentação da Lei de Remessas de Lucros.” (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 213)

Já na Unidade 3 - Relações Sociais Contemporâneas, há 20 menções à Reforma Agrária. Apenas no Capítulo 18 “Ocupar, resistir, produzir”: A questão da terra no Brasil’ há 18 menções à Reforma Agrária e no capítulo 19 ‘Chegou o caveirão!’ E agora? Violência e desigualdades sociais’ há duas.

A primeira do Capítulo 18 está no tópico sobre a luta pela terra no país, no qual há a afirmação “Podemos dizer que a questão da terra no Brasil teve início com a chegada dos colonizadores portugueses, em 1500. E as primeiras vítimas dessa “invasão”, com a consequente

ocupação predatória das terras brasileiras, foram aqueles que aqui viviam – os povos indígenas.” (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 264).

Os autores prosseguem, trazendo o conflito pela terra para os dias de hoje, que apresenta a mesma “lógica perversa” na atual expansão capitalista do chamado “agronegócio”. Eles então apresentam esta atualidade da luta, com as manifestações e Movimentos Sociais por **Reforma Agrária**, e trazem a pergunta ‘De que forma esta realidade [de má distribuição de terras] poderia ser modificada?’ Parecem responder a indagação com a fotografia de uma manifestação organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que acompanha a questão, como pode ser visto na imagem seguinte:

Figura 36 - Fotografia de manifestação do MST em 2011.



Quais as consequências para o desenvolvimento do Brasil da concentração de terras sempre ter estado nas mãos de poucos? De que forma essa realidade poderia ser modificada? Na foto, militantes do MST em manifestação pela reforma agrária, Curitiba (PR), em 2011.

(OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 266)

Ainda apresentam a Lei de Terras¹⁴³, afirmando que ela impediu que o imigrante europeu que chegava ao Brasil, adquirisse o seu pedaço de terra por meio da compra, bem como que as pessoas recém escravizadas tivessem uma pequena propriedade de terra e uma alternativa de trabalho. Também explicam que:

Essa lei concentrou ainda mais o latifúndio, pois as terras públicas – aquelas que não estavam ocupadas pela monocultura da cana-de-açúcar, do algodão, do café etc. – se tornaram muito mais caras do que as terras particulares, fazendo com que a sua aquisição somente fosse possível por parte das famílias mais ricas e poderosas, melhor dizendo, aquelas que já eram latifundiárias. (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 266)

Eles concluem que “É evidente que isso somente seria possível através da realização de uma **reforma agrária**, como fizeram todos os países capitalistas que realizaram a Segunda Revolução Industrial na mesma época, no século XIX”. (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 266).

Nas páginas seguintes, aborda-se a luta encabeçada por Antônio Conselheiro, que “[...] arrastou uma multidão que não tinha onde ficar e nem para onde ir, em um Nordeste empobrecido enormemente pelo acelerado deslocamento dos investimentos econômicos rumo ao Sul do país, iniciado pela expansão da lavoura cafeeira.” (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 267). A resposta a esse movimento foi o massacre militar, após várias tentativas sem sucesso. Dessa forma, “[...] sob pressão dos latifundiários baianos, assustados com a possibilidade de que aquele movimento significasse uma verdadeira **reforma agrária** naquela região, ‘na marra’ e ‘de baixo para cima’.”¹⁴⁴ (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 267).

As próximas 4 referências estão no tópico ‘Mas os trabalhadores do campo aos poucos se organizam...’, em que se apresenta as lutas no campo. É relatado que os conflitos contra os latifundiários estavam se acirrando ao mesmo tempo em que o Partido Comunista lançava uma Campanha Nacional pela **Reforma Agrária**, as ligas camponesas. Sob a liderança do advogado Francisco Julião, em Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, em 1954, eram criadas as ligas com o objetivo de obter assistência jurídica, médica, educacional e funerária aos camponeses e entrava em confronto aberto com os grandes proprietários de terra.

¹⁴³Lei de Terras – 1850 acabou com o sistema de posse da terra, determinando que a terra só seria adquirida através da compra.

¹⁴⁴(cf. MARTINEZ, 1987, p. 10).

Os autores explicam que este grupo conseguiu a desapropriação do engenho Galileia em 1959, que passou a ser administrado pelos próprios trabalhadores rurais. O referido movimento ficou conhecido como Ligas Camponesas e espalhou-se por treze estados brasileiros, tornando-se “[...] uma referência nacional e internacional pela luta dos trabalhadores rurais pela realização de uma **reforma agrária** no país – uma bandeira assumida pelo governo presidido por João Goulart (1961-1964), fazendeiro e ex-ministro do Trabalho de Getúlio Vargas.” (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p.268).

Os autores trazem mais elementos sobre a “lei agrária” de Goulart, que era parte importante do seu plano de reformas de base “[...] que tanto assustaram os interesses capitalistas e seus projetos em curso no Brasil. Estes projetos eram comandados por uma burguesia extremamente conservadora, incapaz de perceber que uma **reforma agrária** não seria contrária aos seus interesses de classe.” (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 268)

Eles relatam que até mesmo o governo do Marechal Castello Branco, durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), percebeu a Reforma Agrária como apaziguadora da tensão existente no campo. O governo aprovou, com modificações, a “lei agrária” proposta por Goulart anteriormente, resultando no chamado *Estatuto da Terra*¹⁴⁵. Os autores acrescentam que

Com isso, o governo pretendia, ao mesmo tempo, apaziguar os camponeses e tranquilizar os latifundiários. Nesse sentido, podemos dizer que as metas eram praticamente duas: para reduzir a pressão dos camponeses, prometia a execução de uma **reforma agrária** (o que não aconteceu); em benefício dos fazendeiros, planejava a modernização e o desenvolvimento capitalista da agricultura – política de fato implementada pelos governos militares que se seguiram.¹⁴⁶ (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 268)

As próximas 6 referências à Reforma Agrária estão no tópico ‘Terra para quem nela trabalha: os trabalhadores sem-terra retomam a sua luta histórica...’. Nesta parte, se apresenta o primeiro encontro do MST, que com o lema “Terra para quem nela trabalha”, reuniu lideranças de doze estados brasileiros, além de representantes da Associação Brasileira de **Reforma Agrária** (ABRA), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Conselho Indigenista Missionário

¹⁴⁵Trata inclusive sobre o Uso Social da terra: “À propriedade privada da terra cabe intrinsecamente uma função social e seu uso é condicionado ao bem-estar coletivo.” LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964.

¹⁴⁶MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar neste verão*.

(CIMI) e da Pastoral Operária de São Paulo, comprovando a forte ligação do movimento com os militantes católicos da Teologia da Libertação.

A seguir, encontra-se uma reportagem do site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST),¹⁴⁷ a qual afirma que “Mesmo depois de assentadas, estas famílias permanecem organizadas no MST, pois a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da **Reforma Agrária**.” (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 270).

Também é retratado o desejo do MST de construir junto a Sociedade um projeto de desenvolvimento nacional com justiça social. A matéria acompanha uma fotografia da Marcha dos Sem Terrinha¹⁴⁸ em Curitiba, 2007, demandando “Escola, Terra e Dignidade”, demonstrando que todos têm participação política dentro do Movimento Sem Terra, como pode ser visto na figura a seguir:

Figura 37 - Recortes de reportagens do site MST e fotografia da Marcha dos Sem Terrinha de 2007.

da Teologia da Libertação. Segundo o site do MST, nesse encontro:

(...) os participantes concluíram que a ocupação de terra era uma ferramenta fundamental e legítima das trabalhadoras e trabalhadores rurais em luta pela democratização da terra. A partir desse encontro, os trabalhadores rurais saíram com a tarefa de construir um movimento orgânico, em nível nacional. Os objetivos foram definidos: a luta pela terra, a luta pela Reforma Agrária e um novo modelo agrícola, e a luta por transformações na estrutura da sociedade brasileira e um projeto de desenvolvimento nacional com justiça social. (MST, jan. 2009)



Mesmo depois de assentadas, estas famílias permanecem organizadas no MST, pois a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da **Reforma Agrária**. Os latifúndios desapropriados para assentamentos normalmente possuem poucas benfeitorias e infraestrutura, como saneamento, energia elétrica, acesso à cultura e lazer. Por isso, as famílias assentadas seguem organizadas e realizam novas lutas para conquistarem estes direitos básicos.

Com esta dimensão nacional, as famílias assentadas e acampadas organizam-se numa estrutura participativa e democrática para tomar as decisões no MST. Nos assentamentos e acampamentos, as famílias organizam-se em núcleos que discutem a produção, a escola, as necessidades de cada área. Destes núcleos, saem os coordenadores e coordenadoras do assentamento ou do acampamento. A mesma estrutura se repete em nível regional, estadual e nacional. Um aspecto importante é que as instâncias de decisão são orientadas para garantir a participação das mulheres, sempre com dois coordenadores, um homem e uma mulher. E nas assembleias de acampamentos e assentamentos, todos têm direito a voto: adultos, jovens, homens e mulheres. (MST, jul. 2009)

(OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 270)

¹⁴⁷MST, jul. 2009

¹⁴⁸Crianças e adolescentes, Filhos e filhas de militantes Sem Terra, que participam de processos políticos, de manifestações e marchas do Movimento.

Na página seguinte afirma-se que a luta do MST ganhou notoriedade principalmente em 1995-1996. Além das históricas ocupações de terras improdutivas¹⁴⁹, o movimento “[...] promoveu uma caminhada de mil quilômetros até Brasília, em abril de 1996, em defesa da **reforma agrária** e do emprego, contra as políticas neoliberais do governo federal.” (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 271) Foi também nesse período que ocorreram os massacres de Corumbiara¹⁵⁰, em Rondônia, e de Carajás¹⁵¹, no Pará, com diversas lideranças e trabalhadores assassinados e presos.

Os autores afirmam que a ocupação de terras improdutivas¹⁵² continua sendo a “tática” principal da ação política do MST. Isto provoca fortes reações dos proprietários de terras e dos donos dos meios de comunicação, que nunca reconhecem as terras como improdutivas e sempre se referem às ocupações como “invasões de propriedade”, um “crime” contra o capital. Eles também apresentam em um boxe a seguir, as falas exaltadas da revista *Veja*, que destila ódio ao Movimento Sem Terra para demonstrar a disputa pelo controle das narrativas:

Esta revista semanal brasileira, por exemplo, além de publicar sistematicamente notícias condenando as ações do MST, reuniu uma série de informações sobre o movimento na matéria “Os 25 anos do MST: invasões, badernas e desafio à lei”, publicada em 23 de janeiro de 2009, como podemos ver a seguir:

Figura 38 - Reportagem da Revista Veja de 2009.

Mantendo a falsa bandeira de sua incansável luta pela reforma agrária, o MST conseguiu permanecer impune das ações criminosas que cometeu ao longo de sua existência. Há tempos que a organização não quer mais apenas um pedaço de terra – e sim toda a terra. Em reportagens realizadas ao longo dos anos, VEJA acompanhou o crescimento, a desmoralização e os crimes cometidos por essa organização que não possui sede fixa e nem estatuto.

(VEJA, 23/01/09)

(OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 271)

¹⁴⁹Segundo a Lei Agrária (1993), quando a exploração e produção são pífias a terra está improdutiva, já as terras ociosas são aquelas sem produção atual, mas com potencial.

¹⁵⁰O massacre de Corumbiara foi o resultado de um conflito violento ocorrido em 9 de agosto de 1995 no município de Corumbiara, no estado de Rondônia com 12 vítimas.

¹⁵¹O Massacre de Eldorado do Carajás foi o assassinato de dezenove sem-terra que ocorreu em 17 de abril de 1996 no município de Eldorado do Carajás, no sul do Pará, Brasil decorrente da ação da polícia do estado do Pará.

¹⁵²Terras que não cumprem a função social.

A reportagem cita diversos episódios nos quais a “violência do MST” é destacada. “O presidente José Sarney, por exemplo, é citado como “responsável” pelo desencadeamento de conflitos de terra quando anunciou, em 1985, o Plano Nacional de **Reforma Agrária**, que o seu governo se propunha a implementar.” (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 271)

A revista afirma ainda que Sarney tocou em um vespeiro que estava adormecido já que o golpe civil-militar de 1964, reprimiu violentamente o movimento de luta pela terra e desde então permanecia um “tabu”. As referências à Reforma Agrária, citando as ações do MST na Revista *Veja*, seguem: 5.000 sem-terra ocuparam prédios públicos em catorze capitais e outros 25.000 realizaram *invasões* pelo interior e passeatas. Continuam: “Em três lugares, foram atacadas sedes regionais do INCRA, o órgão do governo federal encarregado da **reforma agrária**. Em onze, o MST escolheu escritórios do Ministério da Fazenda.” (VEJA apud OLIVEIRA; COSTA, 2016). Vejamos abaixo:

Figura 39 - Reportagem da Veja, texto e fotografia de colheita de laranja da Cutrale 2010.

Numa operação relâmpago e inédita, cerca de 5.000 sem-terra ocuparam prédios públicos em catorze capitais. Outros 25.000 realizaram invasões pelo interior e passeatas. Em três lugares, foram atacadas sedes regionais do INCRA, o órgão do governo federal encarregado da **reforma agrária**. Em onze, o MST escolheu escritórios do Ministério da Fazenda.

(VEJA, 10/05/2000)

A reportagem finaliza afirmando que, com essas ações, no ano 2000, “o MST pretendia tomar o poder por meio da revolução”.

Em outubro de 2009, em outra ação que gerou bastante polêmica, militantes do MST, dirigindo tratores, destruíram plantações de laranja em uma fazenda da empresa Cutrale, no interior de São Paulo. Ocuparam as terras com o objetivo de plantar feijão e milho para subsistência dos seus acampamentos na região. Os meios de comunicação condenaram com veemência a ação, mas ignoraram a informação de que essas terras pertenciam à União, tendo sido “griladas” (invadidas) anos atrás pela Cutrale – um dos maiores produtores mundiais



Em outubro de 2009, a destruição de plantações de laranja da empresa Cutrale jogou grande parte da opinião pública contra o MST. Na foto, colheita de laranjas na fazenda Santa Maria, da Cutrale, em Analândia (SP), em 2010.

O que as grandes empresas de comunicação quase nunca destacam é a quantidade de assassinatos de trabalhadores rurais, ocorridos em conflitos de luta pela terra. A título de exemplo, segundo levantamento da Comissão Pastoral da Terra, somente no ano de 2012 ocorreram 1067 conflitos, com 36 assassinatos e 77

(OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 272)

Outra ação citada pelos autores é a destruição de plantações de laranja em uma fazenda da empresa Cutrale, no interior de São Paulo em 2009. Os Sem Terra ocuparam as terras com o objetivo de plantar feijão e milho para subsistência dos seus acampamentos na região. Os autores lembram que

Os meios de comunicação condenaram com veemência a ação, mas ignoraram a informação de que essas terras pertenciam à União, tendo sido “griladas” (apropriadas) anos atrás pela Cutrale – um dos maiores produtores mundiais de suco de laranja, contando com a conivência dos governos brasileiros. A destruição de pés de laranja, no entanto, “chocou” grande parte da “opinião pública”. Podemos, então, diante desses fatos, dizer que o Movimento Sem-Terra é uma organização criminosa? (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 272)

Eles seguem afirmando que as grandes empresas de comunicação quase nunca destacam a quantidade de assassinatos de trabalhadores rurais, ocorridos em conflitos de luta pela terra. Trazem dados da Comissão Pastoral da Terra, de que somente no ano de 2012 ocorreram 1067 conflitos, com pelo menos 36 assassinatos e 77 tentativas, 88 agressões e 296 ameaças de morte.¹⁵³ (CANUTO; LUZ; LAZZARIN apud OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 272)

A próxima referência à Reforma Agrária está no tópico ‘A Sociologia e a questão da terra no Brasil.’ Nesta parte, os autores apontam que a concentração de terras em nosso país, pelas classes sociais dominantes resultou em um projeto politicamente conservador. Também explicam que “[...] a não realização de uma **reforma agrária**, durante séculos de nossa História, significou uma opção por um modelo de capitalismo atrasado, dependente e subalterno em relação aos interesses do capital internacional.” (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 273). Como pode ser visto no texto a seguir:

¹⁵³(CANUTO; LUZ; LAZZARIN, 2013)

Figura 40 - Texto acompanhado de fotografia de estudantes na ENFF.

da ONU – Organização das Nações Unidas – voltada para a defesa dos direitos e o pleno desenvolvimento das crianças.



Jorge Araújo Folhagem

Neste capítulo, nos preocupamos em apresentar informações gerais sobre o modelo de concentração de terras implantado historicamente em nosso país pelas classes sociais dominantes que, mesmo sob o ponto de vista do desenvolvimento capitalista, resultou em um projeto politicamente conservador. Afirmar isto significa o entendimento que a não realização de uma *reforma agrária*, durante séculos de nossa História, significou uma *opção* por um modelo de capitalismo atrasado, dependente e subalterno em relação aos interesses do capital internacional. Mas, o que isso tem a ver com os que moram nas cidades?

Uma das iniciativas do MST, na área da educação, foi a criação da Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF, em Guararema (SP), que oferece cursos técnicos específicos e encontros de formação política. Na foto, turma em aula na ENFF, em 2003.

(OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 273)

Na imagem ao lado do texto referido, há a fotografia de uma sala de aula da Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF, em Guararema (SP), que oferece cursos técnicos específicos e encontros de formação política, profissional, técnica e acadêmica aos militantes do MST e outros Movimentos nacionais e internacionais.

A seguir os autores trazem algumas contribuições de José de Souza Martins, professor da USP e um dos sociólogos brasileiros mais reconhecidos na área de estudos da Sociologia Rural¹⁵⁴. Sobre os destaques feitos acerca do MST, eles justificam que:

Achamos importante destacar o processo de organização dos trabalhadores do campo na luta contra um modelo altamente concentrador e excludente, mesmo sob a perspectiva capitalista. Assim, nos preocupamos em apresentar o MST como um exemplo da luta e da organização dos trabalhadores rurais, que se articula com as lutas urbanas, mas cujas ações geram inúmeros conflitos no campo e produzem polêmicas de peso em diversos setores da sociedade brasileira. Um exemplo, nesse sentido, pode ser encontrado nas condenações que o MST tem recebido em algumas instâncias do Poder Judiciário,

¹⁵⁴Os autores definem que Sociologia Rural é o estudo da organização social do camponês – termo que significa “homem do campo” (derivado do latim campus) –, sujeito que se diferencia do “homem da cidade” em função do seu contexto social e histórico específico; das sociedades rurais em geral ou ainda o estudo do “[...] modo de vida rural e a natureza das diferenças rurais e urbanas.” (LAKATOS; MARCONI, 1999, p. 29-30).

interpretadas como uma tentativa de “criminalização” do movimento social. (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 274).

Na seção ‘Interatividade’ há uma questão do ENEM (199), na qual encontra-se a próxima referência à Reforma Agrária.¹⁵⁵ No texto há o relato de uma disputa por terras, em Mato Grosso do Sul, no qual dois depoimentos são colhidos: o do proprietário de uma fazenda e o de um integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terras. O grande empresário do Mato Grosso do Sul declara que:

A minha propriedade foi conseguida com muito sacrifício pelos meus antepassados. Não admito invasão. Essa gente não sabe de nada. Estão sendo manipulados pelos comunistas. Minha resposta será à bala. Esse povo tem que saber que a Constituição do Brasil garante a propriedade privada. Além disso, se esse governo quiser as minhas terras para a **Reforma Agrária** terá que pagar, em dinheiro, o valor que eu quero. (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 276)

Por sua vez, um militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra relata que:

Sempre lutei muito. Minha família veio para a cidade porque fui despedido quando as máquinas chegaram lá na Usina. Seu moço, acontece que eu sou um homem da terra. Olho pro céu, sei quando é tempo de plantar e de colher. Na cidade não fico mais. Eu quero um pedaço de terra, custe o que custar. Hoje eu sei que não estou sozinho. Aprendi que a terra tem um valor social. Ela é feita para produzir alimento. O que o homem come vem da terra. O que é duro é ver que aqueles que possuem muita terra e não dependem dela para sobreviver, pouco se preocupam em produzir nela. (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 276)

As próximas 4 citações estão nas referências de livros e filmes, ainda na seção Interatividade. Apresenta-se o livro *Violência no campo: o latifúndio e a reforma agrária*¹⁵⁶, de Júlio José Chiavenato, que examina a violência no campo como reflexo da nossa estrutura social, consequência de uma das maiores concentrações de rendas e terras do mundo. Também referenciam o livro *Reforma agrária: questão de terra ou de gente?*¹⁵⁷, de Paulo Martinez, que

¹⁵⁵ Nesses estudos, tem especial destaque as mudanças sociais provocadas pela penetração do modo de produção capitalista no campo, com as suas opções pela monocultura e pelo latifúndio, ou pela modernização tecnológica e mecanização das lavouras, assim como a implantação de empresas multinacionais e do agronegócio e o papel assumido pelo Estado nesse processo (p. 273 274)

¹⁵⁶ CHIAVENATO, Júlio José. *Violência no campo: o latifúndio e a reforma agrária*. São Paulo: Moderna, 1996.

¹⁵⁷ MARTINEZ, Paulo. *Reforma agrária: questão de terra ou de gente?* 12. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

discute as polêmicas envolvendo a **reforma agrária**. O autor demonstra que não haveria uma inexistência de terras, mas sim o distanciamento do trabalhador agrícola a um pedaço de chão.

Além disso, sugerem o filme *Terra para Rose* (Brasil, 1987), que registra e resgata a primeira grande ocupação de terras feita pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais pela **Reforma Agrária**, bem como o documentário *O veneno está na mesa* (Brasil, 2011) que denuncia as violências do Agronegócio em nosso país. Ainda dão um destaque para o filme *Cabra marcado para morrer*, sobre as Ligas Camponesas, que deram origem às lutas de hoje por terra, como pode ser visto a seguir:

Figura 41 - Printscreen com sugestões de filmes e sites sobre Reforma Agrária.

FILMES TERRA PARA ROSE (Brasil, 1987). Direção: Tetê Moraes. Duração: 84 min. Documentário que retrata a história de Rose, agricultora sem-terra que, com outras 1.500 famílias, participou da primeira grande ocupação de uma terra improdutiva, a fazenda Annoni, no Rio Grande do Sul, em 1985. O filme aborda a questão da reforma agrária no Brasil, no período de transição pós-regime militar. O VENENO ESTÁ NA MESA (Brasil, 2011). Direção: Silvio Tendler. Duração: 50 min. Documentário que denuncia o modelo baseado no agronegócio e de que forma ele substitui a agricultura tradicional, atacando a fertilidade do solo, os mananciais de água e a biodiversidade, contaminando os alimentos produzidos. O filme pode ser assistido no YouTube. INTERNET MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: http://www.mst.org.br/	FILME DESTAQUE CABRA MARCADO PARA MORRER FICHA TÉCNICA: Direção: Eduardo Coutinho Elenco: Elisabeth Teixeira e família, João Virgínio da Silva e os habitantes do Engenho Galileia (Pernambuco). Narração de Ferreira Gullar, Tite Lemos e Eduardo Coutinho Duração: 119 min. (Brasil, 1964/1984) SINOPSE: A produção do documentário <i>Cabra Marcado Para Morrer</i> foi iniciada em fevereiro de 1964. O objetivo era contar a história política do líder da Liga Camponesa de Sapé (Paraíba), João Pedro Teixeira, assassinado em 1962. No entanto, as filmagens foram interrompidas com o golpe de 31 de março, com as forças militares cercando o Engenho Galileia. Na década de 1980, durante o processo de redemocratização do país, o diretor Eduardo Coutinho retoma e conclui a filmagem.  Eduardo Coutinho Produções Cinematográficas
---	---

(OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 277)

Os autores também sugerem o “Observatório do Agronegócio”, site que traz notícias, análises, artigos e dados sobre o agrobusiness¹⁵⁸, bem como as músicas “Funeral de um lavrador”, interpretada por Chico Buarque e MPB 4 e escrita por João Cabral de Mello Neto, que compõe a peça Morte e Vida Severina, a qual denuncia a condição social do trabalhador do campo. Ainda indicam a composição “Assentamento” de Chico Buarque. Afirmam que

¹⁵⁸<http://www.observatoriodoagronegocio.com.br/>

diferentemente do lavrador de João Cabral, o trabalhador rural de Assentamento morre cansado, mas feliz, por ter lutado e conquistado o seu pedaço de terra.

No tópico ‘A Sociologia da Violência’, no qual se discute a Violência e as desigualdades sociais, há 2 menções à Reforma Agrária. Nesta parte apresenta-se dados do Instituto Nacional de Colonização e **Reforma Agrária** (INCRA) sobre as terras brasileiras improdutivas em 1996¹⁵⁹, que correspondiam a uma área total de 153 milhões de hectares, equivalente às áreas somadas dos territórios da França, Alemanha, Espanha, Suíça e Áustria.¹⁶⁰

Os autores afirmam que segundo os neoliberais, o Estado deveria encolher para que o mercado regulasse sozinho a economia e equilibrasse as desigualdades entre ricos e pobres. Porém, na prática o Estado encolhe e as despesas continuam aumentando. Os autores explicam que “Dez anos depois, o “vilão” não é mais o FMI e nem a dívida externa do país, mas o enorme montante das dívidas públicas internas.” (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 288). Assinalam que essas dívidas representam centenas de vezes o valor destinado às políticas de **Reforma Agrária** no país.

No Capítulo 19, “Chegou o caveirão!”, há duas referências à fome. Nele trabalha-se a violência e as desigualdades sociais. Entre outros assuntos, discute-se o aumento do fenômeno da violência, e como justificativas, traz-se a diminuição dos gastos sociais do Estado e a degradação das condições de vida dos indivíduos, além da escolha pelo aumento dos investimentos nos recursos penitenciários.

Já nas referências bibliográficas há duas menções à Reforma Agrária: O livro de Chiavenato, *Violência no campo: o latifúndio e a reforma agrária*¹⁶¹, e o de Martinez, *Reforma agrária: questão de terra ou de gente?*¹⁶²

No Manual dos professores há uma referência ao Trabalho de Conclusão de Curso de RODRIGUES, Luciana Deotti. *A cana-de-açúcar como matéria-prima para a produção de biocombustíveis: impactos ambientais e o zoneamento agroecológico* como ferramenta para

¹⁵⁹Havia 35.083 latifúndios improdutivos (cada um com mais de 1.000 hectares) espalhados pelo Brasil, com 44% (15.567 propriedades) situados na Região Centro-Oeste.

¹⁶⁰(cf. BENJAMIN, 1998, p. 184).

¹⁶¹CHIAVENATO, Julio José. *Violência no campo: o latifúndio e a reforma agrária*. São Paulo: Moderna, 1996.

¹⁶²MARTINEZ, Paulo. *Reforma agrária: questão de terra ou de gente?* 12. ed. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica).

mitigação.¹⁶³ Ele serve de apoio para as discussões do Capítulo 18 – “Ocupar, resistir, produzir” em que se propõe um texto interdisciplinar que mostra a competição por terra para plantio de alimentos e para espécies destinadas à produção de biocombustíveis. Os autores afirmam que “[...] ainda não se sabe quais os eventuais impactos na alimentação mundial, caso boa parte das áreas agricultáveis seja destinada a “plantar combustíveis”.” A atividade é justificada afirmando que:

O debate atual sobre os biocombustíveis é estratégico para muitos governos que dependem da produção do petróleo. Assim, para ampliar o leque de conhecimentos e informações, esta atividade articulada com a Química, pode potencializar uma reflexão entre os estudantes acerca de vários temas como: a questão da terra no Brasil, o agronegócio, a fome no mundo, os benefícios e prejuízos do uso dos produtos químicos na agricultura e as razões do aumento da produção destes mesmos produtos. (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 430).

Assim, trazem algumas referências bibliográficas para trabalhar a temática no Ensino Médio, através da interdisciplinariedade com a Química. Dessa forma, temos a única menção à Agroecologia, que citamos acima.

Neste livro encontram-se 23 menções à Reforma Agrária. Ele é o único que aprofunda na Questão Agrária e na justa divisão das terras agricultáveis. Apresenta também 22 citações sobre agricultura. Apesar de não terem desenvolvido tanto a questão da fome, nem referenciar ou trazer a discussão sobre a Agroecologia ou SSAN, ele pode ser útil para trabalhar os conflitos e a luta pela terra.

Os autores trazem conteúdos críticos e inclusive, mostram a disputa ideológica pelos meios de comunicação¹⁶⁴ e como isso se reflete na produção, no consumo e na definição de um desenvolvimento. Também referenciam livros importantes e que trabalham o latifúndio, as violências e as desigualdades. A grande maioria das menções se encontra na Unidade em que abordam as relações sociais contemporâneas’, no capítulo 8 “Ocupar, resistir, produzir”.

¹⁶³ RODRIGUES, Luciana Deotti. A cana-de-açúcar como matéria-prima para a produção de biocombustíveis: impactos ambientais e o zoneamento agroecológico como ferramenta para mitigação. Trabalho de Conclusão de Curso. Especialização em Análise Ambiental da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora/MG: Faculdade de Engenharia, 2010. Disponível em: <http://goo.gl/6wSkkv> – Acesso em janeiro de 2021.

¹⁶⁴ Isso também ocorre na educação e outras dimensões sociais e políticas. O MST atualmente tem nomeado isso de Batalha de Ideias.

Com um espaço destinado para as lutas no campo, o livro possui conteúdos que quando bem trabalhados pelos educadores podem vir a desnaturalizar as relações que envolvem a disputa pela terra, sua proteção e conservação.

4.6 Considerações sobre a Reforma Agrária

As experiências de Reforma Agrária (R.A) ao redor do mundo têm expressado uma diminuição das desigualdades sociais em diversos países. Sobre esta e outras temáticas dentro da Questão Agrária, podemos nos basear em João Pedro Stédile (2007; 2020), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007), Morissawa (2001), Montañó (2012), Bernardo Fernandes (2000), Kelli Mafort (2013), bem como Guilherme Boulos (2013), entre outros.

João Pedro Stédile, pesquisador da Questão Agrária que compõe a Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), busca no livro *Experiências históricas de Reforma Agrária no mundo* (2020) expor a lacuna existente nos debates acadêmicos sobre os projetos de Reforma Agrária, sejam brasileiros, latino-americanos ou internacionais. Ele acredita que “A hegemonia dos interesses do capital e do latifúndio presente nas universidades e na mídia certamente contribuiu para que a temática fosse olvidada.” (STÉDILE, 2020, p. 11)

Nesta obra recente, ele elenca os diferentes tipos de Reforma Agrária que aconteceram no mundo: a clássica, a reformista, a popular, a radical, a anticolonial, a parcial (também chamada de moderada), a socialista e a de libertação nacional. Cada experiência nos diversos territórios, possui suas características específicas e nos deixa valiosas lições. Neste livro são organizados vários artigos sobre as múltiplas experiências, com autores e autoras de diversas nacionalidades.

Stédile apresenta que o principal instrumento jurídico é a desapropriação pelo Estado de grandes latifúndios e a sua redistribuição entre pequenos agricultores e para isso, são estabelecidos critérios de classificação para os latifúndios - grandes propriedades de terra concentradas nas mãos de apenas um fazendeiro ou uma família. Quando é emitido um decreto de desapropriação¹⁶⁵, transfere-se a propriedade privada para o Estado, tornando-se terras estatais. Esta transferência de titularidade acontece mediante a indenização financeira para os ex-proprietários, e geralmente são assentadas famílias organizadas ou não em Movimentos Sociais.

¹⁶⁵Em menores proporções, também pode haver a compra negociada, com a transferência de títulos sem a necessidade de um decreto desapropriatório.

Outro instrumento utilizado é a expropriação ou o Confisco. Esta é uma punição prevista em lei por irregularidades praticadas pelos donos das terras e não ocorre nenhum tipo de indenização ou pagamento de valores. Enquanto isso, a distribuição das terras pode acontecer de diferentes maneiras. Segundo ele, na maioria dos casos acontece a distribuição das famílias camponesas em unidades familiares. Já em outros, criaram-se Agrovilas¹⁶⁶. Além disso também há o desenvolvimento de Cooperativas e Associações, relativas à produção e/ou à comercialização, além da organização individual da produção, a criação de Empresas Sociais Estatais e Agroindústrias.

A condição jurídica das terras destinadas às políticas de Reforma Agrária também varia de acordo com o país. Existe a concessão de uso pelo estado que não dá direito à compra e venda (apenas a herança) e a que permite a compra e venda (transformação dos Camponeses em proprietários privados). Também há casos de propriedade coletiva de famílias e outros em que as terras continuam como propriedade da nação e o Estado apenas administra a concessão de uso para as cooperativas familiares.

A seguir há uma importante síntese dos programas e propostas de distribuição de terras ao redor do mundo, inicialmente elaborada por Stédile (2020), que também nos lembra que mesmo sem a nomenclatura “[...] houve experiências históricas de democratização do acesso à Terra em diversas sociedades.” (STÉDILE, 2020, p. 18)

Através da leitura de Stédile pode-se compreender que a Reforma Agrária Clássica é aquela realizada pelo governo durante os processos clássicos de industrialização. Este foi o primeiro tipo de reforma agrária realizada pelo Estado Burguês, na qual os governos aplicavam o direito Republicano e democrático de acesso à Terra com vias de desenvolver o mercado interno industrial distribuindo terra e renda aos camponeses. Todas as experiências clássicas foram amplas, e “[...] do ponto de vista político sua aplicação representou uma aliança entre a burguesia industrial e comercial e os Camponeses contra os interesses da oligarquia Rural que concentrava a propriedade da terra.” (STÉDILE, 2020, p. 19). Esta experiência aconteceu em pelo menos 20 países da Europa ocidental e Europa Oriental¹⁶⁷.

¹⁶⁶Comunidades rurais com pequenas parcelas de terra para horta e criação de animais domésticos.

¹⁶⁷João Stédile afirma que com medo de uma Revolução Comunista, os Estados Unidos promoveram Reforma Agrária e alguns países da Ásia como o Japão, Filipinas e Taiwan.

Outro importante exemplo são os Estados Unidos, com a lei de terras do governo de Abraham Lincoln (-1985) que entre 1862-1910 distribuiu mais de 300 milhões de hectares de terras para 6 milhões de famílias. Sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura dos Estados Unidos há escritos de Vladimir I. Lenin (1915) e de João Pedro Stedile (2020). Em relação ao Japão temos Reginaldo C. C. de Moraes e Maitá de Paula (2020), e na Europa ocidental, Lucas Bezerra (2020).

No Brasil, o MST passou a defender a Reforma Agrária Popular, que consiste na distribuição massiva de terras através de uma aliança entre os governos populistas e nacionalistas e os Camponeses, que podem resultar em leis de reforma agrária progressistas e populares aplicadas com base na combinação da ação do Estado com os Movimentos Sociais. Essa reforma não afeta necessariamente as estruturas do sistema Capitalista. Fernanda Peres Maranhão (2020)¹⁶⁸ faz uma análise desta proposta do MST baseada no arcabouço teórico gramsciano. A partir de uma abordagem teórico-política e histórica das condições objetivas e subjetivas, ela trata acerca das relações de força envolvidas na construção do projeto de Reforma Agrária de base agroecológica, seus caminhos e desafios.

Algumas dessas experiências populares estão descritas no livro organizado por Stédile, por Jayme Martins (2020), Tsui Sit Jade (2020), Lau Kin Chi (2020), Wen Tiejun (2020) e Yan Xiaohui (2020) que escrevem sobre a China e Nguyen Duc Truyen (2020) sobre o Vietnã. Enquanto isso, em 1959, Cuba passou por sua primeira experiência de Reforma Agrária essencialmente popular, sobre a qual Juan Valdés Paz (2020) escreve. Também ocorreu no Egito, na Guatemala e na Nicarágua.

A de caráter Anticolonial aconteceu durante os processos de independência política das colônias da Americana Latina. Através da desapropriação de terras de latifundiários subalternos às metrópoles, distribuindo terra à camponeses sem terra. A maior dessas experiências foi a do Haiti combinando libertação da escravidão com a implementação da República e a distribuição massiva de terras às pessoas antes escravizadas. No Paraguai e no Uruguai também houve tentativas de distribuição de terras com este caráter.

¹⁶⁸ Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais 2017 – 2019; Universidade Federal da Paraíba. *A agroecologia como orientação política no MST: Caminho para emancipação nacional popular ou para o transformismo?* Ano de Obtenção: 2019.

Existe também a Reforma Agrária radical, que através da erradicação do latifúndio distribuindo a terra as camponesas por si mesmos, tomando a tarefa que seria do Estado Burguês de criar leis e programas de Assentamento. Isso acontece através de revoltas populares mais amplas. Um exemplo é a Revolução Popular Boliviana, que entre 1952 e 1954 expropriou e distribuiu grandes propriedades de terra. Após a derrota do processo revolucionário, os governos seguintes respeitaram a distribuição de terras realizada. No livro *Experiências históricas de reforma Agrária no mundo*, há um capítulo de Pilar Lizárraga Aranibar (2020) e Carlos Vacaflores Rivera (2020) sobre as experiências na Bolívia. Já sobre a revolução camponesa do México e sobre Emiliano Zapata, há escritos de Francisco Pineda Gómez (2020).

Enquanto isso, a Reforma Agrária parcial ou moderada tem acontecido, segundo Stédile (2020), como forma de evitar mudanças mais radicais. Com a efervescência da luta de classes, surgem movimentos revolucionários em diversos países da América Latina, África e Ásia. Dessa forma, os governos locais burgueses imperialistas sentiram-se obrigados a implantar políticas de Reforma Agrária, contudo, pouco massivas e amplas, já que existia grande poder das oligarquias rurais. Um exemplo são os Estados Unidos durante o governo de Kennedy (1961 – 1963), Chile, Peru, Equador, Honduras e México. Sobre a América Latina no século XX, há artigos de Sérgio Gómez (2020) e sobre o Egito, há textos de Nasser Samir Amin (2020) que podem ser encontrados no livro *Experiências históricas de Reforma Agrária*.

Já a Reforma Agrária de caráter de Libertação nacional, aconteceu em países africanos na década de 1960. Durante as lutas por Independência e descolonização, a Tanzânia, Moçambique, Angola, Guiné-bissau, Congo, Líbia e Argélia foram os países com maior amplitude a realizar a distribuição de terras. Stédile (2020) lembra que existem muitos processos de Libertação Nacional, mas que não realizaram a Reforma Agrária.

A de caráter Socialista, segundo Stédile (2020) busca a superação do Sistema Capitalista e a construção de um modo de produção que se baseia no princípio de que a terra pertence à nação. Dessa forma, não pode haver compra ou venda da terra. O Estado organiza as formas de uso e as propriedades sociais. O associativismo de base e a produção planejada pelo Estado, também são comuns. Casos mais conhecidos são as experiências na Rússia, durante o governo de Josef Stalin entre 1924-1953, além de outros países do bloco soviético como Yugoslávia, Coreia do Norte e Alemanha Oriental.

Outros processos de distribuição de terra que não envolvem políticas de Reforma Agrária, são a Política de Assentamentos Rurais e os projetos de colonização, que não afetam os latifúndios nem a estrutura de propriedade da terra. Estas são políticas parciais que atendem uma pequena parcela e não percebem os problemas sociais, pois apenas buscam solucionar isoladamente ou beneficiar pequenas populações mobilizadas. Stédile (2020, p. 26) exemplifica que:

O governo dos Estados Unidos, principalmente, tem estimulado essa política em muitos países, mediante ações e recursos do Banco Mundial, que ajudam a financiar a compra de terras dos fazendeiros. Os programas do Banco Mundial ficaram conhecidos como crédito fundiário, Banco da Terra etc. e foram aplicados nos países de maior tensão na disputa pela terra, como Brasil, Filipinas, África do Sul, Guatemala, Colômbia e Indonésia.

Além disso, podem ocorrer também a divisão de terras públicas, como aconteceu no Oeste dos Estados Unidos e no Brasil - com a distribuição das terras públicas da Amazônia Legal através de projetos de colonização que não abalam as estruturas fundiárias e não resolvem a questão.

No Brasil, O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é referência por sua defesa do caráter popular na divisão das terras brasileiras, ou seja, a desapropriação e distribuição massiva de terras improdutivas para quem deseja produzir alimentos saudáveis, através de uma Reforma Agrária Popular. Também se destaca por outras linhas políticas estabelecidas ao longo do tempo.

A Reforma Agrária no Brasil tem acontecido de forma incipiente, através da compra ou da desapropriação de latifúndios que são constatados como sendo improdutivos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Aí então estas terras são distribuídas e loteadas às famílias, que em sua maioria permanecem acampadas e mobilizadas por anos, e até décadas com apoio de alguns Movimentos Sociais.

O MST surge oficialmente em 1984 a partir das lutas e ocupações¹⁶⁹ por terras e direitos. É composto por mulheres, homens, LGBTQIA+¹⁷⁰, crianças e idosos, reunindo milhares de

¹⁶⁹Originados com Movimentos como as Ligas Camponesas, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC).

famílias que se forjam na organicidade do Movimento, organizado entre direção, militância, base e massa. O MST é gerido em níveis regionais, estaduais e nacionais, sendo dividido por setores, que se transformam ao passar do tempo. É um movimento de vanguarda que luta pela criação de uma nova sociedade baseada na divisão igualitária de terras, pelo fim do sistema capitalista e patriarcalista. Após um certo amadurecimento, criam-se novas táticas e estratégias, para se comunicar com a sociedade brasileira. Intensifica-se a defesa pela Agroecologia como modelo de produção, contrapondo-se ao Agronegócio e o fim da Violência contra a mulher e LGBTs.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surge mediante a organização autônoma de trabalhadores rurais em 1984, com os objetivos de lutar pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais no país. Com o fim da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) aparecem, com mais intensidade, novos focos de resistência, e, as ocupações de terra se tornaram ferramenta de expressão camponesa e de contestação do autoritarismo. Assim, mulheres, homens e famílias inteiras compostas por posseiros, arrendatários, assalariados, meeiros, atingidos por barragens, agricultores sem terras, entre muitos outros sujeitos, passam a se organizar, pois “Desse jeito já não conseguíamos mais viver, pois traz muita insegurança e muitas vezes não se tem o que comer. Na cidade não queremos ir, porque não sabemos trabalhar lá. Nos criamos no trabalho na lavoura e é isto que sabemos fazer.” (Boletim Sem Terra, 1981, n.p.)

Segundo Morisawa (2001) o termo Ocupação é utilizado pelo MST para definir uma manifestação política dos trabalhadores em que se ocupa terras que não cumprem sua função social para pressionar o governo a desapropriar a área e assentar famílias sem terras, sendo o proprietário indenizado. Enquanto isso, a mídia brasileira utiliza o termo invasão, com vistas de controlar a opinião pública.

O filósofo Guilherme Boulos explica a diferença entre Ocupação e Invasão em seu livro *Por que Ocupamos?* uma introdução à luta dos sem-teto¹⁷⁰, no qual aborda a resistência dos sujeitos que compõem o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Ele problematiza a história da propriedade privada no Brasil e a luta por terra:

¹⁷⁰Sigla que representa pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Travestis, Queers, Interseccionais, Assexuais+ outros grupos de gênero e sexualidade.

¹⁷¹BOULOS, Guilherme. *Por que ocupamos?* Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Scortecchi, 2014. 100 p.

Se olharmos a história, veremos que os invasores foram os grandes proprietários. E que não satisfeitos com o saque às terras públicas, continuam hoje fazendo acordos com os governos para usar mais recursos públicos em seu favor. Quando os sem-teto ou os sem-terra ocupam uma grande área vazia, não estão fazendo mais do que tomar de volta o que é seu. (BOULOS, 2013, p. 44).

Dessa forma, ele expõe que enquanto cerca de 22 milhões de brasileiros e brasileiras não tem casa¹⁷² para morar, existem terrenos gigantes invadidos pela burguesia, gerando assim um déficit habitacional de 6.940.691 famílias.

Atualmente, percebe-se que as bandeiras defendidas pelos Movimentos Sociais extrapolam a Questão da Terra (que continua sendo central), nacionalmente e pelos Movimentos Sociais do Campo de cerca de 73 países da África, Ásia, Europa e das Américas, que estão sendo organizados amplamente por La Via Campesina. Assim, de forma articulada nos cinco continentes, tem-se unificado as lutas camponesas, com diferentes bandeiras como a defesa da Agroecologia, da Soberania Alimentar e dos povos do campo e da floresta, bem como a construção de um Feminismo Camponês Popular¹⁷³, entre outras.

Enquanto nos primeiros anos do MST, a classe era fator central, atualmente já se percebe a intersecção de causas na luta pela terra. A defesa pela vida e o fim das opressões também são demandas bem definidas pelo Movimento. Hoje existem pautas e diretrizes mais elaboradas e de maior alcance social como a proteção do meio ambiente, a defesa da Soberania Alimentar, negando as técnicas de produção conservadoras e mudando as orientações de plantio e definindo a Agroecologia como modelo de produção. Isso se expressa no Plano Nacional ‘Plantar árvores, produzir alimentos saudáveis’, em que militantes e aliados se comprometem a realizar o plantio e o manejo de 100 milhões de árvores no país, no período de 10 anos.

A solidariedade de classe é identificada tanto nacionalmente quanto internacionalmente em diversos Movimentos Sociais. No Brasil, durante a Pandemia de Covid-19, ela se expressa entre outras ações, pelas campanhas de solidariedade, com a entrega de alimentos Agroecológicos – mais saudáveis e sem Veneno - às famílias das periferias, bem como pelas brigadas de Marmitas Solidárias nas grandes cidades e pela formação de Agentes populares de Saúde e de

¹⁷²Fundação João Pinheiro, 2013 apud BOULOS, 2013.

¹⁷³Construção paulatina do Feminismo Camponês Popular no MST, que através de trocas com outros movimentos que compõem a Via Campesina e organizações, constroem a partir de suas necessidades e experiências um feminismo interseccional que abrange as discussões e expressões de raça, classe e gênero.

Agroecologia, entre outras. Segundo reportagem da Folha¹⁷⁴ e Brasil de Fato¹⁷⁵, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo, realizou a doação de cerca de um milhão de marmitas, cinco mil toneladas de alimentos e 30 mil máscaras de proteção. Além disso, através da campanha nacional Periferia Viva Contra o Coronavírus, foram formados mais de dois mil agentes populares de saúde.

A Campanha de solidariedade ‘Periferia viva’¹⁷⁶, por exemplo, tem juntado Movimentos Sociais diversos, garantindo alimentos e vida mais digna à moradores das grandes periferias¹⁷⁷, como o MST, o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), o Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Levante Popular da Juventude.

Estas ações¹⁷⁸, intensificadas pela pandemia de Covid-19 buscam dar suporte à população mais vulnerável e denunciar a ausência do poder público. São observadas também em outras organizações e Movimentos Sociais ligadas à esquerda por todo o país, como o Movimento Sem Teto do Centro (MSTC)¹⁷⁹, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)¹⁸⁰ e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto¹⁸¹ (MTST).

¹⁷⁴Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2021/07/mst-contabiliza-5000-toneladas-de-alimentos-doados-desde-o-inicio-da-epidemia-de-covid-19.shtml>

¹⁷⁵Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/08/mst-doa-1-milhao-de-marmitas-e-5-mil-toneladas-de-alimentos-durante-a-pandemia>

¹⁷⁶Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/18/mtd-e-mst-participam-do-lancamento-da-campanha-periferia-viva-acompanhe-ao-vivo>.

¹⁷⁷<https://www.brasildefato.com.br/2021/01/22/mst-completa-37-anos-e-mostra-a-forca-da-agricultura-familiar-durante-a-pandemia>.

¹⁷⁸ Para combater a "pandemia da fome", MST já doou mais de 600 toneladas de alimentos (2020): <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/11/para-combater-a-pandemia-da-fome-mst-ja-dooou-mais-de-600-toneladas-de-alimentos>; Famílias do MST já doaram 500 toneladas de alimentos no Paraná durante a pandemia: <https://sindsaudepr.org.br/solidariedade-familias-do-mst-ja-doaram-500-toneladas-de-alimentos-no-parana-durante-a-pandemia/> (2021); MST ultrapassa 200 toneladas de alimentos doados em Alagoas durante a pandemia: <https://mst.org.br/2021/05/14/mst-ultrapassa-200-toneladas-de-alimentos-doados-em-alagoas-durante-a-pandemia/> (2021).

¹⁷⁹“Campanha do MST e MSTC vai alimentar pessoas que mais precisam” Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/06/campanha-do-mst-e-mstc-vai-alimentar-pessoas-que-mais-precisam/>

¹⁸⁰MTST-RS e MPA entregam mais de meia tonelada de alimentos da terra a comunidade: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/30/rs-mtst-e-mpa-entregam-mais-de-meia-tonelada-de-alimentos-da-terra-a-comunidades>.

¹⁸¹As cozinhas solidárias do MTST salvam da fome na pandemia: <https://mtst.org/mtst/as-cozinhas-solidarias-do-mtst-refeicoes-gratuitas-e-afeto-nas-periferias-do-brasil/> 03/2021. Cozinha <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/03/cozinhas-solidarias-do-mtst-salvam-da-fome-na-pandemia/> A

O MTST por exemplo, através das cozinhas coletivas¹⁸² tem dado suporte às pessoas das periferias de pelo menos 10 estados e assim como os outros Movimentos percebem a solidariedade também como trabalho de base:

Além da distribuição de refeições completas e balanceadas, o projeto dialoga e abraça, diretamente, uma importante iniciativa: o cultivo de hortas urbanas comunitárias nas periferias, que fornecerão alimentos para as cozinhas solidárias e, sempre que possível, para doação às comunidades próximas. (MTST, 2021, n.p.)

Percebe-se então que o combate à fome e o acesso à alimentos saudáveis à Classe Trabalhadora são garantidos pelos próprios trabalhadores. Com esta solidariedade, diferentemente do assistencialismo de alguns governos e Igrejas, realizam um importante trabalho de base com vias de transformar a realidade social dos sujeitos mais subalternizados e garantir a Sobrevivência das famílias que compõem o exército industrial de reserva, os desempregados.

Internacionalmente, os militantes do MST contribuem com as Brigadas Populares em diversos países em intensos conflitos.¹⁸³ Mulheres e homens auxiliam comunidades na educação, na produção de alimentos agroecológicos e na defesa dos territórios, e se organizam entre a Brigada Ghassan Kanafani, na Palestina; a Brigada Apolônio de Carvalho, na Venezuela; a Brigada Jean-Jacques Dessalines, no Haiti; e a Brigada Samora Machel na Zâmbia.

Além de pautas como o Fim da Violência de Gênero com a criação de coletivos LGBT e de mulheres, que culmina no 1º Encontro nacional das mulheres sem terra e na criação de Redes de Combate à Violência Doméstica nos territórios. Também defendem a criação de um Novo Homem e de uma Nova Mulher e de uma Sociedade Socialista, ou seja, a transformação das relações sociais e de produção.

Com o acúmulo teórico-político obtido pelo MST, os militantes, principalmente as mulheres e LGBTs, vão se aprofundando em questões que interferem na luta pela Terra e que geram mais violência. A preocupação em realizar recortes de classe, gênero e raça em suas

Rede Globo, apesar de se concentrar nas ações de assistencialismo e do empresariado, tem compartilhado de forma tímida, as ações de solidariedade dos Movimentos Sociais. “Cinco campanhas de doação de alimentos quem mais precisa”: <https://blogs.oglobo.globo.com/luciana-froes/post/cinco-campanhas-de-doacao-de-alimentos-quem-mais-precisa.html>

¹⁸²Geralmente são as primeiras estruturas montadas nas ocupações.

¹⁸³<https://mst.org.br/brigadas-internacionalistas/>

formulações e ações têm sido importante para o avanço de alguns debates, a partir da vivência e dos estudos de autores e autoras clássicas e modernas.

Isso tem acontecido também, a partir de um diálogo mais intenso com os movimentos que compõe a Via Campesina, que contribuem no fortalecimento e fomento da força social das mulheres e LGBTQs. Assim, integrantes de diversos Movimentos Sociais questionam com mais força as jornadas de trabalho opressoras, debatem sobre processos de fortalecimento popular, como a Soberania Alimentar, os feminismos e a Agroecologia. Sobre estes temas podem ser lido *Mulheres camponesas em movimentos: análises da atuação feminina na via campesina, na caminhada para a soberania alimentar* de Alzira Salete Menegat e Sandra Procópio Silva (2019)¹⁸⁴, bem como *A hegemonia do agronegócio e o sentido da Reforma Agrária para as mulheres da Via Campesina*¹⁸⁵, de Kelli Cristine de Oliveira Mafort (2013), e o artigo “Mulheres rurais, trabalho associado e agroecologia”, de Bruna Mendes de Vasconcellos¹⁸⁶. Além disso, Vandana Shiva, ativista indiana, escreve o livro *El saber próprio de las mujeres y la conservación de la biodiversidade* em 1998¹⁸⁷ abordando a luta das mulheres pela conservação dos biomas na Índia.

Os movimentos sociais do campo que lutam por Reforma Agrária, passam a entrar nos debates de Segurança Alimentar e a ressignificar a temática, ultrapassando esta bandeira e criando o conceito de Soberania Alimentar e lutando com mais embasamento ainda pela Agroecologia.

Como indicação de aprofundamento da temática, criamos um anexo com referências de pesquisadores e pesquisadoras que pesquisam a Reforma Agrária e temas correlatos.

4.7 Considerações sobre a Agroecologia

¹⁸⁴MENEGAT, Alzira Salete; SILVA, Sandra Procópio. *Mulheres camponesas em movimentos: análises da atuação feminina na via campesina, na caminhada para a soberania alimentar*. **MovimentAção**, [S.l.], v. 6, n. 10, p. 130-142, dez. 2019. ISSN 2358-9205. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/10660>>. Acesso em: 03 jun. 2021. doi:<https://doi.org/10.30612/mvt.v6i10.10660>.

¹⁸⁵MAFORT, Kelli Cristine de Oliveira. *A hegemonia do agronegócio e o sentido da Reforma Agrária para as mulheres da Via Campesina*. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara, 2013.

¹⁸⁶NOVAES, Henrique. *Questão Agrária, cooperação e Agroecologia*. 2015. São Paulo.

¹⁸⁷SHIVA, Vandana. *El saber próprio de las mujeres y la conservación de la biodiversidade*. In: *La praxis del ecofeminismo*. Org: Mies, Maria. Shiva, Vandana. Ed. Icaria. Barcelona, 1998.

A Agroecologia se apresenta enquanto um conceito que ao mesmo tempo remete às técnicas agrícolas mais ecológicas, à uma ciência agrônômica que respeita as interações com a biodiversidade local e às experiências cotidianas e tradicionais. Muitos pesquisadores, agrônomos, agricultores, estudiosos e Movimentos Sociais apostam na Agroecologia aliada à Reforma Agrária para resgatar conhecimentos, alimentos, os solos, a biodiversidade, a autonomia humana, em busca por relações sociais e ambientais mais justas.

Ela é considerada por Guzmán (2001) como um novo enfoque científico que busca desenvolver uma agricultura de base sustentável aliada à transformação social. Já para Gomes e Borba (2004), está fundamentada em bases epistemológicas totalmente diferente das ciências tradicionais, apresentando então, diversos fatores de complexidade, reconhecimento dos saberes tradicionais, incertezas, interdisciplinaridade, pelo seu caráter popular e social, que depende de experiências múltiplas para se desenvolver. Para Gliessmann (2005), o conceito de agroecossistema¹⁸⁸ permite a feitura de análises de sistemas de produção como um todo.

Para a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), a Agroecologia possui um

[...] enfoque científico, teórico, prático e metodológico, com base em diversas áreas do conhecimento, que se propõe a estudar processos de desenvolvimento sob uma perspectiva ecológica e sociocultural [...] e apoiar a transição dos modelos convencionais de agricultura e de desenvolvimento rural para estilos de agricultura e de desenvolvimento rural sustentáveis. (ABA, 2014)

Para desenvolver a questão da Agroecologia ou da Transição Agroecológica, um processo que compreende estágios de conscientização, transformação e redesenho da produção agrícola e das relações sociais, é essencial destacar aqui algumas importantes obras de estudiosos que têm se tornado verdadeiros clássicos.

Ana Maria Primavesi, por exemplo, foi engenheira agrônoma, defensora e multiplicadora da Agroecologia que dedicou sua vida à pesquisa, ensino e prática. Escreveu livros como *Agricultura sustentável* (1986); *Fundamentos ecológicos para o manejo efetivo do ambiente rural nos trópicos: Educação ambiental produtividade com qualidade* (2003); *Manejo ecológico do solo* (1984), *Manual do solo vivo* (2006). Ao receber um prêmio internacional de produção

¹⁸⁸O agroecossistema, é o local da produção agropecuária, que se encontra dentro de um ecossistema.

orgânica ela fez a seguinte fala, que sintetiza seu pensamento: “O segredo da vida é o solo, porque do solo dependem as plantas, a água, o clima e nossa vida. Tudo está interligado. Não existe ser humano sadio se o solo não for sadio e as plantas, nutridas.” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2012)¹⁸⁹ Têm sido cada vez mais estudada por pesquisadores de diversas áreas, extrapolando as Ciências Agrônomas.

Miguel A. Altieri também deve ser lembrado, pois desenvolveu importantes pesquisas e, assim como Primavesi, se tornou referência no tema. Ele se formou em engenharia agrônoma pela Universidade do Chile (1974), é PHD e professor de Agroecologia na Universidade da Califórnia, campus de Berkeley, desde 1981. Podemos citar o livro *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável* (1987), que tem tido importante papel de disseminação da Agroecologia no Brasil. Ele a compreende como área de conhecimento e prática produtiva, servindo como uma verdadeira alternativa técnico-científica, para renovação do sistema técnico-produtivo e das relações sociais.

As décadas de atuação prática de Ernst Gotsch no Brasil também têm contribuído para a temática da Agricultura enquanto resistência ao modelo destrutivista do Agronegócio. O agricultor e pesquisador suíço, formado em ciência genética, é conhecido como o “criador da Agricultura sintrópica”¹⁹⁰. Desde 1982 aplica seu método na região do cacau na Bahia e em inúmeros projetos e cursos de Agrofloresta em todo o país. Atualmente tem investido na mecanização dos Sistemas Agroflorestais (SAFs), desenvolvendo técnicas e maquinários para grande escala¹⁹¹.

¹⁸⁹Ana Primavesi faleceu em 2020, aos seus 99 anos e nos deixou um grande legado. A entrevista completa está disponível em: <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,pioneira-da-agroecologia-recebera-premio-mundial,903818>.

¹⁹⁰Suas experiências, pautadas na forma de fazer agricultura dos povos tradicionais, ficaram conhecidas como agricultura sintrópica. Além de projetos na América Latina, ele também coordena iniciativas em Portugal, Itália, Espanha, Alemanha e Suíça e vem influenciando milhares de pessoas ao redor do mundo ensinando técnicas de Agrofloresta.

¹⁹¹Um argumento comumente utilizado é a impossibilidade de realizar plantio orgânico em grandes áreas. A prática demonstra que é possível. Porém, é preciso ficar atento para as práticas agroecológicas não serem cooptadas pelos latifundiários e que as máquinas desenvolvidas sejam de acesso aos pequenos produtores e à Agricultura Familiar.

Ernst Götsch escreveu livros como *O Renascer da Agricultura*¹⁹² (1995) e *Homem e Natureza: Cultura na Agricultura*¹⁹³ (1997). Neste último, ele apresenta algumas orientações para sensibilização inicial acerca do que seria “agricultura sintrópica”¹⁹⁴:

Aprofunda-te na matéria! Abre os teus sentidos! Tenta perceber as formas dadas pela própria natureza! E tu chegarás a criar laços mais íntimos com ela. Isto acarretará mais sensibilidade nos tratos, nas relações com nossos irmãos (seres vivos) no campo e na floresta, bem como nas relações entre os seres humanos. (GÖTSCH, 1995, p. 5)

Dessa forma, ele defende que a agricultura voltaria a ser o que ela era: cultura. Ou seja, uma tentativa culta de conseguir o necessário daquilo que precisamos para nos alimentarmos, além das outras matérias primas essenciais para nossa vida, sem a necessidade de diminuir e empobrecer a vida no lugar, na terra.” (GÖTSCH, 1995, p. 5). Ainda segundo ele, não cabe maquinaria pesada, agrotóxicos, fertilizantes químicos e outros adubos vindos de fora do agroecossistema. Assim, “[...] passa a ser uma tentativa de harmonizar as atividades humanas com os processos naturais de vida, existentes em cada lugar que atuamos. Para conseguirmos isto é preciso que haja em nós mesmos uma mudança fundamental, uma mudança na nossa compreensão da vida”. (GÖTSCH, 1995, p. 5)

A agricultura sintrópica, se expressa também nos Sistemas Agroflorestais, os SAFs, que como explicado no Caderno de Agroecologia, vol 1 do MST (2020, p. 54), “[...] consistem na mistura de elementos arbóreos nos sistemas de produção com a finalidade de trazer diversidade e geração de renda, melhorando o meio ambiente.” No Caderno do MST¹⁹⁵ há a explicação de que

As agroflorestas agroecológicas não preveem a utilização de insumos químicos (sintéticos) externos e têm o objetivo de imitar ao máximo o funcionamento da dinâmica natural das florestas que ocorre através da sucessão das espécies, ou seja, isso significa entender que as plantas vivem integradas na natureza e cada uma tem seu lugar, seu espaço e tempo de permanência. (NUNES, 2020, p. 55)

¹⁹²GÖTSCH, E. *O Renascer da Agricultura*. Centro Sabiá, Recife, 1995.

¹⁹³Disponível em: <http://www.agrisustentavel.com/doc/ebooks/natureza.pdf> Recife Gráfica Editora

¹⁹⁴Sistema de cultivo agroflorestal baseado no conceito de sintropia (organização, integração, equilíbrio e preservação de energia no ambiente).

¹⁹⁵Elaborado pelo Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, publicado em 2020.

Dessa forma, as florestas possuem mecanismos de renovação naturais e beneficiam-se das podas e aberturas das clareiras, além da presença de matéria orgânica em todo processo de produção. (NUNES, 2020, p. 55). Assim,

Nas florestas a matéria-orgânica é gerada pela queda constante de folhas e galhos das plantas ali presentes, nos SAF's isso pode ocorrer de duas maneiras: 1) com o deslocamento de cobertura morta advinda da roçada de outras áreas; 2) com o plantio de espécies destinadas à poda que farão essa função dentro do próprio sistema. Este componente é responsável por diversos benefícios como prevenção de erosão, manutenção da umidade do solo, favorece os microrganismos benéficos e disponibiliza mais nutrientes às plantas atuando no seu crescimento e produtividade. (NUNES, 2020, p. 55)

Nesse sentido, o Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis do MST significa então, uma importante frente de luta contra o modelo de exploração e destruição da natureza pelo sistema capitalista, que em 10 anos propõe o plantio de 100 milhões de árvores, ao mesmo tempo produzindo alimentos agroecológicos.

Também é importante citar aqui algumas obras como *A dialética da agroecologia* (2013), de Machado e Machado Filho; *Camponeses e impérios alimentares* (2008) de Jan Ploeg; *Agroecologia e Movimentos Sociais* (2014), de Wilon Mazalla Neto; *Agrofloresta, ecologia e sociedade* (2013)¹⁹⁶, organizado por Walter Steenbock.

Os três artigos escritos por Paulo Petersen e Denis Monteiro, agrônomos que coordenam a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), nos ajudam a compreender a urgência da Transição Agroecológica: Agroecologia ou colapso I¹⁹⁷; Agroecologia ou colapso II¹⁹⁸ e Agroecologia ou colapso III¹⁹⁹.

Outro importante material é o Atlas desenvolvido por Larissa Bombardi, *Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia* (2017)²⁰⁰ que tem sido uma importante fonte de pesquisa atual. A autora tem sofrido perseguição, ameaças de morte e ataques

¹⁹⁶STEENBOCK, Walter (Org). *Agrofloresta, ecologia e sociedade*. Curitiba: Kairós, 2013. 422 p.

¹⁹⁷<https://bit.ly/3rrxCbH>

¹⁹⁸<https://bit.ly/3sZ4oRL>

¹⁹⁹<https://bit.ly/2PD89hf>

²⁰⁰Esta é uma importante fonte de pesquisa sobre a utilização dos agrotóxicos na produção de *commodities* e o controle total de empresas multinacionais na produção e consumo de alimentos.

contínuos por sua publicação²⁰¹. O livro *O Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa* (2004)²⁰², também tem sido base para o estudo sobre os desafios da agricultura camponesa frente ao desenvolvimento capitalista.

Os três volumes da obra *Questão agrária, cooperação e agroecologia* (2015²⁰³, 2016²⁰⁴, 2017²⁰⁵) também apresentam novos olhares à temática, e, unindo Universidade e Assentamentos da Reforma Agrária dá voz aos Agricultores e Agricultoras Sem Terra que além de atuar na luta pela Reforma Agrária, também pesquisam e atuam na Transição Agroecológica e no cooperativismo.

É essencial citar aqui alguns dos artigos presente no primeiro volume do livro, como: “A questão agrária no Brasil: da modernização conservadora ao agronegócio” (2015), de Selma de Fátima Santos; “Agroecologia e crítica da alienação: agricultores camponeses e a experiência do trabalho” (2015), de Wilon Mazalla Neto; “Agroecologia: conceitos e princípios para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis” (2015), de Francisco Roberto Caporal e José Antônio Costabeber. “Questão ambiental e agroecologia: notas para uma abordagem materialista dialética” (2015), de Dominique Guhur e “Perspectivas e desafios para a juventude rural” (2015), de Julieta T. Aier de Oliveira, Marcia Regina O. Andrade e Sonia Maria P. P. Bergamasco.

No volume 2, é essencial destacar os capítulos “Semeando a Agroecologia”, de João Henrique Souza Pires e Daniela Blum (2016), bem como “Agroecologia: processos para uma agricultura ecológica”, de Araê C. Lombardi (2016). Já no volume 3, é importante destacar capítulos como “Trabalho, agroecologia e educação politécnica nas escolas do campo”, de Roseli Salete Caldart e “A escola Milton Santos de Agroecologia (MST–PR): notas sobre a gestão democrática e a educação agroecológica”, de Laís Ribeiro dos Santos.

²⁰¹Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/19/apos-intimidacoes-por-luta-contr-agrotoxicos-pesquisadora-decide-deixar-o-pais>

²⁰²BOMBARDI, Larissa Mies. *O Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa*. São Paulo: Annablume, 2004. 395p.

²⁰³Questão agrária, cooperação e agroecologia. Henrique Novaes, Ângelo Diogo Mazin, Laís Santos (org). 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015. 408 p. Indexado em GeoDados – <http://www.geodados.uem.br>. ISBN 978-85-64421-85-1

²⁰⁴Questão agrária, cooperação e agroecologia. Vol.2 Angelo Diogo Mazin, João Henrique Pires, Joice Aparecida Lopes, Henrique Tahan Novaes. Editora outras expressões.

²⁰⁵Questão agrária, cooperação e agroecologia. Vol. 3 Henrique. Tahan Novaes, Angelo Diogo Mazin; Joice Aparecida Lopes; João Henrique Pires; 2017.

Estas obras que contam com diferentes versões, foram produzidas a partir de experiência prática em ensino-aprendizagem da Agroecologia através dos minicursos de Extensão Universitária, que estão relatados em um capítulo²⁰⁶ do livro *Educação e produção de saberes no campo: Soberania Alimentar e Agroecologia em Comunidades Tradicionais e Assentamentos* (2020).

Também são importantes fontes o artigo de Manoel Baltasar Baptista da Costa (2017), “Materialidade da relação Universidade e Campo”, que aborda o Decreto nº 7.352, que Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Além do livro *História das agriculturas no mundo – do neolítico à crise contemporânea* (2010), de Marcel Mazoyer e Laurence Roudart, e os Cadernos do Pronaf (2016).

O interesse social e acadêmico²⁰⁷, como bem observado nas referências aqui trazidas, tem crescido e os projetos, disciplinas, cursos, também em relação à Sistemas Agroflorestais (SAFs), Biodinâmicos, Sintrópicos, Permaculturais, entre outros. Projetos como ‘Agroflorestar’²⁰⁸ e ‘Flora’, cujos resultados são descritos no livro *Agroflorestando o mundo: de facão a trator*²⁰⁹ (2016), além do Coopera Floresta²¹⁰ e muitos outros, incentivados pela Embrapa, Petrobrás e Universidades, têm gerado práxis agroecológicas e agroflorestais em rede, unindo milhares de famílias camponesas, quilombolas e assentadas da Reforma Agrária. Um importante exemplo de como a Agroecologia pode fazer parte da sociedade está exposto por Machín Sosa em a *Revolução Agroecológica - O movimento cubano de Camponês a Camponês da ANAP em Cuba* (2012)²¹¹.

²⁰⁶LAVRATTI, Iara; MERCURIO, Bruno; PIRES, João. Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia: um resgate dos cursos de extensão em Agroecologia nos assentamentos paulistas da Reforma Agrária In: Silvia Aparecida de Sousa Fernandes. (Org.). *Educação e produção de saberes no campo: Soberania Alimentar e Agroecologia em Comunidades Tradicionais e Assentamentos*. 1ed.Curitiba: Editora CRV, 2020, v. 1, p. 175-193.

²⁰⁷Já existem centenas de cursos de Agroecologia, que abrangem o nível médio e superior até mestrado e doutorado. Também já são mais de cem núcleos de Agroecologia que integram professores e estudantes do ensino médio e/ou universitário com as comunidades rurais.

²⁰⁸Construção de SAFs em pelo menos mil lotes da Reforma Agrária.

²⁰⁹Nelson Eduardo Corrêa Neto; Namastê Maranhão Messerschmidt; Walter Steenbock; Priscila Facina Monnerat.

²¹⁰Projeto com Assentados e quilombolas. Confira em: <https://www.agrofloresta.net/tag/cooperafloresta/>

²¹¹Machín Sosa, Braulio...et allM149r Revolução agroecológica: o movimento de camponês a camponêsna ANAP em Cuba. / Braulio Machín Sosa, Adilén Maria Roque Jaime,Dana Rocio Ávila Lozano, Peter Michael Rosset, tradução AnaCorbisier--1.ed. —São Paulo : Outras Expressões, 2012. 152p. : il. fots

Assim, muitos autores, militantes e agricultores apostam na Agroecologia aliada à Reforma Agrária para resgatar conhecimentos, alimentos, os solos e a biodiversidade. Apesar de citar aqui importantes pessoas, pesquisadores, agricultores, técnicas, é preciso termos em mente que a maior expressão das técnicas, experiências e ciência²¹² produzida tem saído dos Movimentos Sociais e da população ainda não organizada.

A partir de 2001, garantir o acesso à alimentos saudáveis através da Agroecologia se torna bandeira do MST. Assim, o Setor de Produção do Movimento transforma-se em Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, e frente de maior combate à hegemonia do Agronegócio, como podemos ver a seguir:

A agroecologia consolidou-se no MST no seu discurso, na produção e nas suas ações políticas como um importante instrumento contra-hegemônico à Revolução Verde. Atualmente, essas experiências irradiam-se em diversas ações, em todas as regiões do país, contra a Syngenta, Bayer, Bunge, Monsanto, Aracruz Celulose, Votorantin, Nestlé, entre outras. As alternativas tecnológicas da agroecologia são irradiadas das mais diversas formas. Desde centros produtores de referência, como a COPAVI em Paranacity-PR, até experiências de viveiros de mudas nativas e banco de sementes crioulas em acampamentos espalhados pelo Brasil (CONCRAB, 2007, n.p.)

Articulado com a Via Campesina Internacional e com o Fórum Social Mundial, o MST começa a promover uma política de enfrentamento às empresas agro-farmacêuticas²¹³, que pode ser melhor compreendida nas pesquisas de Zacune (2012) e Correa (2007), como por exemplo a inauguração da Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELLA), em 2005.²¹⁴ Outra conquista aconteceu em 2009, após várias ocupações na área de pesquisa da multinacional Syngenta, o MST conseguir a desapropriação do campo de experimentos ilegais de soja transgênica. Neste contexto também funda o Centro de Pesquisa Agroecológica Valmir Mota Oliveira (Keno)²¹⁵ (ZACUNE, 2012).

²¹²Agricultores, assentados, militantes, também têm ocupado as Universidades e produzido Ciência dentro e fora dela.

²¹³Ocupação da área da Monsanto na cidade de Não Me Toque-RS. Ocupação do Centro de Pesquisa da Monsanto em 2002. Encontro Nacional de Agroecologia, no qual se realiza a Primeira Jornada de Agroecologia em Cascavel – PR. Fundação da Escola de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Bruneto no extremo sul da Bahia em 2015.

²¹⁴Escola criada no município de Lapa-PR é referência na América Latina.

²¹⁵Em parceria com o Governo do Paraná.

Com o objetivo de instrumentalizar os seus militantes, o Movimento Sem Terra entendeu que as exitosas experiências de Escolas do Campo, Bibliotecas e Cirandas Itinerantes, não estavam sendo suficientes para a formação educacional, científica e profissional de seus membros e não adiantava oferecer cursos qualitativos e profissionais apenas aos Dirigentes (regionais, estaduais e nacionais).

Dessa forma, afim de universalizar o conhecimento socialmente produzido e as técnicas Agroecológicas de produção, foi construída pelos próprios militantes, acampados e assentados, a Escola Nacional Florestan Fernandes²¹⁶. Unindo homens, mulheres, crianças e jovens e inspirado em Florestan Fernandes²¹⁷, na clareza de que a classe trabalhadora precisava ter sua própria organização e ser autônoma do Estado, o MST – assim como outros Movimentos Sociais – garante o acesso à educação de qualidade, à ciência e ao conhecimento de seus direitos civis e sociais²¹⁸ e das técnicas Agroecológicas, com alcance nacional e internacional.

Outra importante marco é o primeiro volume da série “Cadernos de Agroecologia”, organizada pelo Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST, “*De onde vem nossa comida*”²¹⁹ Ela foi criada durante a 1ª Feira Nacional da Reforma Agrária de 2015 e publicado pela Editora Expressão Popular. Este material pode ser trabalhado junto as crianças e jovens e aborda a domesticação das plantas e animais, a produção de alimentos, bem como as mudanças da agricultura e seus impactos sobre a vida na Terra.

²¹⁶A escola recebe principalmente, militantes do MST, aliados e participantes de outros movimentos sociais do Brasil, América Latina e também movimentos de outros continentes, principalmente de países africanos e nórdicos, tornando-se um importante instrumento da classe trabalhadora, unindo camponeses e operários de diferentes países. A Escola oferece cursos superiores e de especialização, em convênio com mais de 35 universidades, além de mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, através de um convênio com a UNESP e UNESCO. A ENFF também tem articulação com mais de 15 escolas de formação em outros países. (MST, 2015) Além disso, a Via Campesina tem articulado intercâmbios e cursos internacionais de suma importância à organização internacional da classe trabalhadora.

²¹⁷Para ele não seria possível uma transformação social partindo apenas da instituição escolar, ou seja, ação social entre educação e a pedagogia (ciência) são essenciais, já que ações isoladas de todas as outras estruturas sociais não são suficientes para provocar transformações sociais mais amplas. (FERNANDES, 1989).

²¹⁸Os desraizados da terra, se apropriaram de grandes pensadores da educação, da política, da economia, e hoje são referências para muitos movimentos sociais e militantes que buscam através da Escola Nacional Florestan Fernandes, de sua pedagogia Sem Terra, o resgate e a produção dos conhecimentos socialmente produzidos através da luta pela terra e da vivência nela. Assim, tornam-se produtores e transmissores de conhecimentos, revolucionando a Educação Pública e posicionando-se na vanguarda da luta de classes.

²¹⁹VAZ, João; VERGAS, Maria Cristina; SILVA, Nívia Regina Da. *De onde vem nossa comida. Caderno de Educação em Agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

Já a venda e consumo desses alimentos passam também por diversas questões. Os valores recebidos pelo processo convencional de venda “Agricultor → atravessador → supermercados” são insuficientes ao trabalhador rural, e por esta e outras questões essa venda onera o produtor e garante lucro pequeno ao atravessador e lucro gigantesco aos donos de grandes supermercados.

Portanto, o comércio dos alimentos agroecológicos, assim como a produção agroecológica, passa por transformações em suas relações. Em sua maioria elas acontecem por meio de venda direta, através de feiras de lutas contra os agrotóxicos, Armazém do Campo (com produtos da Reforma Agrária beneficiados) e de grupos de consumo consciente, como as Cestas Agroecológicas e as C.S.A (Comunidades que Sustentam a Agricultura). A venda direta possui também um poder pedagógico, que resulta na valorização da Agricultura, do alimento que se consome e principalmente dos trabalhadores rurais ou hortelões urbanos²²⁰.

Contudo, para que possam comercializar seus produtos no Brasil como "Orgânicos", os produtores devem se regularizar²²¹, em um processo oneroso e paulatino, pois levam alguns anos para que a terra e a produção se tornem totalmente orgânicas. Por enquanto, quem possui tais selos é apenas uma parte ínfima da população, e quem pode comprá-los também, já que apenas com renda, acesso e conscientização, é que podemos escolher quais alimentos ingerir.²²². Enquanto isso, os produtos mais baratos são controlados pelas grandes corporações, de fácil acesso à população mais vulnerável e não possuem nutrientes.

Além disso, grande parte da produção orgânica ainda não está certificada. Apesar disso, os alimentos agroecológicos, produzidos de forma orgânica e que ainda não recebem selo, possuem uma boa aceitabilidade, já que boa parte dos produtores e grupos de consumo, abrem as porteiras de seus lotes ou de suas hortas urbanas e recebem consumidores para comprovar a origem, bem como auxiliar e aprender a manejar as hortas e canteiros, conhecendo então a

²²⁰A agricultura urbana ou periurbana (periferias das cidades) também é responsável por estreitar a relação entre produtor e consumidor, fornecendo ferramentas para que famílias tenham sua própria subsistência, bem como resgatar conhecimentos, práticas e hábitos alimentares. Também acarreta em geração de empregos, em uma maior segurança alimentar e melhoria da nutrição dos habitantes dos centros urbanos.

²²¹A certificação pode ser obtida pela contratação de uma Certificadora por Auditoria ou se ligando a um Sistema Participativo de Garantia - SPG, que deverá estar sob certificação de um Organismo Participativo de Avaliação da Qualidade Orgânica – OPAC.

²²²A Organiza constatou que o consumo de alimentos orgânicos aumentou em 44,5%, nos primeiros 7 meses de pandemia da Covid-19 no Brasil. Disponível em: <https://mercadoeconsumo.com.br/2020/10/24/pandemia-impulsiona-em-mais-de-44-o-consumo-de-organicos/>

realidade da luta pela terra e da produção agrícola. Essa aproximação cria laços fraternos e fortalece o processo de venda de alimentos saudáveis e a transição agroecológica.

Apesar do retrocesso e das descontinuidades, é preciso apontar que houve alguns avanços nas últimas décadas, por exemplo com a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO²²³, com o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO²²⁴ e com a Linha de Crédito para o Financiamento de Custeio para Agroecologia (Pronaf Agroecologia), entre outros, que precisam ser sempre defendidos.

Para um aprofundamento da Questão Agrária e da Agroecologia, há um anexo ao final desta pesquisa com mais referências de homens e mulheres que escrevem, pesquisam e atuam na Transição Agroecológica.

4.8 Materiais de apoio da Questão Agrária

Sobre a Questão Agrária foram identificados alguns materiais de apoio utilizados pelos autores, como obras clássicas e contemporâneas, referências bibliográficas importantes, documentários, fotografias, charges, músicas, poemas, entrevistas; biografias, entre outros.

No livro *Sociologia* (2016) há uma sugestão de leitura sobre o livro *Redes de agroecologias: experiências no Brasil e na França* (BRANDENBURG, BILAUD, LAMINE, 2015); o livro *Movimentos sociais no início do século XXI* (2011), de Maria da Glória Gohn (1947-) e o *website* do MST²²⁵, artigo sobre Insegurança alimentar²²⁶ do site Carta Capital.

O livro *Sociologia Hoje* (2016) traz fotografias da Jornada de lutas do MST de 2010 e da 1ª Feira Nacional da Reforma Agrária, organizada pelo MST. Também se aportam em reportagens do Jornal do Brasil de 2012 ‘Movimentos Sociais fazem balanço do FST e preparam

²²³Com o decreto presidencial nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, o Brasil se torna o primeiro país a criar uma política de estado específica para o incentivo à Agroecologia e à produção orgânica. Disponível em: A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável / organizadores: Regina Helena Rosa Sambuichi ... [et al.]. – Brasília: Ipea, 2017. 463 p. : il., gráfs. color. Inclui Bibliografia. ISBN: 978-85-7811-309-4.

²²⁴Disponível em: <http://www.agroecologia.gov.br/plano>.

²²⁵*Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Disponível em: www.mst.org.br. Acesso em: 27 jul. 2020.

²²⁶*Carta Capital. Insegurança alimentar*. (2008. p. 15.)

mobilizações para Rio 20²²⁷; na matéria jornalística “Quando as bandeiras se unem”²²⁸; e “Educação e desigualdade: A luta por uma educação pública e igualitária deve estar na pauta das lutas políticas nos mesmos níveis das demais lutas sociais e econômicas.”²²⁹

Também são utilizados autores e obras como Pierre Bourdieu, relações simbólicas e o habitus e Jürgen Habermas o sistema-mundo para entrar na temática. No manual há o texto ‘Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social’, criado pelo Observatório da Igualdade de Gênero²³⁰; o documento produzido pela Secretaria de Políticas para Mulheres²³¹; o site Mulheres do Campo²³²; o livro *A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio*, de Christiane Senhorinha Soares Campos e o artigo “Trabalho e meio ambiente: o avesso da moda do agronegócio”, de Maria Aparecida de Moraes Silva e Rodrigo Constante Martins.²³³

Em *Sociologia em Movimento*, há a sugestão dos livros *Geografia da fome*, de Josué de Castro²³⁴ e *Dicionário da Educação do Campo*, de Roseli Caldart, no qual encontramos o conceito de Soberania Alimentar desenvolvido por João Pedro Stédile²³⁵.

Já em *Sociologia para Jovens do século XXI* há a sugestão de leitura dos livros *Reforma agrária: questão de terra ou de gente?*²³⁶, de Paulo Martinez, que discute as polêmicas envolvendo a reforma agrária e também da obra *Violência no campo: o latifúndio e a reforma agrária*²³⁷, de Chiavenato, que trata dos conflitos pela terra e a violenta ação dos latifundiários, respaldados pelo Estado. Também sugerem o filme *Terra para Rose* (Brasil, 1987), que registra e resgata a primeira grande ocupação de terras feita pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais pela

²²⁷LABOISSIÉRE, Paula. Jornal do Brasil. disponível em: <www.jb.com.br/pais/noticias/2012/01/28/movimentos-sociais-fazem-balanco-do-fst-e-preparam-mobilizacoes-para-rio20/>. Acesso em: 5 dez. 2020.

²²⁸Rafael Dias ToiTio. *Brasil de Fato*, 17/05/ 2013. disponível em: <www.brasildefato.com.br/node/12951>

²²⁹Helene, Otaviano. **Brasil de Fato**. 4 ago. 2011. disponível em: <www.brasildefato.com.br/node/7045>. Acesso em: 18 nov. 2020.

²³⁰Este mesmo texto foi citado no capítulo anterior, por conter o conceito de Segurança Alimentar.

²³¹Disponível em: <www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/campo-e-floresta>.

²³²Disponível em: <http://mulheresdocampo.blogspot.com.br/>

²³³Disponível em: <www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/revista/aedicao/lr91-106.pdf>

²³⁴CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: a fome no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

²³⁵STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. Soberania alimentar. In: CALDART, R. S. (Org.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012.

²³⁶MARTINEZ, Paulo. *Reforma agrária: questão de terra ou de gente?* 12. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

²³⁷CHIAVENATO, Julio José. *Violência no campo: o latifúndio e a reforma agrária*. São Paulo: Moderna, 1996;

Reforma Agrária, bem como o documentário *O veneno está na mesa* (Brasil, 2011) que, denuncia a utilização em massa dos agrotóxicos e transgênicos nas produções agrícolas; além do filme *Cabra marcado para morrer* (Brasil, 1983), acerca das Ligas Camponesas, embrião dos Movimentos do Campo atuais.

Enquanto isso, o livro *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* (2016) não apresenta materiais de apoio sobre a temática, apenas a biografia de Josué de Castro.

CONCLUSÃO

Os livros didáticos, quando aliados à uma educação crítica e não bancária – comparada por Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido* (2015), ao depósito e retirada de dinheiro nos bancos - possui importante papel no trabalho dos educadores e na conscientização dos filhos da Classe Trabalhadora. Os conteúdos apresentados nesta pesquisa são aqueles que os estudantes do Ensino Médio têm tido contato, quando o ensino é baseado nestes materiais. Percebe-se que eles caminham entre diversas possibilidades, mas carregam suas limitações - algumas impostas pelos múltiplos atores da sociedade civil - que acabam por definir quais conteúdos os jovens trabalhadores podem ter acesso ou não.

A partir da compreensão do caráter burguês da instituição escolar e seus limites, é necessário perceber que este é também um espaço onde se trava diariamente a luta de classes. Assim, é essencial que a Classe Trabalhadora tenha acesso às escolas ou construa seus próprios espaços, para que todos tenham a oportunidade de desenvolver ainda mais o seu potencial crítico e se consolidar enquanto produtores de conhecimento e autores de sua história.

Dessa forma, um desafio que se apresenta as educadoras e educadores da Sociologia e de outras áreas é a reaproximação da Educação da realidade dos educandos, rompendo as distâncias entre os temas sociológicos e a vivência em sociedade. Sendo este o ponto de partida (realidade concreta do educando/comunidade) para o desenvolvimento de conteúdos sociológicos na Educação Básica, aliado a conteúdos mais críticos, pode-se atingir, mais facilmente, a concreta aprendizagem e desnaturalização de relações sociais voltadas à estas e outras questões de extrema importância à continuidade da vida, além de valorizar o conhecimento e experiências individuais e coletivas, o saber popular, aquele que aprendemos naquela tal Faculdade da vida e que deve ser o ponto de partida dos educadores.

Através do levantamento das palavras-chave nos livros didáticos aprovados no PNLD 2018 identificamos, no total, 129 referências à fome, 7 à Soberania Alimentar e 4 à Segurança Alimentar. Também foram detectadas 50 menções à Reforma agrária e 2 à Agroecologia. Além desse registro quantitativo, foi feita uma análise qualitativa e pudemos perceber que os livros são bastante diversificados. Alguns materiais tratam as temáticas pesquisadas, mas de forma

titubeante, sem a profundidade adequada, de acordo com os parâmetros apontados aqui. Os debates iniciados poderiam caminhar à outras dimensões, mas permanecem na superfície, isso quando são abordados.

A partir de pesquisa e análise quantitativa e qualitativa do livro *Sociologia* (2016) constata-se que ele possui 16 referências à fome, as quais apresentam rapidamente as campanhas encabeçadas por Betinho (Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida), citam o Programa Fome Zero (programa de combate à fome criado no Governo Lula), a tática de greve de fome adotada pelos movimentos feministas e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Banco Mundial. Usam também termos como ‘drama da fome’ e ‘crises de fome’ ao trabalhar conteúdos diversos. Dessa forma, como boa parte das referências ao conceito de fome são indiretas e não se menciona a Soberania Alimentar nem a Segurança Alimentar e Nutricional, depreende-se que o material didático não tem como proposta desnaturalizar, nem estranhar a Questão Alimentar.

É possível observar neste mesmo livro, que a Questão Agrária também não está bem desenvolvida, já que não há sequer uma definição do termo, nem tentativa de desenvolver a problemática da justa divisão de terras ou da produção de alimentos saudáveis. Foram encontradas apenas 7 menções à Reforma Agrária, concentradas em um Capítulo intitulado “Movimentos Sociais”, no tópico voltado para Movimentos Sociais do Campo no Brasil, no qual se menciona o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e apresenta de forma sucinta o MST. Também resgata a autora conservadora Maria da Glória Gohn (1947-), que trabalha a temática dos Movimentos Sociais, momento em que assinalam a existência de Campanhas contra a fome.

Apesar de não aprofundar, este é o único material que cita a Agroecologia, sugerindo a leitura do livro *Redes de agroecologias: experiências no Brasil e na França* (2015). Observa-se que embora haja algumas menções aos conceitos analisados, existem poucas relações entre eles. Além disso, as referências em sua maioria são indiretas e peca-se ao não trabalhar a questão da Transição Agroecológica, que aparece apenas como referência bibliográfica aos educadores e educandos.

No livro *Sociologia hoje* (2016), a maior parte das 13 referências à fome aparece timidamente, enquanto fenômeno biológico e presente em conteúdos mais generalizados, não

havendo um aprofundamento sobre a questão. Porém, de forma pouco explícita e inserida em outros contextos e conteúdos sociológicos, observa-se algumas falas com um certo grau de criticidade. Abordam de forma sucinta sobre o extermínio de milhares de indígenas pela fome, que forçados à escravidão ou expulsos de suas aldeias, não tinham mais como se dedicar às lavouras. Em seguida apresentam Malinowski que acreditava que tudo o que uma sociedade produz teria a função principal de saciar a fome e Inglehart que escreveu sobre os valores pós-modernos e uma certa superação do medo e o risco de cair na miséria e de passar fome em sociedades mais desenvolvidas. Também citam a conhecida fala de Gabeira, sobre haver pessoas morrendo de fome, enquanto outras morrem por comer demais e o Programa Fome Zero. Os autores fazem uma importante constatação, sem aprofundar, que o problema da fome no mundo não está relacionado com a baixa produção de alimentos, mas sim com sua má distribuição. Contudo, não fizeram nenhuma menção à SSAN.

Sobre a Reforma Agrária há 10 menções e já é possível observar uma tentativa de defini-la. Primeiro apresentam as demandas sociais do povo como condições primordiais de existência e trabalho, e a necessidade da expansão de políticas sociais que os protegem, bem como da implementação da Reforma Agrária. As citações em grande parte estão acompanhadas de fotografias de momentos relevantes para os conteúdos abordados, como a Primeira feira nacional da reforma agrária de 2015; o Fórum Social; a IV Marcha contra a Homofobia; o Acampamento Nacional Hugo Chávez do MST em Brasília, denunciando a paralisação da Reforma Agrária, desmonte do INCRA e o avanço do agronegócio no país.

Os autores também afirmam que a luta por uma educação pública e igualitária deveria estar nos mesmos níveis das demais lutas como a Reforma Agrária, a luta por moradia, a defesa do setor público e a luta por salários dignos e que a importância dos movimentos pela Reforma Agrária demonstra o papel central da agricultura em nossa história. Também apresentam algumas vezes o conceito no decorrer do material e o MST, sem no entanto, refletir sobre a relação entre a justa divisão de terras e o acesso à alimentos, mesmo abordando de forma passageira o papel central da Agricultura para o desenvolvimento da sociedade brasileira e a necessidade de debater.

Além disso, foram identificadas 1 menção à agroecologia e 1 à Segurança Alimentar no manual do professor, em um texto que aborda o Feminismo Camponês e Popular, as atuações e

contribuições das mulheres do Campo. Percebe-se então, que o material não possui conteúdos sociológicos que aprofundem as Questões Alimentar ou Agrária.

Percebemos que o livro *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* (2016) contém 34 menções à fome, sendo o segundo em quantidade. Inicia-se introduzindo a Grande Depressão de 1929 como um período de grande fome e o autor Thomas More. As autoras apresentam o conceito de utopia, desenvolvido por More, elencando a abundância de alimentos e a possibilidade de um mundo sem fome como utópica. Também citam Norbert Elias e Karl Marx, bem como suas análises sobre os trabalhadores do Século XIX que, para não morrer de fome, aceitavam trabalhar por longas jornadas nas fábricas. Em um capítulo destinado à questão da desigualdade discutem-se conteúdos como gênero, etnia e fome, que segundo as autoras, não esgotam a temática.

O livro segue, discorrendo sobre a vida e a obra de Herbert de Souza e Josué de Castro, afirmando que a fome é a expressão biológica dos males sociológicos, além de ser um flagelo fabricado pelos homens, contra outros homens. As autoras ainda explicam que a Fome era então revelada como expressão do subdesenvolvimento e da desigualdade regional e que com o impacto da obra de Josué de Castro, tornou-se objeto de estudos, em escolas e universidade, pelos governos mais progressistas. Observa-se que este livro não menciona nem desenvolve as questões de Segurança ou Soberania Alimentar. Apesar de haver importantes constatações sobre o tema da fome, permanece na superfície da problemática e não oferece subsídios para a desnaturalização e o estranhamento da Questão Alimentar.

Somado a isso, o livro didático cita a Reforma Agrária apenas 3 vezes. As autoras afirmam que Josué de Castro defendia a Reforma Agrária como a principal medida para solucionar o problema da fome no Brasil, pois identificava que justamente a concentração de terras nas mãos de poucos era o que limitava o acesso aos meios de produção, levando à miséria de muitos. Nas referências seguintes, apresenta Betinho, que também acreditava que a concentração de terra era a principal causa da miséria e da fome no Brasil e atuou na Campanha Nacional pela Reforma Agrária, na década de 1990, e na “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida”. Também há a declaração, sem aprofundamento, de que Herbert de Souza, o Betinho e Josué de Castro, defendiam uma ampla reestruturação no processo produtivo brasileiro, abandonando-se assim o modelo de produção latifundiária. Estas são importantes afirmações que

mereceriam destaque ou aprofundamento pelos autores do material didático. Apesar de haver três significativas referências, elas são insuficientes para serem trabalhadas ao longo dos três 3 anos do Ensino Médio e, por isso, o livro não desnaturaliza a Questão Agrária.

O livro *Sociologia em Movimento* (2016) é inovador ao apresentar a Questão Alimentar, abordando a fome enquanto conteúdo sociológico e resgatando algumas discussões sobre a Segurança Alimentar e Nutricional e a Soberania Alimentar, diferenciando ambos os conceitos.

Os autores iniciam afirmando que a fome provocou as sociedades a criarem diferentes modos de saciá-la. Há um capítulo sobre a questão ambiental, relacionando-a com a agrária e com a produção de alimentos, aprofundando a discussão sobre a concentração de terras e a produção da fome. Trazem informações sobre o Mapa da fome, produzido pela FAO anualmente e mostram estudiosos como Noam Chomski e Henri Acselrad. Também comentam sobre as campanhas de arrecadação financeira e de alimentos, como o concerto de rock Live Aid de 1985 e apresentam a Declaração do Milênio, assinada por 189 países, com o objetivo de eliminar a fome. Também citam uma tática política muito antiga: a greve de fome, abordando então as lutas pelo sufrágio feminino e universal em 1913.

Eles inferem que uma das preocupações da Sociologia é a fome e a insegurança alimentar e informam que as crises alimentares dos anos 2007 e 2008 pautou novamente o debate sobre a pobreza, a fome e a produção de alimentos. Também abordam a “Revolução Verde” e a globalização, que permitiria a discussão em nível internacional, sobre modelos alternativos para uma economia sustentável, como caminho de superação da pobreza e da fome.

Este é o único livro didático que trabalha os conceitos de Soberania (7) e Segurança Alimentar (4), bem como suas implicações e diferenciações. Trazem uma fotografia da marcha anterior à abertura da Cúpula dos Povos, na cidade do Panamá (2015) que trata sobre Segurança alimentar e do Fórum Social Mundial (FSM), que surgiu em 2001, na cidade de Porto Alegre, com o tema da Soberania Alimentar. É exposto que os avanços tecnológicos só serão capazes de garantir a segurança alimentar no mundo atual se combinados às políticas públicas de combate à fome. Os autores sustentam que para que um país desenvolva a Soberania alimentar deve-se garantir os recursos e o apoio necessários para produzir seus próprios alimentos, respeitando seus hábitos alimentares e escolhas de produção.

Em uma crítica mais aprofundada, o livro poderia propor além dos marcos temporais e campanhas relativas à alimentação, conteúdos mais críticos. Deveria também trazer os limites das Políticas Públicas em uma sociedade dominada pelo Capital e suas relações estabelecidas, bem como elementos sobre produção de alimentos mais saudáveis aliada à proteção ambiental, já que alguns conteúdos da Sociologia Ambiental foram desenvolvidos concomitantemente.

Enquanto isso, a Reforma Agrária (8) aparece modestamente, mesmo com um capítulo destinado aos Movimentos Sociais e com a possibilidade de aprofundar a temática relacionando-a com a superação da Fome. De forma geral apresenta-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que segundo os autores desejam transformar a estrutura de uso e distribuição da terra, usando as ocupações como instrumento de suas ações políticas. Abordam de forma passageira o surgimento de propostas alternativas de desenvolvimento e a defesa da Reforma Agrária, que no caso brasileiro, são indissociáveis da discussão sobre a superação da fome e da miséria no país. Também resgatam as batalhas de Chico Mendes que segundo os autores, ajudou a transformar a visão do Estado sobre a reforma agrária e a ocupação de terras na região amazônica. Já sobre a Agroecologia não há nenhuma referência.

Percebe-se que falta profundidade nos conteúdos relativos à produção de alimentos e à ocupação da terra. Por não desenvolver o debate da Questão Agrária no país – apesar de localizar a produção de alimentos no debate Ambiental, entende-se que o material não tem a proposição de desnaturalizar a temática. Ao mesmo tempo, este livro aborda a fome enquanto conteúdo sociológico e sinaliza uma saída para ela, resgatando os debates e políticas públicas voltadas à SSAN. Isso demonstra um ótimo avanço em relação aos outros materiais aprovados no mesmo PNLD.

Contudo, ao não relacionar a Questão Alimentar com a Agrária, a obra deixa de potencializar o ensino destes conteúdos sociológicos e não desnaturaliza por completo, ignorando discussões essenciais que trariam eficácia às políticas voltadas para SSAN como as transformações sociais da Reforma Agrária Popular e de uma transição agroecológica. Além disso, não debate a superação da ordem capitalista, que tem sido o motor para a geração de fome, miséria e latifundiários.

Por último, no livro *Sociologia para jovens do século XXI* (2016) encontramos 18 referências à fome, que na maioria são indiretas, não sendo possível identificar um grande

esforço para conceituar ou defini-la, biologicamente ou sociologicamente. Os autores iniciam lembrando que não havia fome entre os nativos antes da chegada dos europeus na América e que os bolcheviques passaram por várias dificuldades e enfrentaram a apatia dos trabalhadores cansados de tantas guerras e fome. Abordam as migrações causadas pela fome, pelas guerras e pela seca de rios que provocam a perda de colheitas. Trazem os dados de que durante o auge da era neoliberal nos Estados Unidos, pelo menos trinta milhões sofrem de fome e de desnutrição crônica. Também buscam desenraizar preconceitos e frases como “morto de fome” e “fome negra”, além de citar as greves de fome:

Apesar de proporem 2 jogos de RPG tendo a fome como pano de fundo, ela não é tratada como conteúdo sociológico. Além disso, não foi identificada nenhuma menção à Segurança Alimentar ou à Soberania Alimentar. Por isso, este livro pode ser bem utilizado para desenvolver outros conteúdos, porém não tem como proposta trabalhar a Questão Alimentar.

Em contrapartida, foram encontradas 23 menções à Reforma Agrária, mostrando inclusive a disputa ideológica (pelos meios de comunicação, educação e outras dimensões sociais e políticas) que acontece nas sociedades e como isso se reflete na produção e no consumo. Menciona livros importantes que trabalham o latifúndio, as violências e as desigualdades. A grande maioria das menções são encontradas na Unidade sobre as relações sociais contemporâneas, no capítulo “Ocupar, resistir, produzir”, lema do MST.

Os autores trazem a filósofa Marilena Chauí para desenvolver o conceito de Ideologia e propõem o questionamento da afirmação ideológica de que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) invade terras produtivas, além de explicar que se trata de uma pauta histórica da esquerda. Posteriormente, apresentam melhor o MST, que afirma que a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária. Segundo os autores, ele é uma referência nacional e internacional para a luta dos trabalhadores rurais pela realização de uma reforma agrária no país.

Também citam o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), a Campanha Nacional pela Reforma Agrária lançada pelo Partido Comunista, as Ligas camponesas e o Plano Nacional de Reforma Agrária, proposto pelo governo de José Sarney em 1985, além das propostas de João Goulart e as batalhas de Antonio Conselheiro em Canudos.

Os autores avançam na constatação de que a não realização de uma reforma agrária pela burguesia brasileira - que não seria contrária aos seus interesses de classe - significou uma opção por um modelo de capitalismo atrasado, dependente e subalterno em relação aos interesses do capital internacional, diferente do que fizeram todos os países capitalistas, após a Segunda Revolução Industrial no século XIX. Eles também inovam na batalha de ideias trazendo uma questão com dois depoimentos de representantes de diferentes classes sociais, um proprietário de uma fazenda e um integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

Pôde-se perceber que o material aprofunda o debate da Reforma Agrária, sendo o único a trabalhar a Questão Agrária e a justa divisão das terras agricultáveis. Com um espaço destinado para as lutas no campo, o livro possui conteúdos que podem ser bem trabalhados pelos educadores e desnaturalizar as relações que envolvem a disputa pela terra, sua proteção e conservação, apesar de os autores não terem desenvolvido tanto a questão da fome, nem referenciar ou trazer a discussão sobre a Agroecologia ou SSAN.

Esta pesquisa se propôs a demonstrar o tratamento de alguns conceitos relevantes às Questões Alimentar e Agrária, dado pelos autores dos livros didáticos de Sociologia aprovados no PNLD de 2018 e direcionados às escolas públicas de todo Brasil. Entende-se que a inexistência dos conceitos referentes às políticas de alimentação, observada na maioria dos materiais didáticos, já demonstra um não aprofundamento da questão alimentar, inclusive em relação à fome – que contém a maior quantidade de menções – e à Reforma Agrária.

Buscou-se identificar a importância dos marcos legislativos e Políticas Públicas no campo da alimentação e da Agricultura, mas principalmente seus limites, dentro da ordem do Capital. Aliás, faz-se urgente pensar em como convertê-las em ações contra a ordem do Capital, já que alguns discursos e práticas tem sua importância, pois trabalha com a ideia de Cidadania e luta por direitos, mas possuem outras dimensões, como a de controle social, ao demonstrar que apenas essas ações dentro da Ordem seriam possíveis. É essencial também trazer o pensamento de que outra sociedade é possível, ou melhor, necessária e única saída.

Além disso, as Questões Agrária, Alimentar e Ambiental estão no centro dos debates sobre a existência e a permanência do ser humano no Planeta Terra. Contudo, podemos observar que, assim como há a ausência destas áreas e temas no Ensino de Sociologia, há uma constante omissão pelos meios de comunicação, Governos e inclusive das Organizações e Instituições

Sociais, tornando cada vez mais real uma certa supressão dos pré-requisitos à vida humana e da *Pachamama*, nossa mãe Terra.

Dessa forma, expondo as presenças, mas principalmente as ausências, buscou-se jogar luz à temas sensíveis como a Fome e a Reforma Agrária, que precisam de nossa atenção. Entende-se que com o apoio de políticas efetivas de Soberania Alimentar e incentivo de práticas voltadas à Agroecologia, é possível construir o caminho para a mudança social, sendo parte da solução de muitos conflitos socioambientais e políticos e base para transformação da Sociedade de Classes.

Portanto, depreende-se que estes conceitos são eficazes para a desnaturalização e estranhamento de temáticas tão caras aos seres humanos e às Ciências Sociais, e ao próprio Ensino da Sociologia. Estes debates devem estar presentes e acessíveis à sociedade como um todo, para que seja possível avançar coletivamente na busca por uma transformação social através de uma transição Agroecológica aliada à derrubada do Sistema Capitalista, tão urgente e necessária para a continuidade da vida na Terra.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Silvia Maria et al. *Sociologia*. São Paulo: Scipione, 2016.

ASCHER, Nelson. Doutrinação Barata. *Folha de S. Paulo*, Folha Ilustrada, v. 88, n. 28, 922, p. E6, 9 jun. 2008.

ARTUSO, Alysson Ramos; SILVA, Kelly V.D.; SUERO, Roberta. Uma discussão do livro didático como tecnologia no campo da ciência, tecnologia e sociedade. *Revista Tecnologia Social*, Curitiba, v. 16, n. 42, p. 171-189. jul/set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/11351>. Acesso em: 08 dez. 2020.

AZEVEDO, Reinaldo. *Cuidem de suas crianças! Os molestadores ideológicos vêm aí*. Blog da Veja.com, 3 jun. 2008. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/cuidem-suas-criancas-os-molestadores-ideologicos-vemai>>. Acesso em: 2 jan. 2021.

BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1994. Cap. 3.

BOMBARDI, Larissa Mies. *O Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa*. São Paulo: Annablume, 2004. 395p. Disponível em: <https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Atlas-Agro-final-web-06-09.pdf> Último acesso em: 20/01/2021

BOMENY, Helena et al. *Tempos modernos, tempos de Sociologia*. 2ª ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2016.

BELLO, Walden. *A guerra pelos alimentos*. São Paulo: Leopardo Editora, 184p, 2010.

BRASIL. Resolução n.3, de 26 de Junho de 1998. Conselho Nacional de Educação (CNE) institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1998.

BRASIL. Resolução n.04 de 16 de agosto de 2006, altera o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União, seção 1, p.15. Brasília, DF, 2006b.

BRASIL. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do

Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Decreto-lei nº 1006. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 set. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file> Acesso em: 15/02/2021

BRASIL. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 2010.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL. Lei 9394 de 1994. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB.1996.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm> Acesso em: 17/05/2020.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Livro didático dados estatísticos. Disponível em:

<<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>>. Acesso em: 21 set. 2015.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Diário Oficial da União, Brasília, 2010.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de junho de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm. Acesso em: 23 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Revogado pelo Decreto nº 5.154, de 2004 Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm> Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Orientações curriculares para o Ensino Médio*. Brasília, DF: MEC, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Guia de livros didáticos PNLD 2018: Sociologia*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 422, de 23 de março de 2010 – Estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental, conforme Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e dá outras providências. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2010.

BRASIL. Lei Ordinária 11.684 de 02 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Lei nº 869/1969 estabeleceu, em caráter obrigatório, a “Educação Moral e Cívica”. 1969.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CEB n. 4/98. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF: MEC/CNE, 1998.

BRASIL. Lei 9394/96. Ministério da Educação. Lei n. 9394/1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Cadernos de Pesquisa - Globalização e Políticas educacionais na América Latina. N.º 100 São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1997. Disponível em: <<Http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/729107/lei-8280-93-curitiba-pr>> Acesso em 18 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Medida Provisória n. 746 de 22 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm> acesso em 27 out 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

BRASIL. Ministério da Educação. *Livro didático 2021 começa a ser planejado de acordo com a BNCC* 20/12/2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/12-acoes-programas-e-projetos-637152388/72211-livro-didatico-2021-comeca-a-ser-planejado-de-acordo-com-a-bncc>

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional do Livro Didático*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>

BRASIL. Ministério da Saúde. II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em Olinda: relatório final; 2004 17-20 mar.; Olinda, Pernambuco. Olinda;; 2004.

BRASIL. *Guia de livros didáticos: PNLD 2015. Sociologia: ensino médio*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.

BRASIL. *Censo escolar da Educação Básica 2016: notas estatísticas*. Brasília: INEP, 2017.

BRAVO, Elizabeth. *Agrocombustíveis, cultivos energéticos e soberania alimentar na América Latina: aquecendo o debate sobre agrocombustíveis*, São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CARNEIRO, Fernando Ferreira (Org.) *Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CASTRO, Josué. *Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1948.

CASTRO, Josué. *Geografia da fome* (o dilema brasileiro: pão ou aço). 10a Ed. Rio de Janeiro: Antares Achiamé; 1980.

CASTRO, Josué. *Geopolítica da Fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população*. 7a . edição revista e aumentada. Prefácios de Pearl S. Buck, Lord John Boyd Orr e Max Sorre. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965. 467p.

CHASSOT, Attico. Alfabetização Científica: uma possibilidade para a inclusão social. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 89-100, jan./abr. 2003.

COSTA, Hainra Asabi Alves. *Identidade racial e transexual: um olhar sobre o ensino de Sociologia*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília. 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FNDE. *Dados estatísticos*. Disponível em:

<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos> Acesso em: 10/12/2020

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO); WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Food safety risk analysis*. A guide for national food safety authorities. Rome: FAO; 2006. Disponível em: <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/009/a0822e/a0822e00.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020. 6.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de. *Agonia da fome*. Salvador: EDUFBA/FIOCRUZ, 2003.

GUHUR, Dominique; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. In: CALDART, R.S; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. *Dicionário de educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012. p. 57-66.

HANDEFAS, Anita. Os livros didáticos de Sociologia. *Revista Coletiva*, n. 13, 2014.

IAMAMOTO, Marilda. Villela. e CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo, Celats/Cortez, 1982.

IOSCHPE, Gustavo. Errar é humanas. *Veja Educação*, 30 jun. 2008, Disponível em: http://veja.abril.com.br/gustavo_ioschpe/notas_300608.shtml. Acesso em 02/02/2020.

JACOBS, Andrew; RICHTER, Matt. Como a Grande Indústria Viciou o Brasil em Junk Food. *New York Times*. 16 de Setembro de 2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/09/16/health/brasil-junk-food.html> Acesso em 03/01/2021.

KAUFMANN, Felix. *Metodologia das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2019.

PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean Pierre. *Injustiça Ambiental E Saúde No Brasil: O Mapa De Conflitos*. Rio De Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013. Acesso em: 13/05/2021.

LA VÍA CAMPESINA. Documento de la III Conferencia Int. de Via Campesina. 2000. Disponível em:

http://www.viacampesina.org/sp/index.php?option=com_content&view=article&id=47:biodiversidad-y-recursos-gencos&catid=33:3-bangalore-2000&Itemid=55. Acesso em 20/08/20.

LEHMAN, K. *Once a Generation: The Search for Universal Food Security*. Minnesota, IATP, 1996.

MEUCCI, Simone. Notas para um balanço crítico da produção recente dos livros didáticos de Sociologia no Brasil. In: OLIVEIRA, Luiz Fernandes de (Org.). *Ensino de sociologia: desafios teóricos e pedagógicos para as ciências sociais*. Seropédica/Rio de Janeiro: EDUR, 2013.

MACHADO, Igor José de Renó et al. *Sociologia hoje*. São Paulo: Ática, 2013.

MAÇAIRA, Julia Polessa. *O ensino de sociologia no Brasil e na França: recontextualização pedagógica nos livros didáticos*. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), 2017.

MATOS, Júlia Silveira. *Os livros didáticos como produtos para o ensino de História: uma análise do Plano Nacional do Livro Didático – PNLD*. Rio Grande, 2012. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/hist/article/viewFile/3268/1945>. Acesso em: 08 set. 2020.

MACEDO, Roberto. Sociologia & Cia. no CNE & Cia. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, v. 127, n. 41.183, p. 2, 20 jul. 2006.

MACEDO, Rogério Fernandes. A destruição em massa: a tragédia da fome e da degradação dos hábitos alimentares. In: NOVAES, H. T.; SANTOS, J.; PIRES, J. H. (Orgs.) *Questão agrária, cooperação e agroecologia*, vol. I. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

MACEDO, Rogério Fernandes. *Josué de Castro: realidade, teoria e institucionalização da fome*. 2008 Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília 2008.

MACEDO, Rogério Fernandes. *O governo Lula e a miséria brasileira*. 2012. 176 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/106256>

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento. *Serviço Social* [online]. 2012, n.110, pp.270-287. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000200004&lng=en&nrm=iso Acesso em: 02/04/2020

MORAES, Amaury. Ciência e Ideologia na Prática dos professores de Sociologia no Ensino médio: da neutralidade impossível ao engajamento indesejado, ou seria o inverso?. *Educação e Realidade*, v. 39, p. 17-38, 2014.

MONTEIRO, Carlos et al. Ultra-processed products are becoming dominant in the global food system. *Obesity Reviews*, 14 Suppl v. 2, 21-28, 2013.

MONTEIRO, Carlos et al. Dietary guidelines to nourish humanity and the planet in the twenty-first century. A blueprint from Brazil. *Public Health Nutrition*, v. 18, 2015.

MCMICHAEL, Philip. *Regimes alimentares e questões agrárias*. São Paulo, Porto Alegre: Editora Unesp, Editora da UFRGS, 2016.

MARX, Karl. *O Capital*. [Livro 1] Crítica da Economia Política: O processo de produção do capital. 2013.

NETO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NOVAES, Henrique Tahan.; SANTOS, Joice; PIRES, João Henrique. (Orgs.) *Questão agrária, cooperação e agroecologia*, vol. I. 3ª edição. Marília: Lutas anticapital, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Declaração Universal dos Direitos Humanos* - DUDH. Assembleia Geral da ONU 217 (III) A. Paris, 1948.
<http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/> Acesso em 6/10/2020).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH (USP), 2007.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, Ricardo Cesar Rocha da Costa. *Sociologia para jovens do século XXI*. 3. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.

PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira e a questão agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2014.

PRADO JR., Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1978.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRIMAVESI, Ana Maria. Agroecologia e Manejo do Solo. *Agriculturas: revista experiências em agroecologia*, vol 5, n 3. Rio de Janeiro, RJ: AS-PTA. Setembro, 2008. p.7-10.

PRIMAVESI, Ana Maria. *Manejo ecológico de pragas e doenças*. Série Ana Primavesi. São Paulo. Expressão Popular, 2016.

PRIMAVESI, Ana Maria. *Manejo ecológico do solo*. São Paulo: Editora Nobel, 1990.

PRIMAVESI, Ana Maria. *Manual do solo vivo – solo sadio, planta sadia, ser humano sadio*. Série Ana Primavesi. São Paulo: Expressão popular, 2016.

PRIMAVESI, Ana Maria. *A convenção dos ventos – Agroecologia em contos*. Série Ana Primavesi. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

SANTOS, Mário Bispo. *A Sociologia no Ensino Médio: o que pensam os professores da rede pública do Distrito Federal*. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

SANTOS, Maureen; GLASS, Verena (org). *Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 32. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 1999.

SCHWARTSMAN, Hélio. A Volta da Filosofia. *Folha Online*. 12 jun. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/helioschwartzman/ult510u411269.shtml>>. Acesso em: 2 jan. 2021 .

SILVA, Afrânio et al. *Sociologia em movimento*. São Paulo: Moderna, 2016.

SILVA, José Gomes da. A reforma agrária no Brasil. In: STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 197-224.

STEDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins. Soberania alimentar. In: CALDART, Roseli Salete. (Org.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012.

SPÓSITO, Marília P. *O povo vai à escola: luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1984.

SHIVA, Vandana. El saber próprio de las mujeres y la conservación de la biodiversidade. In: *La praxis del ecofeminismo*. Org: MIES, Maria. SHIVA, Vandana. Ed. Icaria. Barcelona, 1998.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de; VASCONCELOS, Mariana Perrelli; VASCONCELOS, Iris Helena Guedes de. Fome, comida e bebida na música popular brasileira: um breve ensaio. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.22, n.3, jul.-set. 2015, p.723-741.

WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2011.

ZIEGLER, Jean. *Destruição em massa – geopolítica da fome*. São Paulo: Cortez, 2013.

ZIEGLER, Jean. ‘*Uma criança que morre de fome hoje é assassinada*’. Reporter Brasil. 13/07/13. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2013/07/uma-crianca-que-morre-de-fome-hoje-e-assassinada-diz-jean-ziegler/> Último acesso em 10/05/2020.

APÊNDICE I - Sugestão de artigos, livros, trabalhos acadêmicos e documentos oficiais sobre as Questões Alimentar, Agrária e Ambiental

1 – Documentos e Leis Nacionais

BRASIL. *A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil: indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 até os dias atuais*, Brasília/ DF. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde (1986), *Relatório final da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição*, 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), Brasília.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27.4.1999. Dispõe sobre Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA. – 3. ed – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. 102p.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7/2/2007. Estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. 2007.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. *Manual de métodos de análise de solo*. 2.ed. Rio de Janeiro, 1997. 212p. (Embrapa-CNPS. Documentos, 1).

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. *Sistema de avaliação da aptidão agrícola das terras*. Rio de Janeiro, 1995. 65p.

GEOSUL, Florianópolis, v. 34, n. 71- Dossiê Agronegócios no Brasil, p. 739-764, Abril. 2019.

IBGE. Manual Técnico de Pedologia. IBGE: Coordenação de Recursos naturais, 2ª Ed., 2005. 300p.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Brasília. 2003.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. Pronera. 2019. Disponível em: http://www.incra.gov.br/educacao_pronera Acesso em: 22 de fevereiro de 2020.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Ministério. 2016. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/ministerio> . Acesso em: 18 de junho de 2020.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. Agricultura familiar no Brasil e Censo Agropecuário 2006. 2006. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2010/09/AF-Censo-2006-MDA.pdf> . Acesso em: 18 de junho de 2020.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. PRONAF; PAA; PNAE; Cooperativismo. 2018. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/tags/pronaf-paa-pnae-cooperativismo> acesso em: 16 de junho de 2021.

SENADO. *1964: pouco antes do golpe, reforma agrária esteve no centro dos debates*. 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/03/24/1964-pouco-antes-do-golpe-reforma-agraria-esteve-no-centro-dos-debates-no-senado> acesso em: 18 de dezembro de 2020.

PLANO REGIONAL DE REFORMA AGRÁRIA (PRRA), Rio de Janeiro, Junho 2003.

2 - Documentos da Sociedade Civil:

CARRASCO, Cristina; NOBRE, Miriam; FARIAS, Nalu (org.) *A produção do viver*. Sempre Viva Organização Feminista (SOF). São Paulo, 2003.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Conflitos no Campo - Brasil. Goiânia, 2015. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

- MORAIS, C. S. de. Elementos sobre a teoria da organização no campo. Caderno de Formação n. 11. São Paulo: MST, 1986.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. Caderno de formação 38 - trabalho de base e formação popular. São Paulo: 1ed., 2009.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. Caderno de Textos 14ª jornada de agroecologia – diálogos e experiência. Irati, 2015a.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. Carta do 5º Congresso Nacional do MST - REFORMA AGRÁRIA: Por Justiça Social e Soberania Popular! Brasília, 2007.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. Carta da 14ª Jornada de agroecologia. Irati, 2015b. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/07/28/carta-da-14a-jornada-de-agroecologia.html> acesso em: 23 de setembro de 2020.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. Manifesto ao povo brasileiro. Brasília, 11 de agosto de 2000. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/documento/manifesto-ao-povobrasileiro-sobre-o-4%C2%BA-congresso-nacional-do-mst> acesso em: 23 de agosto de 2020.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. Projeto popular. MST, 2018c. Disponível em: <http://www.mst.org.br/projeto-popular/> acesso em 23 de agosto de 2020.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. Proposta de Reforma Agrária do MST – 1995. In: STÉDILE, J.P. (Org.). A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 187-210.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. O Papel estratégico da agroecologia para o MST. Revista SemTerra. Ed. especial Agroecologia. São Paulo, p.10-15, 2009/2010.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. *Pedagogia do Movimento Sem Terra – Acompanhamento às escolas*. Boletim da Educação. Porto Alegre, n. 8, jun., 2001.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. *Princípios da educação no MST*. Porto Alegre: MST, 1996
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. A questão da mulher no MST. Coletivo Nacional de Mulheres do MST, 1998.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. Caderno de Formação no 15: A mulher nas diferentes sociedades. Coletivo Nacional de Mulheres do MST, 1998.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. Caderno de Formação: A conspiração dos gêneros. Setor de Gênero do MST, 2017.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. Compreender e construir novas relações de gênero. Coletivo Nacional de Mulheres do MST, 1998.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. Programa agrário do MST – texto em construção para o VI Congresso Nacional. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2013
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. Caderno de Educação no 13. Dossiê MST – Escola. 2a ed. São Paulo. 2005. MST. Caderno de Formação no 18. O que queremos com as escolas dos assentamentos. São Paulo. 1991.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. MST – Lutas e conquistas. São Paulo: MST, 2010.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. *Pedagogia do Movimento Sem Terra – Acompanhamento às escolas*. Boletim da Educação. Porto Alegre, n. 8, jun., 2001.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. *Princípios da educação no MST*. Porto Alegre: MST, 1996.
- RIBEIRO, Dionara Soares et al. Educação e Agroecologia: Bioconstruindo a Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto. *Cadernos de Agroecologia*, [S.l.], v. 10, n. 3, may 2016. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/18017>>. Acesso em: 23 June 2021.
- VIA CAMPESINA - Brasil. Jornada de Lutas das Mulheres Sem Terra 2008, março de 2008.
- NOGUEIRA, Leonardo; HILÁRIO, Erivan; TEREZINHA, Paz Thaís, e MARRO, Kátia. Hasteemos a bandeira colorida - diversidade sexual e de gênero no Brasil. 2018. Expressão Popular.

3 - Documentos Internacionais:

Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO. -- Brasília, DF: MDS; CIAPO, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Disponível em

Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.55-70. In:

<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Dussel.rtf>> acessado em abril de 2021.

LA VIA CAMPESINA. Documento da V Conferencia INt. de Via Campesina. 2008. Disponível em: http://www.movimientos.org/cloc/5cviacampesina/show_text.php3?key=13343> Acesso em: 23/12/2020.

LA VIA CAMPESINA. Declaración de Tlaxcala de La Vía Campesina. [1996] 2007. Disponível em: http://www.viacampesina.org/sp/index.php?option=com_content&view=article&id=404:ii-conferencia-internacional-de-la-via-campesina-tlaxcala-mexique-18-al-21-abril1996&catid=32:2-tlaxcala&Itemid=48 Acesso em: 01 nov. 2020.

LA VIA CAMPESINA. La Vía Campesina members. 2008. Disponível em:

<http://www.viacampesina.org/sp/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=71>. Acesso em: 30 out. 2020.

LA VIA CAMPESINA. Las luchas del campesinato em el mundo. 2009. Euskal Herriko Nekazarien Elkartasuna (EHNE). Disponível em: <https://viacampesina.org/es/wpcontent/uploads/sites/3/2009/10/La-via-campesina-Ehne-ES-min.pdf> acesso em: 19 de julho de 2020.

SPOTLIGHT urban food marketing. FAO Newsletter, Rome, 1999. Agricultura Urbana 25

4 - Reportagens e artigos de jornais, revistas e sites:

CARTA CAPITAL. *O Brasil pode ser o primeiro país a liberar semente terminator*. nov. 2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/brasil-pode-sero-primeiro-pais-a-liberar-semente-terminator-9110.html> acesso em: 18 junho 2020.

HUERTA, Francisca Rodriguez. ANAMURI. CLOC-VIA CAMPESINA. Women's struggles for a peasant and people's feminism. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/womens-struggles-for-a-peasant-and-peoples-feminism/>

INSTITUTO LULA. *Governos Lula e Dilma multiplicam por cinco a oferta de crédito e o agronegócio bate recordes sucessivos*. 2019. Disponível em: <http://www.brasildamudanca.com.br/agronegocio/agronegocio>. Acesso em: 15 de dez. de 2019.

MOVIMENTO DE TRABALHADORES SEM TERRA- MST. *Sem Terra apontam a agroecologia como modo de vida capaz de garantir a Soberania Alimentar*. 27 nov. 2017. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/11/27/sem-terra-apontam-a-agroecologia-como-modode-vida-capaz-de-garantir-a-soberania-alimentar.htm> acesso em: 18 de set. de 2020.

MOVIMENTO DE TRABALHADORES SEM TERRA- MST. *A Batalha entre dois modelos agrícolas: agronegócio vs agroecologia*. MST, 25 jun. 2015c. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/06/25/abatalha-de-dois-modelos-agricolas.html> acesso em: 22 de janeiro 2020.

MOVIMENTO DE TRABALHADORES SEM TERRA- MST. “2015 entra pra história como o ano que não existiu para a Reforma Agrária”, afirma dirigente. 13 jan. 2016. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2016/01/13/2015-entra-pa-historia-como-o-anoque-nao-existiu-para-a-reforma-agraria-afirma-dirigente.html> acesso em: 15 de dez. de 2020.

MOVIMENTO DE TRABALHADORES SEM TERRA- MST. *Está em curso uma concentração da propriedade da terra, diz Stedile*. 16 mai. 2014b. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2014/05/16/no-brasil-estaem-curso-uma-concentracao-da-propriedade-da-terra-diz-stedile.html> acesso em: 15 de dez. de 2020.

MOVIMENTO DE TRABALHADORES SEM TERRA- MST. Para Dilma, o Brasil tem de saber que a agroecologia é possível. 20 mar. 2015d. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/03/20/o-brasil-tem-de-saber-que-a-agroecologia-e-possivel-afirma-dilma-rousseff.html> acesso em: 12 de janeiro 2021.

5 – Entrevistas, documentários e palestras:

BOGO, A. *Luta pela terra e educação do campo*. [dezembro, 2016]. Salvador: Revista Marxismo e Educação em Debate, v. 8, n. 2, p. 184-192. Entrevista concedida a Adriana D'Agostini.

CHICÃO. *Não há possibilidade de produzir agroecologia plena onde se predomina o grande capital*. [22 de maio, 2014]. Juazeiro: Site oficial do MST. Entrevista concedida a Alan Tygel.

ROSSET, P. *Via Campesina critica apropriação da agroecologia pelo capital*. [26 de junho, 2015]. Brasília: Site oficial do MST. Entrevista concedida a Iris Pacheco.

GODOY, Julio (entrevistador da IPS). *Sementes nativas são a base da soberania alimentar*. Disponível em: <http://envolverde.com.br/ips/inter-press-servicereportagens/sementes-nativas-sao-a-base-da-soberania-alimentar/>. Acesso em: 29 de Novembro de 2020.

MST. Realidade Brasileira. Pensando Com Florestan Fernandes. 2019. Direção: André Amparo. Produção: Fundação Darcy Ribeiro. TV Paraná. (48m27s) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YmInJnZVRaY>. Último acesso em: 15 de mar 2020.

PIZETTA, Adelar. *Atualidade de Florestan Fernandes*. Palestra proferida no dia 27 de agosto de 2011, na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), na mesa de encerramento da III Semana Florestan Fernandes. Guararema, 2011.

6 - Livros, Artigos, Revistas:

ALENTEJANO, P. R. R. *Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 2003.

ALIAGA, L. *A forma política do MST*. 2008. 208 p. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

ALIAGA, L.; RUBBO, D. *MST: A reforma agrária dentro da ordem*. Le Monde Diplomatique Brasil. 2016.

Disponível em: <https://diplomatie.org.br/mst-areforma-agraria-dentro-da-ordem/> acesso em: 16 de junho de 2021.

ALTIERI, M. A., *Agroecologia*- Bases científicas para uma agricultura sustentável. Editorial Nordan-Comunidad. 1999. p. 325.

ALTIERI, M. *Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável* – Ed.UFRGS. 2004.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. *Sistema agroecológico rápido de evaluación de calidad de suelo y salud de cultivos en el agroecosistema de café*. Disponível em: <http://www.agroeco.org/doc/SistAgroEvalSuelo2.htm> Acesso em: setembro de 2020.

ALVES, A. G. C. *Conhecimento Local e uso do solo: uma abordagem etnopedológica*, 524-528.

ANDRADES, T. O. de. GANIMI, R. N. *Revolução Verde e a apropriação capitalista*. CES Revista. v. 21, Juiz de Fora, p. 43-56, 2007.

ANDRIOLI, Inácio Antonio; FUCHS, Ricard. *Transgênicos: as sementes do mal*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ARL V; RINKLIN H., *Livro Verde 2 - Agroecologia*. Passo Fundo: Berthier, 1997, 68p.

ARMAR-KLEMESU, M. *Urban agriculture and food security, nutrition and health*. In: BAKKER, N.;

DUBBELING, M.; GÜNDEL, S.; SABEL-KOSCHELLA, U.; ZEEUW, H. (Ed.). *Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda*. Feldafing: Deutsche Sitffung für Internationale Entwicklung, 2000. p. 99-117.

- ARENDT, Hannah. *A Crise da Educação*. In: ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- ALONSO, Angela. *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*. Lua Nova, São Paulo, n. 76, p. 50-51, 2009.
- BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2001
- BOITO, JR. A. *Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder*. In: BOITO JR. GALVÃO A. (orgs). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 67-104.
- BOITO, JR. GALVÃO, A. *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. Revista Crítica Marxista, n.38, Campinas, p.185-187, 2014.
- BORGES, J.L. *A transição do MST a agroecologia*. 2007. 185 p. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, 2007.
- BORSATTO, R.S. *A agroecologia e sua apropriação pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e assentados de Reforma agrária*. 2011. 298 p. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2011.
- BUAINAIN, M. A., ROMEIRO, A. *A agricultura familiar no Brasil: Agricultura familiar e sistemas de produção*. INCRA/FAO. 2000.
- BUTTO, Andrea. *Política para as mulheres rurais: autonomia e cidadania*. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (org.). *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.
- CAPORAL; F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável* (texto provisório para discussão). Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2002. (Série Programa de Formação Técnico-Social da EMATER/RS. Sustentabilidade e Cidadania, texto 5)
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA/SAF/DATER-II CA, 2004.
- CARMO; M. S., COMITRE; V., FAGUNDES; G., *Agroecologia e transição agroecológica: termo de referência*. Seminário Criação da Rede de agroecologia da Unicamp, FEAGRI - Unicamp, Campinas 2009. Disponível em: <http://www.cisguanabara.unicamp.br/redeagroecologia/arquivos/biblagroecologia/termodereferencia.pdf> . Acesso em: mar. 2019.
- CARVALHO, H. M. *A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil*. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. Campinas, Edição especial p.31-43, 2013b.
- CARVALHO, H. M. *Uma resignificação para a reforma agrária no Brasil*. Texto Iteses. In: STÉDILE, J.P. (Org.) *A questão agrária no Brasil: Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 2013a, p. 127-141.
- CARVALHO, Horácio Martins (Org.). *Sementes patrimônio do povo a serviço da humanidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2003. Disponível em: <http://www.landaction.org/IMG/pdf/sementes.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2021.
- CASALINHO, H.; MARTINS, S. R.. *Indicadores da qualidade do solo: a percepção dos agricultores*, in *Ciência e Ambiente 29: práticas agroecológicas*. Universidade Federal de Santa Maria – v. 1, n.1(julho 1990)- Santa Maria, RS.
- CASTRO, Anna Maria. *FOME um tema proibido – os últimos escritos de Josué de Castro*. Recife – CONDEPE/CEPE – 1996.
- CASTRO, Josué. *Sete Palmas de Terra e um Caixão*. Lisboa: Seara Nova, 1975.
- CASTRO, Josué. *O ciclo do caranguejo*. Porto, Brasília, 1966.
- CHABOUSSOU, Francis. *Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos: novas bases de uma prevenção contra doenças e parasitas: a teoria da trofobiose*. São Paulo: Expressão Popular.
- COOPERAR. *Relatório Parcial do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA)*, Assentamento Roseli Nunes, Pirai-Rio de Janeiro, 2009.
- COSTA, F. M. V. ; QUINTANS, M. T. D. ; SILVA, N. R. ; SOUZA, N. A. ; LUSTOSA, R. A. ; WIGG, D. . *Semeando novos tempos? Reforma agrária e agroecologia um diálogo possível e necessário - análise a partir do estudo de caso do PDS Osvaldo de Oliveira no Rio de Janeiro*. Retratos de Assentamentos. Retratos de

- Assentamentos ? Revista do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) ? UNIARA, Araraquara-SP, , v. 19, p. 117 – 147.
- CALDART, Roseli Salete. Educação em movimento: formação de educadoras e educadores no MST. Petrópolis, Vozes, 1997.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*, São Paulo: Cortez, 2004.
- D'ÁVILA ARAÚJO, Thiago Cássio. *Principais Marcos Históricos Mundiais da Educação Ambiental*. Ambiente Brasil: <http://noticias.ambientebrasil.com.br/artigos/2007/09/11/33350-principais-marcos-historicos-mundiais-da-educacao-ambiental.html>.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- DEAN, W. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*, 1996.
- DEL ROIO, Marcos Tadeu. Capitalismo e revolução em Caio Prado Jr. Revista Lutas Sociais, vol.20, São Paulo, p.10-23, 2016a.
- DEL ROIO, Marcos Tadeu. *Gramsci e a emancipação do subalterno*. Revista de sociologia política, vol.29, Curitiba, p. 63-78, 2007.
- DEERE, Carmen Diana; LEON, Magdalena. *O Empoderamento da Mulher: direito à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Tradução Letícia Vasconcelos Abreu, Paulo Azambuja Rossato Antinolf, Sônia Terezinha Gehring. Porto Alegre, RS: Editora UFRGS, 2002.
- DIAS, J. A. B. *Produção de plantas medicinais e agricultura urbana*. Horticultura Brasileira, Brasília, v. 18, p. 140-143, 2000. URBAN agriculture: an oximoron? In: THE STATE of food and agriculture. Rome: FAO, 1996. p. 43-57.
- Do VALE Jr, J. F., SCHAEFER, C. E. G.R., DA COSTA, J. A. V., *Etnopedologia e transferência de conhecimento: diálogos entre os saberes indígena e técnico na terra indígena Malacacheta, Roraima*, In: Revista Brasileira Ciência do Solo, 31:403-412, 2007.
- FABBRI, Luciano. *Um olhar feminista sobre os sujeitos da transformação social em Nuestra América*. Revista Lutas Sociais, São Paulo, n. 27, p. 172-185, 2011.
- FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. *Mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*. In: TEDESCHI, Losandro Antonio (org). *Leituras de gênero e interculturalidade*. Dourados: Editora UFGD, 2013.
- FERNANDES, B. M. *A territorialização do MST*. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil. n. 1 p. 2 – 44. 1998.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo/ Porto Alegre: Ed. USP/Ed. Globo, 2001
- FERNANDES, Florestan. *A formação política e o trabalho do professor*. In: Universidade, escola e formação de professores. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- FERNANDES, Florestan. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus Editora, 1966.
- FERNANDES, Florestan. *O desafio educacional*. São Paulo. Editora Cortez (autores associados), 1989.
- FERNANDES, Heloisa. *Rumo a uma nova sociedade*. In: A política de formação de quadros. Cadernos de Estudos ENFF, nº 1. São Paulo, 2007, p. 118.
- FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Ensaios de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1974.
- FERNANDES, L. A. et al. *Relação entre o conhecimento local, atributos químicos e físicos do solo e uso das terras*. In: Revista Brasileira Ciência do Solo. 2008, vol.32, n.3, pp. 1355-1365.
- FOLADORI, Guillermo. *Limites do desenvolvimento sustentável*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1987.
- MÉSZAROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Trad. José Lourênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GIRALDO, Omar. *Ecología política de la agricultura*. Agroecología y posdesarrollo. San Cristóbal de Las Casas, Chiapas, México: El Colegio de la Frontera Sur, 2018. 211 p. ; 22x14 cm. Bibliografía (p. 199-211)

GONZALEZ, R.M., *KBS, GIS and documenting indigenous knowledge*. Indigenous Knowledge and Development Monitor 3, 1995.

GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

GUTERRES, Ivani (org.) *Agroecologia militante: contribuições de Enio Guterres*. São Paulo. Expressão Popular, 2006.

IANNI, Octavio. *A Questão Nacional na América Latina*. Simpósio Interpretações Contemporâneas da América Latina, realização do Instituto de Estudos Avançados — Universidade de São Paulo — São Paulo, 24 e 25 de junho de 1987 - Sala do Conselho Universitário.

JOSIMO, Instituto Cultural Padre. *A Agricultura Camponesa e as Energias Renováveis* - um Guia Técnico. Porto Alegre: Editora Instituto Cultural Padre Josimo, 2008.

KATHOUNIAN, C.A. *A Reconstrução ecológica da agricultura*, Botucatu: Agroecológica: 2001.

LEPSCH, I. F., *Solos- Formação e Conservação*. 3ª ed., São Paulo: Melhoramentos, Série Prisma. 1980.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L.C.P.; *A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MEDEIROS, Leonilde S. *Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa*. In: LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea. (org.) *Mulheres na Reforma Agrária: A experiência Recente no Brasil*. Brasília: MDA/INCRA, 2008.

MACHADO, A. T. *Agricultura urbana*. A Lavoura, Rio de Janeiro, n. 636, p. 48-49, 2001.

MOUGEOT, L. J. A. *Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks*. In: BAKKER, N.; DUBBELING, M.; GÜNDEL, S.; SABEL-KOSCHELLA, U.; ZEEUW, H. (Ed.). *Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda*. Feldafig: Deutsche Sitffung für Internationale Entwicklung, 2000. p. 1-42.

MOUGEOT, L. J. A. *Urban food production: evolution, official suport and significance..* Ottawa: IDRC, 1994. (Cities Feedling People Report, 8).

MACHADO, Luis Carlos Pinheiro. *A dialética da Agroecologia* – contribuição para um mundo com alimentos sem veneno; São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MAFORT, Kelli Cristine de Oliveira. *A hegemonia do agronegócio e o sentido da Reforma Agrária para as mulheres da Via Campesina*. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara, 2013.

MARQUES, Luiz. *Capitalismo e Colapso Ambiental*. Editora da Unicamp, 2018. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/s2y2y>

MEDEIROS, Leonilde Servolo. *Reforma Agrária no Brasil – história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MENASCHE, Renata; TORRENS, João Carlos Sampaio. *Gênero e Agricultura Familiar*. DESER/CEMTR/PR. Curitiba: Deser, 1996.

MENEGAT, Alzira Salete. *Mulheres assentadas abrem novas portas. Quais as portas?* In: MENEGAT, Alzira Salete, FARIAS, Marisa de Fátima Lomba, TEDESCHI, Losandro. *Educação, relações de gênero, movimentos sociais: um diálogo*. Dourados: UFGD, 2009. (pp.207-233)

MENEGAT, Alzira Salete. *Mulheres assentadas e acadêmicas construindo novos pertencimentos sociais*. In: PINHEIRO, Alexandra Santos, et al. *Saberes da Terra: teorias e vivencias*. Dourados: UFGD, 2012 (pp.223-247)

MORELLI-AMARAL, V. F.; APOLINÁRIO, P.; SANTOS, R. V.; REZENDE, R. E. C.; *Estratégias de produção agroecológica de plantas medicinais: uma experiência integrada da cooperativa COOPLANTAS em Itapeva/SP*. IX Congresso Brasileiro de Agroecologia. Cadernos de Agroecologia - Vol 10, No. 3, OUT 2015.

- NETO, W. M. *Agroecologia e crítica da alienação: agricultores camponeses e a experiência do trabalho*. In: NOVAES, H.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. (Org.). *Questão Agrária, cooperação e agroecologia*. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 231- 263
- NICHOLLS, C. I.; ALTIERI, M. A. *Sistema agroecológico rápido de evaluación de calidad de suelo y salud de cultivos en el agroecosistema de café*. Universidad de California, Berkeley. 2004.
- NOVAES, H.T.; SANTOS, L.; PIRES, J. H.; FUZER, A.C.P. *A economia política da “revolução verde”, a agroecologia e as escolas de agroecologia do MST*. In: NOVAES, H.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. (Org.). *Questão Agrária, cooperação e agroecologia*. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 209-231.
- OLIVEIRA, F. *Hegemonia às avessas*. In: OLIVEIRA, F; BRAGA, R. RIZEK, C. *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 21-27.
- ODUM, Eugene P. *Ecologia*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1988.
- PETERSEN, Paulo (org.) *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. In: Sete teses sobre a agricultura camponesa. pp.17 -31. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.
- PETERSEN, P; ALMEIDA, E. *Revendo o conceito de fertilidade: conversão ecológica do sistema de manejo dos solos na região do Contestado*, PB. *Revista Agriculturas*. v.5, n.3, 2008.
- PRIMAVESI, A.M., *A agricultura em regiões tropicais: Manejo Ecológico do Solo*, São Paulo: Nobel, 1979.
- PLATA, Ludwig Einstein Augusto; REYDON, Bastiaan Philip. *Política de intervenção no Mercado de terras no Governo FHC*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/neco/v24n2/0103-6351-neco-24-02-00389.pdf>. Acesso em: 30 de Novembro de 2020.
- PAULILO, Maria Ignez S. *FAO, Fome e Mulheres Rurais*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 56, n. 2, 2013, p. 285-310.
- PERRIERE, Robert Ali Brac; SEURET, Franck. *Plantas transgênicas: uma ameaça aos agricultores*. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2001.
- PIMENTEL, D.; [et al.]; *Produção de alimentos e Crise energética*. Trad. Tania M. C. Bianchini e Rev. Oswaldo C. Rockenback e Paulo S. Tagliari. Florianópolis: EMPASC, 1982. 24p. (EMPASC - Documentos, 14).
- PRESVELOU, Clio; ALMEIDA, Francesca R.; ALMEIDA, Joaquim Anécio (Orgs). *Mulher, família e desenvolvimento rural*. Santa Maria: UFSM, 1996. p.39-58.
- PRIMAVESI, O.; PRIMAVESI, A. C.; *Fundamentos ecológicos para o manejo efetivo do ambiente rural nos trópicos: Educação ambiental produtividade com qualidade*. -- São Carlos: Embrapa Pecuária Sudeste, 2003. 84p
- PAULANI, L. *O projeto neoliberal para a sociedade brasileira*. In: PAULANI, L. *Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 105-139.
- PICOLOTTO, E.L.; PICCIN, M.B. *Movimentos camponeses e questões ambientais posituação da agricultura camponesa*. *Revista Extensão Rural*, Santa Maria, ano XV, n. 16, p. 5-36, 2008.
- PRADO Jr., Caio. *A questão agrária*. 4ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- RODRIGUES, F. C. *A questão agrária no Brasil - as contribuições de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Octavio Ianni*. In: NOVAES, H.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. (Org.). *Questão Agrária, cooperação e agroecologia*. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 21-41.
- RUBBO, D. I. A. *Párias da Terra: o MST e a mundialização da luta camponesa*. 2012. 323 p. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2012.
- RIGOTTO, R.M. *O uso seguro de agrotóxicos é possível?* In: LONDRES, F. *Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida*. Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria de Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. 2011b.
- RIGOTTO, R.M. *Os conflitos entre o agronegócio e os direitos das populações: o papel do campo científico*. *Agroecologia*, vol. 7, p. 133-42, 2013.
- STEENBOCK, Walter (org). *Agrofloresta, ecologia e sociedade*. Curitiba : Kairós, 2013. 422 p.
- SUZUKI, Júlio. *Territorialização camponesa no estado de São Paulo: Um estudo do Bairro Reforma Agrária*. GEOSP: *Espaço e Tempo* (Online). 155. 10.11606/issn.2179-0892.geosp.2004.73962. 2004.

SENRA, Lúdia; LEÓN, Irene. *Las mujeres Gestoras de la Soberanía Alimentaria*. In: Las mujeres alimentan al mundo. Soberanía alimentaria em defensa de la vida y del planeta. Barcelona: Entrepueblos, 2009.

SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. / Emma Siliprandi. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015

STÉDILE, João Pedro. *A fome e a Reforma Agrária*. In Revista Advir, p. 67-69. Rio de Janeiro: Asduerj, 1996.

SOF. *Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira* / Carla Jancz, Gláucia Marques, Miriam Nobre, Renata Moreno, Rosana Miranda, Sheyla Saori, Vivian Franco. São Paulo: SOF, 2018. 84p. ISBN 978-85-86548-29-1

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Petrópolis, Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. *A mulher e as contradições do capitalismo agrário*. Perspectivas, São Paulo, 6:67-75, 1983..

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

STÉDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional –1500- 1960*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 22ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. *Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa*. Revista Serviço social. São Paulo, n. 112, p. 672-688, 2012. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&id=S0101-66282012000400004&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 02 de fevereiro de 2020.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. *Transnacionalização do capitalismo e dilemas do desenvolvimento nacional*. In: SAMPAIO JR. Plínio de Arruda. Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 15-60.

SANTOS, Selma de Fátima. A questão agrária no Brasil: da modernização conservadora ao agronegócio. In: NOVAES, H.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. (Org.). *Questão Agrária, cooperação e agroecologia*. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 41-65.

SCOPINHO, R.A. *Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais*. Revista Psicologia & Sociedade, vol. 19, Edição Especial 1, p. 84-94, 2007.

SEMERARO, G. *Da sociedade de massa à sociedade civil: A concepção da subjetividade em Gramsci*. Revista Educação & Sociedade, ano XX, nº 66, p.65-83, 1999.

SILVA, P.M; ANTUNES, I. F.; FEIJÓ, C. T.; BEVILAQUA, G. A. P;. *Transgênicos e erosão Genética: O paradoxo da (In)Segurança alimentar*. Revista Agroecologia, vol.12, p.81-87, 2017.

SHIVA, Vandana. *Monocultura da mente – Perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2003.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

SMITH, J.; RATTA, A.; NASSR, J. *Urban agriculture: food, jobs and sustainable cities*. New York: United Nations Development Programme (UNDP), 1996. 302 p. (Publication Series for Habitat II, v. 1)

SILVA, N. R. *A Agroecologia como Inspiração e Exemplo de um Novo Paradigma de Ciência*. In: Fernando Ferreira Carneiro; Lia Giraldo da Silva Augusto; Raquel Maria Rigotto; Karen Friedrich; Andre Campos Búrigo. (Org.). Dossiê ABRASCO: Um Alerta Sobre os Impactos dos Agrotóxicos na Saúde. 1ed. Rio de Janeiro: Papeis Nova Aliança, 2015, v. 1, p. 248-410.

SILVA, N. R. *Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida: Construção da Resistência Brasileira ao Avanço do Capital no Campo*. Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia, Rio de Janeiro, , v. 11 nº 14, p. 38 - 42, 02 dez. 2014.

SILVA, Nivia Regina da ; COMIN, J. J. *A Percepção dos Agricultores Sobre o Solo: O Caso do Assentamento Roseli Nunes*. Revista Cadernos de Agroecologia, Santa Catarina, , v. 8, nº 1, p. 132 – 142.

SILVA, N. ; COSTA, F. M. V. ; SOUZA, N. A. *Rompendo cercas, produzindo saberes: a construção contra-hegemônica da Reforma Agrária Popular ? análise a partir do estudo de caso do assentamento agroecológico PDS Osvaldo de Oliveira no Rio de Janeiro* In: Olhares conflitantes sobre o mundo rural: territorialidades, conhecimentos e ações de desenvolvimento. In: VII Encontro de Rede de estudos Rurais, 2016, Natal - RN. VII Encontro de Rede de estudos Rurais, 2016.

SILVA, N. ; COMIN, J. J. *Conhecimento dos Agricultores na Avaliação da Qualidade do Solo: Uma Visão Etnopedológica*. In: VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, 2010, Recife - PE. VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, 2010.

SIMONETTI, M. C. L *Entre o local e o global: o movimento dos Sem Terra e a Via Campesina*. Simpósio Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. UNIARA. Disponível em: <http://WWW.uniara.com.br/nupedor/nupedor_2006/trabalhos/s.com.br/nupedor/nupedor_2006/trabalhos/sessão4/01_mirian.doc>

TIBAU, A. O., *Matéria Orgânica e Fertilidade do solo*. São Paulo: Editora Nobel. 1978.

TOME JUNIOR, J. B, *Manual para interpretação de análise de solo*. – Guaíba: Agropecuária, 1997.

THOMAZ, F. *O modelo socialista de Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA): contradições e avanços - estudo de caso da COPAVA*. 2010. 188 p. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

VIA CAMPESINA, *Declaración sobre la Soberanía Alimentaria de los Pueblos* - 2009: <http://www.viacampesina.org>. Acesso em 25 de junho de 2020.

VALENTE, F.L. S, *Direito Humano à Alimentação: desafios e conquistas*. Cortez Editora, São Paulo, 2002. p. 40-43.

VALENTE, F.L.S. *Do Combate à Fome à Segurança Alimentar e Nutricional: o Direito à Alimentação Adequada*. Rev. Nutr. PUCCAMP. v. 10, n. 1, p. 20-36, 1997.

VASCONCELOS, F. A. G. *Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula*. Rev. Nutr. v.18, n.4, p.439-57, 2005.

VIEIRA, Flávia Braga. *Articulações Internacionais “desde abaixo” em tempos de globalização*. In: GONH, Maria da Glória; BRINGEL, Breno (orgs.). Movimentos Sociais na era global. Petrópolis: Vozes, 2012.

VEZANNI, F. M., MIELNICZUK, J., *Uma Visão sobre qualidade do solo*. Revista Brasileira de Ciência do Solo, 33:743-755, 2009.

WALLACE, Rob. *Pandemia e Agronegócio, doenças infecciosas, capitalismo e ciência*. Disponível em: <https://elefanteeditora.com.br/produt> Acesso em 15/06/2021

ZAMBERLAN, J; FRONCHETI, A. *Preservação do pequeno agricultor e o meio ambiente*. Petrópolis: Vozes, 2001.